

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**O SEMINÁRIO EPISCOPAL DA CONCEIÇÃO NA FORMAÇÃO DAS  
ELITES DE MATO GROSSO – BRASIL (1858-1880)**

**Arilson Aparecido Martins**

**DOUTORAMENTO EM EDUCAÇÃO**

**Especialidade em História da Educação**

**2014**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**O SEMINÁRIO EPISCOPAL DA CONCEIÇÃO NA FORMAÇÃO DAS  
ELITES DE MATO GROSSO – BRASIL (1858-1880)**

**Arilson Aparecido Martins**

**Tese orientada pelo Professor Doutor Justino Pereira de Magalhães,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação,  
especialidade em História da Educação.**

**2014**

*Dedico este trabalho unicamente a Agostinho da Silva Carvalho, que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais felizes e mais difíceis dessa jornada. A confiança em mim depositada, o seu apoio a todos os níveis, a sua ajuda constante e incondicional foram imprescindíveis para a concretização desse trabalho. Obrigado de coração... Eternamente!*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais essa oportunidade.

Ao Professor Doutor Justino Pereira de Magalhães que, além de ser um orientador dedicado, com total disponibilidade na indicação dos caminhos a seguir, me encorajou a lutar, a perseguir os meus objectivos e a seguir em frente, pela confiança em mim depositada apesar das inúmeras dificuldades com que me deparei ao longo deste percurso. Ao amigo e grande incentivador, o meu sincero reconhecimento e gratidão.

Aos professores do Curso de Formação Avançada, pelo exemplo de seriedade, profissionalismo e dedicação à causa da Educação.

À Professora Doutora Yasmin Jamil Nadaf, querida amiga-irmã, por ter-se posicionado sempre a meu lado durante toda esta caminhada académica e, principalmente, por me fazer acreditar que posso ir sempre mais além.

Aos servidores do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em especial à Sr.<sup>a</sup> D. Georgina Gomes Videira, por toda a disponibilidade e simpatia com que sempre me recebeu.

À minha amada “família portuguesa”: Rosa, Paulo e Carolina Carvalho, Dina de Jesus, Maria Vitória Maia e especialmente ao Guto, para sempre no espaço “vip” do meu coração.

Aos amigos portugueses, Odete Cruz, Gildo Matias e Maria Gorete Peixoto pelo apoio e motivação que me disponibilizara durante a minha permanência em Portugal.

Aos colegas do Curso de Doutoramento que me receberam de braços abertos, agradeço a forma como me acolheram e os bons momentos partilhados.

A todos os funcionários que me receberam nos mais distintos arquivos de Mato Grosso, nomeadamente, Arquivo da Casa Barão de Melgaço, Arquivo Público de Mato Grosso, Instituto Memória do Poder Legislativo, Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá e nos demais locais da minha pesquisa. O meu sincero agradecimento pela

gentileza, pela atenção e pela empatia demonstrada em relação à minha ansiedade por “descobrir” os documentos indispensáveis ao meu trabalho.

À Professora Doutora Elizabeth Madureira Siqueira, historiadora nata, exemplo de dedicação à História de Mato Grosso, pela preciosa colaboração no que concerne ao acesso ao Acervo da Casa Barão de Melgaço onde é competente curadora e, pelos diálogos empreendidos que me possibilitaram desvelar um pouco mais do passado da historiografia regional.

Aos amigos que deixo em Portugal, pela confiança, pelo carinho, pelos passeios, enfim, pelo acolhimento que me permitiu perceber que uma tese não se faz somente com estudo e pesquisa.

Aos queridos amigos conterrâneos, Márcia Furtado, Rosemar Coenga, Suely Moreira, Mariselma Amorin, Mauro Cury, Débora Marques, entre muitos que, de todo, me seria impossível enumerar, pelo constante incentivo e apoio.

Por fim, o meu “muitíssimo obrigado” a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, foram meus parceiros nesta árdua, porém, gratificante empreitada.

## RESUMO

A presente tese tem como objeto central de análise o Seminário Episcopal da Conceição, primeiro estabelecimento de ensino religioso e secundário da Província de Mato Grosso-Brasil. Fundado oficialmente na segunda metade do século XIX, através de ações da Igreja Católica e auxílio dos Governos Imperial e Provincial, o Seminário revestiu-se de um caráter misto, visto dedicar-se, simultaneamente, ao ensino secundário propedêutico e à formação eclesiástica. Em face do reduzido conhecimento histórico a respeito daquela instituição, nasceu o interesse pelo estudo do referido Seminário enquanto Instituição Educativa Religiosa que, por mais de duas décadas, dominou o campo da Educação Teológica e Secundária de Mato Grosso. O período cronológico abordado situa-se entre os anos de 1858 a 1880, sendo que o primeiro marco corresponde ao momento do lançamento da pedra fundamental do edifício do Seminário e o segundo está relacionado com a fundação do Liceu Cuiabano, estabelecimento público, de caráter laico, de ensino secundário da Província. Partindo da análise de documentação, praticamente inédita, relativa a esta instituição e resguardada nos mais importantes arquivos de Cuiabá, procuramos, além de historiar o processo evolutivo do Seminário Episcopal da Conceição e compreender a sua organização física, administrativa e pedagógica, estabelecer interligações entre o ensino secundário no Império Brasileiro e na Província de Mato Grosso e, de igual modo, desvendar o papel crucial dessa instituição na emergência de uma elite letrada regional, contribuindo, deste modo, para a expansão do conhecimento da História das Instituições Educativas brasileiras.

**Palavras-chave:** História da Educação; História Institucional; Seminário Episcopal da Conceição; Ensino Secundário; Elites de Cuiabá; História de Mato Grosso.

## ABSTRACT

The central case study of this thesis is the Episcopal Seminary of Conception, the first institution of religious and secondary education in the Province of Mato Grosso-Brazil. Officially founded in the second half of the 19th century, through actions of the Catholic Church and the support of the Imperial and Provincial Government, the Seminary combined a mixed approach, since it simultaneously focused on propaedeutic secondary education as well as on ecclesiastical formation. Being aware of the reduced historical knowledge about that institution raised our interest in the study of the mentioned Seminary as a Religious Educational institution which for more than two decades dominated the field of Theological and Secondary Education in Mato Grosso. The approached chronological period includes the years between 1858 and 1880, corresponding the first date to the moment of the laying of the foundation stone of the building of the Seminary and being the second related to the foundation of Liceu Cuiabano, the first public secondary school of secular nature in the Province. Starting from the analysis of basically unpublished documentation related to this institution and protected in the most important files of Cuiabá, we seek, in addition to historicizing the evolutionary process of the Episcopal Seminary of Conception and understanding its physical, administrative and pedagogical organization, to establish connections between the secondary education in the Brazilian Empire and the Province of Mato Grosso and, similarly, to unveil the crucial role of this institution in the emergence of a regional literate elite, thus contributing to the expansion of knowledge on the History of Educational Institutions in Brazil.

**Keywords:** History of Education; Institutional History; Episcopal Seminary of Conception; Secondary Education; Cuiabá Elites; History of Mato Grosso.

## **SIGLAS UTILIZADAS**

**ACBM – Arquivo da Casa Barão de Melgaço**

**ACMC – Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá**

**APMT – Arquivo Público de Mato Grosso**

**IMPL – Instituto Memória do Poder Legislativo**

**IPDAC – Instituto de Pesquisa Dom Aquino Corrêa**



## ÍNDICE

<b>Introdução</b>		<b>9</b>
<b>1º Capítulo</b>	<b>O Diversificado Universo Cultural da População Mato-Grossense na Segunda Metade do Século XIX</b>	<b>27</b>
1.1	O Universo do Homem Livre Pobre	28
1.2	O Cotidiano Cultural das Elites	37
1.3	A Instrução Provincial sob a Ótica das Elites	44
<b>2º Capítulo</b>	<b>O Ensino Secundário no Brasil do Século XIX: Contextos Nacional e Regional</b>	<b>58</b>
2.1	O Ensino Secundário no Império Brasileiro	59
2.2	O Ensino Secundário na Província de Mato Grosso	84
<b>3º Capítulo</b>	<b>A Trajetória Eclesiástica de Mato Grosso</b>	<b>99</b>
3.1	O Padroado	100
3.2	O Percorso da Igreja em Mato Grosso	103
3.3	Dom José Antônio dos Reis: Primeiro Bispo de Cuiabá	117
3.4	O Padre Ernesto Camillo Barreto: Alguns dados Biográficos	121
<b>4º Capítulo</b>	<b>O Seminário Episcopal da Conceição visto por dentro: Universo Físico, Administração e Estatutos</b>	<b>129</b>
4.1	Da Concepção à Edificação Final	130
4.2	A Administração do Seminário	148

<b>4.3</b>	<b>Os Estatutos</b>	<b>164</b>
<b>5º Capítulo</b>	<b>O Seminário Episcopal da Conceição e a sua Organização Pedagógica</b>	<b>189</b>
<b>5.1</b>	<b>O Plano de Estudos do Seminário Episcopal da Conceição</b>	<b>190</b>
<b>5.2</b>	<b>As Cadeiras de Ensino do Seminário</b>	<b>197</b>
<b>5.3</b>	<b>Os Métodos Punitivos: Castigos Físicos e Morais</b>	<b>247</b>
<b>5.4</b>	<b>O Sistema de Avaliação: Métodos e Instrumentos</b>	<b>265</b>
<b>6º Capítulo</b>	<b>A Importância do Seminário Episcopal da Conceição na Formação das Elites de Mato Grosso e alguns dos seus Ilustres Egressos</b>	<b>275</b>
	<b>Considerações Finais</b>	<b>314</b>
	<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>324</b>
	<b>Documentação</b>	<b>330</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Seminário Episcopal da Conceição, primeira Instituição de Ensino Religioso e Secundário da Província de Mato Grosso / Brasil. Criado na segunda metade do século XIX, através de ações da Igreja Católica e apoio dos Governos Imperial e Provincial, revestiu-se este Seminário de um caráter híbrido, visto dedicar-se à formação eclesiástica e, em simultâneo, ao ensino secundário propedêutico.

A reconstituição histórica desta Escola-Seminário, Instituição religiosa de natureza exclusivamente masculina, a forma como esta contribuiu para o desenvolvimento do ensino secundário e o significativo papel que desempenhou na formação de uma elite regional, entre os anos de 1858 a 1880, constitui o fulcro do problema que pretendemos apresentar.

Partimos da hipótese de que a missão histórica do Seminário mato-grossense, foi realizada em interação com a sociedade da segunda metade dos anos Oitocentos, abrangendo no seu quadro discente os filhos das camadas mais abastadas da Província, cuja formação fez emergir na sociedade da época uma elite letrada que, por sua vez, influenciou a definição/transformação da própria sociedade em si.

Pretendemos, com esta investigação, historiar o processo evolutivo do Seminário Episcopal da Conceição na Província de Mato Grosso, bem como a sua organização física e administrativa e recuperar o seu cotidiano no âmbito do ensino religioso e secundário. Procuramos ainda, responder a questões relacionadas com as circunstâncias da criação do Seminário e o seu processo evolutivo, definindo as diferentes fases, os espaços, a clientela e perfil dos alunos, a interação com a sociedade, a gestão escolar, o corpo docente e os acontecimentos que nela ocorriam. Considerando o nosso objeto de estudo, entendemos também relevante destacar um dispositivo importante na transmissão da cultura escolar: as disciplinas escolares. O que transmitiam, afinal, as Disciplinas ministradas no Seminário? Como se configuravam os seus programas de ensino? Quem os determinava? Estes e outros questionamentos mereceram toda a nossa atenção na análise que fizemos desta Instituição Educativa.

A tentativa de resposta a todas estas questões levou-nos a outras, sendo que, a natureza histórica da investigação compele a que o conhecimento das fontes, só por si, nos confronte com inúmeras outras dúvidas que, fruto de diferentes leituras e da inventariação de novos acervos, poderão levar ainda à reformulação de algumas das interrogações que até ao momento foram listadas.

Da carência de informações a respeito deste Estabelecimento nasceu o interesse pelo estudo do Seminário Episcopal da Conceição enquanto instituição religiosa que, por mais de duas décadas, dominou o campo de ensino secundário mato-grossense. A pesquisa histórica em Mato Grosso ainda é um campo aberto, com várias lacunas e inúmeras temáticas que necessitam de investigações mais detalhadas. Tratando-se da História da Educação, o problema é bem mais complexo. Há um número ainda reduzido, embora muito se tenha avançado, de abordagens com enfoques históricos, deixando temas e períodos esquecidos ou detalhados superficialmente.

Aquando da dissertação de mestrado, realizada em 2000, foi nossa prioridade organizar/catalogar, grande parte do arquivo então existente e sistematizar o historial do Seminário. Ao retomarmos o estudo deste mesmo Estabelecimento de Ensino, assumimos como principal meta a pesquisa e o aprofundamento de novas fontes, entretanto localizadas e disponibilizadas, que nos proporcionaram um “novo” e diferente olhar sobre a Instituição e conhecer aspectos relevantes no que concerne à sua importância, quer no âmbito da historiografia em geral, quer no que respeita, particularmente, a Mato Grosso.

O período compreendido entre 1858 e 1880 constitui o recorte cronológico privilegiado pela presente investigação. O primeiro marco corresponde ao momento do lançamento da pedra fundamental da construção do Seminário, sendo que o segundo está relacionado com o momento em que este estabelecimento de ensino inaugurou o internato, fato que coincidiu com a inauguração do Liceu Cuiabano, primeira instituição pública de ensino secundário da Província, de caráter laico, voltado para a formação de jovens que almejavam prosseguir os estudos superiores ou preparar-se para o exercício da profissão docente, resultando aquele Liceu da agregação da Escola Normal com o Curso de Línguas e Ciências Preparatórias.

Em 1856, através de negociações com a República Paraguai, o Governo Provincial conseguiu a franquia da navegação pelo Rio Paraguai, daí resultando significativas melhorias ao nível das comunicações em Mato Grosso, através do Paraguai, Argentina e Uruguai, estendendo-se às províncias do Império Brasileiro e, via Oceano Atlântico se atingiria a Europa e os Estados Unidos. Tal fato veio, inegavelmente, dinamizar as comunicações entre aquela província sertaneja, até então “isolada” do resto do mundo.

O Seminário Episcopal da Conceição nasceu num período muito significativo para a Província de Mato Grosso, devido aos importantes e decisivos acontecimentos ocorridos nas décadas de 1860 e 1870, nomeadamente, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, ocorrida em dezembro de 1864 e que se prolongou até março de 1870, responsável pela interrupção daquela importante via de comunicação; as cheias do Rio Cuiabá, ocorridas em fevereiro de 1865 e que, devido ao excessivo volume das suas águas, devastou grande parte da zona portuária, destruindo plantações ribeirinhas e provocando o desabamento de casas e armazéns, daí resultando o desalojamento e morte de muitos habitantes, bem como o desabastecimento parcial da cidade; finalmente, em 1867, uma terrível epidemia de varíola dizimou praticamente metade da população cuiabana, causando um impacto devastador em toda a Província.

Terminado o conflito armado, em 1870, foi possível retomar a interligação de Mato Grosso com as províncias mais prósperas do Império, principalmente a Corte, com a reabertura da navegação através do Estuário do Rio da Prata. Essa hidrovía tornou possível a implementação do comércio internacional e a integração de Mato Grosso que, durante a guerra, permanecera praticamente isolada. A partir de então, a Província passou a participar do comércio internacional e, através dele, a receber mercadorias industrializadas, novas ideias, muitos livros, jornais e notícias da ciência e da cultura não só nacional, mas também europeia e sul-americana. Esse fator inaugurou uma nova fase da história mato-grossense.

Paralelamente com a exportação de matérias-primas e a importação de produtos industrializados, a Província mato-grossense vivenciou o incremento de importantes indústrias, nomeadamente a açucareira e a transformadora de produtos bovinos (chifres, couros secos e charque), então conhecidos como saladeiros, ambas resultantes da queda

significativa da mineração e que deram um precioso contributo para a redefinição da economia. O livre comércio proporcionou condições para a implantação de Casas Comerciais, responsáveis em grande parte, pelo desenvolvimento urbano das três cidades portuárias da Província de Mato Grosso: Corumbá, Cáceres e Cuiabá.

A riqueza de produtos nativos da região tais como, erva-mate, poaia ou ipecacuanha, a borracha bruta, penas, crinas, etc., permitiram o desenvolvimento da indústria extrativa, viabilizando a sua exportação para mercados estrangeiros que, por sua vez, introduziam na Província grande variedade de produtos industrializados. Nessa medida, os antigos engenhos transformaram-se em usinas equipadas com máquinas a vapor.

Através dessa movimentação penetraram no cenário regional muitas ideias modernas, divulgadas através da imprensa provincial, nascida de forma incipiente nos anos 40 do século XIX. Além desses fatores, o roteiro fluvial que interligava Mato Grosso ao Estuário do Rio da Prata foi responsável pelo ingresso, naquela Província, de significativo número de migrantes e imigrantes, em sua maioria comerciantes e trabalhadores expropriados dos seus haveres e dispostos a investir na região, bem como empresários e banqueiros que ali buscavam a concretização de novas ideias.

As transformações então ocorridas na economia, os modelos que a Mato Grosso iam chegando da Corte e mesmo do estrangeiro, exigiam transformações urgentes ao nível educacional, o que conduziu ao incremento das escolas primárias, diversificando e ampliando os seus níveis de atendimento, passando a impor-se, muito rapidamente, a criação de uma instituição de ensino secundário na Capital da Província.

O aumento populacional foi responsável pela dinamização do setor urbano, pela consolidação de uma classe média ilustrada, pela proliferação de livros, periódicos, tipografias, teatros, etc., e fator propulsor de novas atividades educacionais, dado que essa população passou a exigir a existência de cursos secundários na Província capazes de preparar os seus filhos para os exames superiores.

Em 1872, o então Presidente da Província Francisco José Cardoso Júnior, anunciava uma série de reformas no âmbito da instrução pública que, no seu entendimento registrava um

significativo atraso, quando comparada com as demais províncias do Império, principalmente do Rio de Janeiro. Neste âmbito introduziu importantes discussões, visando as vertentes que considerava imprescindíveis a um projeto educacional voltado para um Mato Grosso moderno.

A trajetória do Seminário Episcopal da Conceição somente pode ser compreendida se levarmos em conta as transformações específicas processadas no cenário da Província de Mato Grosso.

Desde o Período Colonial, os Seminários Episcopais foram os mais importantes centros de irradiação da cultura. Mesmo com o surgimento dos Liceus estatais e colégios particulares, alguns seminários continuaram a ser solicitados pelos candidatos aos cursos superiores, como o do Pará, Maranhão, Minas Gerais, Goiás, Bahia, etc., dado que ali adquiriam conhecimentos humanísticos de que necessitavam para enfrentar os exames preparatórios.

Historiar o Seminário Episcopal da Conceição desde a sua fase embrionária, passando pelas diversas etapas da sua construção material, adentrando pela instância administrativa e pedagógica, constitui, repita-se, o objeto central desta investigação. Para esse efeito fizemos uso de um método que se ajustasse à história das instituições educativas e fosse operacional no caso deste Seminário, em que há bastantes lacunas de documentação, mas em que é possível abordar um amplo espectro de facetas histórico-pedagógicas e socioculturais. Para dar conta dos múltiplos aspectos, estruturamos o trabalho em seis capítulos:

O primeiro capítulo, denominado *O Diversificado Universo Cultural da População Mato-Grossense na Segunda Metade do Século XIX*, teve como objetivo traçar, ainda que de forma sucinta, um panorama sobre como estava estruturada a população mato-grossense no período em questão. Dividimo-lo em três itens, sendo que no primeiro, *O Universo do Homem Livre Pobre*, procuramos retratar o comportamento dessa camada social menos favorecida e majoritária da população de Mato Grosso, compreender os seus hábitos, costumes e perceber a sua repercussão na sociedade, com base na visão crítica das elites locais. Atendendo a que o projeto educacional aflorou a partir do universo cultural das elites, buscamos no segundo item desse capítulo, *O Cotidiano Cultural das Elites*, apresentar uma dimensão histórica dos

espaços culturais ocupados pelos impulsionadores do projeto de modernização. Nessa trajetória, partindo do cenário mato-grossense, procedemos ao levantamento dos espaços agremiativos e associativos de expressão das elites e procuramos descortinar os veículos de divulgação do seu ideário (revistas, jornais, livros, palestras, peças teatrais, etc.). Tendo como base tais mecanismos, essas elites regionais divulgavam as suas ideias, servindo as suas expressões como meios de persuasão, no sentido de levar a crer que o projeto moderno era o mais adequado para Mato Grosso. Compreender como a instrução pública era concebida por essa elite regional, constituiu o tema do terceiro item, intitulado *A Instrução Provincial sob a Ótica das Elites*. Tomamos como protagonistas as autoridades diretamente ligadas ao fazer educacional, os Presidentes da Província, os Inspetores e os Diretores da Instrução Pública. Foi através dos seus discursos, reformas, projetos e avaliações que percebemos o movimento implementado no sentido de transformar o cenário de barbárie, que estigmatizava o sertão mato-grossense, num cenário de civilização.

O segundo capítulo, intitulado *O Ensino Secundário no Brasil do Século XIX: Contextos Nacional e Regional*, objetivou colocar e evidenciar os principais momentos que marcaram o cenário educacional do Brasil Imperial no que respeitava ao ensino secundário. Assim sendo, dividimo-lo em dois itens. No primeiro, *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*, procuramos fazer uma breve caracterização do percurso do ensino secundário no Período Imperial, com destaque para as principais transformações ocorridas nesse nível de instrução e procuramos sobrelevar o papel desempenhado pelos Seminários Episcopais, o que justifica a dupla função do Seminário da Conceição: a de preparar os seus alunos para enfrentar os exames preparatórios às academias, como também cuidar da formação específica de sacerdotes. A reestruturação desse nível de ensino no cenário mato-grossense constitui o segundo item, designado *O Ensino Secundário na Província de Mato Grosso*, onde procuramos, à semelhança do anterior modelo, estabelecer uma cronologia da sua evolução na Província, com particular destaque para o primeiro estabelecimento formador das elites regionais – o Seminário Episcopal da Conceição – sem deixar de evidenciar também o Liceu Cuiabano, instituição pública de ensino secundário propedêutico que aglutinava o curso antes ministrado pela Escola Normal e o Curso de Línguas e Ciências Preparatórias. Procedemos de forma transversal a uma análise dessas duas instituições, objetivando registrar os seus



momentos mais marcantes, nomeadamente, no que respeita à sua constituição, à atuação das elites perante a disputa entre as duas instituições, particularmente direcionadas para a formação dos jovens oriundos daquele grupo social e aos conflitos pontualmente existentes entre as duas esferas de poder: Estado e Igreja.

O terceiro capítulo, intitulado *A Trajetória Eclesiástica de Mato Grosso*, foi dividido em quatro itens. No primeiro, designado *O Padroado*, buscamos analisar, de forma sumária e objetiva, o poder que o Papa outorgava ao Imperador, que passou a ter o direito de imiscuir-se nos negócios da Igreja, principalmente no que tange à nomeação de clérigos para os mais diversos cargos. Dessa forma, o poder temporal mantinha uma estrita relação com o poder espiritual, questão primordial para uma melhor compreensão da relação entre a Igreja e o Estado. No segundo item, *O Percurso da Igreja em Mato Grosso*, abordamos especificamente o papel da Igreja Católica no contexto histórico regional, tendo por base a criação da Prelazia e, posteriormente da Diocese e do Bispado. Neste item recuperamos a trajetória de uma das mais significativas figuras do clero, a de Frei José Maria de Macerata, prelado, administrador eclesiástico de Mato Grosso e primeiro mentor da criação de um Seminário na Província. Alvo de radicalismo e xenofobia, este clérigo não chegou, apesar de nomeado pelo Imperador D. Pedro I, a tomar posse do Bispado de Cuiabá e Mato Grosso, em virtude de ter sido recusado para o cargo pelo Governo Regencial, graças à ação de grupos políticos liberais. No terceiro item, denominado *Dom José Antônio dos Reis: Primeiro Bispo de Cuiabá*, procuramos relatar o trajeto de tão ilustre figura, pela importância que teve na história eclesiástica de Mato Grosso, nomeadamente no que concerne ao seu desempenho enquanto primeiro Bispo daquela Diocese e, especialmente pelo seu incondicional empenho na construção do Seminário Episcopal da Conceição. No quarto item, designado *O Padre Ernesto Camillo Barreto: Alguns Dados Biográficos*, procuramos ressaltar a atuação dessa ilustre figura que, junto do Seminário, se revestiu de uma importância singular, dado que, não só assumiu a responsabilidade da sua fundação e estruturação organizacional, como também ali prestou relevantes serviços, seja enquanto Reitor, Presidente da Congregação dos Lentes ou como professor de diversas cadeiras, além do importante papel que desempenhou no cenário educacional mato-grossense, onde, nesse âmbito, ocupou diversos cargos, dando um precioso contributo para o processo de modernização da Província.

O quarto capítulo, intitulado *O Seminário Episcopal da Conceição visto por dentro: Universo Físico, Administração e Estatutos*, foi organizado em três itens, designadamente, *Da Conceição à Edificação Final*; *A Administração do Seminário* e *Os Estatutos*. Procuramos, a partir da análise da documentação existente em diferentes arquivos, traçar a reconstituição histórica da Instituição. Buscamos adentrar pelos principais momentos da construção do edifício, analisando cronologicamente os auxílios financeiros recebidos dos Governos Imperial e Provincial, resultante das sucessivas solicitações de Dom José Antônio dos Reis, que a este nível, não mediu esforços no sentido concretizar a conclusão do Seminário. Trabalhamos de seguida a parte administrativa e estatutária do Estabelecimento, através da análise exaustiva dos diversos Estatutos, principais instrumentos regulamentadores e normativos da Instituição.

O quinto capítulo da presente tese, denominado *O Seminário Episcopal da Conceição e a sua Organização Pedagógica*, foi dividido em quatro itens. O primeiro, *O Plano de Estudos do Seminário Episcopal da Conceição*; o segundo, *As Cadeiras de Ensino do Seminário*; o terceiro, *Os Métodos Punitivos: Castigos Físicos e Morais*; o quarto, *O Sistema de Avaliação: Métodos e Instrumentos*. Procedemos a uma análise descritiva do Plano de Estudos do Seminário e da sua evolução durante os anos de funcionamento da Instituição. Para tanto, discorremos sobre todas as cadeiras de ensino ministradas no Seminário e os respectivos conteúdos, os materiais didáticos utilizados, o corpo docente e discente, o sistema de avaliação, os recursos e métodos punitivos, em suma, procuramos vislumbrar de modo abrangente o seu cotidiano pedagógico.

No sexto e último capítulo, intitulado *A Importância do Seminário Episcopal da Conceição na Formação das Elites de Mato Grosso e alguns dos seus Ilustres Egressos*, procuramos salientar a relevância do Seminário Episcopal da Conceição enquanto importante agente formador de uma elite letrada masculina, bem como a atuação de alguns dos alunos que mais se distinguiram nos diversos setores dos cenários regional e nacional. Visamos ainda complementar o estudo e, simultaneamente, estabelecer um quadro de consolidação institucional. Através da reconstituição sumária de biografias de egressos, damos nota da importância da formação adquirida na Instituição; comprovamos como a mesma se prolongou para além do tempo de ação; estabelecemos um olhar alternativo ao historial desenvolvido nos

capítulos anteriores, o que permite formular uma apreciação do impacto do Seminário na sociedade, na cultura e na modernização de Cuiabá, de forma mais ampla em Mato Grosso. Encerramos com algumas Considerações Finais.

Os seis capítulos desta tese foram construídos tendo por base uma extensa pesquisa documental que nos tomou, praticamente quatro anos de ininterruptas investigações. A carência de bibliografia específica sobre esta temática, obrigou-nos a um debruçar mais extenso e sistematizado sobre o vasto aporte documental existente, em grande parte degradado, não apenas pela ação do tempo, mas também pela inadequada conservação, fator que está na base do avultado recurso a citações/transcrições, por vezes extensas, dado que a recuperação de documentos e a preservação dos seus conteúdos foi, durante este trabalho, uma das nossas principais preocupações.

Entre os autores regionais, foi José de Mesquita, ilustre jurista e literato mato-grossense, que nos norteou na elaboração deste trabalho através de alguns dos seus artigos, específicos sobre o Seminário Episcopal da Conceição e publicados em 1932 no jornal católico *A Cruz*, numa coluna de sua responsabilidade, designada *Gente e Cousas de Antanho*. Foi a leitura destes artigos que nos permitiu encetar os nossos questionamentos sobre o processo de constituição de tão importante Instituição Educativa. Mesquita traçou uma cronologia do estabelecimento desde o lançamento da pedra fundamental, adentrando pelos longos anos da sua construção e percorrendo sobre os mestres, com particular destaque para o relevante papel desempenhado pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto. Tudo isso em sucintos relatos onde, sutilmente eram referidas as fontes, porém, silenciando frequentemente o local onde as mesmas se encontravam depositadas. Foi, no entanto, José de Mesquita, quem nos legou os principais indícios da existência de um *corpus* documental inédito, o que nos levou a localizá-los nos principais centros de pesquisa.

Humberto Marcílio, na obra *História do Ensino em Mato Grosso*, publicada em 1963, centrou a análise que fez da trajetória educacional de Mato Grosso, tendo por base apenas a sua estruturação administrativa. Mesmo considerando a extensão de tal análise, que abrange um longo recorte cronológico (desde o Período Colonial até à década de 1960), o tratamento dado ao Seminário, num capítulo especial, apesar de nos ter fornecido algumas pistas não

contempladas por Mesquita, deixou sérias lacunas, dado o tratamento superficial e a fragilidade da sua abordagem. Vale lembrar, no entanto, que foi a partir da obra de Marcílio que pudemos antecipar a relação do Seminário com as demais instituições educativas mato-grossenses.

Tendo em conta que a nossa investigação se circunscreveu ao século XIX, foi de primordial importância a obra *Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)*, de autoria de Elizabeth Madureira Siqueira (2000), que traçou um amplo e pontual panorama da instrução pública durante aquele período que marcou os últimos trinta anos do Império. Esta obra, resultante de uma detalhada pesquisa documental, consubstancia o mais abrangente e exaustivo levantamento realizado sobre o Império numa região brasileira, serviu-nos de orientação para o entendimento da temática da instrução pública mato-grossense no período abordado e, com base nela, estruturamos o primeiro capítulo desta tese.

Sendo o Seminário uma instituição de cunho religioso, faltava-nos o conhecimento da história da Igreja à qual este pertencia, bem como do seu papel no domínio mato-grossense. Foi no extenso trabalho de pesquisa implementado pelo Padre Pedro Cometti, ilustre eclesiástico mato-grossense, que buscamos as informações que necessitávamos. A obra *Apontamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso*, editada em 1996, precioso legado de Cometti, foi de cabal importância para que lográssemos compreender o contexto religioso em que o Seminário emergiu, constituindo-se uma fonte privilegiada, dada a riqueza da documentação nela compilada, particularmente no tocante à trajetória do Frei José Maria de Macerata.

No que respeita à bibliografia nacional, *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*, de autoria do Gilberto Luiz Alves (1993), serviu-nos de inspiração dado o seu elevado valor histórico e científico. Preciosa fonte de informações, consiste numa das raras obras nacionais que aborda a questão dos Seminários, na circunstância o Seminário de Olinda, Instituição de ensino clerical e propedêutico de maior prestígio no Período Colonial e, cujo projeto pedagógico visou dar resposta às necessidades nitidamente burguesas, servindo de modelo a muitos outros que, posteriormente foram surgindo no Império.

Em relação à temática do ensino secundário, Maria Thetis Nunes, em *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira* (1962) e Maria de Lourdes Mariotto Haidar, na clássica obra *O Ensino Secundário no Império Brasileiro* (1972), foram as autoras que mereceram a nossa particular atenção, pela importância do seu contributo para o conhecimento da evolução desse nível de ensino no Brasil Imperial.

No que concerne às disciplinas escolares ministradas no Seminário, importante dispositivo para o conhecimento da cultura escolar, valemo-nos de autores como Michel de Certeau<sup>1</sup>, André Chervel,<sup>2</sup> Dominique Julia<sup>3</sup> e Antonio Viñao Frago<sup>4</sup>.

Para a realização desta investigação foi primordial, como antes referimos, percorrer o campo empírico, a documentação propriamente dita, excelente manancial de inspiração que, no seu conjunto, nos facultou uma infinita riqueza de informações que bastaram para fazer emergir um universo esmorecido e, de certa forma, esquecido pela historiografia. Porém, os dados lá estavam, guardados em latas, caixas, códices e correspondências, muitos deles ocultos de modo subliminar, por se encontrarem microfilmados. Só por si, cada informação pouco dizia, porém, o esforço despendido no sentido de patentear uma senda até então inexplorada, facultou-nos o estabelecimento de interessantes conexões no conjunto de documentos, conferindo-lhes notabilidade e sentido.

Assim sendo, partilhamos o mérito da presente tese, com as fontes documentais consultadas que, como que num “puzzle”, nos estimularam a enfrentar a sua organização, perante papéis envelhecidos, carcomidos pelas traças, descolados pelas pregas produzidas pela pena fina, tinta densa e mão firme dos escrivães. Nesse percurso, foi de suma importância a consulta de toda a documentação depositada e preservada nos arquivos mato-grossenses.

As fontes coletadas junto do Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM), possibilitaram a consulta de originais de quase toda a coleção dos principais periódicos da

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>2</sup> CHERVEL, André. *História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Revista Teoria & Educação, Porto Alegre, nº 2, 1990.

<sup>3</sup> JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas: autores associados, nº 1, 2001.

<sup>4</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas y cuestiones*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 0, 1995.

época e foram, por outro lado, de um incalculável valor para a investigação que realizamos. O manuseio dessa documentação, bem como do acervo do Instituto de Pesquisa Dom Aquino Corrêa (IPDAC), então sob a custódia da Casa Barão de Melgaço<sup>5</sup> e que abarca um expressivo volume documental, concernente à trajetória dos clérigos na Província mato-grossense, constituíram-se como preciosos elementos no entendimento das matérias relativas à instrução pública. Ali encontramos documentos de significativo valor para a história do Seminário, nomeadamente, uma série de correspondências trocadas entre o Bispo Dom José Antônio dos Reis e as autoridades provinciais e o interessante *Livro de Expediente da Secretaria*, através do qual pode ser conhecido o cotidiano administrativo e pedagógico do estabelecimento, entre os anos de 1863 e 1865, primordiais na estruturação inicial do Seminário. Pelo precaríssimo estado de conservação dessa peça fundamental, assim como de muitas outras, tivemos que copiá-lo na sua totalidade, não apenas para preservar o seu manuseamento, mas também para melhor compreendermos a dinâmica da Instituição nos seus primeiros anos. A par dessa documentação, encontramos a *Carta Pastoral*, obra particularmente significativa, de autoria de Dom Orlando Chaves, terceiro Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, alusiva à comemoração do centenário do Seminário Episcopal da Conceição (1858-1958), na qual o autor sintetiza o historial da Instituição desde o lançamento da sua pedra fundamental. Encontramos ainda obras didáticas, relações de frequência dos alunos, mapas e quadros das matérias, correspondências e outros documentos de cunho pedagógico. É importante salientar que, recentemente todo este acervo foi digitalizado no sentido de evitar o manuseamento dos originais, em adiantado estado de degradação, mercê da iniciativa da curadora daquele acervo, a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, encontrando-se disponível ao público na Casa Barão de Melgaço.

Não obstante o significativo número de obras existentes nestes acervos, carecíamos ainda para a prossecução do nosso trabalho, dos primeiros Estatutos do Seminário da Conceição. Foi no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC) que conseguimos localizar esta importante documentação, tarefa bem complicada dadas as dificuldades que se nos depararam até que pudéssemos aceder-lhe, graças à intervenção da Professora Doutora

---

<sup>5</sup> A Casa Barão de Melgaço integra duas importantes instituições: a Academia Mato-Grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Maria Adenir Peraro (UFMT) que, nesse sentido, intercedeu junto do Arcebispo de então, Dom Bonifácio Piccinini, por se encontrar aquele acervo, até há bem pouco tempo inacessível ao público. Grande parte dos manuscritos existentes foram lidos e transcritos quase que integralmente, o que consumiu muito do nosso tempo. Atualmente, toda essa documentação se encontra microfilmada, porém, em consequência do seu mau estado de conservação, a sua leitura sempre se torna bastante difícil.

Foi também no APMC que localizamos os documentos mencionados por José de Mesquita, fontes de inestimável valor, como o *Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes (1863-1866)*, o *Relatório do Movimento do Seminário (1862)*, o *Livro de Registro dos Discursos Proferidos pelos Lentes (1858-1865)* e ainda, os tão almejados “tesouros”, nomeadamente, o primeiro *Estatuto do Seminário* datado de 1854, o de 1863 e o posterior, datado de 1865.

Buscamos ainda outras fontes no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), instituição que detém, conserva e divulga documentos produzidos pelos diferentes organismos públicos desde o século XVIII até à atualidade. Aí encontramos importante documentação cronologicamente organizada e armazenada em latas, caixas e sob a forma de livros. São inúmeras e variadas as fontes existentes neste acervo que reúne desde documentos iminentemente oficiais, como *Relatórios* de Presidentes da Província, de Inspectores e Diretores da Instrução Pública, correspondências diversas, pequenos processos, listagens de material escolar e mapas dispersos respeitantes às escolas. Foi, na verdade, este conjunto de fontes que, aliadas às anteriormente reunidas, constituíram o *corpus* empírico mais utilizado no nosso trabalho. Importa salientar que tais documentos, frequentemente olhados de soslaio por alguns pesquisadores, ao invés do que estes por vezes pensam, contêm dados e referenciais que as fontes ditas oficiais jamais conseguiriam facultar.

O Instituto Memória do Poder Legislativo (IMPL) deve ser também salientado, enquanto organismo que se revelou de grande utilidade para o nosso trabalho, porquanto nos possibilitou a consulta do seu importante arquivo. Este núcleo interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso detém, preserva e divulga documentos produzidos ao longo dos duzentos anos de atividade da “Casa do Povo”. A série de *Atas das Sessões Legislativas* e a

coleção completa da legislação reunidas neste acervo constituíram-se também como fontes primordiais de consulta. A documentação do século XIX, em razoável estado de conservação, encontra-se em grande parte microfilmada e abrange uma relevante coleção de *Leis e Decretos* do maior interesse para o entendimento de substanciais alterações que iam sendo implementadas no âmbito de instrução pública. Em suma, foram essencialmente os documentos que serviram de interlocutores para a reconstituição da trajetória do Seminário Episcopal da Conceição, no período compreendido entre 1858 e 1880, que estiveram na base da elaboração da presente tese.

Partimos do entendimento de Justino Magalhães<sup>6</sup> de que, na pesquisa histórica de uma instituição educativa, é indispensável integrá-la na realidade mais abrangente que é o Sistema Educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, sistematizando e (re)escrevendo o seu percurso de vida em termos multidimensionais, o que envolve a reconceptualização da relação construída entre a instituição educativa e a comunidade, de molde a conferir-lhe sentido histórico, tarefa que não se atinge através da acumulação ou mera associação de informações, mas recorrendo a técnicas de interpretação que demandam a transformação espaço-temporal que, se traduz na relação entre os diferentes intervenientes na ação educativa: espaços, agentes, meios, atitudes, culturas, valores, motivações, interesses e racionalidades. De tais relações processuais, partindo dos produtos para os processos integrados e contextualizados, resulta o conhecimento da ação educativa, início de um percurso investigativo em que a relação histórica das instituições educativas com o meio envolvente, é fundamental para a estruturação do conhecimento.

Observar a identidade de uma instituição educativa consiste em assumir a escola como um agente de produção, um meio pedagógico e didático indispensável, cujo contributo é fundamental para a construção social. Basicamente, historiar uma instituição educacional, implica a compreensão e a explicação de processos e de convenções sociais como requisito instituinte de regulação e conservação das normas, através da análise de procedimentos, interpretações e planos dos intervenientes, na sua relação com a realidade material e

---

<sup>6</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.



sociocultural do seu contexto. Assim sendo impõe-se privilegiar as novas interpretações que exaltam a história regional, no sentido de estabelecer ligações entre a singularidade e a totalidade. Compreender a história regional consiste em integrá-la num contexto mais vasto, no qual sucedem as alterações de âmbito local. Neste sentido, historiar uma instituição educativa, implica estar atento à especificidade e, simultaneamente, apreender a sua globalidade.

Identificando conexões entre a instituição e a comunidade numa multiplicidade de sentidos, sobressai a falta de um redimensionamento dos planos espaço-temporais favorecendo abordagens do tipo meso. Assim sendo, pode inferir-se que só procurando uma dimensão em contexto, se confere vida e energia à história da instituição, atribuindo às diferentes personalidades envolvidas no processo, diretores, professores, alunos e outros membros da comunidade, a dimensão de sujeitos históricos, considerando as pequenas ações, os gestos, as vozes pouco escutadas e por vezes até silenciadas, as práticas educativas, o currículo e o seu projeto educativo.

De acordo com António Nóvoa, trata-se de contornar as práticas habituais, entre uma compreensão micro e um observar macro, favorecendo um nível meso de percepção e interferência. As instituições educativas alcançam a sua própria grandeza, enquanto espaço organizacional onde se decidem relevantes posições no âmbito educativo, curricular e pedagógico.<sup>7</sup> Em tal abordagem meso, ressalta o alargamento do conhecimento historiográfico que possibilita a procura de inúmeras informações, no sentido de dar visibilidade aos diferentes significados corporalizados em todos os aspectos que caracterizam os estabelecimentos educativos.

Devemos, na dimensão física das instituições educativas, explicar os espaços, os contextos e a arquitetura dos edifícios que, em cada componente do seu conjunto, traduzem as escolhas, os ideais, os valores e inquietações humanas do seu tempo. Neste sentido, passam a ser explicadas e compreendidas muitas questões, quando se analisa uma instituição educacional como uma organização comunicativa e relacional, edificada numa faixa de

---

<sup>7</sup> NÓVOA, António (Coord.). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p. 15.

pressão balizada por ansiedades, dúvidas, aspirações e procedimentos que, no seu conjunto, contribuem para a concretização de um mesmo projeto. Verifica-se que, qualquer discurso que vise expressar tão rigorosamente quanto possível a complexidade que uma instituição educativa envolve, implica, necessariamente, uma orientação metodológica também complexa no âmbito relacional que visa uma nova dimensão espaço-temporal em que a pesquisa historiográfica confira à instituição, razão de existir e identidade própria.

Uma instituição educacional enquanto todo a construir, produz ao longo do seu trajeto histórico a sua própria identidade. Nesse percurso, ela constrói a sua própria cultura escolar, que abrange a história do fazer escolar, condutas e práticas e, os conteúdos incluídos numa conjuntura histórica que produz pessoas, tornando possível a concretização dos objetivos do ensino. Nessa perspectiva, uma investigação neste âmbito só poderá, obviamente, ser produzida entre a memória e o arquivo, procurando a memória explicar as conexões hierárquicas e valores, quer entre os objetos quer entre pessoas, dado que tudo o que nela vai sucedendo não acontece por acaso, pouco ou nada se perde, antes subsiste e se renova.

Para Justino Magalhães, a memória de uma instituição é, com relativa frequência, um conjunto de memórias e de olhares individuais ou de grupo, que contestam um discurso científico. É intercedendo entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entrelaça uma interpretação e um sentido para o seu trabalho e, desse diálogo, nasce o sentido para a história das instituições educativas.

Observa-se que, em termos de metodologia, é possível conferir um profundo sentido a uma instituição educativa, à luz de uma heurística e hermenêutica que, a partir de um *corpus* documental, se propõe problematizar a realidade educativa como um todo. Pode assim entender-se que, enquanto estrutura organizacional, uma instituição educativa é cada vez mais entendida como cultura, uma cultura dinâmica e que resulta da interação dos diferentes intervenientes no cotidiano escolar.

Observa-se que a cultura escolar abrange o fazer escolar, que decide o que ensinar, o que inculcar, os fins a obter, em suma, o que transmitir. A escola produz e transmite cultura, através dos seus conteúdos culturais, o que coloca o pesquisador perante a necessidade de

contornar o que é tido como norma, para procurar apreender de que modo os intervenientes assumem e reproduzem essa cultura. Nesse sentido, importa entender que, as representações são práticas culturais que expressam o pensar e o fazer o cotidiano escolar e compreender que, na medida em que os atores educacionais pensam e produzem a realidade escolar, estes se apropriam dos modelos culturais que os envolvem, interpretando-os e aplicando-os.

De entre os diferentes elementos que compõem uma instituição educativa, sobressai a organização espacial: a arquitetura, plantas, normas de construção dos edifícios, por regra padronizadas através de projetos pré-estabelecidos pelo governo, determinantes no panorama de uma cultura escolar específica. Para além do espaço físico, todo o conjunto pedagógico e didático se constitui como um expressivo transmissor da cultura de uma instituição, dimensão que reúne a ação educativa em si mesma, os gestores, os professores, a organização escolar, as disciplinas, as estratégias, os métodos de ensino e os alunos.

Importa sublinhar que as fontes, como os arquivos escolares, enquanto relevantes mananciais de informação, nem sempre se encontram nas melhores condições de conservação, resguardados e protegidos. Entre outros documentos, encontramos relatórios, atas de âmbito diverso, livros de matrícula, documentos pedagógicos, manuais didáticos, livros de ponto, etc.

A riqueza de qualquer investigação emerge, em nosso entendimento, da visão crítica do historiador e do diálogo que este estabelece com os documentos face à problemática em questão. Neste contexto, as respostas procuradas nem sempre residem nas fontes, mas na forma como o seu olhar incide nelas, procurando ler não apenas a escrita objetiva, mas indagando também nas entrelinhas, na pontuação e mesmo nas letras maiúsculas ou minúsculas, onde por vezes se encontram as mais ricas mensagens. Por outro lado, os documentos apresentam normalmente um profundo nível de uniformidade, chegando por vezes a ser repetitivos e enfáticos, tornando-se indispensável, para que tenham significado, compará-los com outras séries documentais ou mesmo documentos esparsos que, isoladamente pouco dizem, porém, quando relacionados com outras séries mais completas, ganham corpo e estatuto.

Vale ressaltar que as pesquisas sobre a história das instituições educativas começaram a desenvolver-se no Brasil com maior acuidade, especialmente a partir dos anos 90 do século XX, inspiradas nas novas correntes historiográficas, sobretudo, pela Nova História Cultural, não obstante se encontrem alguns registros de estudos realizados em décadas anteriores. As investigações no âmbito da história da educação, anteriores àquele período, estavam particularmente voltadas para o desenvolvimento de novas ideias didáticas, aludindo muito pouco às práticas pedagógicas, aos alunos e mesmo aos professores. Segundo Lopes e Galvão, certas pesquisas “tinham como principais objetos as mudanças ocorridas sucessivamente nos sistemas de ensino na perspectiva da ação do Estado, de um lado, e o pensamento pedagógico, de outro [...]”<sup>8</sup>. Tais pesquisas, para as autoras, abordavam um passado educativo que manifestava um anseio, mas não uma realidade ou um aspecto que lhe estivesse subjacente.

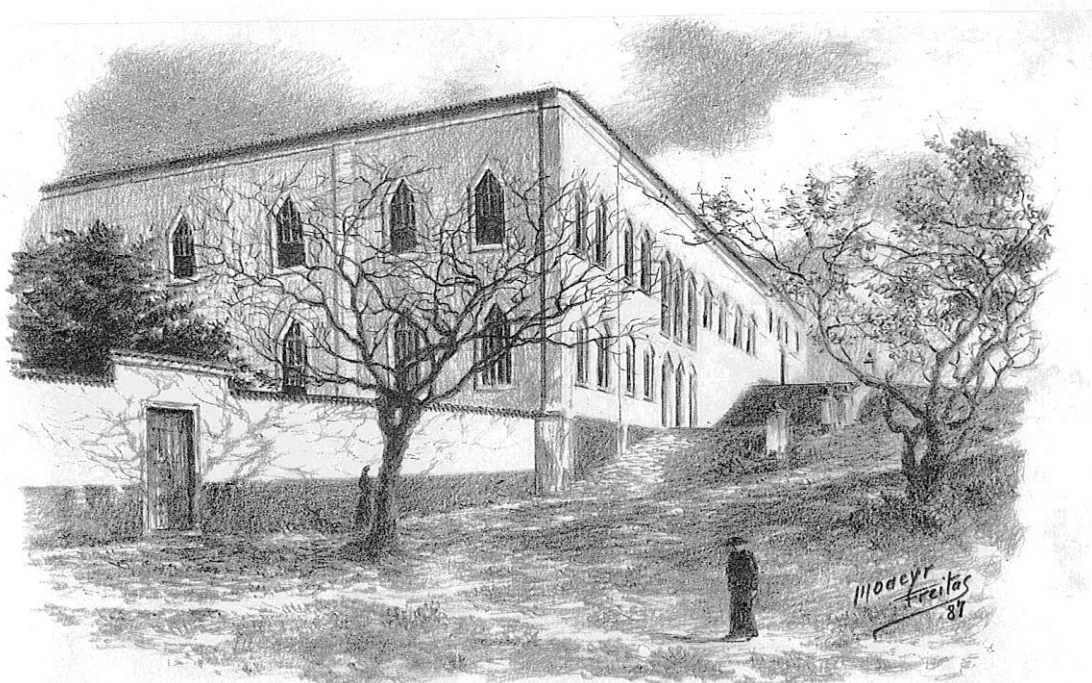
A investigação sobre o Seminário Episcopal da Conceição permitiu-nos perceber a importância da reconstituição da sua trajetória, não apenas ao nível material, mas também em termos pedagógicos. A esse fato, atribuímos a necessidade que tivemos de assumir a árdua tarefa de remontar a sua estrutura e discorrer sobre o funcionamento daquele estabelecimento. Este trabalho serviu também para que pudéssemos revelar o aporte documental produzido pela Instituição e esboçar os seus momentos fundantes. Permitiu-nos ainda concluir que conseguimos, não apenas dar maior visibilidade ao Seminário Episcopal da Conceição, cuja história, importância e relevância carecia de maior divulgação, considerando o importante papel que desempenhou enquanto instituição educacional de maior vulto na Província de Mato Grosso em meados do século XIX, mas também, dar o nosso contributo no sentido de localizar grande parte dos documentos relacionados com o Seminário e, dessa forma, facilitar a sua utilização aos futuros pesquisadores.

---

<sup>8</sup> LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.30.

## CAPÍTULO I

### O Diversificado Universo Cultural da População Mato-Grossense na Segunda Metade do Século XIX



**O Seminário Episcopal da Conceição (Século XIX) – Desenho de Moacyr Freitas  
feito em 1987**

(Fonte: FREITAS, Moacyr; COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Gravuras Cuiabanas*. Cuiabá: ME Cardoso, 1997).

## 1.1 O Universo do Homem Livre Pobre

Cuiabá, na segunda metade do século XIX, era uma cidade pequena e economicamente limitada, apesar de Mato Grosso ser visto, no imaginário dos viajantes estrangeiros e dos habitantes de outras províncias, como um território fértil em riquezas naturais, capaz de gerar enormes lucros ao Império. Situada na Região mais central da América do Sul, teve o seu povoamento iniciado em 1719, quando a bandeira de Pascoal Moreira Cabral encontrou ouro nas margens do Rio Coxipó, onde foi criado o primeiro núcleo populacional, então designado de Arraial da Forquilha.

Tendo o ouro como alvo, o povoamento foi-se construindo a partir das lavras, de forma desordenada e pouco criteriosa, obedecendo às condições impostas pela topografia do terreno. Em 1722, ocorreu o início da construção da Igreja Matriz, em local elevado, à semelhança do que sucedia na maioria das cidades coloniais brasileiras. Passada a febre do ouro dos primeiros anos, o povoamento foi prosseguindo de forma lenta, estando totalmente constituído no início do século XIX, mais precisamente em 1815, ano em que se deu início à construção da Santa Casa da Misericórdia que, desde então, passaria a integrar o espaço urbano.<sup>9</sup>

Localizada num pequeno vale constituído por morros de baixa altitude, cortado por córregos, dos quais se destacava o da Prainha, a cidade, originária do bandeirismo monçoeiro era ainda composta, para além daquele núcleo, por um pequeno aglomerado de casas existentes junto à zona portuária do rio que lhe deu o nome e ao qual sempre esteve ligada, devido à fertilidade das terras das suas margens, que foram, desde o século XVIII, fonte de abastecimento da cidade e fator de desenvolvimento do seu porto.<sup>10</sup>

Com uma população que, na segunda metade do século XIX, rondava doze mil habitantes, Cuiabá possuía apenas duas Freguesias urbanas: a de São Gonçalo de Pedro 2º (o Porto) e a Freguesia da Sé, núcleo central do qual faziam ainda parte os seus arredores, como

---

<sup>9</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero/Cuiabá: EdUFMT, 1993, p.26.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 27.

o Baú, o Lavapés, a Mandioca e o Mundéu. O Coxipó, o Barbado e São Gonçalo eram distritos periféricos. Integravam também o termo da cidade, as Freguesias rurais de Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio do Rio Abaixo e Sant'Ana da Chapada dos Guimarães, ligadas à agricultura e pecuária e, consequentemente, responsáveis pelo abastecimento de Cuiabá.<sup>11</sup>

A cidade possuía várias praças, largos, igrejas e edifícios públicos, sendo que as suas ruas não tinham denominação oficial, sendo conhecidas conforme a designação dos seus moradores. As mais importantes eram a Rua de Cima (Pedro Celestino), do Meio (Ricardo Franco), de Baixo (Galdino Pimentel), do Campo (Barão de Melgaço, da Fé (Comandante Costa), Travessa da Boa Morte (Cândido Mariano), entre outras, calçadas de pedra cristal.<sup>12</sup>

A distância que separava Cuiabá dos centros de decisão do país e a falta de atenção do Governo Central contribuíram para o lento desenvolvimento da Província que, por volta de 1850, estava distante dos parâmetros impostos pela nova ordem capitalista já estruturada na Europa e que começava a penetrar no Brasil. Esta afirmação, nem de longe poderia aproximar-se das ideias de “isolamento”, fenômeno que inexistiu no cenário regional, pois Mato Grosso desde o período colonial se ligava fluvialmente e por via terrestre com o Centro-Sul, via Rios Tietê e Cuiabá, sendo que, na segunda metade do século XIX, passou também a comunicar-se não só com essa região brasileira, mas, também, com a Europa e os Estados Unidos, através da Bacia do Rio da Prata, antes bloqueada pelo Governo da República do Paraguai e retomada em 1857, na sequência de acordos diplomáticos entre os governos de ambos os países.

Nessa época, os cuiabanos assistiam com intensa expectativa às transformações que se operavam no Centro-Sul do país. As notícias sobre o progresso das áreas mais dinâmicas do Império chegavam a Mato Grosso e geravam na sua elite a aspiração de usufruir também desses proveitos. Nesse contexto, o modelo que se estabelecia para aquelas regiões era visto, como a única forma possível de atingir o progresso e a civilização. Assim sendo, foi esse o projeto de desenvolvimento elaborado para Mato Grosso durante aquele período, não obstante

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>12</sup> ROSA Carlos. *O processo de independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: SEC-MT, 1976, p. 21.

a inexistência de condições reais para a sua implementação. Porém, alguns fatores específicos da realidade de Mato Grosso atuaram, de forma assaz significativa.

As melhorias obtidas nos transportes e nas comunicações, decorrentes da reabertura do Rio da Prata à navegação, propiciou a dinamização e conseqüente crescimento do comércio da Província, no entanto, os efeitos de tal mudança não foram prolongados, porquanto, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), não tardou a eclodir, daí resultando um novo bloqueio daquela importante via de comunicação e o isolamento da Província, em relação às demais.

As conseqüências da Guerra foram dramáticas para a população de Cuiabá e constituem um fator de cabal importância para que se possa compreender a vivência dos habitantes da cidade, na segunda metade do século XIX. Foi uma fase bastante difícil para a população cuiabana, que se viu confrontada com sérios problemas, como o desabastecimento da Província, em conseqüência do bloqueio da navegação. Agravando mais ainda as dificuldades sentidas, a grande enchente do Rio Cuiabá, ocorrida em 1865, deixou grande parte da população desabrigada e inundou parcialmente a cidade, principalmente a região do Porto, bem como as plantações ribeirinhas. A epidemia de varíola, ocorrida em 1867, contribuiu também para a devastação da população, dado que dela resultou a morte de quase metade dos habitantes da Cidade. A conjugação dessas três catástrofes (guerra, enchente e epidemia), acrescida de outros problemas regionais, representou um quadro que Volpato denominou de “apocalipse cuiabano”.<sup>13</sup>

Terminada a Guerra, com a derrota do Paraguai, renovaram-se as expectativas de progresso e civilização da elite regional e Mato Grosso retomou com a reabertura definitiva do Rio Paraguai o processo de modernização que, pouco a pouco, se instalava na Província.

A dinamização da economia, perceptível a partir de 1870 em conseqüência do desenvolvimento das atividades produtivas e do comércio internacional, contribuiu de forma significativa para o aumento da população da Província de Mato Grosso, devendo-se este aumento à redefinição dos rumos da economia regional. O declínio da mineração, acentuado

---

<sup>13</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Op. cit.*, p. 56.



ao longo das últimas décadas, foi sendo substituído por atividades extractivistas, nomeadamente da borracha, poaia e erva-mate, contributo essencial para o consequente desenvolvimento da economia interna.

Tal desenvolvimento projetou-se nas diferentes regiões da Província, sendo responsável pelo crescimento da mão-de-obra estrangeira, engajada no já diversificado mercado de trabalho regional, alargado após a redefinição econômica de Mato Grosso. Importa referir que a ligação do comércio da Província com o cone-sul, veio proporcionar o afluxo de embarcações, produtos, pessoas e, com estas, novas ideias que viabilizaram o progresso, não apenas da Capital, mas também dos demais portos provinciais.<sup>14</sup>

Para Siqueira, a construção de um Brasil moderno, baseado no pressuposto de que só o trabalho expedito gera riqueza e, consequentemente, poupança e prosperidade – fatores indispensáveis à civilização – as diferentes práticas e ancestrais referências culturais das populações mais pobres, seriam a causa preponderante do seu atraso e pobreza.<sup>15</sup>

De acordo com relatos dos viajantes estrangeiros que por lá passavam, Cuiabá era vista como uma cidade de aspecto alegre, de terras abundantes e férteis, porém, suja e desprovida de higiene, prestando-se à proliferação de insetos e os seus habitantes eram tidos como ociosos. Faltava iluminação, hotéis, chafarizes, as casas eram muito simples e os animais, soltos nas ruas, simbolizavam a pouca urbanidade existente. Para Moutinho<sup>16</sup>, um viajante português que durante 18 anos morou em Cuiabá, os hábitos dos cuiabanos eram considerados rústicos e primitivos e a vida da população desprovida de conforto. O viver em Cuiabá era marcado pela condição de fronteira da Província e as pessoas que vinham de fora, não conseguiam perceber as condições históricas do Centro-Oeste.

A população estava estruturada numa sociedade piramidal. No vértice estava uma minoria privilegiada composta pelos fazendeiros, senhores de terras e de escravos, pelos comerciantes e pelos militares, aos quais se seguiam os pequenos proprietários rurais e

---

<sup>14</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000, p. 69.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoreder, 1869.

comerciantes humildes, os tropeiros, taverneiros, trabalhadores de ofícios mecânicos e outros artesãos de diferentes profissões, fazendo parte de uma camada razoavelmente independente, porém, sujeitos à exploração. Na base da pirâmide, os escravos negros e os livres pobres formavam a periferia física da Cidade.

Exaltada, desde o século XVIII, como o território da riqueza, da abundância e da fartura, a Província de Mato Grosso, era-o apenas potencialmente, na imaginação das elites, dado que, a população se mostrava incapaz de retirar da fauna, da flora, do solo e do subsolo, as riquezas aí existentes, isto é, em Mato Grosso, os trabalhadores não conseguiam capacitar-se da atividade produtiva moderna, donde provinha toda a prosperidade e riqueza. Para Volpato, tal situação devia-se à existência de condições naturais que garantiam a sua sobrevivência, tal como “[...] a piscosidade dos rios e ainda a presença de um clima quente e seco que possibilitava a sobrevivência, apesar de uma vida bastante pobre”.<sup>17</sup>

Porém, segundo Siqueira, a indolência atribuída à população mato-grossense, estava na origem do grande atraso da Província. A avaliação dos estrangeiros materializava valores e necessidades de uma sociedade que, seguramente, havia atingido já um grau de maturidade e evolução das suas forças produtivas, sendo estas culturalmente diferenciadas de Mato Grosso, cujas demandas e carências não impunham a urgência exploratória demarcada por tais avaliadores.<sup>18</sup>

A ideia de que as riquezas no território mato-grossense até meados do século XIX se encontravam inexploradas, persistia na mente dos viajantes, nomeadamente do português Joaquim Ferreira Moutinho. Nas avaliações que estes faziam da situação, uns consideravam que a distância que separava Mato Grosso do Litoral e, conseqüentemente, dos centros de decisão do país, acrescida da pouca atenção que o Governo Central lhe dispensava, contribuíam, inevitavelmente, para o seu atraso em termos de desenvolvimento, enquanto outros, esse atraso se devia à falta de iniciativa e de empreendedorismo dos seus habitantes.

---

<sup>17</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Op. cit.*, p. 199.

<sup>18</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p.71.

No entanto, tais avaliações tinham um ponto em comum: “[...] a civilização viria de fora, do litoral, da Corte, quiçá da Europa”.<sup>19</sup>

Importa salientar que tal conceito não era disseminado somente pelos estrangeiros, mas fora também veiculado até Mato Grosso e aí amplamente difundido pelos Presidentes de Província que adotavam essa visão vigorosa, construída no projeto das elites, através do conhecimento que lhes chegava do exterior. Volpato imputa essas críticas ao referencial cultural e citadino de que eram portadores tais indivíduos. Ao abordar a figura dos Presidentes da Província mato-grossense, entende a autora que:

Integrados a esse processo de transformações, os presidentes designados para as diversas províncias do Império chegavam ao seu destino cobrando das populações interioranas comportamentos semelhantes aos dos habitantes do centro-sul.

Para as autoridades que chegavam a Mato Grosso, em meados do século XIX, era decepcionante encontrar uma cidade tão longe dos padrões já referidos de cidade civilizada.<sup>20</sup>

Todavia, não obstante a existência dos abundantes recursos naturais de que a Província era dotada, o seu desenvolvimento teria, necessariamente, de ter em conta as características específicas da população, bem como a realidade histórico-cultural que delimitava a sua inserção no contexto nacional. Apesar de constituída na área mais desenvolvida e populosa, Cuiabá estava muito aquém dos parâmetros estabelecidos pela estrutura capitalista que, a partir da segunda metade do século XIX, se implantava no país.

A elite mato-grossense passou a almejar avidamente os sinais de progresso da sociedade capitalista, apesar de não deter as indispensáveis condições econômicas para implementá-los na Província. Houve lugar a calorosos debates visando a construção de uma estrada de ferro ligando Cuiabá à Corte e foram repensados novos planos de colonização da Província através da imigração proveniente da Europa, porém, não foram então consideradas as reais condições para a sua concretização. Em tal contexto, acentuou-se a desvalorização do

---

<sup>19</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Op. cit.*, p. 24.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 45.

trabalhador nacional e a escravatura foi posta em causa, sem que as sugestões idealizadas para a sua substituição tivessem em consideração a realidade local.<sup>21</sup>

Apesar de Mato Grosso não ter sido uma Província onde o novo modelo civilizacional se tenha propagado na sua plenitude, este deixou indeléveis raízes em Cuiabá:

[...] seja mudando o gosto das roupas, seja os gostos das casas, ou criando novas oportunidades de circulação das ideias e produtos. Lentamente o ideal da cidade ordenada e higienizada ia penetrando na cidade. Novos espaços iam sendo introduzidos na paisagem urbana, como o cemitério; outros eram apenas solicitados como o matadouro e o mercado. A preocupação com as gerações futuras se concretizava na criação de uma escola secundária para a formação das elites e das companhias de aprendizes para a formação dos meninos pobres.<sup>22</sup>

O território da pobreza era partilhado, quer por trabalhadores livres pobres, ex-escravos e mesmo escravos urbanos, os quais se concentravam nos bairros periféricos da cidade, locais que privilegiavam para a concretização das suas festas, práticas de solidariedade, em suma, os seus valores eram distintos dos presentes no fazer social e político das elites. Assim, para as camadas mais pobres de Cuiabá:

[...] o importante era a sobrevivência – viviam em ranchos ou em casinhas de chão batido cobertas de capim e praticamente sem mobília; redes, mochos e malas compunham a maioria do seu mobiliário. O clima quente tornava a ausência de agasalhos pouco penosa a maior parte do ano, bem como permitia que noites fossem passadas ao relento. O uso de camas era pouco frequente: mais comumente as pessoas pobres dormiam em redes ou em couros.<sup>23</sup>

Afastados do poder político e sem qualquer participação no sistema administrativo, mas apenas subsistindo por e pelo trabalho, esse grupo social não aceitou, pacificamente, a imposição das práticas modernas implementadas no território mato-grossense, a partir da

---

<sup>21</sup> Ibidem, p. 230.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 199 - 200.

segunda metade do século XIX, nem mesmo se sujeitou à uniformização introduzida na Província. Na perspectiva das elites, o seu estilo de vida, considerado como manifestação da “barbárie” não sofreu, de acordo com Siqueira, significativas alterações, apesar das constantes pressões a que era sistematicamente sujeito.<sup>24</sup>

Distantes dos benefícios da “boa sociedade” e a ela se sujeitando somente pelo trabalho, essa camada social antes considerada ociosa, passou, no entendimento de Ilmar Mattos, a ser considerada perigosa, principalmente a partir de 1871, ocasião em que o processo abolicionista atingiu proporções irreversíveis.<sup>25</sup>

Obviamente os seus valores divergiam dos recomendados para o cidadão exemplar a quem, naturalmente, não sobrava tempo para o lazer. Assim sendo, o espaço social habitado por aquela população pobre e iletrada passou a ser considerado duvidoso e, com frequência, confundido com território de infração. A população livre e pobre de Cuiabá mantinha as suas práticas cotidianas afastadas dos padrões idealizados pelas elites locais. Para esse ideário, o livre pobre antes considerado marginal pelo sistema escravizante, passou a ser visto como vagabundo e, o escravo, tido até então como elemento essencial à construção da sociedade, foi, gradualmente, passando à condição de negro, a quem era imputada toda a responsabilidade da situação de atraso sentida no país.

A crescente urbanização transformou a paisagem de Cuiabá levando as autoridades a repensar a forma como viam as comunidades, cujas práticas cotidianas não se enquadravam no perfil do cidadão brasileiro e mato-grossense proclamado pelas elites. A cidade deveria repensar o nível de progresso e civilização e, em tal contexto, os cidadãos que a constituíam deveriam interiorizar e colocar em prática aqueles valores, destacando, de entre eles, a questão do trabalho, considerado como primordial fonte de riqueza.<sup>26</sup>

O cotidiano dos cidadãos era gerido por posturas municipais e códigos disciplinares a que aqueles estavam subordinados. No entanto, um novo recurso passou a ser utilizado no processo educativo e disciplinante das populações - as escolas - traduzindo-se estas, em

---

<sup>24</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>25</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec / Brasília: INL, 1987.

<sup>26</sup> SIQUEIRA Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 75-76.

espaços onde as crianças, jovens e mesmo adultos lograriam alcançar, pela instrução, não apenas o saber científico, mas, sobretudo, a formação básica para integrar uma sociedade cujas normas tinham por base o universo cultural das elites. Porém, estimular a população para se instruir e educar-se não era tarefa fácil, dado que, pela falta de harmonia entre o universo das elites e o da população pobre, este último rejeitava os estabelecimentos de ensino.

Um dos argumentos utilizados com maior frequência pelas autoridades educativas, Presidentes de Província, Inspetores e Diretores Gerais de Instrução, era o de que os homens livres pobres não colocavam os seus filhos na escola e, se o faziam, retiravam-nos logo após a alfabetização. Com base no pressuposto adotado por aquelas autoridades, de que a instrução seria o único caminho para que Mato Grosso conseguisse alterar o seu nível civilizacional, passando da “barbárie” à civilização, era de todo imprescindível colocar na escola aquela população pobre. À resistência que certos pais ofereciam à colocação dos seus filhos na escola, estava naturalmente subjacente a noção de que os saberes aí adquiridos pouco ou nada contribuíam para as tarefas domésticas. No entanto, essa resistência foi gradualmente enfraquecida durante o processo histórico, dado que, inicialmente imposta pelo Governo no século XIX, a instrução pública acabou por se transformar numa das principais reivindicações das classes populares do século XX.<sup>27</sup>

A transformação da sociedade, no sentido de aproximar o panorama possível do desejado, resultou num lento e difícil processo, que se prolongou por todo o século XIX, adentrando para o século XX, onde com frequência, assistimos a discursos semelhantes, mantendo-se a questão da instrução pública praticamente inalterada, dado que o sistema educativo almejado pelas elites não se despojou do princípio que, desde sempre lhe serviu de referencial, isto é, manteve-se desajustado às crianças pobres, preservando assim a sua natureza excludente e segregadora.

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 88.

## 1.2 O Cotidiano Cultural das Elites

Entendemos que o universo das elites mato-grossenses era constituído por todo o segmento ligado à burocracia provincial e municipal, Presidentes de Província e respectivos assessores, Deputados, Magistrados, profissionais liberais, pelo Clero e ainda pelos grandes comerciantes e proprietários, militares, em suma, por todos os dirigentes político-administrativos que, a partir de 1870, encetaram o ambicioso projeto de modernização de Mato Grosso. Tal projeto contemplava a execução no cenário regional, de inúmeras transformações ao nível das infraestruturas básicas, nomeadamente: o fornecimento de água e eletricidade, a implementação de um adequado sistema de comunicações, cuidados de higiene e de saúde primários, etc., os quais exigiam, simultaneamente, a sensibilização e preparação das populações para receber e adequar-se aos benefícios dessa modernidade, através de uma alfabetização que se revelava indispensável para a aquisição de novos hábitos e para uma profunda mudança de atitudes, no sentido de as levar a entender os inúmeros benefícios que tais mudanças introduziriam no seu cotidiano.<sup>28</sup>

De acordo com Siqueira, a Corte, instalada no Rio de Janeiro foi, indubitavelmente, o laboratório por excelência onde todas essas alterações foram pensadas, testadas e difundidas para as diferentes províncias, incluindo Mato Grosso, através dos seus governantes que, ávidos da mudança que o novo modelo implicaria nos cenários onde atuavam, o aplicavam no terreno, difundindo, dessa forma, por todo o território imperial os resultados de um novo paradigma.<sup>29</sup>

A conexão direta com as repúblicas circundantes e com o litoral brasileiro que a abertura do Rio Paraguai veio proporcionar, intensificou também a circulação de ideias, movimento de que resultou um precioso contributo para o rápido crescimento de todas as atividades subjacentes à produção escrita e aos correspondentes meios de comunicação, com particular relevância para os jornais que se assumiram como principal veículo da produção

---

<sup>28</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>29</sup> Idem.

cultural e como palco privilegiado para a propaganda e para o debate político. Foi deveras significativo o impulso que a partir de 1870 se operou nos meios culturais da Província, influenciado, obviamente, pelas camadas alfabetizadas de então e que se traduziu por uma larga produção de materiais escritos, com particular destaque para os livros, jornais, panfletos políticos e propaganda.

A imprensa propriamente dita, surgiu em Mato Grosso nos finais da primeira metade do século XIX, tendo o jornal goiano *A Matutina Meiapontense* funcionado até à década de 30, como principal veículo de divulgação de todas as causas mato-grossenses. Este jornal reservava a Mato Grosso duas colunas, *A Província de Mato Grosso* e *Miscelânea Cuiabanense*, sendo através destas seções que o governo da província fazia publicar os seus atos oficiais e a realização de debates políticos, respectivamente na primeira e na segunda.<sup>30</sup>

O primeiro ensaio para a criação da imprensa oficial em Mato Grosso foi mal sucedido e em pouco tempo abandonado devido ao aparecimento, em 1839, do jornal *Themis Matogrossense*, em plena governação de Pimenta Bueno. Só em 1842, três anos mais tarde, surgiu o jornal *Cuiabano Oficial*, a que se seguiu, em 1847, *A Gazeta Cuiabana*, dirigida pelo então educador e, mais tarde, Inspetor Geral dos Estudos, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Um ano depois surgiu ainda o *Echo Cuiabano*. Na década de 50, *A Imprensa Cuiabana*, dirigida pelo Pe. Camillo Barreto, mereceu particular destaque e na década de 60 surgiram quatro novas publicações, nomeadamente, *A Voz da Verdade* (1860), *O Cuiabano* (1867), *O Popular* e *A Situação*, ambos criados em 1868. Porém, foi nas décadas de 70 e 80 que se registrou uma maior proliferação de jornais, não apenas em Cuiabá, mas também noutras cidades como Corumbá e Cáceres, também estas beneficiadas com a abertura da navegação pelo Rio Paraguai. Entre 1870 e 1889, foram editados em Mato Grosso mais de 40 periódicos, sendo a sua maioria localizada na Capital, Cuiabá.<sup>31</sup>

Visando contrariar algum isolamento das populações mato-grossenses, sentido e criticado pelas elites da época, surgiram em Cuiabá a partir de meados do século XIX, diversas associações ligadas particularmente à política e às artes, sendo a mais antiga, a

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 90 - 91.



*Sociedade União dos Militares*, fundada a 22 de maio de 1853 e organizada pelo segmento militar da população, presente em território mato-grossense desde o Período Colonial, com o objetivo de reunir e associar as numerosas famílias de militares, cuja expressão era muito significativa no cenário regional.

A presença constante de elementos ligados à Instrução Pública, tenham sido eles professores ou Inspetores/Diretores Gerais, foi um dos aspectos que mais se destacou na análise das diversas sociedades mato-grossenses. No caso da *União dos Militares*, vemos entre outros, na primeira diretoria, a figura do médico Dr. José Antônio Murtinho, estreitamente ligado à Instrução Pública de então.<sup>32</sup>

Ainda no âmbito da instrução pública, a expansão do mundo letrado propiciou a fundação do *Gabinete de Leitura*, primeira biblioteca pública de Cuiabá, instituída em 1872, sob direção do Inspetor Geral dos Estudos, Manuel José Murtinho e implementada decorridos dois anos, tendo como principal objeto apoiar todos aqueles que desejassem ampliar os seus conhecimentos.

Em 1877, mais precisamente a 23 de maio, foi criada uma nova instituição na Capital, esta designada de *Sociedade Dramática Amor à Arte*, que, à semelhança da *Sociedade União dos Militares* que, segundo Siqueira, incluía também na sua direção, ilustres figuras da alta sociedade mato-grossense, com forte ligação à Instrução Pública, nomeadamente o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, médico de profissão, mas que ao longo de vários anos foi Diretor Geral da Instrução Pública.<sup>33</sup> Tal como a sua designação deixava antever, o trabalho no âmbito das artes, principalmente do teatro, era o principal objetivo desta associação. Criada por e para as elites que nos camarotes do Teatro daquela companhia assistiam aos espetáculos, as representações artísticas destinavam-se apenas aos associados, sendo aquele espaço vedado aos não sócios, durante as representações.

Já na década de 80, mais precisamente em 1886, uma nova sociedade militar, denominada de *Sociedade Dramática União Militar*, viria a ser fundada, esta mais voltada

---

<sup>32</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 92.

para as atividades cênicas, mas não circunscrita apenas a estas, uma vez que para além da sua preocupação com a arte, se assumiu como um relevante meio de educação e instrução. O Jornal Cuiabano *A Tribuna*, ao publicitar a representação do drama *Díscolo* e das comédias *Ressonar sem Dormir* e *O mundo torto*, finalizava o seu artigo enaltecendo o caráter pedagógico de tais espetáculos, com a consideração seguinte:

As representações teatrais que têm por fundamento a distração popular, são também as melhores escolas de ensinamento moral onde as famílias vão colher os mais salutareos exemplos de virtude e dos bons costumes, assim como os mais nocivos e degradantes germes de vício e da torpeza, portanto são relevantes os serviços que prestam à sociedade as associações dramáticas quando bem dirigidas, merecendo a existência das mesmas todo o alento e apoio do meio social em que são estabelecidas.<sup>34</sup>

Ainda nos anos 80, o professor José Estêvão Corrêa, Lente do Liceu Cuiabano e ex-aluno do Seminário da Conceição, reunia os seus alunos para a representação de peças teatrais e festas de caráter cívico. Recordando esse período, Firmo Rodrigues conta o seguinte:

[...] era o professor José Estêvão Corrêa quem, com uma turma de alunos do Liceu Cuiabano, realizava espetáculos e festas cívicas. Era trabalho de paciência, porque os amadores não eram pontuais aos ensaios; nessas ocasiões ele ficava irritado, zangava-se, mas na noite seguinte, lá estava no teatro dirigindo a indisciplinada troupe.<sup>35</sup>

Foi o mestre Estêvão que, ano após ano, manteve o teatro *Amor à Arte* ativo, evitando o seu desaparecimento, o que só veio a ocorrer em 1894, altura em que o edifício onde se instalava aquele teatro, então designado por *Teatro Minerva*, desabou. Estava nesse dia programada a apresentação de uma companhia teatral espanhola que, obviamente, não chegou a concretizar-se.

---

<sup>34</sup> Jornal *A Tribuna*. “Espectaculo da União Militar”, nº 148, p. 1-2. Cuiabá, 14 de setembro de 1888. APMT – Acervo de Jornais.

<sup>35</sup> RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas da nossa terra*. Cuiabá: Escola Técnica Federal de Mato Grosso, 1959, p. 73.

O teatro foi, no século XIX, um importante fator de socialização e o recinto por excelência onde se discutiam assuntos como política, hierarquia, formas de tratamento, gestos ou mesmo moda, assumindo-se como um excelente instrumento civilizacional de particular relevância, porquanto se tratava da época mais marcante do delineamento da formação da cidadania do povo brasileiro.<sup>36</sup>

Fundado a 14 de março de 1882, em Cuiabá, o *Clube Literário* tinha como objetivo principal, entre outros, permitir a realização de palestras literárias bimensais cuja organização decorria das propostas ou orientações fornecidas antecipadamente pelos sócios que aí quisessem discursar, sendo todos os trabalhos literários apresentados, difundidos numa Revista publicada quinzenalmente. A sua criação, amplamente anunciada pela imprensa de então, mereceu uma festividade inaugural prestigiada pela elite cuiabana:

[...] assistiram ao ato os Exmos. Srs. Conselheiro Pádua Fleury, Presidente da Relação, Desembargadores Gomide e Brusque e os Drs. Alfredo José Vieira e Silva Carvalho, Diretor da Instrução Dormevil José dos Santos Malhado, Antônio Correia da Costa Filho e João Carlos Munis e Coronel José Clarindo Queirós.<sup>37</sup>

A relação estreita entre a arte e a educação com o universo cultural das elites destacou-se, pela presença do médico Dormevil José dos Santos Malhado que, durante parte da década de 70 dirigiu a Instrução Pública. Porém, algumas sociedades tiveram uma existência muito curta devido ao fato de terem na base da sua fundação interesses marcadamente partidários. São disso exemplo a *Sociedade Recreio Cuiabano* e a *Terpsícore Cuiabana*, ambas fundadas no ano de 1883, a primeira por iniciativa do Partido Conservador e a segunda fundada e dinamizada pelo Barão de Batovi, então Presidente da Província e pertencente ao Partido Liberal. A inauguração da *Terpsícore Cuiabana* compreendia diversas atividades, nomeadamente, discursos, palestras e música, sendo encerrada com um grande baile. À semelhança das demais sociedades, a *Terpsícore* integrava na sua diretoria um

---

<sup>36</sup> Sobre a história do teatro em Cuiabá, ver: MORAES, Edmilson Marques de. *O Teatro em Cuiabá: 1826-1894*. Monografia apresentada ao Departamento de História. UFMT/ICHS. Cuiabá, 1997.

<sup>37</sup> MENDONÇA, Estêvão de. *Datas Matogrossenses*. Cuiabá: Governo Estadual, 2ª Ed., Vol. 2, 1973, p. 100.

elemento ligado à administração da Instrução Pública, na circunstância, o Dr. João Carlos Munis, Diretor Geral, na categoria de Vice-Presidente daquela entidade.<sup>38</sup>

A estrutura inicial dos eventos implementados na *Terpsícore Cuiabana* mantinha-se inalterada quando Steinen, viajante alemão de passagem por Cuiabá, assistiu a uma das suas apresentações por norma constituídas por uma declamação introdutória dinamizada por um dos sócios, seguida de outras manifestações culturais, nomeadamente, sessões de piano, canto em dueto e banda de música. Estes eventos terminavam com um baile onde se dançavam:

[...] rondós e quadrilhas, sendo que esta última parece ter sido inventada para os climas quentes. Seria erro acreditar-se que se dançava aqui com mais calor e paixão do que em nossa terra. Ao contrário, a eterna monotonia da quadrilha e da polca raramente era interrompida por uma valsa ou uma ‘habanera’.<sup>39</sup>

Para além da função lúdica subjacente aos espetáculos teatrais presentes no quotidiano cultural das elites, estes constituíam-se também como fator educativo, dado que as famílias, jovens e adultos, eram o seu público privilegiado e apreendiam os valores por aqueles veiculados, tendendo a imitá-los.

As condutas exemplares eram retratadas por representações que tinham como primordial propósito funcionar como aulas e as comédias tinham como objetivo central o escárnio de práticas e procedimentos afastados dos padrões considerados normais. Em tal contexto, o teatro propunha-se, essencialmente, proporcionar momentos de meditação, retratar comportamentos considerados civilizados em que o espectador se revisse, em suma, funcionava como modelo. Assim sendo e considerando o significado pedagógico que teve no século XIX, o teatro permitia, efetivamente, estimular as aprendizagens. Assim sendo, os palcos dos teatros mato-grossenses, constituíam-se como espaços privilegiados onde o culto do civismo e da educação poderia ser amplamente exercitado pela população, através da realização constante de atividades cívicas.

---

<sup>38</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 96.

<sup>39</sup> STEINEN, Karl von den. *O Brasil Central*. Trad. Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Nacional (Brasileira – Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série Extra, Vol. 3), 1942, p. 82.

A abertura da navegação fluvial, através do estuário do Rio da Prata, proporcionou uma maior proximidade ao universo artístico e musical de origem europeia, permitindo, dessa forma, que em Mato Grosso se desenvolvesse o gosto pela música instrumental e o consequente acesso aos mais variados instrumentos musicais que aí aportavam, vindos diretamente da Europa. O piano passou a abundar na capital, sendo, na segunda metade do século XIX, o instrumento musical privilegiado pelas elites cuiabanas, sendo a música um ingrediente considerado indispensável nas suas festas, onde abundava também a bebida, com particular destaque para os vinhos e as cervejas importados de Montevideu e do Rio de Janeiro.

Do *Clube de Instrução e Recreio*, fundado a 20 de Junho de 1883, nasceu a *Associação Literária Cuiabana*, que tinha, como objetivo central, estimular o gosto pela leitura e acumulou, ao longo dos seus 41 anos de existência (1883-1924), um número significativo de obras, acervo que, ao encerrar a sua atividade, foi doado por aquela Associação, ao Centro Mato-Grossense de Letras, fundado em 1921 e que mais tarde assumiu a designação de Academia Mato-Grossense de Letras, Instituição que ainda hoje mantém a sua atividade. O empenho pela expansão da leitura e da escrita era então muito expressivo, junto das entidades culturais mato-grossenses, das elites, dos grupos intelectuais e das personalidades que lhes estavam subjacentes, em paralelo com a atividade dos estabelecimentos de ensino que iam proliferando pela Província, evidenciando assim um esforço continuado no sentido de alcançar os ideais da modernidade no panorama provinciano.

Despontavam, no conjunto de valores que caracterizavam o universo cultural da população de Mato Grosso, óbvios sinais de instabilidade entre o viver obsoleto herdado das gerações passadas e o que à data se entendia por modernidade, dado que “o homem de Mato Grosso se acha num estado intermédio pouco favorável, pois, um dos seus pés se firma no passado e o outro toca o futuro”.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 36.

### **1.3 A Instrução Provincial sob a Ótica das Elites**

Como parte integrante de um amplo universo que envolve diferentes domínios de âmbito social como a Presidência da Província, Assembleia Legislativa, Inspetores-Diretores Gerais e Paroquiais, Políticos, Professores, Alunos e suas famílias e membros do Conselho Literário, a Escola, não pode ser compreendida sem o conhecimento contextualizado dos homens que comandaram e implementaram o projeto de instrução pública em Mato Grosso. Assim sendo, privilegiaremos os momentos que consideramos mais marcantes, objetivando levar à compreensão do sentido que aquelas entidades imprimiram à escola pública mato-grossense, dado que, abordar todo o conjunto de elementos que envolveram o processo educativo naquele período, se tornaria uma empreitada tão árdua, que ultrapassaria, incontestavelmente, os objetivos desta tese.

As alterações mais significativas no cenário da Província, no âmbito da urbanização e saneamento, abastecimento de água, iluminação pública, instalação do matadouro municipal e instrução pública, devem-se, sobretudo a partir de 1871, a Francisco José Cardoso Júnior, cuja ação marcou, definitivamente, todo o processo de modernização do Estado, estabelecendo regras que, posteriormente serviram de base a todo o sistema de organização e fiscalização.

O papel em que Cardoso Júnior mais se destacou em Mato Grosso, foi a sensibilização da opinião pública sobre a necessidade de organizar, regulamentar e implementar uma instrução pública moderna e eficaz, cujas vantagens só seriam compreendidas pelas populações com o seu próprio envolvimento em todo o processo. Nesse sentido e através de uma intervenção sistemática e ativa, Cardoso Júnior estabeleceu as reformas essenciais para a instrução, consubstanciadas no Regulamento de 1872 e que, desde então, balizaram todo o sistema educacional mato-grossense.

Na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, em 1872, Cardoso Júnior comunicou, no seu discurso, o propósito de reestruturar a instrução em Mato-Grosso, que, do seu ponto de vista, refletia um significativo atraso e se encontrava muito aquém das

práticas das províncias centrais, com particular destaque para o Rio de Janeiro. Retirando desse universo os propósitos uniformizadores da instrução nacional - liberdade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino - fundamentou importantes transformações em todo o sistema escolar, preocupando-se, não apenas com o ensino regular, mas, introduzindo também o ensino noturno e a escola carcerária, visando com o primeiro proporcionar aos que laboravam durante o dia, o acesso à instrução e, com o segundo, a integração dos presos no mercado laboral, após o cumprimento das suas penas, objetivando, desse modo, não apenas instruir, mas, sobretudo, educar a população adulta. Explicitando as suas ideias sobre uma educação para todos, Cardoso Júnior alertava os Deputados mato-grossenses para os benefícios da sua ação e, conseqüentemente, para a sua irreversibilidade.<sup>41</sup>

Cardoso Júnior criou um sistema ímpar de fiscalização dos estabelecimentos de ensino, organizando uma rede hierárquica encimada pelo Conselho Literário, espécie de tribunal de primeira e última instância das causas da instrução. O Inspetor, que a partir da década de oitenta passou a ser designado de Diretor Geral, era a autoridade mais relevante do Sistema de Instrução e sucedia, na escala hierárquica àquele organismo, cabendo a este a responsabilidade de definir orientações para a instrução e propor alterações, nomeadamente no âmbito de horários, currículos, métodos e manuais de ensino, incluindo ainda toda a regulamentação inerente ao funcionamento das escolas, direitos e obrigações dos professores, concursos e mesmo contratos.

Conseqüentemente, competia aos Inspectores Paroquiais a responsabilidade de, junto das vilas e freguesias, vistoriar as escolas e relatar, em livro, os termos da inspeção, questionando os alunos, averiguando a sua frequência e a assiduidade dos seus professores, em suma, garantir o cumprimento das normas estabelecidas. Os Inspectores Paroquiais eram selecionados entre os membros mais considerados dessas povoações e não auferiam qualquer salário ou gratificação.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior. Cuiabá, 4 de outubro de 1872. APMT - Relatórios.

<sup>42</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 101-102.

Assumindo a Educação e a Instrução em Mato Grosso como projeto a ser implementado a médio e longo prazo, cuja concretização não dispensaria uma adequada prospecção e demonstrando uma extraordinária competência para estreitar relações com as elites mato-grossenses, Cardoso Júnior garantiu o apoio às suas propostas, nomeando os representantes que apreciariam as suas reformas e as apoiariam politicamente. Recorrendo aos enredos na época utilizados e no sentido de garantir esse apoio, sugeriu a atribuição de títulos honoríficos a alguns cidadãos, sendo o nome do Barão de Diamantino, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso de maio a outubro de 1870, o primeiro indigitado, para além de outros elementos da elite cuiabana de então, que foram, também eles, agraciados com semelhante designação.

Para Siqueira, tal procedimento assumido pelo Presidente da Província contribuiu, indubitavelmente, para garantir um importante acordo com as elites regionais, de tal modo que mesmo a seleção de individualidades que, na instrução pública ganhariam maior notoriedade, fora alvo de sigilosas reflexões entre o Presidente da Província, José de Miranda da Silva Reis, que de imediato sucedeu a Cardoso Júnior e o Ministro do Império.<sup>43</sup> O mesmo sucedeu quando a Corte decidiu eleger um emissário do Governo Imperial para, em Mato Grosso, ocupar o cargo de Delegado do Inspetor da Instrução Primária e Secundária. Miranda Reis referiu então quatro nomes, sendo interessante observar a sua sequência e os termos das avaliações que então produziu:

Em primeiro lugar menciono o nome do Exmo. Sr. Barão de Melgaço, cuja ilustração, probidade e independência de caráter constitui uma sólida garantia para o fiel e exato cumprimento dos deveres inerentes ao cargo de Delegado do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária – Faria o Governo ótima aquisição se prestasse ele a esse serviço, o que certamente não sucederá pelo que tenho depreendido das conversações que com ele tenho tido sobre o melhor modo de execução do supracitado Direito nessa Província – em segundo lugar indico o nome do Dr. Antônio Gonçalves de Carvalho, Juiz de Direito da Comarca da capital, em que reconheço não vulgar ilustração, inteireza de ânimo e em alto grau um caráter imparcial e justo. Parece-me que a escolha desse nome será altamente justa e proveitosa à fiel e inteira observância das disposições do mesmo Direito. Em terceiro lugar lembro-me que poderia recair a escolha do Governo Imperial sobre o Dr. Joaquim Januário dos Santos Pereira, mas vendo-o resolvido a retirar-se da Província

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 105.



em breve tempo, não julgo acertada a sua nomeação. Em quarto e último lugar o Reverendo Protonotário Pe. Ernesto Camillo Barreto que desempenha satisfatoriamente nessa Província o lugar de Inspetor Geral dos Estudos, o exercício do qual muito tem auxiliado a esta Presidência e prestado relevantes serviços à Instrução Pública; cumpre-me porém ponderar que militando ativamente na política e sendo representante da Província na Câmara temporária, não é por isso o mais próprio para ocupar esse cargo que, para seu rigoroso e fiel exercício, exige uma tal ou qual independência e uma efetiva estabilidade nesta Capital.<sup>44</sup>

A fim de reforçar a sua afirmação inicial, assinalou ainda Miranda Reis, que os sinais da civilização não haviam ainda chegado a Mato Grosso, encontrando-se a Província no limiar do barbarismo.

Apesar das reservas com que fora indicado, o nome escolhido pelo Ministério do Império para representar a Corte em Mato Grosso foi, na circunstância, o do Pe. Ernesto Camillo Barreto, à data Inspetor Geral, opção a que não foi alheio, certamente, o poder político do padre e a força da Igreja Católica. Já alguns anos antes, aquando da subida de Antônio Pedro Alencastro, ligado ao Partido Conservador, à Presidência da Província de Mato Grosso, comando que exerceu entre setembro de 1859 e fevereiro de 1862, este encetou uma perseguição ao Padre Ernesto, envolvendo a sua prisão e posteriormente a sua saída temporária da Província. Este acontecimento e as duras críticas então dirigidas por aquele Padre ao Governo Provincial mereceram de Corrêa Filho, que as analisou e, parafraseando o Deputado Geral Saldanha Marinho, produziu, em 12 de agosto de 1861, o comentário seguinte:

O Sr. Alencastro não podia sofrer oposição tanto mais que seus atos traziam em si o estigma da reprovação.

Baldo de meios decentes e legais, mandou por um capitão de linha chamar à sua presença o padre, o qual na casa de residência foi por este intimado para não escrever em oposição.

---

<sup>44</sup> Ofício reservado do Presidente da Província de Mato Grosso, José Miranda da Silva Reis, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Cuiabá, 12 de agosto de 1871. Livro de Registro da Correspondência Reservada da Presidência da Província com o Governo Imperial – Ministério do Império, p. 58-59. APMT – Livro nº 252.

Esta intimidação foi acompanhada de ameaças, não só por palavras e promessas de futuro, como de fato, dispondo-se o próprio presidente em sua sala a espancá-lo com uma cadeira.<sup>45</sup>

Os Deputados Gerais, afetos ao Partido Liberal reagiram em favor de Ernesto Camillo Barreto, perante tal ação do Presidente Alencastro, contribuindo assim, para a imediata destituição deste Presidente.

Eleito Deputado Geral em 1872, Camillo Barreto abandonou a Inspeção das Aulas, cargo em que foi temporariamente substituído pelo Cônego João Leocádio da Rocha até que, já na gestão de Miranda Reis o reassumiu, nele permanecendo até 1878. Na sua gestão, enquanto Inspetor Geral procurou, principalmente a partir de 1874, ano em que os modernos pressupostos da instrução pública começaram a merecer, da classe política, algum apoio, consolidar os princípios da escola pública moderna, dando desse modo um precioso contributo para a condução por parte do governo de tão importante setor da administração pública.

Num exaustivo e volumoso relatório, apresentado por Ernesto Camillo Barreto ao Presidente da Província, em 14 de abril de 1874, este traçou as orientações da Instrução Pública na Província, questionando, não apenas aspetos teóricos elementares, mas também temáticas importantes como a obrigatoriedade do ensino e uma melhor e mais racional gestão do tempo, com consequências para o estabelecimento de um novo calendário escolar. Percebeu as inúmeras imperfeições que caracterizavam o espaço escolar, no que concerne a mobiliário e a condições de salubridade e descortinou, sobretudo, a inexistência de técnicas e métodos de ensino que, em sua opinião, contribuía de forma significativa para afastar dos estabelecimentos escolares os elementos mais carenciados da população.<sup>46</sup>

Foi a partir desse empreendimento, só exequível pelo vasto conhecimento que Camillo Barreto tinha da realidade escolar da Província de Mato-Grosso, que se estabeleceram os principais pressupostos para a elaboração do primeiro Regimento Interno das escolas primárias, concretizado em 1873 e cujas orientações conduziram a uma gradual uniformização

---

<sup>45</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Baianos em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT (Publicações avulsas, 7), 1998, p. 23.

<sup>46</sup> Relatório apresentado ao Presidente da Província, Bacharel José de Miranda da Silva Reis, pelo Inspetor Geral dos Estudos, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 14 de abril de 1874. APMT – Relatórios.

das escolas públicas primárias da Província, objetivando sempre seguir o exemplo das escolas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, propôs a construção de uma escola primária em Cuiabá, sendo a sua regência atribuída ao professor Manuel Teixeira Coelho que, em termos físicos e metodológicos, passou a servir de exemplo para as demais.

Esta escola, fundada num espaço físico perfeitamente adequado, foi rigorosamente mobiliada, no respeito pelas normas do método a ser adotado, o simultâneo, no sentido de que os professores de todas as escolas da província aí se deslocassem para cumprir um estágio que visava, entre outros fins, dar a conhecer o modelo e difundi-lo por toda a Província de Mato Grosso. A forma como, numa perspectiva de valor, o conceito tempo foi abordado, constituiu um dos mais importantes elementos do relatório elaborado por Camillo Barreto, o que contribuiu para que aquele Inspetor viesse a solicitar a abolição do feriado das quintas-feiras, tendo em vista um aproveitamento mais racional do tempo no interior das escolas, recomendações que, tal como as anteriores, integraram o Regimento Interno antes referido.<sup>47</sup>

Ernesto Camillo Barreto, não deixou, porém, de ser extremamente crítico em relação às famílias que, apesar de detentoras de satisfatórias condições econômicas, preteriam as instituições particulares, optando pelas escolas públicas quando colocavam os seus filhos na escola. Instaurando no interior das escolas critérios de rigor e precisão de métodos nunca antes vistos, que passavam pela normalização das diferentes atividades ligadas à Instrução Pública, pela regulamentação e cronometração do tempo, no sentido de por termo à ociosidade, Ernesto Barreto implementou ainda a obrigatoriedade de ensino e a homogeneização do sistema escolar, elementos marcantes da escola pública moderna, porquanto sentia que o Brasil, à semelhança dos modelos europeus, deveria, por intermédio da Corte, fazer chegar o progresso a todas as províncias, sendo que Mato Grosso não poderia deixar de participar desse processo. A título de exemplo preconizava Camillo Barreto:

A lei, que vela todos os interesses dos menores, não deve ser indiferente a este que também lhe interessa de perto.  
O segredo da preponderância da Alemanha, da felicidade da Suíça está na escola alemã e na escola suíça.

---

<sup>47</sup> Regimento Interno das Escolas Públicas de Instrução Primária da Província de Mato Grosso. Cuiabá, 15 de dezembro de 1873. APMT – Lata 1873B.

Na Prússia todo o menino é obrigado a frequentar escolas desde que atinge a idade de 7 anos, e dela não pode retirar-se antes de 14, e o legislador previne os meios de assegurar a frequência e assiduidade dos alunos, punindo os pais negligentes com castigos mais ou menos severos desde a reprimenda até à prisão, e por último, com a nomeação de um tutor que substitua o pai degenerado.

Na Baviera a saída da escola antes dos 12 anos é proibida; e o casamento mesmo é vedado aos que não sabem ler.

No Connecticut os que não sabem ler são privados do direito eleitoral. É a esse rigor no ensino que a maior parte do continente europeu deve hoje o progresso da educação intelectual dos seus povos.<sup>48</sup>

O exemplo da Europa já não era, só por si, suficiente. De acordo com Siqueira, tornou-se na década de 70, impreterível para os Presidentes da Província de Mato Grosso assumir a questão da educação e do funcionamento das escolas e, nesse sentido, orientaram a sua administração visando a adoção de procedimentos e normas que produzissem efeitos para o futuro. Nesse contexto, já em 1876, Hermes Ernesto da Fonseca, ao assumir a administração da Província, sucedendo ao Barão de Diamantino, reclamava o princípio da obrigatoriedade do ensino, considerando-a indispensável para evitar o esvaziamento das escolas, dado que, à época, a família desvalorizava a educação dos seus filhos. Em seu entendimento, apesar do reduzido número de escolas existentes na Capital, era ainda pouco significativo o número de alunos matriculados. A ignorância de certos pais e o desconhecimento por parte destes das vantagens da instrução, estariam na base desta situação, porquanto, muitos se davam por satisfeitos logo que os filhos soubessem tanto quanto eles mesmos sabiam. Tal afirmativa assentava na convicção de que a população livre e trabalhadora, em grande parte ignorante e desprovida de recursos, não buscaria a escola por seu livre arbítrio, optando por uma aprendizagem baseada na oralidade, em detrimento do espaço escolar.<sup>49</sup>

Partia-se do pressuposto de que, para a construção de um Brasil moderno, seria indispensável orientar a população no sentido do progresso e da cultura, afastando-a do atraso em que se encontrava. Porém, o Estado brasileiro não dispunha das necessárias condições para assumir a educação pública nos termos em que a realidade o exigia e, assim sendo, no sentido

---

<sup>48</sup> Relatório apresentado ao Presidente da Província, Bacharel José de Miranda da Silva Reis, pelo Inspetor Geral dos Estudos, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 14 de abril de 1874. APMT – Relatórios.

<sup>49</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 109.

de encobrir essa penosa realidade, os discursos passaram, desde então, a ser dirigidos para as famílias, tentando responsabilizá-las por não mandarem os seus filhos à escola, argumento ainda mais enfatizado com o início do processo abolicionista, ocultando o primordial dever da escola que consistia em educar e moralizar as camadas mais pobres da sociedade, encobrindo a dura realidade de que o processo educacional não poderia chegar, na sua plenitude, a toda a população, à qual era disponibilizado apenas o nível mais básico.

No Relatório apresentado a 1 de novembro de 1878, o Presidente da Província, João José Pedrosa, fortalecia a convicção de que o insucesso da escola pública era consequência do desleixo dos pais que, não valorizavam a educação escolar e o valor acrescido que esta traria à vida futura dos seus filhos:

Vós todos sabeis que para este atraso do ensino muito contribui a incúria dos pais de família, os quais, tendo vivido ignorantes sempre, desconhecem toda a utilidade da instrução, e alguns até alimentam prevenção contra ela! [...] Em tese, sou apologistas da escola obrigatória, mantido o ensino livre, porque tenho para mim, adaptando a opinião de notáveis escritores, que a obrigação de aprender, embora com o direito de receber o ensino por este ou aquele sistema, deste ou daquele mestre, diplomado ou não, uma vez que mereça a confiança desse tutor nato que Deus a todos dá – o pai.<sup>50</sup>

Considerava José Pedrosa, apesar de defensor do princípio da obrigatoriedade do ensino, que este princípio só por si, não garantia o acesso e a frequência da escola pública, principalmente pelas crianças oriundas das famílias com menores recursos. Assim sendo, seria, naturalmente, responsabilidade do Estado, facultar as necessárias condições para alcançar com sucesso a concretização da obrigatoriedade do ensino:

A obrigatoriedade da escola não pode, na prática, deixar de sofrer certas restrições determinadas pelos princípios de justiça e pelas condições especiais de cada povo. Assim, o pai pobre, que não tem recursos para vestir decentemente seus filhos, nem para ministrar-lhes livros e mais utensílios indispensáveis, não pode ser compelido a mandá-los à escola, sem que o

---

<sup>50</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província, João José Pedrosa, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 1 de novembro de 1878. APMT – Relatórios.

Estado se incumba de fornecer-lhes a roupa e mais objetos precisos. Às municipalidades ou à província deve caber esse nobre encargo.<sup>51</sup>

No sentido de melhor ilustrar as suas afirmações, Pedrosa considerou ainda que as condições populacionais e geográficas da Província de Mato Grosso contribuíam, significativamente, para contrariar o princípio da obrigatoriedade de ensino, porquanto dizia:

[...] Estou convencido de que nesta província o ensino obrigatório encontrará grandes barreiras, como há de suceder em qualquer outra parte do Império, senão mais ainda.

[...] Podeis decretar a obrigatoriedade da escola, como uma medida vantajosa para a instrução da mocidade, mas tendo em vista essas restrições, e quaisquer outras, mais por ventura razoáveis.<sup>52</sup>

Na abertura da 22ª Sessão Legislativa, ocorrida a 1 de outubro de 1879, aquele Presidente, recorrendo a argumentos que tinham por base exemplos vindos de países mais avançados da América do Norte e da Europa, aludiu de novo perante a Assembleia Legislativa, à necessidade de tornar o ensino obrigatório. Enfatizando a situação de compromisso a que o Estado brasileiro estava sujeito, evidenciou que caberia à população, para além do direito, o dever de se instruir, enquanto ao Governo caberia, por outro lado, a responsabilidade de tudo fazer para fornecer um ensino primário gratuito. Os direitos e deveres passaram, nessa medida, a fazer parte da ordem de trabalhos de futuras reuniões sobre a temática da instrução pública, constituindo-se assim, como um sólido argumento de suporte do princípio da obrigatoriedade.

Pedro de Alcântara Sardemberg que, durante a gerência de João Pedrosa ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública, desentendeu-se em termos políticos, com os parlamentares daquela região, tendo, em consequência desse fato, sido alvo de um processo disciplinar que culminou com o seu afastamento do cargo, alegadamente por não cumprir determinações previstas no Regulamento da Instrução Pública. Foi então sucedido no cargo

---

<sup>51</sup> Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembleia. Cuiabá, 1 de novembro de 1878. APMT – Relatórios.

<sup>52</sup> Idem.

por Dormevil José dos Santos Malhado, médico proveniente da Bahia e que desde 1867 fora convocado para exercer a sua atividade em Mato Grosso, no combate à epidemia de varíola que então deflagrara na Província, onde permaneceu durante o tempo de vida que lhe restou.<sup>53</sup>

Em 1880, decorrida quase uma década desde que Francisco José Cardoso Júnior implementou a Reforma da Instrução Pública (1872), o Barão de Maracaju delineou e consolidou as linhas orientadoras e os regulamentos que, desde então, passariam a presidir a todas as práticas escolares e administrativas do moderno contexto educacional, visando o significativo aumento da população escolar que decorreu das leis abolicionistas. O Regulamento Orgânico da Instrução Pública, introduzido e proclamado em 1880, deveu-se a Dormevil José dos Santos Malhado, então Diretor Geral da Instrução, sendo também durante a sua administração que o Liceu Cuiabano, primeira escola pública de ensino secundário em Mato Grosso entrou em funcionamento, dependendo a sua gestão, das bases políticas por ele introduzidas. Enquanto defensor do princípio da obrigatoriedade do ensino, particularmente no que concerne ao nível do ensino primário, fundamentou a sua argumentação nos exemplos mais avançados de alguns países europeus, por ele considerados exemplos de experiência viva para a Província.

Ampliando as suas bases a partir de um discurso convincente junto dos parlamentares e das famílias mato-grossenses e, assumindo a mulher como a solução para os inúmeros problemas sentidos na instrução pública, a sua gestão pautou-se por um significativo avanço no âmbito da feminização do magistério. Para Dormevil, a mulher é dotada de atributos peculiares, como a brandura, perspicácia, empatia e dedicação, entre outros, que fazem dela uma pedagoga por excelência.<sup>54</sup>

A obrigatoriedade e liberdade do ensino, esteve na origem na década de 80, de renhidas discussões que tinham na sua essência os direitos e deveres dos cidadãos, pontos-chave que urgia resolver, dado o carácter irreversível de que se revestia, à data, todo o processo abolicionista. O discurso moderno e os espaços do saber foram reforçados e

---

<sup>53</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, 112.

<sup>54</sup> Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública (Anexo C do Relatório do Barão de Maracaju), escrito pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. Cuiabá, 17 de agosto de 1880. APMT - Relatórios.

assumiram contornos mais acentuados com a Reforma da Instrução Pública, promovida em 1880 pelo Barão de Maracaju e, com a inauguração naquele mesmo ano, da primeira Instituição Pública de ensino secundário na Província, o Liceu Cuiabano.

O Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 4 de março baseava-se então, em três pressupostos basilares: a obrigatoriedade do ensino primário, a liberdade de ensino e a criação daquele Liceu público. Destacando os elementos revolucionários do novo Regulamento, Dormevil elencou a instrução obrigatória, o ensino livre, a confraternização da religião com a instrução, a instrução mista e dirigida pela mulher, bem como as escolas carcerárias, as aulas noturnas e o ensino público secundário. Enquanto liberal, assumiu a liberdade do ensino como fator impulsionador que, unida à sua obrigatoriedade, contribuiria para a igualdade dos povos. Segundo Siqueira, tal liberdade a que aludia aquele Diretor Geral, circunscrevia-se à possibilidade das famílias optarem livremente por qualquer dos três ramos de ensino então existentes, o público, o particular e o doméstico, mas excluía em absoluto a possibilidade de deixar de inscrever os filhos na escola. Entendida como um dever, a instrução obrigatória era assumida como detentora de um caráter pedagógico, porquanto a sua prática conduzia ao exercício da cidadania. Era dada aos pais, tutores e curadores a liberdade de escolher o estabelecimento de ensino onde matriculariam as crianças sob a sua custódia, porém, deixar de fazê-lo seria considerado como grave infração.<sup>55</sup>

Por outro lado, a liberdade de ensino ia adquirindo uma forte conexão popular, dado que seria ela a principal responsável pela expansão da instrução. Partindo do pressuposto de que a instrução seria um fator de equidade na sociedade, ao contrário dos condicionantes econômicos de raça ou de classe, o argumento utilizado na década de 1880 em Mato Grosso, assentava basicamente na palavra que, desde então, passaria a justificar os desníveis no âmbito da instrução: a competência.

Porém, todos aqueles que não vislumbravam na escola uma motivação ou a ela não conseguiam chegar, eram vistos como detentores de um comportamento afastado dos padrões considerados desejáveis, dado que, levar o progresso para a Província de Mato Grosso, então entendida como território primitivo e pouco desenvolvido, seria o principal objetivo da

---

<sup>55</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 115 - 116.



instrução. Em tal contexto, todos os que pugnavam por novos ideais eram entendidos como os portadores das ideias do progresso. Do mesmo modo e na mesma proporção, os povos que se mostrassem hostis e resistentes à escolarização, permaneceriam no espaço da barbárie, onde a ciência não encontrava abrigo.

Foram muitos os conceitos de progresso e civilização apresentados, aquando da cerimônia de inauguração do Liceu Cuiabano, na qual as escolas foram idealizadas como santuários de sabedoria, espaços de introspecção e de repercussão de novas ideias e oficinas de progresso, evidenciando a proximidade da escola secundária com os símbolos modernos.

Outro aspecto muito enfatizado pelos educadores no momento da inauguração das aulas daquele Liceu, foi o de que os filhos da Província jamais necessitariam de afastar-se dela para cursar o secundário, o que representava uma considerável economia para os pais e uma maior facilidade de acesso das camadas mais pobres a esse nível de ensino. Apesar de criado sob o cunho da democracia, o Liceu Cuiabano, serviu quase que exclusivamente os filhos das elites que, regra geral, perseguiram a prossecução dos estudos para níveis superiores. À maioria da população era reservado o nível primário, para o qual era exigido aquilo que, no século XIX era designado por “primeiras letras” ou “ensino rudimentar”.

José Maria Alencastro, sucessor do Barão da Maracaju, em relatório apresentado a 15 de junho de 1882, fazendo seus os princípios introduzidos por Cardoso Júnior uma década antes (1872) e, reforçados pelos seus sucessores, especialmente pelo Barão de Maracaju, assegurava:

A obrigatoriedade do ensino já é na província um preceito legal, mas não tem passado de uma teoria escrita para simples advertência aos pais de família pelo grave erro que cometem condenando a prole à ignorância. Urge, pois, fazer-se efetiva a obrigatoriedade dentro de certos limites que devem ir-se alargando à medida que o forem permitindo as condições a que este preceito tem de subordinar-se. Seria trabalho escusado justificar tão salutar medida. Conheço e respeito os direitos do homem na sociedade, mas desconheço o direito à ignorância.<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província de Mato Grosso, José Maria de Alencastro. Cuiabá, 15 de junho de 1882. APMT – Relatórios.

João Carlos Munis, também ele médico, sucedeu a Dormevil Malhado na suprema Direção da Instrução Pública, tendo exercido aquele cargo desde 1884 a 1888. Formou-se em Medicina em 1881, na Faculdade do Rio de Janeiro, iniciando-se na Instrução Pública quando, ainda jovem e acabado de regressar a Cuiabá, se associou a Antônio Corrêa da Costa e a Manuel Esperidião da Costa Marques, para montarem em conjunto, um estabelecimento de ensino secundário, então designado por *Externato Matogrossense*.

Já na administração pública e enquanto Diretor Geral da Instrução, procedeu a um levantamento exaustivo e minucioso da situação nesse âmbito da administração da Província, onde detectou irregularidades, nomeadamente a existência de mapas e relatórios falsos que denunciou com veemência, cuja responsabilidade atribuiu à atitude de alguns Inspetores Paroquiais e mesmo a alguns professores. Visitava regularmente as escolas para observar o seu funcionamento, porém, foi a sua concepção patriótica e o zelo que imprimia à gestão do dinheiro público, que mais se destacou na administração deste Diretor. Contaminado pelo vírus *cholera morbus* quando cuidava dos seus pacientes, faleceu em 1888, tendo-lhe sucedido no cargo, em vésperas da República, Alfredo José Vieira.<sup>57</sup>

A direção da instrução pública foi, no período compreendido entre 1872 e 1889, administrada por cidadãos cultos e com formação superior que, não só apoiavam e garantiam a aplicação das medidas emanadas da Presidência da Província, mas que propunham também importantes reformas nesse domínio. A Instrução Pública constituía-se como um poderoso instrumento em todo o processo de transformação que se operava na moderna sociedade brasileira e, nesse contexto era suposto que, para o exercício do cargo máximo da sua direção, fossem chamados cidadãos cujo desempenho racional e científico se coadunasse com a proposta de transformação em curso na sociedade mato-grossense. As ideias eram partilhadas por Diretores, Inspetores e também pelos professores, enquanto agentes privilegiados para a sua divulgação, chegando estes, ainda que em situações pontuais, a dar visibilidade a esse ideário.

À instrução pública primária, obrigatória e gratuita, podiam afluir em grande número, crianças oriundas dos mais diversos estratos sociais, ao contrário do ensino secundário, só

---

<sup>57</sup> SIQUEIRA, Elizabete Madureira. *Op. cit.*, p. 121.

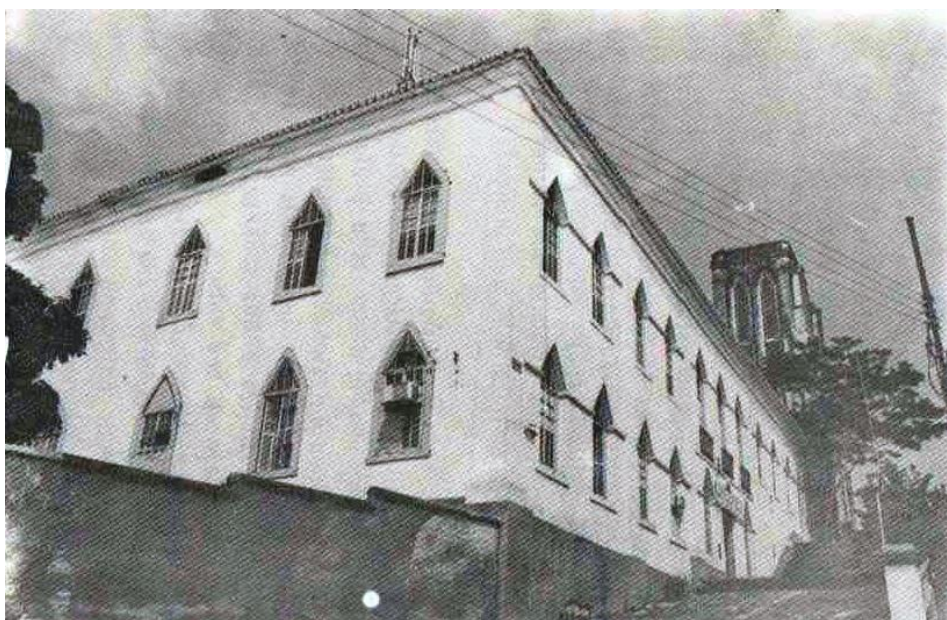
acessível às elites. O Liceu Cuiabano enquanto instituição pública, desempenhou em paralelo com o Seminário da Conceição, um importante papel na formação das elites mato-grossenses e de Cuiabá em particular, contribuindo de forma assaz significativa para a emancipação da mulher, a quem, à época, embora ainda com algumas restrições, apenas era permitida a profissão de educadora.

Os princípios basilares da Instrução Pública, introduzidos no início da década de 1870 por Francisco José Cardoso Júnior, somente a partir de 1880 se foram consolidando, sendo também a partir daí que se ampliou a área de intervenção do Estado, com a implementação do ensino secundário. Por outro lado, o ensino noturno e o misto, propostas anteriormente tentadas sem sucesso, foram, a partir daquele ano recuperadas e ampliadas, devido ao aumento significativo de homens livres, os ex-escravos que, desde então passaram a integrar o panorama nacional. O discurso iluminista, resultante da tríade – Europa, Rio de Janeiro e Mato Grosso – que engastou as novas políticas no campo da Instrução Pública, fez do Estado o seu mais importante defensor e mais fervoroso estimulador, rumo a um Brasil evoluído e moderno.

## **CAPÍTULO II**

### **O Ensino Secundário no Brasil do Século XIX:**

#### **Contextos Nacional e Regional**



**Perspectiva do Seminário Episcopal da Conceição**

(Fonte: Carta Pastoral de autoria de Dom Orlando Chaves - 1958)

## 2.1 O Ensino Secundário no Império Brasileiro

Com a expulsão dos Jesuítas em 1759 e o consequente encerramento dos seus colégios, as instituições de ensino no Brasil ficaram extremamente reduzidas, limitando-se estas a seminários seculares e alguns conventos das Ordens dos Capuchinhos, Carmelitas e Franciscanos. Só a partir de 1772 foram criadas no Rio de Janeiro e outras localidades da Colônia as aulas régias de Primeiras Letras, Gramática, Filosofia, Latim e Grego.

Não obstante a estrutura do ensino secundário se conservasse a legada pelos jesuítas, gradualmente foram chegando à Colônia influências das reformas de Pombal e, ainda que clandestinamente, divulgavam-se as ideias dos enciclopedistas franceses. Fundaram-se Sociedades Literárias e, jovens brasileiros formados na Universidade de Coimbra, renovada por Pombal em 1773, iam regressando e dando o seu contributo para que se operassem alterações no panorama educacional brasileiro.

O Alvará de 11 de junho de 1776, veio aprovar uma iniciativa de ensino superior de Teologia, realizada no Seminário do Rio de Janeiro, cujos Estatutos e Plano de Estudos foram organizados pelos Franciscanos, os quais, tendo como modelo a nova organização da Universidade de Coimbra, estabeleciam cinco cadeiras para os estudos de Filosofia, História Eclesiástica, Teologia Dogmática e Teologia Exegética e oito cadeiras para os estudos de Retórica, Grego e Hebraico, não se tendo conhecimento sobre a duração desses estudos, bem como dos seus resultados.<sup>58</sup>

A atuação do vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos, na formação de uma nova mentalidade educacional teve, no Brasil Colonial, uma importância preponderante na criação de uma cadeira de Retórica e Poética que, ficou a cargo de Manuel Ignácio da Silva Alvarenga, então responsável pela formação de uma nova geração de pregadores, dos quais Mont'Alverne foi a expressão de maior relevância. Luís de Vasconcelos instalou ainda o Gabinete de História Natural, conhecido como “Casa dos Pássaros” que, esteve na base da

---

<sup>58</sup> AZEVEDO, Moreira de. *Instrução Pública nos Tempos Coloniais*. In: NUNES, Maria Thetis. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1962, p. 56.

criação do Museu Nacional, onde despontaram os “cientistas” nacionais.<sup>59</sup> As aulas régias espalharam-se, desde então, pelas cidades do interior do país, porém, algumas destas, não dispunham de condições mínimas para o seu funcionamento, daí resultando uma fraca frequência escolar.

A abertura de cursos de Francês no Rio de Janeiro, reivindicada desde 1785 por duas petições deferidas “à vista dos certificados”, apenas se concretizou em 1793 com a criação naquela cidade, de uma aula de nível secundário destinada aos militares, a qual abrangia ainda o ensino de Aritmética, Geometria e Desenho. Em 1795, foi implementada uma aula de Botânica, com o objetivo de estudar e permitir o conhecimento das plantas medicinais nativas, visando a sua utilização nas fórmulas farmacêuticas, em substituição das que provinham da Europa.

Porém, o ensino não correspondia às necessidades da Colônia perante as transformações que então se processavam. A situação precária do seu sistema educacional, foi percebida pela Metrópole a partir dos relatórios elaborados pelos vice-reis. O Subsídio Literário recolhido era insuficiente para dar resposta às despesas necessárias, daí resultando a solicitação do governo português, em 1799, de informações ao vice-rei, sobre a possibilidade de elevar o referido imposto.<sup>60</sup> Ao mesmo tempo era conferida a Dom Luís de Vasconcelos a autoridade de inspecionar e fiscalizar as aulas régias, nomeando anualmente um professor para inspecioná-las e proceder, em conformidade com o Bispo, à nomeação de professores, devendo aquele, periodicamente, relatar o estado da instrução nas diversas capitanias. Simultaneamente era autorizada a criação no Rio de Janeiro, das cadeiras de Grego, Latim, Retórica, Filosofia, Matemática Elementar e Trigonometria. Posteriormente, já no ano de 1880, foi criada ainda uma cadeira de Desenho e Figuras.<sup>61</sup>

Interrompendo a tradição do humanismo clássico da educação secundária brasileira que perdurou ao longo de três séculos, foi inaugurado em Olinda, em 16 de fevereiro de 1800, o conceituado Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça, onde passaram a existir

---

<sup>59</sup> NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>60</sup> O Subsídio Literário arrecadado nas Capitanias muitas vezes não era revertido em favor da instrução, como foi o caso de Mato Grosso, onde não existiam aulas, nem professores régios.

<sup>61</sup> NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 59.

também, disciplinas de carácter científico. Foi seu fundador, o Bispo Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho que, formado em Coimbra, trouxe para o Brasil as novas orientações educacionais concebidas e implementadas em Portugal por Pombal. Homem de visão e adepto do liberalismo econômico, defendido na sua obra *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, publicada em Lisboa no ano de 1794, o Bispo Azeredo Coutinho foi um renovador de educação brasileira. Gilberto Freire, resume com perfeição o papel renovador de Coutinho na História da Educação do país, ao escrever:

Em vez de só religião e retórica, gramática e latim, o Seminário de Olinda começou a ensinar as ciências úteis que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro, cuja transição do patriarcalismo agrário para um tipo de vida mais urbana e mais industrial, exigia orientadores técnicos bem instruídos e não apenas mecânicos e artífices negros e mulatos, que aqui continuavam de oitiva a tradição peninsular dos artistas mouros, ou a africana, dos seus avós negros.<sup>62</sup>

A Capela de Nossa Senhora da Graça, uma antiga ermida existente desde o XVI e construída para servir de habitação aos agostinianos, foi ocupada pelos jesuítas até que fossem expulsos, por ordem do Marquês de Pombal, em virtude daqueles não terem comparecido. Ao seu lado, foi edificado o Seminário de Olinda, estabelecimento com grande significado para a formação das ideias que influenciaram de forma relevante a estruturação do pensamento das elites pernambucanas do século XIX.

O grande responsável, ainda que indiretamente, pela formação de um Clero politizado, elitista e irreverente, foi Azeredo Coutinho, personalidade que colaborou de forma indelével para a transmissão de pensamentos políticos devidamente estruturados. Historicamente, o Seminário de Olinda ficou conhecido como *Escola de Heróis*, devido aos seus feitos sociais, religiosos e políticos, no Pernambuco do século XIX e, como lugar difusor de ideias que influenciaram muitas das lutas travadas por religiosos que, ao longo de diferentes épocas, por ali permaneceram.

---

<sup>62</sup> FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, Vol. 1, 1951, p. 233.

Na perspectiva de análise de Azeredo Coutinho, Gilberto Luiz Alves escreveu sobre esta Instituição, como expressão do pensamento burguês luso-brasileiro entre 1800 e 1836 e a sua aplicação aos Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça. Em conformidade com este pesquisador, a fundação do Seminário coincidiu com um período de grande declínio da cidade onde fora edificado:

Tendo sido o Seminário de Olinda a escola mais avançada de seu tempo, pode parecer paradoxo que tenha se instalado numa cidade decadente. A ideia que pode emergir é a de que a base material não poderia comportar um tal projeto pedagógico, arrojado e nitidamente burguês. De fato, Olinda já não era a cidade faustosa dos tempos anteriores à invasão holandesa e ao seu incêndio. Diminuíra a sua própria dimensão física. Os prédios mais antigos estavam sendo arruinados pelo tempo. [...] Se decadente era Olinda, sua vizinha imediata, Recife, vivia um momento de esplendor. Pernambuco, por seu lado, se tornara uma das mais florescentes capitanias do Brasil. [...] Logo, o Seminário de Olinda, enquanto superestrutura, não foi uma manifestação excêntrica, não correspondeu a uma ideia fora do lugar. Pelo contrário, foi uma iniciativa educacional que refletiu, pelo seu arrojado, um momento de grandeza material da Capitania de Pernambuco.<sup>63</sup>

A participação do Seminário de Olinda na preparação do clero católico foi também altamente significativa para que pudesse proceder ao levantamento das riquezas naturais de região, vincando, desse modo, a sua valiosa participação na História da Economia da Colônia, agindo ativamente no processo de formação dos ideais iluministas e de modernização da burguesia existente em Pernambuco.

Fugindo da invasão napoleônica da Península Ibérica, a Corte Portuguesa refugiou-se no Brasil, tendo aí chegado em 1808. A educação tomou, desde então, novas orientações no sentido de dar resposta às exigências de todo o mecanismo político-administrativo que, subitamente se instalava no território brasileiro. A reação que se seguiu à morte de Dom José I, conduzindo ao afastamento do Marquês de Pombal, travou a marcha das reformas que aquele ministro havia iniciado, porém, a sua influência foi, mesmo assim, muito significativa e

---

<sup>63</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. Ibitinga, SP: Humanidades, 1993, p. 179 - 180.



o Brasil recebeu, inevitavelmente, a influência da sua política progressista. Nas palavras de Nunes:

O panorama educacional brasileiro, no espaço decorrido a partir de 1759, muito se modificara. Não houve hiato, como querem alguns historiadores. Sob a aparente desorganização desse período, iam-se abrindo novos caminhos à nossa evolução educacional. Rompera-se a unidade do ensino humanístico dos Jesuítas, com a penetração de novas matérias que a revolução cultural do Século XVIII tornara indispensáveis. Ao lado da escola religiosa, surge a escola leiga, de responsabilidade do Estado, marcando a dualidade de tendências do ensino secundário brasileiro que vem até aos nossos dias.<sup>64</sup>

Éramos naquele momento (1808) uma Colônia, com pouco mais de três milhões de habitantes espalhados ao longo do litoral e interior, especialmente nas zonas onde a mineração se realizara com sucesso. Com o declínio das atividades auríferas e diamantíferas, persistia a hegemonia dos produtos tropicais no mercado internacional, base de sustentação da economia portuguesa. Grandes lucros eram levados do Brasil para a Metrópole, como consequência do mecanismo da política colonial, o que permitia a Portugal uma certa estabilidade. Dentro dessa política, estavam:

[...] a direção das principais atividades nas mãos de elementos alienígenas; a posse, por estes elementos, dos principais capitais aplicados na produção local; a orientação dessa produção, visando mais aos interesses da metrópole do que ao bem-estar dos colonos; subordinação, quanto à legislação, administração, transporte e distribuição, a elementos estranhos aos que se entregavam diretamente ao trabalho produtivo local.<sup>65</sup>

Na conjuntura social, existia na Colônia uma burguesia agrária, proprietária de terras e de escravos, porém, emergia uma discreta e dispersa classe média que se formava à medida que as atividades baseadas no trabalho livre se desenvolviam. Ao nível cultural, o Brasil estava bastante atrasado se comparado com o modelo colonizador, pois não dispunha de universidade nem de imprensa, apenas as aulas régias ministradas individualmente por

---

<sup>64</sup> NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 60 - 61.

<sup>65</sup> SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 4ª Ed., São Paulo: Nacional, 1953, p. 390.

professores de Latim, Filosofia e Retórica, atuantes junto de seminários e conventos. Nesse contexto destacava-se, pelo caráter inovador que lhe estava subjacente, a obra de Azeredo Coutinho em Olinda.

À época não dispúnhamos de literatura, apenas de trabalhos desligados da realidade do país, inspirados em temas emotivos da Metrópole, dado que, com raras exceções, as obras escritas estavam mais vinculadas à História Literária Portuguesa.

Não obstante a proibição do governo português, as ideias revolucionárias veiculadas pelos pensadores franceses do século XVIII, conseguiram, sutilmente, penetrar no cenário colonial, quer por intermédio das lojas maçônicas, quer através dos estudantes brasileiros que retornavam das universidades europeias. De forma gradual, o Brasil foi tomando consciência da importância que tinha no contexto econômico da Metrópole, o que conduziu ao sentimento nativista que se manifestara desde o começo do século XVIII e se afirmava nas tentativas de motins dos fins daquele século.

Fernando de Azevedo, em sábias palavras, relata as transformações mais significativas que se operaram na Capital do Império após a chegada de D. João VI:

[...] a velha cidade do Rio de Janeiro – ‘uma grande aldeia de 45 mil almas’ – que dormia no marasmo, desperta para uma vida nova, sacodida do inesperado acontecimento e erguida de súbito à categoria de capital do Império Português. A cidade colonial, de ruas estreitas e tortas, transforma-se com o esplendor da Corte e o impulso do seu comércio e, pela atração dos novos encantos da vida urbana, torna-se o centro da vida intelectual do país, para onde convergem brasileiros vindos de quase todas as províncias, e as mudanças de mentalidade e de costumes lentamente se espalham da nova capital da monarquia para cidades distantes.<sup>66</sup>

O estatuto adquirido pelo Brasil enquanto sede da monarquia portuguesa levou a que todas as providências tomadas tivessem como objetivo principal, colocá-lo à altura da nova situação criada, daí resultando a necessidade de mudança nas condições políticas e

---

<sup>66</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Tomo III – *A Transmissão da Cultura*. 3ª Ed., São Paulo: Melhoramentos, 1958, p. 68.

econômicas até então vigentes entre a Colônia e Portugal, mediante atos como a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, a criação do Banco do Brasil e a revogação do Alvará que proibia a instalação de indústrias na Colônia. As diversas medidas educacionais tomadas pelo Príncipe D. João VI durante a sua permanência no Brasil, buscavam também o mesmo objetivo, dando lugar a atos de feição pragmática e utilitária, visando atender às exigências político-administrativas do aparelho estatal que, da Metrópole, se deslocara para a Colônia.

No âmbito de tais orientações a aplicar a curto prazo, o Príncipe apenas se limitou a criar, sobre as ruínas do velho sistema colonial, escolas especiais montadas com o fim de satisfazer rapidamente e com poucas despesas, a necessidade do ambiente social a que fora conduzida a Corte portuguesa. No início de 1808 foi criado o curso de Medicina, visando dar respostas às exigências dos imigrantes portugueses, pouco entusiastas do curandeirismo local e que ao Brasil iam chegando com modernos hábitos de saúde e higiene.<sup>67</sup>

Nesse mesmo ano foi também criada a cadeira de Economia, “sendo absolutamente necessário o estudo da ciência econômica na presente conjuntura em que o Brasil oferece a melhor ocasião de se por em prática muitos dos seus princípios”.<sup>68</sup>

Ainda no ano de 1808, foi fundada a Academia da Marinha e em 1810, a Academia Real Militar. A educação militar era imprescindível não só para os filhos da nobreza que se deslocara para o Brasil, como também à defesa da nova sede do império português. O estudo das línguas vivas, o Inglês e o Francês, passou a ter finalidade prática, como se vê pela Carta Régia de janeiro de 1811, criando o lugar de intérprete de línguas na Secretaria do Governo da Bahia. Já em 1809 se estabelecia, também por Carta Régia, a cadeira de Inglês, justificada pelo elevado número de assuntos escritos nesta língua, logo seguida da cadeira de Língua

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 70 - 71.

<sup>68</sup> MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil: 1823-1853)*. 1ª Ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, Vol. 1, 1936, p. 66.

Francesa, “[...] que sendo a mais difundida, e por assim dizer universal, sua criação é de toda necessidade ao desenvolvimento e prosperidade da instrução pública”.<sup>69</sup>

O cuidado da aclimação nos trópicos, de plantas asiáticas e europeias, levou a que as atenções do poder público se voltassem para o ensino agrícola - o qual esteve na base da criação do Jardim Botânico - das cadeiras de Botânica e Agricultura, da instalação da cadeira de Química na Bahia e de um Laboratório na Corte. O estudo das Artes era, na época, imprescindível ao desenvolvimento cultural da Corte que se havia deslocado da Europa, daí resultando a criação da cadeira de Música, em 1818, antecedida da chegada da Missão Artística Francesa, então chefiada por Le Breton e que teve grande preponderância no desenvolvimento das artes no Brasil.<sup>70</sup>

No que concerne ao ensino secundário tradicional, foram preservadas as aulas de Latim, Filosofia e Retórica provenientes da Reforma Pombalina e outras criadas em alguns pontos hegemônicos do Brasil. Porém, surgiram cadeiras de Desenho e História em Vila Rica, Aritmética, Álgebra e Geometria no Rio de Janeiro e Desenho e Estuques na Bahia. Entidades privadas, sobretudo estrangeiros, abriram cursos muito procurados pelos filhos da elite, sendo disso exemplo o que foi fundado no Rio de Janeiro em 1811, pelo Padre Felisberto Antônio de Figueiredo Moura, no qual eram ministradas aulas de Gramática Portuguesa, Aritmética, Latim, Francês, Inglês, Retórica, Pintura e Desenho.<sup>71</sup>

O Conde da Barca, Ministro de D. João VI, tentou naquele mesmo ano, implementar um planejamento geral do ensino para o território colonial, delegando a sua organização no General Francisco de Borja Garção Stocker que, influenciado pelo *Rapport*, de autoria de Condorcet e apresentado em 1792 à Assembleia Legislativa Francesa, o deu por concluído em 1812, sendo o primeiro da História da Educação do Brasil e que estabelecia o seguinte:

1º) O ensino nos Pedagogos, abrangendo um grau elementar tem tudo que era indispensável ao homem, independentemente de sua posição;

---

<sup>69</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. Trad. Antônio Chizzotti. São Paulo/Brasília, EDUC/INEP-MEC, 1989, p. 42.

<sup>70</sup> NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 67 - 68.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 68.

- 2º) O ensino nos Institutos, mais desenvolvido que o anterior, e com conhecimentos indispensáveis aos agricultores, artistas, operários e comerciantes;
- 3º) O ensino nos Liceus, abrangendo conhecimentos científicos básicos para a introdução ao estudo aprofundado da literatura, das ciências, e todo o gênero de erudição;
- 4º) O ensino nas Academias, abrangendo as ciências abstratas, teorias e aplicação dessas ciências em toda a extensão, e as ciências morais e políticas.<sup>72</sup>

Tal plano foi então rejeitado e, se aceito, não seria bem-sucedido dado que, pela sua estrutura, objetivava uma sociedade já estratificada, com uma classe média bem definida, o que não era de todo o caso do Brasil. Não obstante todas as medidas que foram tomadas, o ensino manteve-se segmentado, sem unidade, em conformidade com os proveitos imediatos do Governo que, até então, se estabelecera no país.

A estrutura social e econômica não sofreu, apesar da independência, quaisquer alterações, tendo-se apenas circunscrito à transferência do poder político, até então exercido pelos representantes do governo português, para a classe latifundiária brasileira. No contexto educacional até então vigente, pouco ou nada se alterou também, não obstante as inúmeras tentativas de reformas elaboradas e propostas por educadores, cujas ideias estavam centradas nos princípios da Revolução Francesa, acrescidas das legadas pelo império napoleônico e em vigor na Europa.

As longas discussões sobre a educação, travadas em 1823 na Assembleia Constituinte, evidenciavam o pensamento de então, quando se julgava que a educação, por si só, transformaria o panorama do mundo. Nesse sentido, dizia Martim Francisco Ribeiro de Andrade na sua *Memória*, apresentada à Constituinte:

A instrução pública é um dever do soberano para com os seus vassalos, é uma obrigação contraída no nascimento das sociedades políticas, entre o governante e os governados, e que, manifestamente redunde em proveito de ambos; a instrução pública igual é geralmente espalhada por todos os membros de qualquer Estado, nivela pouco mais ou menos suas faculdades intelectuais, aumenta, sem prejuízo, a superioridade daqueles que a natureza

---

<sup>72</sup> Ibidem, p. 69.

dotou de uma organização mais feliz; aniquila esta dependência real – triste monopólio, que as luzes de uma classe exercitarão sobre a cega ignorância da totalidade; destrói a desigualdade, que nasce da diferença de sentimentos morais; facilita a cada um, o gozo dos bens, que a sociedade confere; corta pela raiz os males e brandões da discórdia, com que a ignorância, em diferentes épocas, tem abusado do mundo, e dos quais estão cheios de páginas da história; e finalmente conspira a promover a prosperidade dos Estados e a torna-los firmes e estáveis pela reunião das forças morais como as físicas.<sup>73</sup>

A *Memória*, de Martim Francisco, naquela fase da vida brasileira significou a tentativa de fazer alguma coisa em proveito da evolução educacional do Brasil, embora fugindo às condições objetivas, dado que subentendia a existência de uma classe média estruturada. Em conformidade com ela, a instrução seria dividida em três graus, destinando-se as escolas do 2º grau ou médias à classe média, aquelas que iriam fornecer elementos para o comércio, a agricultura e todas as artes em geral. Abrangia o ensino da Língua Portuguesa, Noções de Astronomia, Geografia, Cronologia, História Natural, Mineralogia, Botânica, Química, Mecânica, Francês e Inglês. O ensino das cadeiras de Latim e do Grego não era considerado por Martim Francisco adequado para tais alunos, porquanto, em seu entendimento, seria de pouca utilidade ensinar tais línguas a indivíduos cujas ocupações, nada tinham a ver com o seu cotidiano.<sup>74</sup>

Diversos outros projetos foram apresentados à Assembleia Legislativa no decurso do primeiro Império, um dos quais em 1826, por Januário da Cunha Barbosa e que estaria bem próximo do que fora, em 1812, por incumbência do Conde da Barca apresentado pelo General Garçon Stocker, o qual estabelecia as escolas em quatro graus. Em 1828, o Padre Diogo Antônio Feijó procurava generalizar os estudos elementares a todo o país, bem como o ensino secundário. Estabelecia o curso em círculos, abrangendo cada um deles uma cadeira, composta por uma ou mais disciplinas. Assim, História Natural, Física e Química, constituíam uma cadeira; Geografia, Metafísica e Lógica, outra; Filosofia Moral, com sua doutrina de Direito Natural e Político, uma terceira. Eram estudos antecidos pelos de Latim e Francês,

---

<sup>73</sup> MOACYR, Primitivo. *Op. cit.*, p. 119 - 120.

<sup>74</sup> ALMEIDA, Antônio Figueira de. *História do Ensino Secundário no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 173.

Aritmética e Geometria, Retórica e Poética, devendo existir três cadeiras obrigatórias na capital de cada província.<sup>75</sup>

Por falta de condições mínimas oferecidas pelo país, esses projetos não foram avante uma vez que não seria possível, naquela fase, transferir uma educação urbana – como a da Europa da época, em plena senda da industrialização – alicerçada no trabalho livre, para um Brasil escravocrata e agrário. A carta outorgada em março de 1824 por D. Pedro I, resultante da dissolução da Assembleia Constituinte, dizia no seu art.º 179, item 32, que a Instrução Primária deveria ser oferecida gratuitamente a todos os cidadãos. Esse item deu lugar à Lei de 14 de outubro de 1827, que permitiu a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos, não obstante, dessa medida, não resultassem alterações significativas. Foi então adotado o método lancasteriano, em prática na Inglaterra, o qual, com os seus decuriões, perdurou por muito tempo apesar das inúmeras críticas que lhe eram feitas, porquanto, permitindo classes numerosas com um só professor, era compatível com as condições pedagógicas e financeiras oferecidas pela realidade brasileira.

Com a complexidade dos cursos jurídicos existentes em São Paulo e Olinda, em 1827, em consequência da sofisticação do aparelho político-administrativo do Brasil, eram exigidos dos estudantes exames de Francês, Latim, Retórica, Filosofia e Geometria.<sup>76</sup> O Bacharel passou então a desempenhar um papel relevante na vida do país, tornando-se a formatura uma forma de ascensão social desejada pelos jovens da classe média.

No âmbito do ensino secundário as aulas continuaram isoladas, sem articulação entre si e espalhadas pelas províncias, inexistindo qualquer plano, não obstante a existência de colégios particulares que iam surgindo, sobretudo, no Rio de Janeiro. As cadeiras de Filosofia, Latim, Retórica, Geometria e Francês, foram criadas e estendidas a todas as províncias em 1831, em pleno decurso do Período Regencial.

Devido à grande instabilidade social, provocada pelo fluxo das ideias liberais e pelo agravamento das tendências descentralizadoras que então se faziam sentir no país, o direito de

---

<sup>75</sup> NUNES Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 72.

<sup>76</sup> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo/EDUSP, 1972, p. 47.

legislar em matéria de ensino primário e secundário foi, então, delegado nas Assembleias Provinciais, através do art.º 10, item 20, do Ato Adicional de 1834 que alterou, significativamente, o panorama educacional no país. Assim, foi já no decurso do segundo Império que o desenvolvimento do ensino secundário começou a ser distinto entre as diferentes províncias e, as aulas até então isoladas foram, gradualmente, sendo agrupadas nos poucos Liceus promissores que iam surgindo, apesar das dificuldades que muitos deles sentiam em consequência das fracas condições econômicas locais.

No ano de 1837, sob os auspícios de Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi criado o Colégio Pedro II, cujo contributo foi precioso para a uniformização do ensino dos jovens, dado que, pela primeira vez, apresentou um programa progressivo e integral de ensino. A abertura deste Colégio abriu um novo capítulo no cenário do ensino secundário no Brasil. Tendo como exemplo os colégios franceses, o Regulamento de 31 de janeiro introduziu os estudos simultâneos, organizados num curso regular com duração compreendida entre 6 a 8 anos, abrangendo a Língua Nacional, Latim, Grego, Francês, Inglês, Retórica, Geografia e História, Ciências Naturais, Matemática Elementar, Música Vocal, Desenho e Astronomia. No final do curso era atribuído aos alunos, depois de prestarem juramento perante o Ministro do Império, o grau e Cartas de Bacharel em Letras, que lhes conferia, independentemente de novos exames, o direito de matrícula em qualquer das faculdades do Império.<sup>77</sup>

Fernando de Azevedo, assim destaca a importância daquele Colégio:

[...] foi desde suas origens, um grande colégio de humanidades, o mais importante criado pelo governo do Império e, no domínio dos estudos literários, a única instituição de cultura e de formação geral, embora em nível secundário, como foram também os únicos existentes no país, no domínio dos estudos científicos, sem ideia de aplicação, os cursos de ciências físicas, matemáticas e naturais introduzidos na organização da Escola de Engenharia Militar e Civil (Escola Militar, Escola Central e Escola Politécnica), do Rio de Janeiro. Só uma escola oficial, o Colégio Pedro II, representa os estudos literários e desinteressados, mantendo sempre, em todas as transformações por que passou, o seu caráter de cultura básica, necessária às elites dirigentes do país.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>78</sup> AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 78.



Foram várias e diversas as reformas que, durante o Império, se fizeram sentir no Colégio Pedro II, umas vezes predominando o ensino clássico, outras o científico, porém salvaguardando sempre o traçado inicial. Pouco a pouco se foi impondo como modelo a seguir por outros Liceus provinciais e colégios privados que, entretanto, foram surgindo em grande número nas diversas províncias. Segundo Nunes, o ensino secundário ministrado no Brasil tinha, até então, um caráter literário, livresco e mesmo ornamental, contribuindo essencialmente para a formação de retóricos e oradores de que, a formação do Parlamento, durante o segundo Império foi excelente exemplo. O que havia de factício, adaptado e pomposo no ensino da época ficou amplamente demonstrado nas páginas exemplares que Raul Pompéia publicou no *Ateneu*.<sup>79</sup>

Indigitado pelo Governo em 1850, para efetuar uma inspeção às escolas do Rio de Janeiro, o Dr. Justiniano José da Rocha, Lente da Escola Militar, jornalista, político e então Deputado pela Província de Minas Gerais, traçou com clareza esse aspecto, no relatório que apresentou ao Ministro do Império:

[...] Ocupar-me-ei primeiramente com as aulas públicas, por quanto acerca delas pouco tenho a dizer. Acham-se espalhadas pela cidade, ao alvitre do professor, em nenhuma correspondência com os seus colegas; de ninguém recebem direção comum; as lições são de manhã ou à tarde, como ao professor parece mais cômodo; o tempo é curtíssimo para suas explicações, especialmente nas aulas de latim; porquanto obrigado o professor a admitir, em qualquer época do ano, os alunos de qualquer idade, de qualquer grau de adiantamento, vê-se obrigado a multiplicar classes e decúrias e a dividir entre elas seus cuidados e as poucas horas das suas lições.

[...] Pelo modelo desse externato, que cumpriria aumentar com algumas outras cadeiras poder-se-iam regularizar os colégios que a indústria particular quisesse estabelecer, já que pelo aparato dos seus estudos o não conseguiu o colégio Pedro II, fundado essencialmente com esse fim.

[...] Um estabelecimento dessa ordem exige consideráveis despesas, e se alguns que conseguem grande nomeada, chega com poderosas proteções a reunir número de alunos suficiente para dar avultadíssimo lucro ao seu diretor, a maior parte, estorvando-se uns aos outros, repartindo entre si poucos alunos, nem tem meios de pagar a bons professores que lhe consagrem todo o seu tempo.

Esse inconveniente de tão tristes consequências ainda mais se agrava quando se reconhece que os pais dos alunos, iludidos por deplorável erro, não pedem aos diretores de colégio que ensinem a seus filhos, mas simplesmente que os

---

<sup>79</sup> NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 74.

habilitem no menor prazo possível, e com o menor incômodo deles pais e de seus filhos, para os exames de preparatórios das nossas aulas superiores. Sob essa condição os estudos acanham-se e perdem-se.<sup>80</sup>

Em relatório sustentado em dados estatísticos muito objetivos, a situação do ensino secundário brasileiro, foi veementemente retratada por Liberato Barroso em 1864. Segundo este:

São somente os estudos clássicos ou de humanidades que constituem o programa de ensino em quase todos os estabelecimentos públicos. Está o ensino médio no Império muito longe do desenvolvimento a que tem chegado nos países civilizados; e a sua organização é muito defeituosa e diferente do que esses países têm atualmente adotado para suas escolas.<sup>81</sup>

O curso secundário era procurado principalmente por todos aqueles que se destinavam às escolas de Medicina e Direito, cujo acesso só era permitido aos detentores do diploma de Bacharel do Colégio Pedro II ou de certidão de aprovação nos preparatórios de Latim, Francês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria. Os certificados de Geografia e História passaram também a ser exigidos a partir de 1854, no entanto, para o ingresso nas escolas de Medicina, era dispensada a certidão de Retórica e Poética.

Sendo o grau de Bacharel em Letras concedido pelo Colégio Pedro II suficiente para a matrícula em qualquer curso superior do Império, independentemente de novos exames conseguidos com sucesso nas faculdades, os títulos e aprovações conferidas pelos liceus provinciais não tinham a mesma validade. Os candidatos provinciais aos estudos superiores deveriam, mesmo após terem concluído o curso completo dos Liceus, prestar-se aos exames de preparatórios perante bancas organizadas, inicialmente, apenas junto aos estabelecimentos de ensino superior e, desde 1854 até 1873, também junto da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária e do Colégio Pedro II, ambos no Município da Corte. A partir de 1874 os exames preparatórios foram alargados a todas as províncias.

---

<sup>80</sup> MOACYR, Primitivo. *Op. cit.*, p. 308 - 309.

<sup>81</sup> BARROSO, José Liberato. *A Instrução Pública no Brasil*. In: NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 74-75.

Tal impedimento afetou decisivamente o destino do ensino secundário provincial, dado que os estudos regulares, de razoável duração nos liceus, não eram exigidos no acesso aos exames de preparatórios, indispensáveis ao ingressos nas Academias. Por outro lado, “[...] o estudo do grego e das ciências físicas e naturais, conhecimentos não exigidos em tais exames, afigurava-se aos aspirantes aos cursos superiores um inútil dispêndio de tempo e de energia”.<sup>82</sup>

Em tal contexto, os Liceus tiveram necessidade de se ajustar ao novo padrão de ensino fragmentado, dado que um grande número de alunos os abandonava, procurando estabelecimentos particulares que os habilitassem, em curto prazo, ao ingresso nas faculdades. O não reconhecimento dos graus conferidos pelos Liceus provinciais atingiu ainda mais severamente os estabelecimentos que se encontravam em fase de organização nas províncias, onde a inexistência de faculdades impossibilitava a realização local dos exames preparatórios.

No sentido de estimular o desenvolvimento dos estudos secundários nas províncias e de facilitar aos candidatos o acesso aos cursos superiores, uma vez que os alunos eram obrigados a deslocar-se para a Corte ou para outras províncias, resolveu o Ministro João Alfredo de Oliveira, em outubro de 1873, através do Decreto nº 5.249, criar nas capitais das diferentes províncias, bancas de exames gerais de preparatórios, a fim torná-los acessíveis a todos os candidatos que a eles se quisessem submeter. Ao possibilitar-se aos jovens, candidatos às faculdades, a realização de exames locais, não lhes seria necessário abandonar a Província em busca de cursos e exames.<sup>83</sup>

Apesar da proliferação de estabelecimentos particulares e da possibilidade de acesso das camadas menos favorecidas ao estudo das humanidades, tal situação, não contribuiu para o aprimoramento dos estudos secundários, antes pelo contrário. O sistema parcelado de aferição dos conhecimentos, as irregularidades e a corrupção registradas nos exames, além de acelerarem o processo de fragmentação dos estudos secundários, conduziram-nos à desmoralização:

---

<sup>82</sup> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *Op. cit.*, p. 256.

<sup>83</sup> Decreto Imperial nº 5.249, de 3 de outubro de 1873. IMPL – Acervo de Leis do Império.

Para que longos e penosos estudos? Uma carta de empenho ou uma viagem em busca de bancas propícias os supririam com vantagens na corrida em busca dos certificados. Quem não sabe – denunciava em 1876 a Memória Histórica da Faculdade do Rio de Janeiro – que muitos estudantes fazem hoje verdadeiras imigrações para as províncias onde melhor lhes corre a estação, e que dentre todas a do Espírito Santo é a que melhor fama tem conquistado pelos numerosos recursos em causas perdidas?<sup>84</sup>

O ensino secundário destinava-se essencialmente a uma classe social, a aristocracia rural:

[...] que fornecia todos os elementos dirigentes da política no período imperial. Os cargos da administração local, nos municípios e nas províncias, são preenchidos por ela. Dela saem a nobreza do Império e os chefes políticos, que fixam e arregimentam nos municípios e nas províncias, os elementos eleitorais e partidários locais. Dela, a juventude que aflui para as academias superiores do Norte e do Sul, em Recife, na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro, e daí para o campo das profissões liberais e para as altas esferas da vida parlamentar e política do país.<sup>85</sup>

Era visível, no segundo Império, a consolidação de uma política centralizadora e, nessa medida, com a absorção das forças regionais fazia-se sentir a intervenção Estatal no ensino secundário das províncias, através da adoção de um plano de ensino unificado. Essa mesma preocupação centralizadora estava também subjacente à reforma do ensino, empreendida em 1873 por João Alfredo, Ministro do Império.

A partir de 1850, sob a aparente estabilidade do governo, foram sendo produzidas novas forças que viriam a derrubá-lo em 1889. A extinção do tráfico negreiro, por exigência do capitalismo internacional, permitiu a disponibilização de capitais posteriormente aplicados no desenvolvimento de novas técnicas de produção, indústrias de transformação, comunicação e transportes. O alargamento da agricultura cafeeira, a sua importância em termos de comércio internacional e o desenvolvimento da indústria do algodão, em consequência da Guerra da

---

<sup>84</sup> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *Op. cit.*, p. 58-59.

<sup>85</sup> VIANA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo Brasileiro*. 4ª Ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 105.

Secessão, deram também um precioso contributo para que a vida no Império se alterasse significativamente.

Os estadistas da época começaram a notar que as fórmulas educacionais em vigor não correspondiam ao processo de desenvolvimento econômico que se operava no país. A camada média, que se constituía graças ao desenvolvimento urbano, exigia um ensino mais adequado e menos ornamental, porém, o ensino profissional ensaiava os seus primeiros passos com a criação do Liceu de Artes e Ofícios, em 1856. No ano de 1874, com a reforma da Escola Central, surgia a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, em 1875, a Escola de Minas.<sup>86</sup>

O Governo Imperial sentia a importância do problema educacional, principalmente do ensino secundário que passou a ser visto não apenas como um simples meio de acesso às escolas superiores, mas também como um percurso essencial na formação do caráter do homem. As falas do trono que desde 1826 se haviam remetido ao silêncio no que à educação respeitava, retomaram essa temática a partir de 1867, fazendo sentir aos legisladores a necessidade de enfrentá-la. É interessante observar a última fala do trono que abordava o desfaseamento entre a educação em vigor e o momento que o país vivia, ao traçar novos rumos educacionais:

Entre as exigências da instrução pública, sobressai a criação de escolas técnicas adestradas às condições e conveniências locais; a de duas universidades, uma no Sul e outra no Norte do Império, de onde partirá o impulso vigoroso, harmônico, de que tanto carece o ensino; assim como as faculdades de ciências e letras que, apropriadas às províncias, se vincularão ao sistema universitário, assentando tudo livre e firmemente na instrução primária e secundária.<sup>87</sup>

Foram diversas as tentativas de reforma do ensino apresentadas a partir de 1850, destacando-se a de Couto Ferraz que, em 1854, atingiu o Município Neutro e especialmente o Colégio Pedro II. De acordo com Nunes, a mudança mais significativa foi introduzida pela Reforma Leôncio de Carvalho, implementada em 1878. Impressionado com o

---

<sup>86</sup> NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>87</sup> MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil: 1854-1887)*. 1ª Ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, Vol. 3, 1938, p. 667.

desenvolvimento dos Estados Unidos e, considerando que tal se devia à liberdade de ensino lá existente, procurou aplicar no Brasil o mesmo modelo de ensino. Nesse sentido, estabeleceu liberdade de crença, dispensando os estudantes não católicos do exame de Religião, concedeu as prerrogativas de que gozava o Colégio Pedro II aos institutos de ensino secundário que seguissem os mesmos programas, tornou livre a frequência dos estabelecimentos de ensino, de forma a permitir que qualquer pessoa frequentasse as suas aulas, facilitou os exames das matérias e restabeleceu as aulas avulsas.<sup>88</sup>

Não obstante a existência de alguns aspetos positivos, a Reforma Leôncio de Carvalho, ao consagrar os estudos fragmentários, agravou mais ainda a desorganização do ensino secundário brasileiro, dando lugar ao famoso parecer de Rui Barbosa, no qual aquele estadista baiano traçou um diagnóstico do ensino secundário brasileiro, nos moldes seguintes:

O vício essencial dessa espécie de instrução, entre nós, está em ser, até hoje, quase exclusivamente literária. Agrava esse mal o fato de que as escassas noções científicas envolvidas sempre sob a sua expressão mais abstrata, didaticamente, por métodos que não se dirigem senão a gravar passageiramente na memória proposições formuladas no compêndio, repetidas pelo mestre e destinadas apenas a habilitar os alunos a passarem nos exames, salvando as aparências e obtendo assim a suspirada matrícula numa Faculdade.<sup>89</sup>

Em magnífico estudo, Rui Barbosa demonstrou conhecimento profundo das reformas pedagógicas de outros países e, no sentido de aplicá-las ao Brasil, reconheceu a sua dissociação da realidade nacional da época. Confrontando os orçamentos educacionais de outros países com os do Brasil, mostrou não compreender a sincronia entre desenvolvimento e educação e que não seria possível implementar sistemas pedagógicos de países industrializados e capitalistas, num país essencialmente agrário, onde as relações feudais de trabalho não haviam sido ainda superadas.

---

<sup>88</sup> NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>89</sup> BARBOSA, Rui. *Parecer e Projeto da Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1882, p. 9.

A par das diferentes tentativas de reformas de ensino não concretizadas, o Império Brasileiro atingia o seu término. O ensino secundário propriamente dito e destinado, pelo seu caráter geral, a formar e robustecer o espírito da juventude, sem contudo facultar aos discentes qualquer especialização que visasse o seu futuro, continuou atuando como mera preparação para o ingresso dos jovens nos cursos superiores do país.

Impõe-se mencionar o relevante papel exercido no Império pelos Seminários Episcopais e pelas casas de formação destinadas pelas congregações religiosas à formação clerical, no que respeitava ao ensino secundário e/ou preparatórios. Foram estes estabelecimentos que, nos tempos coloniais, mais se destacaram enquanto centros de irradiação de cultura, formando homens livres que “[...] honraram o Brasil antes da sua Independência e o serviram brilhantemente por sua coragem, seu caráter e seu devotamento”.<sup>90</sup>

Nesse sentido, assim se expressava Fernando de Azevedo:

Era nesses cursos propostos à preparação para o sacerdócio do clero regular e secular, que se formaram os futuros educadores da mocidade, quase todos clérigos, e, como dos jovens que entravam para os conventos, muitos arrempiavam carreira, já com estudos prontos ou por concluir, a maior parte dos nossos letrados se recrutava entre os alunos dos colégios de padres e egressos de conventos e dos seminários.<sup>91</sup>

Porém, foi nos séculos XVII e XVIII que foram criados os primeiros seminários no Brasil, seguindo já as orientações do Concílio de Trento. De acordo com Villalta, os diferentes seminários, alguns deles Episcopais e, conseqüentemente, vinculados à autoridade diocesana, foram construídos em diversas cidades da América Portuguesa, nomeadamente, em Belém da Cachoeira, em 1686; em Aquirás, no Ceará, em 1730; em Salvador, na Bahia, em 1736; na Paraíba, em 1745; em São Paulo, em 1746; em Belém do Pará e em Cachias, no Maranhão, em 1749; em Mariana e em Paranaguá, em 1755. Nesses seminários, foi também muito marcante a influência jesuítica, disso sendo exemplo o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte,

---

<sup>90</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Op. cit.*, p. 62.

<sup>91</sup> AZEVEDO, Fernando de. Tomo II – *A Cultura. Op. cit.*, p. 23.

primeira instituição educacional mineira, criada em 1748 e entregue pelo Bispo Dom Frei Manuel da Cruz aos cuidados do inaciano José Nogueira.<sup>92</sup>

O vocábulo “seminário” provém semanticamente do Latim *seminarium* que, por sua vez, tem origem no termo *seminare*, cujo significado indica “semear”. Assim sendo, o referido termo passou a ser utilizado pelo Concílio de Trento, já no ano de 1545, simbolizando um estabelecimento de ensino que semeava os conhecimentos cristãos, na formação de jovens vocacionados para o exercício sacerdotal. Esta palavra não fora empregue de forma aleatória, pois ainda se fazia alusão à Parábola do Semeador quando se levava em consideração a construção de um seminário, ambiente considerado proficiente na formação das boas sementes da Igreja, para que estas viessem a dar bons frutos, disseminando valores e princípios cristãos. Por outras palavras, a edificação de cada seminário expressava a missão que a Igreja assumia de doutrinar, de forma consistente, todos os noviços que adentrassem os seus auspiciosos muros educacionais, a fim de constituir uma massa clerical mais eficaz, que se incumbiria de difundir os ideais católicos, através da evangelização.<sup>93</sup>

Deste modo, a formação dos Diáconos, Subdiáconos e Presbíteros, isto é, a formação dos padres, ministros sagrados da Igreja, encontrou no seminário um espaço adequado e suficientemente sólido para a sua formação intelectual, humana, espiritual e pastoral, bem como para o desenvolvimento das suas “vocações”.

Os seminários passaram historicamente a ser implementados dentro do contexto da Reforma Católica, movimento contrarreformista que se iniciou no pontificado de Paulo III (1534-1539). A Igreja Católica compreendeu neste período que a sua influência política, outrora aliada à força da crença da sociedade, estava largamente afetada, não somente devido ao absolutismo acometido aos monarcas ou às exigências impostas pelo departamento administrativo, mas, sobretudo, pelas constantes manifestações de divergências e até mesmo dissidências que cresciam no seu próprio seio. Foi esta a razão basilar que levou a Instituição a

---

<sup>92</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos*. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 172.

<sup>93</sup> GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. *Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1979, p. 177 - 178.



investir na formação de sacerdotes, consciente de que a médio prazo, “seus representantes mais ativos fabricarão novos dispositivos de intervenção. Sua capacidade inventiva e de reação ficará bem patente na ação que desenvolverão em diferentes frentes”.<sup>94</sup>

Deste modo, o seminário enquanto instituição de ensino destinada à formação clerical seria difundido pelo mundo moderno, propagando os valores católicos e, incorporando novos candidatos para servir a Igreja, através dos mais modernos métodos de educação para a formação de ideologias e de intervenção social. A partir do século XVI, o termo *seminarium*, antes relacionado com a agricultura, viu alargado o seu campo semântico, para adquirir novos e metafóricos valores, sendo desde então, utilizado como sinônimo de escola.

No momento da Independência do país, já encontramos estabelecidos alguns seminários, criados com base no zelo de veneráveis prelados e mantidos pela benevolência pública. Possuíam cadeiras de humanidades, como as de Latim, Francês, Filosofia e Retórica, mas visavam, sobretudo a ciência eclesiástica com as suas cadeiras de Teologia Dogmática e Moral.

Além do Seminário de Olinda, cuja importância foi acima abordada, não poderíamos esquecer o velho Colégio Caraça que, atravessou praticamente todo o período Imperial e onde estudaram importantes personalidades da história brasileira, porquanto era, à época, uma relevante referência em termos de ensino para a elite de todo o Brasil. Nele foram lecionadas todas as matérias do Colégio Pedro II e outras mais.

Fundado pelos Padres Lazaristas em 1820 e aberto oficialmente em 1821 com 14 estudantes de Latim, deve o seu nome ao fato de ter sido edificado nas montanhas do Caraça, em Minas Gerais, cercado por colinas e serras, nele sendo ministradas as Primeiras Letras, aulas de Latim, Francês, Filosofia, Geometria e Música, entre outras. Desde 1820 a 1835, passaram por esta instituição mais de 1500 estudantes, vindo a ser aí estabelecido

---

<sup>94</sup> VARELA, Julia ; ALVAREZ-URIA, Fernando. *A Maquinaria Escolar. Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.º 6, 1992, p. 70.

posteriormente (1854), o Seminário Maior de Mariana que nele permaneceu por mais de 40 anos.<sup>95</sup>

Quando em 1882 o Imperador Pedro II visitou o Colégio Caraça, ficou impressionado com a organização e o rigor da disciplina nele exercido. Foi extinto em 1912, decorridos 91 anos de existência, dando lugar à Escola Apostólica e ao Seminário, ambos destinados ao sacerdócio lazarista. Foi na época o mais conceituado colégio, por ele tendo passado até 1907, mais de 5.000 alunos, muitos dos quais alcançaram as mais altas posições, tanto no Estado como no país. Por ele passaram dois Presidentes da República (Afonso Pena e Artur Bernardes) e muitos outros alunos que vieram a tornar-se Governadores de Estado, Senadores, Deputados e altas autoridades eclesiásticas. Sobre este estabelecimento, disse Almeida: “Se fosse apreciado como merece, seria o primeiro estabelecimento de instrução do Brasil”.<sup>96</sup>

O surgimento dos Liceus públicos e dos Colégios particulares após a Independência, contribuiu, assaz significativamente, para que tais colégios-seminários perdessem o prestígio de outrora. Em tal contexto, dizia Alves:

[...] A retração dos colégios – seminários católicos, esteve estritamente relacionada à progressiva resistência do clero ao regalismo imperial [...]. No interior dessa Igreja em vias de aburguesamento, importava estabelecer um divisor preciso entre o poder espiritual e o poder temporal. Nesse sentido, a contestação do clero contra o regalismo, no século XIX, assumiu o caráter de luta por autonomia frente ao poder político do Estado, sem que fosse ameaçada sua base burguesa.<sup>97</sup>

A emergência dos seminários pios somente voltados para a formação clerical ganhou força com tal movimento, enquanto os colégios-seminários passavam a representar, para os defensores da ortodoxia católica, uma submissão da Igreja aos interesses do trono. Deste modo, caberia a ela responsabilizar-se pela formação dos futuros quadros do clero, enquanto o Estado burguês passaria a assumir a formação do cidadão. Neste sentido, segundo Alves:

---

<sup>95</sup> AZEVEDO, Fernando de. Tomo III – *A Transmissão da Cultura*. *Op. cit.*, nota nº 13, p. 76 - 77.

<sup>96</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Op. cit.*, p. 172.

<sup>97</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. São Paulo: Humanidades, 1993, p. 185.

[...] a emergência dos seminários pios, de um lado, integralmente submetidos à orientação da Igreja Católica, autônomos em relação ao poder temporal e restritos à formação teológica. De outro lado, desenvolveram-se o Colégio Pedro II, mantido pelo poder central, e os liceus provinciais, cujos planos de estudos fecundaram-se na rica herança das ciências modernas e na reinterpretação burguesa das humanidades clássicas.<sup>98</sup>

Apesar da especialização dos estabelecimentos de ensino, esses colégios-seminários, assim como os demais liceus e colégios particulares, foram muito procurados pelos candidatos aos cursos superiores, objetivando conseguir em menor tempo possível os fragmentados conhecimentos humanísticos de que necessitavam para vencer a débil barreira dos exames preparatórios. Dessa forma, converteram-se para os leigos em meros canais de acesso às Academias do Império. A Igreja não conseguiu garantir totalmente a manutenção desses seminários, daí resultando a decadência em que se encontravam na segunda metade do século XIX.

Em seu relatório, Gonçalves Dias, descrevia do seguinte modo a situação: “[...] Não convinha aos seminários ficarem sujeitos ao governo temporal. No entanto, sendo tão escassos, os rendimentos das mitras no Brasil, cairiam os nossos seminários, se não fossem auxiliados pelo Governo”.<sup>99</sup>

Na sua generalidade os seminários valiam-se da benevolência da comunidade e do auxílio financeiro dos poderes públicos, para suprirem a falta de rendas próprias, dado que em troca de educação gratuita de determinado número de meninos pobres e da constante interferência na vida dessas instituições, muitas províncias se responsabilizavam pelo pagamento dos salários dos professores. A partir de 1851, o estado de decadência e o abandono em que muitos seminários repousavam, despertou a atenção dos Poderes Gerais para o ensino que ministravam. Foram inúmeros a partir de então, os Decretos emanados do Governo Central relativos aos Seminários Episcopais. Como contrapartida pelos direitos de aprovação do nome dos seus Lentes e dos compêndios didáticos, comprometia-se o Império a pagar os vencimentos dos mestres.

---

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> Relatório apresentado por Gonçalves Dias ao Governo Imperial no ano de 1852. In: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*, p. 344.

Através de informações extraídas do Relatório apresentado em 1861 à Assembleia Geral pelo Ministro dos Negócios do Império, José Antônio Saraiva, Haidar arrola os seminários que recebiam subvenções do Governo, sujeitando-se em troca àquelas condições. O Seminário mato-grossense incluía-se nesse inventário:

O de Belém do Pará, o Seminário de Santo Antônio do Maranhão, o Seminário de Nossa Senhora das Graças de Olinda, o Grande Seminário da Bahia, o pequeno Seminário de S. Vicente de Paula também na Bahia, o Grande e o Pequeno Seminários de Mariana, o Seminário de S. Feliciano em Porto Alegre, o Seminário da Conceição em Cuiabá e o Seminário de Goiás, criado pelo decreto de 1860, mas ainda não instalado.<sup>100</sup>

Pelo Decreto nº 3.073 de 22 de abril de 1873, que uniformizou o ensino em todos os estabelecimentos destinados à formação clerical, fixou o Governo Imperial normas gerais para a concessão de subvenções aos seminários. Relacionava as cadeiras cujos professores poderiam vir a ser remunerados pelos Cofres Gerais, sendo as nomeações feitas através de concurso, sob a coordenação dos Bispos. A subvenção do Governo circunscrevia-se às cadeiras referidas naquele Decreto, podendo ser criadas outras pelos Bispos, sendo estas, necessariamente suportadas pelas rendas da Mitra. Tal Decreto excluía os Seminários Menores que se bastavam com base em rendas próprias, ou que recebiam auxílios das províncias:

Atendendo à conveniência de uniformizar nos Seminários Episcopais os estudos das cadeiras subsidiadas pelo Estado, de modo que tão úteis estabelecimentos satisfaçam aos fins para que foram instituídos; Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1º - nos Seminários Episcopais haverá as seguintes cadeiras subsidiadas pelo Governo: Latim, Francês, Retórica e Eloquência Sagrada, Filosofia Racional e Moral, História Eclesiástica, Teologia Dogmática, Teologia Moral. [...] Fica entendido que além destas cadeiras os Bispos poderão criar as que julgarem convenientes, sendo subsidiadas pelas rendas da Mitra.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *Op. cit.*, p. 78 - 79.

<sup>101</sup> Decreto Imperial n.º 3.073, de 22 de abril de 1863, artigo 1º. IMPL – Acervo de Leis do Império.

Nos anos subsequentes, embora tenham aumentado as exigências para a concessão de subvenções, os recursos destinados a tal fim decresceram. Em tal contexto, tiveram os Seminários Menores de se manter, quase que exclusivamente, com as pensões cobradas dos alunos internos, acrescendo a estas o auxílio dos cofres provinciais. Viram-se no entanto, durante todo o Império, condicionados a receber juntamente com os seminaristas alunos destinados à vida leiga. Dos alunos matriculados, muitos não se submetiam a exames e poucos concluía regularmente o curso.

Assim sendo, propagava-se nos Seminários Menores e nas Aulas Preparatórias anexas aos Seminários Maiores, o mesmo fenômeno ocorrido nos liceus, ou seja, a influência nociva dos exames parcelados que contribuía para a proliferação de um ensino secundário segmentado e deficiente.

## 2.2 O Ensino Secundário na Província de Mato Grosso

Até meados do século XIX, o ensino secundário em Mato Grosso apresentava-se fragmentado, com algumas aulas avulsas espalhadas pela Capital e por algumas cidades da Província, tal como preconizavam as reformas pombalinas, sendo que grande parte delas se mantiveram desativadas, ora por falta de professores, ora por falta de alunos.

No ano de 1828 funcionavam em Mato Grosso apenas duas aulas de Gramática Latina, uma em Cuiabá e outra na cidade de Diamantino. O número das demais aulas existentes, todas sem provimento, era bastante mais expressivo. Além de Filosofia Moral e Racional, Humberto Marcílio discrimina pelo menos mais três aulas desativadas, nomeadamente, Gramática e Língua Francesa, Geometria e Retórica, “[...] quase nunca providas e quando estavam não funcionavam regularmente”.<sup>102</sup>

Já em 1837, decorridos praticamente 10 anos, a situação mantinha-se inalterada, registrando-se a existência de várias cadeiras de ensino secundário, como Gramática, Aritmética, Geometria, Língua Francesa, Filosofia e Retórica. Além dessas, havia ainda algumas cadeiras de Latim, em Cuiabá e na Vila de Poconé, porém, como aquelas, quase todas se encontravam vagas. Daí se compreende a razão do fracasso da ideia do então Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio José da Silva que, naquele mesmo ano, preconizou a criação de um edifício único onde pudessem ser agrupadas todas as aulas secundárias da Capital. Embora tal ideia não se tenha concretizado:

[...] foi o primeiro ensaio, o mais remoto da história da instrução na província, da centralização do ensino secundário, tentativa precursora da criação de um estabelecimento à feição daqueles típicos liceus que mais tarde se generalizaram por todo o país.<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup> MARCÍLIO, Humberto. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: SEC, 1963, p. 37.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 39.

Não obstante a pressão dos governantes, Presidentes de Província e Deputados que, sistematicamente se referiam a esta problemática, as aulas secundárias continuavam a ser ministradas sem qualquer articulação entre si e até mesmo sem qualquer vínculo com o ensino primário, razão que levou a Assembleia Legislativa Provincial à aprovação da Lei nº 2 de 5 de julho de 1848, que visava a criação de um Liceu, que não chegou todavia, a materializar-se naquele período.<sup>104</sup>

Em 1850, durante a gestão de João José Pedrosa da Costa Pimentel, foi implementado através da Resolução nº 5, de 12 de junho, o que podemos considerar um proto-sistema de ensino público secundário:

Artº. 1º - Enquanto se não põe em execução a Lei nº 2, de 5 de julho de 1848, fica o governo autorizado a prover interinamente a cadeira de Gramática de um professor da mesma, com o ordenado anual de 400\$000 réis; e se este professor ensinar também a Língua Francesa terá mais a gratificação de 200\$000 réis.

Artº. 2º - Fica do mesmo modo autorizado o governo a prover interinamente a cadeira de Filosofia Racional e Moral de um professor destas ciências com o ordenado anual de 500\$000 réis, e se o mesmo professor ensinar também Retórica terá mais a gratificação de 250\$000 réis.

Artº. 3º - Fica criada nesta capital uma cadeira de Teologia Dogmática e Moral e o seu professor, que será nomeado pelo governo, sob a proposta do Reverendo Bispo Diocesano, vencerá o ordenado de 700\$000 réis.

Artº. 4º - O governo, no Regulamento que der, marcará as obrigações dos professores que nomear, na forma dos artigos antecedentes, e para a nomeação dos mesmos poderá lançar mão de estrangeiros, na falta de nacionais, ou no caso de maior aptidão daqueles [...].<sup>105</sup>

A leitura da supracitada Resolução permite inferir diferentes valores atribuídos a cada cadeira, verificando-se que apesar de disponibilizadas a um mesmo público e tendo o mesmo nível de exigência, no que concerne à habilitação dos docentes, os montantes percebidos seriam substancialmente diferentes, isto é, quanto mais próximas as disciplinas estivessem das vertentes eclesiásticas, maiores seriam os salários auferidos pelos respectivos professores, fato

---

<sup>104</sup> Lei Provincial nº 2, de 5 de julho de 1848. IMPL – Acervo de Leis e Decretos Provinciais.

<sup>105</sup> Resolução Provincial nº 5, de 12 de junho de 1850. IMPL – Acervo de Leis e Decretos Provinciais.

que nos permite compreender a forte influência da Igreja na formação educacional e intelectual dos jovens no século XIX.

A criação do Seminário Episcopal da Conceição em Cuiabá, através do Decreto Imperial nº 1.149, de 13 de abril de 1853, constituiu a materialização de um estabelecimento aglutinador das aulas secundárias na Província mato-grossense. Esta instituição, de natureza religiosa e voltada particularmente para a formação clerical, estabeleceu com o Governo Provincial até 1880, ano da entrada em funcionamento do Liceu Cuiabano, uma parceria no sentido de acolher na sua estrutura curricular, disciplinas que pudessem servir de preparatórias àqueles que desejassem ascender ao ensino superior e não tinham o sacerdócio como objetivo.

O início das atividades daquele Seminário, cujas aulas funcionaram inicialmente na Residência Episcopal e depois na Sacristia da pequena Capela do Bom Despacho, ocorreu no ano de 1854, aquando da promulgação pelo Bispo Diocesano, Dom José Antônio dos Reis, dos seus primeiros Estatutos, ainda que oferecendo apenas as cadeiras de Teologia Moral e Teologia Dogmática, criadas pelo citado Decreto. Tal situação manteve-se por um período de quatro anos, vindo a ser alterada em 1858 com a inclusão de novas cadeiras, não apenas de âmbito teológico mas também de nível secundário.

A concepção original da implantação de um seminário em Cuiabá, ocorreu pela primeira vez em 1829, quando o capuchinho Frei José Maria de Macerata, prelado e administrador da jurisdição eclesiástica de Mato Grosso, iniciou a edificação de uma instituição semelhante que seria erguida ao lado da Igreja de São Gonçalo, segundo Distrito da Capital, onde aquele frade residia e que hoje integra o Bairro do Porto. O trabalho pastoral a que se dedicava, as longas ausências a que se obrigava em visitas às vilas, arraiais e cidades, a incompreensão de que fora vítima na época, dominada por um exagerado zelo nativista, a que acrescia a sua já avançada idade e a falta de recursos financeiros, concorreram para o fracasso na concretização de tal obra. Desse seminário só ficaram os alicerces e da criação do colégio apenas o projeto.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> MARCÍLIO, Humberto. *Op. cit.*, p. 58.



Foi ao sucessor de Frei Macerata, Dom José Antônio dos Reis, primeiro Bispo de Cuiabá oficializado no cargo pela Regência, que coube a missão de fundar e construir um seminário, ainda que noutro local e com uma abrangência curricular que funcionou, inicialmente, oferecendo apenas algumas aulas de natureza teológica, às quais, pelo Decreto Imperial nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, foram adicionadas as de Eloquência Sagrada, História Eclesiástica, Instituições Canônicas, Liturgia e Canto Gregoriano. No âmbito do ensino secundário propedêutico, foram acrescentadas as cadeiras de Latim, Francês, Filosofia e Retórica. O ano de 1858 marcou a abertura oficial do Seminário Episcopal da Conceição.

No decurso da nossa pesquisa, porém, encontramos no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, um documento manuscrito e não datado de autoria de Dom Carlos Luiz D'Amour, sucessor do Bispo Dom José Antônio dos Reis, no qual é feita uma breve retrospectiva sobre a trajetória do Seminário, sendo que, de acordo com as suas palavras, aquele teria iniciado o seu funcionamento já no ano de 1836, isto é, muito antes do lançamento da sua pedra fundamental, em 1858:

O Seminário de Cuiabá fundado pelo seu primeiro Bispo, nosso predecessor, existe desde 1836, funcionando num prédio qualquer e vegetando até ao ano de 1858, em que, por decreto nº 2245 do governo imperial conseguiu a subvenção que então prestava o Tesouro Nacional aos estabelecimentos dessa ordem com ônus de serem os professores e compêndios aprovados pelo Governo.

A 7 de dezembro de 1858 foi lançada a primeira pedra do edifício do Seminário a que aludem as respostas aos quesitos acima, devendo a munificência e magnanimidade ao governo de S.M. o Imperador.<sup>107</sup>

Não encontramos nenhum outro documento que fizesse referência a tal informação, constata-se porém que, desde a sua chegada à Província, Dom Carlos Luiz D'Amour foi extremamente crítico em relação ao trabalho dos seus antecessores, propondo uma completa reforma dos costumes do clero ali existente.

---

<sup>107</sup> Breve histórico do Seminário Episcopal da Conceição, não datado, de autoria do Bispo Dom Carlos Luiz D'Amour, fl. 1. APMC, Cx. 139.

O Padre Ernesto Camillo Barreto, indigitado pelo Bispo Dom José Antônio dos Reis, para orientar os trabalhos de implantação do Seminário e ministrar as aulas de Teologia Dogmática e Moral, deslocou-se da Bahia, acompanhado de sua mãe e de um casal de irmãos, tendo chegado a Cuiabá em agosto de 1854. O lançamento da pedra fundamental do Seminário Episcopal da Conceição, ocorrido a 7 de dezembro de 1858, constituiu um evento de cabal importância para a sociedade cuiabana, tendo Camillo Barreto, na qualidade de primeiro Lente daquela Instituição, proclamado em seu discurso inaugural, a importância e o significado de que se revestia para a Província aquele que seria o primeiro estabelecimento de ensino religioso e secundário de Mato Grosso. Em suas palavras assim se referiu àquele momento histórico:

[...] O dia de hoje, sim, elevando os nossos pensamentos a considerar no objeto que nos chama em torno dos sagrados altares, fica e enuncia uma nova época de educação intelectual, moral e religiosa na província, não só aos Levitas destinados a balançarem nos turíbulos de ouro o fumo do incenso e do benjoim que tem de ser ofertado por vós, e pelos filhos de nossos filhos até às últimas gerações àquele que é autor de tudo criado, e à Maria debaixo de cuja proteção se não já abrigado, como também a esta tenra e vigorosa mocidade que por encanto verá surgir o futuro, das salas deste Estabelecimento, cujo primeiro fundamento vistas agora lançar-se para fazer as delícias de suas famílias, a glória desta Província, a hora de nosso País e a admiração dos estranhos, já pela ciência, já pela virtude, e já finalmente pelos dotes que harmonicamente produzem estes germes poderosos da educação cristã.<sup>108</sup>

Considerando como uma graça não apenas divina, mas também humana, o Padre Ernesto Camillo Barreto, apoiado nas forças emanadas do Governo Imperial, considerou a construção do Seminário um pólo de aproximação entre os centros de decisão do país e a Província, desde há muito esquecida. Enalteceu a magnitude do Imperador ao disponibilizar-se para se aproximar de terras tão distantes da Administração Geral e louvou a ação dos homens que, amparados pela sua fé, foram capazes de materializar um antigo sonho acalentado na Província de Mato Grosso:

---

<sup>108</sup> Discurso proferido pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto na solenidade de colocação da primeira pedra do edifício do Seminário Episcopal da Conceição, em 7 de dezembro de 1858. APMC – Livro de Registro dos Discursos Pronunciados no Seminário Episcopal da Conceição. Cx. 139, fl. 1 - 1v.

[...] Com a emancipação política do Império, o governo abriu para as demais províncias, nossas irmãs, a liberdade de suas graças, repartiu com elas a abundância das ciências humanas [...] e só nós ficamos reduzidos a contemplar de longe essas glórias [...]. A providência tardou, porém não faltou de equilibrar nossa sorte com a ventura de nossos irmãos. A munificência e magnanimidade do governo de S. Majestade o Imperador se inclinou para nós, que vivíamos como separados da comunhão brasileira, a ponto de se por em dúvida a nossa conveniência em pertencer a este grande todo do Império de Santa Cruz.<sup>109</sup>

Exaltando a ação da Igreja Católica, o Padre Ernesto Camillo Barreto reiterava que, historicamente, ela fora a condutora do processo educacional brasileiro desde o período colonial. Assim sendo, incitava os ouvintes a louvar a ação do Bispado de Cuiabá e as vantagens que semelhante instituição lhes traria, permitindo a seus filhos aprimorar as primeiras aprendizagens adquiridas no seio familiar e facultando-lhes os instrumentos indispensáveis ao acesso aos cursos superiores, quiçá, à formação eclesiástica:

[...] Fortes pelas nossas convicções, lancemos os ombros a esta obra que só o génio católico podia conceber e executar, porque só assim, senhores, aproximareis com mais presteza de vossos filhos, o pão da inteligência, e lhes dareis sem os recursos da saudade, ainda em verdes anos, e sem perigo da perversão dessas primeiras impressões morais e religiosas, que lhes fizestes beber no lar doméstico, uma instrução convenientemente preparatória para os cursos maiores, e coadjuvareis igualmente para que o venturo sacerdócio, instruído nas regras dos deveres, se torne uma porção digna.<sup>110</sup>

Após o lançamento da pedra fundamental, teve início a construção física do Seminário, não no local escolhido anteriormente por Frei Macerata, mas sim ao lado da Capela do Bom Despacho, no Bairro do Mundéu, próximo da região central da cidade e ao lado da Santa Casa de Misericórdia. A edificação prolongou-se por mais de duas décadas em virtude das dificuldades financeiras enfrentadas na época e de outras vicissitudes que, mais adiante abordaremos.

---

<sup>109</sup> Ibidem, fl. 1v.

<sup>110</sup> Ibidem, fls. 2, 2v e 3.

O então Presidente da Província, Joaquim Raimundo De Lamare (1858-1859), explicitou no seu relatório apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, que havia deixado à disposição do Bispo Diocesano, Dom José Antônio dos Reis, a quantia de 5:000\$000, decretada para o início da construção do Seminário. Este estabelecimento viria inaugurar, nas palavras deste Presidente, “[...] uma das mais felizes épocas da Província”.<sup>111</sup>

Importa salientar que o Seminário Episcopal da Conceição não chegou a se constituir como fator de democratização do ensino secundário, dado que, sendo o primário ministrado em dois níveis (elementar e complementar), somente uma ínfima parcela – a elite – conseguia alçar esse patamar. Essa foi a razão que levou o Seminário a assumir-se como Instituição do mais elevado nível de ensino até então existente na Província de Mato Grosso, à qual chegavam apenas os filhos das famílias abastadas, formados nas escolas primárias complementares. Destes, apenas alguns prosseguiram nos estudos secundários, sendo que a maioria encerrava definitivamente os estudos com a conclusão do primário.

Em 1861, as aulas públicas de ensino secundário praticamente não existiam na Província, a não ser aquelas que o Seminário oferecia. No dizer do Presidente provincial, Herculano Ferreira Pena:

Além das aulas do Seminário, nenhuma outra de estudos secundários ficou existindo na Província desde que a Lei nº 6, de 20 de junho de 1861, suprimindo as cadeiras de Latim, Francês e de Filosofia Racional e Moral, estabelecidas na capital, declarou também suspenso, por tempo indefinido, o provimento da de Latim da Vila de Poconé.<sup>112</sup>

Até 1865, o Seminário foi a instituição educativa de maior significado na Província, visto que preparava jovens nos estudos de humanidades, muitos dos quais se matriculavam posteriormente nas principais academias do Império, permanecendo outros no Estado, na sua maioria engajados no funcionalismo público.

---

<sup>111</sup> Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo De Lamare, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1859. APMT – Relatórios.

<sup>112</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Herculano Ferreira Pena, à Assembleia Legislativa Provincial Cuiabá, 3 de maio de 1862. APMT – Relatórios.

Com o advento da invasão paraguaia (1864-1870) e também com a epidemia de varíola ocorrida na Capital no ano de 1867, os ensinos secundário e primário ficaram profundamente prejudicados pela trágica circunstância.

Ultrapassado o conflito armado, Mato Grosso voltou a ser interligado ao Estuário do Rio da Prata e, através deste, com as províncias mais prósperas do Império, especialmente a Corte. Essa hidrovía propiciou o desenvolvimento do comércio internacional, integrando a Província de Mato Grosso que permanecera, durante o tempo que perdurou a guerra, praticamente isolada e ensejando uma redefinição da sua economia.

Com o incremento do extrativismo, passaram a ser exportadas diversas matérias-primas nativas da região, como a erva-mate, a ipecacuanha ou poaia, a borracha bruta, além de penas, crinas, chifres, couros secos e charque (carne seca). Dos mercados estrangeiros penetrava na Província uma grande diversidade de produtos industrializados. Por outro lado, os antigos engenhos transformaram-se em usinas equipadas com máquinas a vapor. No seio dessa movimentação, entrou no cenário mato-grossense em geral e não apenas na Capital, um avultado número de empresários, comerciantes e banqueiros que ali chegavam trazendo um novo ideário.<sup>113</sup>

Com base nas transformações ocorridas na economia, as ideias que da Corte e do estrangeiro chegavam a Mato Grosso, exigiam mudanças no setor educacional, momento em que se verificou um significativo aumento do número de escolas primárias, ampliando e diversificando os seus níveis de atendimento, passando desde então a impor-se a criação de uma instituição de ensino secundário no interior da Província.

Como antes referimos, o então Presidente da Província Francisco José Cardoso Júnior, anunciava a partir de 1871, uma série de reformas no campo da instrução que, na sua ótica, se encontrava em considerável atraso comparativamente com outras províncias, especialmente com o Rio de Janeiro. Nos seus planos pode observar-se não somente um aumento das escolas de Primeiras Letras, mas, também, a intenção de criar um Liceu que, sob

---

<sup>113</sup> Sobre a temática, ver: ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a História: 1870-1929* (ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 61, p. 5 - 81, 1984.

a proteção do Governo Provincial, pudesse contribuir para a expansão do ensino. Porém, apesar do grande esforço por ele despendido no intuito de viabilizar a edificação de tal Liceu, a sua concretização não sucedeu por falta de recursos financeiros, vindo a materializar-se somente em 1879.

Repleta de ideias inovadoras até então nunca experienciadas na Província, a Reforma Cardoso Júnior trouxe, indubitavelmente, um novo estímulo ao ensino provincial, apesar de não concretizada na sua plenitude. De acordo com Siqueira, aquele Presidente não apenas anunciou as reformas essenciais à instrução, mas agiu vigorosamente, deixando no final do seu governo implantadas as bases que sustentariam daí em diante, o sistema educativo mato-grossense.<sup>114</sup>

Sobre o ensino secundário público, preconizava Cardoso Júnior: “O ensino secundário se restringe às cadeiras mantidas no Seminário, mas, logo que os cofres públicos o permitam, o governo criará um Liceu de Línguas e Ciências Preparatórias para os cursos superiores do Império”.<sup>115</sup>

As primeiras medidas para a criação de uma Escola Normal ocorreram em 1838, com a contratação de um professor para complementar a sua formação fora da Província, na condição de assumir a sua regência após o término de tal incumbência. A instalação desta Instituição veio a concretizar-se apenas em 1840, na gestão do Cônego José da Silva Guimarães, contudo, foi efêmera a sua duração, porquanto foi extinta em 1844, na administração do Tenente Coronel Ricardo José Gomes Jardim, abrindo-se um hiato de três décadas, sem a existência na Província de um estabelecimento vocacionado para a formação de professores de Primeiras Letras.<sup>116</sup>

Foi somente em 1874, já na gestão de José Miranda da Silva Reis (1872-1874) que, foi recriada a Escola Normal de Cuiabá, com a finalidade de habilitar professores para o ensino primário e, dessa forma, suprir a falta desses profissionais tanto na Capital como no

---

<sup>114</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 119.

<sup>115</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Francisco José Cardoso Júnior, à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso. Cuiabá, 20 de agosto de 1871. APMT – Relatórios.

<sup>116</sup> MARCILIO, Humberto. *Op. cit.*, p. 43.

interior da Província. Consequentemente, as cadeiras públicas do ensino secundário, instituídas pela Lei nº 4, de 16 de junho de 1868, nomeadamente, Geografia, História e Matemáticas Elementares, associadas a outras avulsas já existentes no Seminário da Conceição e que dele foram removidas através da Lei nº 13, de 9 de julho de 1864, passaram, desde então, a integrar o curso iniciado naquela Escola que passou assim, além de cumprir o seu papel precípua, a preparar jovens para os cursos superiores do Império.

Na verdade, o Seminário Episcopal da Conceição continuou a oferecer aulas de nível secundário, tais como Latim, Francês, Filosofia e Retórica, responsabilizando-se também pela formação de boa parte da elite masculina regional. Nessa perspectiva assim se expressou o Padre Ernesto Camillo Barreto:

Foi também no Seminário Episcopal que iniciaram seus preparatórios José Estêvão Corrêa, hoje lente de Matemáticas Elementares da Escola Normal, os Doutores José Antônio Murinho, Joaquim Duarte Murinho, Manuel Corsino Silvestre de Pinho e Azevedo, hoje lente da cadeira de Filosofia do mesmo estabelecimento, e muitos outros que será longo declinar. Foi ainda ali que ilustrou o seu espírito Luís Filipe de Araújo, professor efetivo da Vila de Diamantino e, por sem dúvida, um dos bons sacerdotes dessa nova cruzada que se levanta para derrubar as trevas da infância e regenerar a sociedade futura.<sup>117</sup>

Já no governo do Dr. João José Pedrosa, mais precisamente a 3 de dezembro de 1879, foi promulgada a Lei nº 536, criando o primeiro estabelecimento público verdadeiramente vocacionado para o ensino secundário, o Liceu de Línguas e Ciências, oficialmente inaugurado a 7 de março de 1880, sob a denominação de Liceu Cuiabano. Com esta Lei foram também introduzidas na Província novas alterações no âmbito da instrução, particularmente ao nível administrativo do ensino secundário, dado que preconizava a junção de dois estabelecimentos num só, o recém criado Liceu Cuiabano e a já instalada Escola Normal. Assim sendo, este estabelecimento de ensino funcionava com dois cursos: o Normal e o de Línguas e Ciências Preparatórias. O artigo 1º da referida Lei estabelecia que: “[...] o Liceu

---

<sup>117</sup> Relatório apresentado pelo Inspetor Geral dos Estudos da Província de Mato Grosso, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca. Cuiabá, 13 de abril de 1877. APMT - Relatórios.

Cuiabano tem por fim não somente habilitar professores para o magistério público primário, mas, preparar também, aspirantes à matrícula nos cursos superiores do Império”.<sup>118</sup>

O plano de estudos do Liceu Cuiabano integrava as cadeiras de Pedagogia e Métodos, Gramática Portuguesa, Filosofia e Literatura Nacional, Matemáticas Elementares (compreendendo Aritmética Aplicada e Álgebra até equações do 2º grau), Geometria Plana, Geografia e História Universal, Inglês, Francês, Latim e Retórica. Essas cadeiras constituíam os dois cursos acima referidos, sendo que, no Curso Normal, destinado à formação de professores, eram ministrados os conhecimentos das quatro primeiras cadeiras e no de Preparatórios, eram lecionadas todas as disciplinas, exceto a de Pedagogia e Métodos.

No final do século XIX, o Liceu Cuiabano nascia sob o signo do Liberalismo e revestido de um tom laico e democratizante, dado que tinha o propósito de oferecer o ensino secundário gratuitamente, a todos os jovens da Província que concluíssem o primário complementar. A partir de 1880, o Seminário Episcopal da Conceição e o Liceu Cuiabano constituíam as duas escolas de ensino secundário existentes na Província de Mato Grosso e chegaram a disputar entre si a pouca clientela desejosa de prosseguir os estudos. Esse fenômeno provocou entre ambas as instituições uma certa disputa, não obstante exercerem funções análogas.

A Igreja, responsável pela administração e ensino do Seminário, deteve até então o monopólio desse nível de instrução, recebendo dos cofres gerais as subvenções com que mantinha o estabelecimento. Essa ligação com o Governo Central proporcionou-lhe uma certa independência em relação às autoridades provinciais ligadas à instrução pública e esteve na origem de alguns conflitos entre essas esferas de poder, intensificados após a criação do Liceu Cuiabano.

Praticamente até final da década de 70 do século XIX, o Seminário Episcopal da Conceição fornecia ao governo provincial, para fins de elaboração do relatório anual relativo à instrução pública, informações que visavam a elaboração, naquele documento, do quadro ânuo respeitante ao ensino secundário. É indubitável que a figura do Pe. Ernesto Camillo Barreto,

---

<sup>118</sup> Lei Provincial nº 536, de 3 de dezembro de 1879. IMPL – Acervo de Leis e Decretos Provinciais.



enquanto Inspetor Geral dos Estudos, contribuiu favoravelmente para que as relações entre o Estado e a Igreja fossem serenas na Província de Mato Grosso. Por outro lado, sendo responsável nos dois setores (Estado e Igreja), naturalmente beneficiava de acesso privilegiado a todas as informações. Porém, ao afastar-se do cargo que, após a Reforma de Maracaju passou a ser designado de Diretor Geral da Instrução Pública, sendo desde então assumido pelo médico Dormevil dos Santos Malhado, um dos principais estimuladores, senão mesmo o mentor da criação do Liceu Cuiabano, as tensões intensificaram-se. Uma passagem envolvendo o então nomeado Diretor Geral, retrata bem essa questão: quando o Dr. Dormevil solicitou ao Bispo Diocesano, à época Dom Carlos Luiz D'Amour, informações estatísticas sobre o funcionamento do Seminário, destinadas à elaboração do seu Relatório Anual, este não acatou o pedido com base no argumento de que, sendo os Seminários Episcopais estabelecimentos instituídos por Leis eclesiásticas e por elas referidos, apenas estariam sujeitos à autoridade e inspeção dos Bispos e que tais informações só a estes seriam facultadas ou, quando solicitadas, ao Governo Geral da Província do qual dependia e a quem prestaria todas e quaisquer informações. Vejamos os termos exatos em que decorreu a troca de correspondência:

Exmo. e Rvmo. Sr. – Aproximando-se a ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial e necessitando esta Repartição de dados para confecção do Relatório que tenho de apresentar à S. Exa. o Sr. General Presidente da Província, rogo a V. Exa. se digne mandar informar-me quantos alunos existem no Seminário Episcopal, sob a digna direção de V. Exa. Rvma., declarando-me o número de alunos matriculados e frequentes. Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. Rvma. os meus protestos de alta estima e distinta consideração. – Deus guarde a V. Exa. Rvma. – Exmo. e Rvmo. Sr. Dom Carlos Luiz D'Amour, muito digno Bispo desta Diocese – O Diretor Geral Dr. Dormevil José dos Santos Malhado.<sup>119</sup>

A resposta do Bispo ao Diretor Geral da Instrução Pública permite antever a distância que, com este desejava manter, bem como a sua indisponibilidade para facultar informações a uma entidade da qual, em seu entendimento, não dependeria:

---

<sup>119</sup> Ofício do Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, ao Bispo de Cuiabá, D. Carlos Luiz D'Amour, de 12 de julho de 1880, anexo ao Relatório apresentado ao Presidente da Província, Barão de Maracaju, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. Cuiabá, 17 de agosto de 1880. APMT – Relatórios.

Tendo presente o ofício de V. Sa. de ontem datado, em que declarando-me aproximar-se a época da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, e necessitando de dados para confecção do Relatório que V. Sa. tem de apresentar ao Exmo. Presidente da Província, pede-me lhe mande dar informações acerca do número dos alunos do Seminário Episcopal desta capital.

Em resposta, cabe-me dizer a V. Sa. que, sendo os Seminários Episcopais instituídos por leis eclesiásticas e por elas referidos, só estão sujeitos a autoridade e inspeção dos Bispos. E quando tenham estes de ministrar algumas informações a respeito de tais estabelecimentos, em virtude do subsídio que recebem do Estado ou dos cofres provinciais, serão elas dirigidas diretamente ao Governo Geral da Província, e jamais à Diretoria da Instrução Pública, em cuja alçada não estão, nem poderiam estar, os Seminários Episcopais. Deixando, pois, de satisfazer a requisição de V. Sa. aproveito a oportunidade para apresentar-lhe a renovação dos protestos de minha perfeita estima e distinta consideração.<sup>120</sup>

Inferimos, duas causas possíveis para a atuação do Bispo. A primeira e em nosso entendimento mais plausível, prende-se com o Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso, datado de 4 de março de 1880, com base no qual o Governo Provincial se considerava isento de qualquer obrigatoriedade no que respeitava ao seu contributo para o pagamento de despesas efetuadas pelos estabelecimentos privados. Com efeito, este Regulamento determinava no seu capítulo primeiro, as disposições seguintes:

Artigo 1º - A instrução na Província de Mato Grosso abrangerá o ensino primário e secundário.

Artigo 2º - O ensino dividir-se-á em público, particular e doméstico.

§ 1º - O ensino público é o que se ministra a expensas do cofre provincial;

§ 2º - O ensino particular é o que se dá em estabelecimentos particulares, à custa dos pais dos alunos ou de educadores;

§ 3º - Por ensino doméstico, entende-se o que se distribui no lar doméstico, pelos chefes das famílias a seus filhos, por professores por eles estipendiados, ou por pessoas que espontaneamente o fazem por vocação;

Artigo 3º - O ensino particular e o doméstico serão livres a quem quer que os queira exercer; sujeitando-se, porém, aquele à fiscalização da Diretoria da Instrução, quanto à higiene, estatística e moral.

[...]

---

<sup>120</sup>Ofício do Bispo de Cuiabá, D. Carlos Luiz D'Amour, ao Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, de 13 de julho de 1880 anexo ao Relatório apresentado ao Presidente da Província, Barão de Maracaju, pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Cuiabá, 17 de agosto de 1880. APMT – Relatórios.

Artigo 6º - O ensino público secundário será ministrado no Liceu Cuiabano, criado pela Lei Provincial nº 536 de 3 de dezembro de 1879.<sup>121</sup>

A segunda hipótese por nós considerada prende-se com o cargo em questão (Diretor Geral da Instrução Pública) que deixou entretanto de ser ocupado por um elemento próximo da Igreja, na circunstância, o Pe. Ernesto Camillo Barreto, acrescido ao fato de, o Dr. Dormevil dos Santos Malhado ter sido influente na criação do Liceu Cuiabano, instituição pública de cunho laico que, juntamente com o Seminário de caráter religioso passou a oferecer cadeiras do ensino secundário na Província.

Embora não tenha feito ao caso qualquer alusão, na resposta dada ao Diretor geral da Instrução, o Bispo Dom Carlos Luiz D'Amour já havia facultado as informações solicitadas ao Governo Provincial, em ofício datado de 6 de julho daquele mesmo ano, ocasião em que aproveitou o ensejo para agradecer a quantia anual de 5:000\$000 que a Lei do Orçamento Provincial consignou para despesas com as obras do edifício, bem como do internato que estava a ser implantado. Para melhor entendimento transcrevemos parte do ofício supracitado:

O Seminário Episcopal de cuja reorganização depende a prosperidade e engrandecimento desta Diocese, conquanto não se ache ainda melhorado do estado de abatimento em que o encontrei, todavia, com o estabelecimento de um internato poderá brevemente preencher o fim para que é destinado. Com esmolas oferecidas pelos fiéis, para cuja generosidade fui obrigado a apelar, por não dispor de recursos pecuniários, mandei dar princípio às obras de que carece o respectivo edifício, e espero serão terminadas por todo o mês vindouro. Faltaria ao imperioso dever se não aproveitasse esta ocasião para manifestar a V. Ex. os meus agradecimentos, pela benevolência com que me tem atendido sempre para que essa Presidência tenho recorrido sobre negócios desta Diocese; assim como à Assembleia Provincial, pelo auxílio que se dignou prestar à grande obra que tenho entre mãos – a restauração do clero nesta Diocese, consignando anualmente a quantia de cinco contos de réis para as despesas com o internato que trato de estabelecer no Seminário Episcopal desta Capital.<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso. Cuiabá, 4 de março de 1880. APMT – Regulamentos.

<sup>122</sup> Ofício do Bispo de Cuiabá, D. Carlos Luiz D'Amour, ao Presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Maracaju, de 6 de julho de 1880, anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província, Barão de Maracaju, na abertura da 1ª Sessão da 23ª Legislatura. Cuiabá, 1 de outubro de 1880. APMT – Relatórios.

A leitura atenta do Regulamento antes referido permite observar que, não obstante o Bispo Dom Carlos não se sentisse na obrigação de prestar contas ao Diretor Geral da Instrução Pública, a Lei antes referida a isso o obrigava, no seu artigo 3º.

Apesar da Assembleia Provincial ter assegurado ao Seminário um subsídio anual de cinco contos de réis, tal verba era manifestamente insuficiente para suprir as despesas efetuadas, assim sendo, viu-se na contingência de aumentar as taxas escolares, bem como de recorrer aos cofres da Diocese, no sentido de garantir a manutenção do pagamento dos salários dos Lentes e os gastos com materiais pedagógicos, entre muitos outros, ainda que o fluxo de estudantes fosse diminuindo drasticamente.

Em virtude de serem ainda muito fortes as bases religiosas das famílias tradicionais de Cuiabá e, dado que o Seminário mantinha ainda a sua proposta pedagógica, estas continuaram a encaminhar para ele os seus filhos no sentido de aí prosseguirem os seus estudos, porém, para a educação mato-grossense, a importância daquela Instituição nunca mais fora a mesma. Por outro lado, o agravamento das taxas escolares contribuiu de forma significativa para que, gradualmente, fosse sendo votado ao isolamento, culminando em 1890 com a sua entrega por Dom Carlos Luiz D'Amour aos padres lazaristas, por ele convidados a deslocarem-se para Mato Grosso, os quais garantiram o seu funcionamento até 1893, data em que regressaram ao Rio de Janeiro.

## **CAPITULO III**

### **A Trajetória Eclesiástica de Mato Grosso**



**Conjunto Arquitetônico:  
Seminário Episcopal da Conceição / Igreja do Bom Despacho**

(Fonte: Cartão Postal da década de 1990)

### 3.1 O Padroado

Sendo o Seminário Episcopal da Conceição uma Instituição Educativa de cunho religioso, impõem-se algumas considerações prévias sobre o percurso da Igreja Católica na Província de Mato Grosso no período abordado, a fim de clarificar e facilitar o entendimento da trajetória da própria Instituição em si.

O Padroado era o órgão através do qual o Papa outorgava aos governantes a prerrogativa de interferir no interior da Igreja, especialmente no que respeitava à nomeação para os cargos eclesiásticos, atuando também na criação de Prelazias, Bispados e Arcebispados. Nessa medida, o poder temporal mantinha uma relação estreita com o poder espiritual. Segundo Dornas Filho:

O auxílio material de que sempre precisava a Santa Sé nas guerras sustentadas para a defesa dos Estados Pontifícios e nas lutas consequentes aos cismas, colocou os papas na contingência de se submeterem à ingerência temporal nos negócios espirituais. Era uma forma de compensação. Essa ingerência multiforme e constante, ia até a escolha de cardeais para serem eleitos papas, não se falando na adoção das insígnias do Soberano Pontífice, cujo uso da púrpura do Imperador Justino I, em 525, concedeu ao papa São João I, em sinal de agradecimento pelo fato de havê-lo coroado. Foi uma graça do imperador Justino ao poder espiritual, porque a púrpura era até então uma cor privativa das insígnias imperiais.<sup>123</sup>

Os reis, em Portugal, tal como ocorria na maioria dos Estados Nacionais da Europa, mereceram do Papa regalias maiores que os demais. Lacombe esclarece que este foi um dos raros países que aceitaram as decisões do Concílio de Trento sem reservas nem restrições. Devido à extensão das suas colônias, em Portugal, o Padroado da Ordem de Cristo vigorou durante todo o Período Colonial. Essa ordem constituída em 1319, a partir da ramificação

---

<sup>123</sup> DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 17 (Nota do autor I).

portuguesa dos extintos Templários, foi objeto de várias concessões que serviram de base ao padroado português.<sup>124</sup>

Considerando que o mundo moderno se converteu em palco de guerras, disputas de terras e, conseqüentemente de poder, os Estados Nacionais defendiam com os seus exércitos, as terras de seu domínio, nas quais estavam incluídas as que pertenciam à Igreja e que, sob a proteção das espadas monárquicas se sentiam protegidas. Como compensação os monarcas recebiam favores e benefícios.

Importa salientar que esse estreitamento de relações se deve à movimentação empreendida pelas Cruzadas, uma vez que os monarcas em nome da religião católica, marchavam sobre as regiões onde vigoravam religiões que tinham como pressupostos outros paradigmas que não o cristão, objetivando “salvar” esses povos e encaminhando-os na trilha dos princípios da Igreja Católica. Essa foi a razão que esteve na origem da Bula *Inter coetera*, quando:

D. Afonso V empenha-se em organizar uma verdadeira cruzada em defesa de Belgrado, ameaçando Maomé II. Doze mil portugueses deveriam desembarcar na Etrúria e encaminhar-se para aquela cidade. É nesse ambiente de fervor em defesa da cristandade que o Papa Calisto III (Cardeal Bórgia) expede a bula “*Inter coetera*”, de 13 de março de 1456. Este documento é fundamento do direito do padroado, tal como vai ser mantido no Brasil durante a fase colonial.<sup>125</sup>

Nesta conformidade, todas as terras descobertas, ou melhor, conquistadas pelos monarcas portugueses ficavam sob a jurisdição do Convento da Ordem de Cristo em Tomar e, a sua administração pertencia àqueles que estivessem investidos dessa titulação. Daí, os monarcas lusitanos, assim como as personalidades que ocupavam elevados cargos administrativos na colônia, pertencerem àquela Ordem.

---

<sup>124</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *A Igreja no Brasil Colonial*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: EDIPE, Tomo I, Vol. 2, 1976, p. 51 - 52.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 54.

No decurso do Império, manteve-se como herança essa relação de cooperação e proximidade da Igreja com a monarquia brasileira, daí resultando a grande influência do Imperador e dos seus Ministérios nas designações de bispos e clérigos para as províncias. Do mesmo modo, coube a esse Estado Imperial o controle sobre a educação ministrada nos seminários, instituições religiosas que seguiam determinações exclusivamente emanadas do Estado, visto que muitos deles, sobreviviam apenas de verbas despendidas pelo Governo Geral.

Esclarecia Dornas Filho que, logo após a Independência, o regalismo imperante se regulou por essa prática usual, então sob a administração de D. Pedro I:

[...] essa luta de interesses temporais entre a coroa portuguesa e a tiara de S. Pedro, e que às vezes riscou de sangue a História dos dois soberanos, mudou-se para o Brasil quando Pedro I, no afã de consolidar a Independência, instruiu Monsenhor Vidigal, em missão na Santa Sé, em compensação do reconhecimento do Império, a transferência para a coroa brasileira do grão-mestrado da Ordem.<sup>126</sup>

O desempenho de Monsenhor Vidigal junto do papado foi de grande valia para o Império brasileiro que, além da Ordem de Cristo, conseguiu ainda as de Santiago da Espada e São Bento de Avis, tendo estas últimas sido “declaradas como simples retribuição honorífica, sem tenças e outras vantagens pecuniárias, por ter a Assembleia Legislativa negado aprovação à bula que as transferira”.<sup>127</sup>

O regalismo revestiu-se, nessa medida, de um elevado teor político, pois os Imperadores, tanto D. Pedro I como D. Pedro II, recorriam dessas condecorações para agraciar as elites políticas que ocupavam altos postos ou que haviam exercido atividades de importância relevante no cenário administrativo e mesmo militar. Por outro lado, a criação de Bispados e Prelazias foi muito lenta, se comparada às condecorações feitas pelo Imperador em nome da Igreja.

---

<sup>126</sup> DORNAS FILHO, João. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>127</sup> Idem.



### 3.2 O Percurso da Igreja em Mato Grosso

A grande preocupação dos Prelados pela formação do clero mato-grossense registra-se desde a criação da Prelazia de Cuiabá, no século XVIII. Apesar de ter sido erguida em 1745, não foi naquele ano dotada de prelado próprio, dada a dificuldade em provê-la por se encontrar demasiado afastada das demais províncias e dependente do Rio de Janeiro, sendo gerida pelo Bispo daquela cidade.

Efetivamente, só no ano seguinte, mais precisamente a 6 de dezembro de 1746, foi criada a Prelazia de Cuiabá por D. João V, através da Bula *Candor Lucis Aeternae*, durante o papado de Bento XIV. Naquele momento não foi nomeada qualquer autoridade, porém, a 23 de janeiro de 1782, foi eleito o Padre José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil para a Prelazia cuiabana, não chegando, porém, a tomar posse do cargo em virtude de ter optado por transferir-se para a de Goiás, à qual veio a renunciar no ano de 1788.

No ano de 1792, Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, Bispo da Metrópole, em carta dirigida ao Capitão General de Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, lamentava o estado do clero cuiabano e sugeria que mandassem alguns jovens para estudarem no Seminário do Rio de Janeiro. Naquela época, os moços cuiabanos que desejassem seguir a carreira eclesiástica, tinham que buscar em São Paulo ou no Rio quem os instrísse nas ciências teológicas e os ordenasse. Desse tempo foram três os primeiros sacerdotes mato-grossenses ordenados, sendo eles, nomeadamente, o Padre Francisco Pinto Guedes, José Manoel de Siqueira e Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa.<sup>128</sup>

Assim sendo, conservou-se vaga a Prelazia cuiabana, sendo regida e administrada pelo Bispo do Rio de Janeiro. No ano de 1803, o Príncipe Regente, D. João VI, após consultar a Mesa de Consciência e as Ordens decidiu nomear Dom Luiz de Castro Pereira, Cônego

---

<sup>128</sup> Carta Pastoral escrita pelo Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, por ocasião do Centenário do Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá – Mato Grosso (1858-1958), p. 6. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 3086.

Regular da Congregação de São João Evangelista e Doutor em Teologia, para o cargo de Prelado de Cuiabá, através do ato de 29 de outubro de 1803, data em que o dito clérigo recebeu o título Episcopal *in partibus*, pela sanção do Papa Pio VII, sendo posteriormente, a 29 de outubro de 1804, agraciado com o título de Bispo de Ptolomaida, sagrando-se no ano seguinte. Tomou posse da Prelazia cuiabana através do Pe. Agostinho Luiz Goulart Pereira, seu procurador, em dezembro de 1807, vindo a assumir efetivamente o cargo de primeiro titular daquela Prelazia após a sua chegada a Cuiabá, em 16 de agosto de 1808.<sup>129</sup>

Além das suas obrigações religiosas, Dom Luiz teve uma intensa participação na vida política da Província de Mato Grosso. No ano de 1821, por ocasião da deposição do Capitão-General Francisco de Paula Magessi de Carvalho, integrou, na qualidade de Presidente, a Junta Governativa de Cuiabá. O seu prestígio e, certamente a sua cultura, eram elevados, fator que contribuiu para que fosse eleito juntamente com o Cônego Manuel Alves da Cunha, para representar Mato Grosso junto às Cortes Portuguesas, no ano de 1821.<sup>130</sup>

É muito pouco conhecida a obra de Dom Luiz de Castro Pereira, visto que na documentação eclesiástica tutelada pelo Padre Pedro Cometti, quase nada foi encontrado, o que levou aquele clérigo a considerar que Dom Luiz atuou num “[...] deserto onde só medravam cardos e espinhos”.<sup>131</sup>

Na sua própria residência, Dom Luiz de Castro Pereira deu início à preparação dos candidatos ao estado eclesiástico, ministrando aulas de Teologia para alunos externos, recebendo e hospedando como internos os que moravam fora de Cuiabá. Vários destes alunos se formaram, destacando-se dentre eles o Pe. José da Silva Guimarães, que veio a governar o Bispado de Cuiabá de 1834 a 1841, na ausência de Dom José Antônio dos Reis, tendo presidido civilmente à Província desde 1840 a 1843, entre outros cargos eclesiásticos e civis que desempenhou, tendo sido membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> COMETTI, Pedro. *Apontamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso: Paróquia e Prelazia*. Cuiabá: Cúria Metropolitana, Vol. 1, 1996, p. 54.

<sup>130</sup> MENDONÇA, Estêvão de. *Datas Matogrossenses*. 2ª Ed., Cuiabá: Governo Estadual, Vol. 2, 1973, p. 348.

<sup>131</sup> COMETTI, Pedro. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 6 - 7.

Numa das escassas correspondências encontradas no Arquivo da Cúria Metropolitana, Dom Luiz considerava importante a sua missão expressando em dado momento: “[...] não quero que o meu sucessor aqui venha achar somente ruínas e indecências como eu achei”.<sup>133</sup>

No hiato compreendido entre a Presidência da Junta Governativa e o seu falecimento, Dom Luiz de Castro Pereira foi ainda eleito Bispo Diocesano de Bragança, em Portugal, não chegando, porém, a viajar para assumir o seu cargo e, conseqüentemente regressar à sua terra natal, dado que a morte o surpreendeu a 1 de agosto de 1822.

Em consequência da solicitação da população cuiabana ao Imperador foi nomeado Prelado de Cuiabá o Pe. José Maria de Macerata, através de Decreto de 21 de agosto de 1823, cargo de que tomou posse a 27 de maio de 1824. Nascido a 22 de agosto de 1759 na cidade italiana de Macerata, tinha o nome civil de Domingos Joaquim Venturi, tendo ingressado na Ordem dos Capuchinhos aos 22 anos de idade, obtendo os votos religiosos no ano seguinte. Deslocou-se, a seu pedido, da Europa para o Brasil a fim de trabalhar junto das missões religiosas, chegando em 1818 ao Rio de Janeiro e daí seguindo, de imediato para o “sertão”, que era, do seu ponto de vista, o lugar mais necessitado de missões.<sup>134</sup>

Visando a concretização dos seus objetivos, deslocou-se para Mato Grosso, tendo chegado por terra a Cuiabá em agosto de 1819, onde se encontrou com Dom Luiz de Castro Pereira, em cuja Prelazia viria a desenvolver o seu ministério sacerdotal, atuando junto dos Índios Carajás. O Ministro Tomás Antônio de Vilamar Portugal, em ofício dirigido ao Presidente da Província de Mato Grosso, afirmava:

Havendo El Rei Nosso Senhor anuído aos pios e santos desejos que lhe manifestou Frei José Maria de Macerata, religioso da Ordem dos Barbadinhos italianos, de exercer o ministério apostólico empregando-se na propagação do cristianismo entre índios infieis, foi servido de conceder-lhe licença para poder missionar na aldeia de Albuquerque, do distrito e capitania de Mato Grosso, levando em sua companhia Frei Ângelo de Napoli, da

---

<sup>133</sup> Carta de Dom Luiz de Castro Pereira enviada a Frei José Maria de Macerata. Cuiabá, 6 de dezembro de 1829. APMC, Cx. 139.

<sup>134</sup> COMETTI, Pedro. *Op. cit.*, p. 77.

mesma Ordem. E há por bem que V. Ex<sup>a</sup> empreste todo o auxílio preciso e que for conveniente para tão importante fim.<sup>135</sup>

Durante o período em que permaneceu na aldeia de Albuquerque ganhou fama, mercê dos trabalhos promocionais e apostólicos realizados, contributo que levou o povo cuiabano a indicá-lo perante o Imperador, para assumir oficialmente a Prelazia. Nesse sentido, em 29 de agosto de 1823, D. Pedro I expedia o Decreto seguinte:

Atendendo ao honroso testemunho, que a Câmara e o povo da cidade de Cuiabá dirigiram à minha Imperial presença em abono das virtudes de Frei José de Macerata, pedindo-o para seu Pastor, por ser amante da pobreza, sábio, humilde e incansável na redução da gentileza, e sendo-me a mesma súplica reiterada pelo Deputado à Assembléia Geral daquela Província: Hei por bem nomear o dito Frei José Maria Macerata Prelado e Administrador da jurisdição eclesiástica de Cuiabá e Mato Grosso, que vagou pelo falecimento do Reverendo Bispo de Ptolomaida. A Mesa de Consciência e Ordens o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários.<sup>136</sup>

Frei José Maria de Macerata, em carta ao Cardeal Prefeito da Santa Congregação da Fé, informava-o da sua nomeação e solicitava-lhe que diligenciasse junto do Papa a sua elevação ao Episcopado como Bispo titular, à semelhança do seu antecessor. Em setembro daquele mesmo ano, ele próprio, em carta dirigida ao Papa comunicou a sua designação pelo Imperador para Prelado de Cuiabá e Mato Grosso, invocando a ordenação Episcopal e o indulto para a sua sagração a Bispo, com base na distância e dificuldades de acesso àquela Província.

À primeira vista, segundo o Padre Cometti, esse gesto poderia parecer uma solicitação que refletisse orgulho, todavia:

---

<sup>135</sup> Ofício do Ministro Tomás Antônio de Vilamar Portugal enviado ao Presidente da Província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1818. APMC, Cx. 139.

<sup>136</sup> Decreto Imperial (nº ilegível), nomeando Frei José Maria de Macerata, Prelado de Cuiabá e de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1823. APMC, Cx. 139.

O Prelado, não sendo Bispo, não podia conferir a Ordenação Sacerdotal, e os ordenandos, por falta de Bispo, deveriam ir ao Rio de Janeiro, em longas e penosas jornadas que duravam meses, a fim de serem ordenados em presbíteros. De fato, tanto o Imperador quanto a Santa Sé tencionavam elevar o Frei José ao episcopado e, para tanto, o Processo Canônico a respeito do candidato estava concluído em Roma, com a anuência do Próprio Imperador e do Bispo de São Paulo e Decano do Episcopado nacional.<sup>137</sup>

Frei Macerata, ao tomar conhecimento da sua nomeação, deixou a aldeia da Misericórdia em Albuquerque e, empreendendo uma longa viagem por terra, com paragens nas povoações mais necessitadas, seguiu para Cuiabá. Pretendia Frei José, quando chegasse ao seu destino, visitar as principais regiões da Província a fim de melhor conhecer a sua realidade. Em 21 de maio chegou à sede episcopal vacante sendo que, no dia 27 aí tomaria posse do governo da Prelazia:

Se uma ostentação puramente mundana não assinalou o dia em que a Igreja despiu o manto da sua viduidade, as demonstrações de ternura e veneração que recebi deste povo, em todas as classes que o compõem, foram tão decisivas que excederam toda a consideração com que se pode julgar de um verdadeiro amor.<sup>138</sup>

Após a sua tomada de posse, Frei Macerata que até então residiu na Santa Casa da Misericórdia por ele dirigida e ampliada, estabeleceu a sua nova morada num anexo da Igreja de São Gonçalo do Porto, 2º Distrito de Cuiabá, na Freguesia de Pedro II, onde pretendia logo que possível construir não apenas a sua residêcia, mas também um colégio e um seminário, desde há muito por ele almejados. Nesse sentido, antes mesmo de se tornar prelado e valendo-se de elementos de que se havia capacitado para a concretização de tais propósitos, solicitou à Santa Sé autorização para dar início à construção de um seminário e de uma casa religiosa, pensando, com acuidade, na localização mais adequada para a sua construção e que seria, na sua ótica, junto à Capela do Bom Despacho, ao lado da Santa Casa da Misericórdia. Porém, veio mais tarde a recuperar a sua ideia inicial e a optar pelo espaço contíguo à Capela de São

---

<sup>137</sup> COMETTI, Pedro. *Op. cit.*, p. 88.

<sup>138</sup> Carta de Frei José Maria de Macerata, enviada ao Imperador D. Pedro I, comunicando a sua posse na Prelazia de Cuiabá e Mato Grosso. Cuiabá, 27 de maio de 1824. APMC, Cx. 139.

Gonçalo. Publicou uma expressiva Carta Pastoral referente à formação do clero e à criação do Seminário, solicitando para tal, a contribuição dos seus diocesanos e abrindo ele próprio, a título de exemplo de amor à causa, uma lista de donativos com a oferta de um conto de réis correspondente a um ano do seu salário. Foi dessa forma que iniciou a construção do seminário, porém, devido à intolerância regalista contra as determinações da Santa Sé, a obra ficou-se pelos alicerces, como adiante explicaremos.<sup>139</sup>

O Visitador Apostólico, instado por Frei José, comunicou à Congregação da Propagação da Fé, haver autorizado a fundação de um noviciado para religiosos nativos da Mato Grosso, considerando a relutância do Governo Imperial em providenciar, para essa parte interiorana do Império, missionários estrangeiros. Nesse mesmo parecer, o Visitador propunha a construção de uma Casa para formação de moças para a lecionação de jovens missionárias. De acordo com Cometti, em carta enviada ao Cardeal Prefeito da Congregação para a Propagação da Fé, Frei Macerata afirmava haver na Província de Mato Grosso, jovens com evidentes sinais de vocação sacerdotal, salientando também a existência de benfeitores e promotores dessa formação. Com a responsabilidade dos trabalhos preláticos, sentia a necessidade da formação de jovens sacerdotes que pudessem concretizar as inúmeras atividades a realizar na Província mato-grossense.<sup>140</sup>

A 8 de junho, o Imperador Pedro I, valendo-se do Direito de Padroado, nomeou-o para a nova Diocese de Cuiabá e Mato Grosso, na categoria de Bispo. Enquanto esperavam a sanção pontifícia para a criação de duas novas Dioceses (Cuiabá e Goiás), os respectivos Prelados deveriam governar na qualidade de Vigários Apostólicos, sendo que, muitas dificuldades foram ainda encontradas pelos governantes.

Os compromissos do Governo Imperial não foram rigorosamente cumpridos, pois o Ministério da Justiça era, à data, composto por elementos avessos à Igreja, fator que esteve na origem de numerosos conflitos entre aquilo que havia sido decidido e os procedimentos seguintes. Vejamos a troca de correspondência:

---

<sup>139</sup> Carta Pastoral escrita pelo Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, por ocasião do Centenário do Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá – Mato Grosso (1858-1958), p. 6. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 3086.

<sup>140</sup> COMETTI, Pedro. *Op. cit.*, p. 101.

Examinei o que o Ministro da Corte do Brasil propõe a V. Emcia. a respeito da ereção em dioceses das Prelazias de Goiás e Cuiabá, as quais juntamente com as Dioceses de São Paulo e de Mariana, separaram-se da Diocese do Rio de Janeiro, pela Bula Candor Lucis Aeternae.

Na firme esperança de que não faltará a dotação para o Bispo, para o Cabido e o Seminário e a fábrica da Igreja, considerando o bem que advirá para aqueles povos, razões que militam em favor do pedido [...].

Será conveniente fazer presente ao Sr. Ministro a necessidade de uma certeza oficial de que a Corte Imperial fornecerá a devida dotação para a mesa Episcopal, bem como do Cabido da Catedral do Seminário [...].<sup>141</sup>

Em resposta:

As duas freguesias de Goiás e Mato Grosso já foram contempladas com a devida cônica. Se a atual cônica não é igual à dos outros bispos, posso assegurar em nome do Imperador que apenas foram executados os Decretos Pontifícios a respeito das solicitadas ereções, para os bispos e seus sucessores para os vigários gerais, a cônica será igual à de outros bispos e vigários gerais.

A respeito dos Cabidos e Seminários não se poderá, por enquanto requerer formal ereção por falta de hábeis e experimentados elementos.

Certo é que o Imperador, pelo zelo que o anima tudo quanto concerne o decoro e a propagação da Religião Católica, querará erigir tanto um (o Cabido) quanto outro (o Seminário) nestas novas sedes. Logo que isso puder ser feito.<sup>142</sup>

No entanto, a posição da Santa Sé confirmou apenas a criação dos Bispados de Goiás e de Mato Grosso, considerando-se incompetente para decidir sobre a criação de colégios e seminários:

[...] É fora da competência do Papa fixar a quantia para a subsistência dos Ministérios do Culto.

A determinação a respeito da construção dos Seminários e da respectiva dotação está absolutamente fora da atribuição do Sumo Pontífice, a quem compete, de acordo com o Concílio Tridentino, recomendar a ereção de

---

<sup>141</sup> Ofício do Monsenhor Secretário da Congregação Consistorial, ao Cardeal Secretário de Estado. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1826. ACMC, Cx. 139.

<sup>142</sup> Ofício do Ministério da Justiça do Brasil junto à Santa Sé. Roma, 14 de junho de 1826. ACMC, Cx. 139.

seminários. Às sociedades civis compete criar sociedades, aprovar estatutos e erigir os Estabelecimentos Literários que julgar convenientes.<sup>143</sup>

A oposição de alguns Ministérios do Império em relação à Igreja pode ser vislumbrada pela suspensão da criação dos dois Bispados, de Cuiabá e de Goiás e, conseqüentemente, a igual suspensão das nomeações sugeridas. Mesmo assim, o Imperador, a 3 de novembro de 1827, assinou a Carta de Lei decretando:

Dom Pedro, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil.

Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e Nós queremos a Lei seguinte:

Artº 1º - Da Bula do Sumo Pontífice Leão XII, a qual começa – *Sollicita Gregis Cura* – aprova-se somente a ereção das Prelazias de Goiás e Mato Grosso em Dioceses, conservando as mesmas áreas e confins atuais.

Artº 2º - Cada um dos bispos dos atuais bispados receberá do público erário um conto e seiscentos mil réis para a sua cônica, sustento, esmola e vigário geral.

Ordenamos que todas as Autoridades às quais pertence o conhecimento e execução das Leis, as observem e façam observar em tudo o que elas contêm.<sup>144</sup>

Submetera-se desde a sua origem, a nova e longínqua Diocese de Mato Grosso, aos permanentes conflitos entre o poder da Santa Sé e o poder do Imperador, disputa de competências que afetou seriamente a situação das Dioceses mato-grossense e goiana que, sujeitas à luta política entre Igreja e Estado, ficavam a reboque daquelas forças em duelo constante. É do Conde de Valença a seguinte mensagem em nome do Imperador:

Sua Majestade o Imperador ordena que a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça não receba futuramente Breves ou outros Escritos Pontifícios de qualquer espécie para serem executados, sem que as partes apresentem com

---

<sup>143</sup> Parecer da Comissão Eclesiástica a respeito das Bulas Pontifícias com as quais o Papa Leão XII erigiu em Bispado as Prelazias de Cuiabá e Goiás. Rio de Janeiro, 1 de julho de 1827. APMC, Cx. 139.

<sup>144</sup> Carta de Lei do Imperador do Brasil, confirmando a criação dos Bispados de Mato Grosso e Goiás. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1827. APMC, Cx. 139.



antecedência a licença anteriormente obtida pelo mesmo Imperador de a mesma poder impetrar.<sup>145</sup>

Como acima referimos, Frei José Maria de Macerata, solicitara desde 1823, a intercessão do Papa, para elevá-lo ao Episcopado, implorando ele próprio a seu favor. No entanto, devido às alterações que se verificaram no cenário político imperial, especialmente a partir dos conflitos evidentes entre a Igreja e o Estado, tais pedidos não foram mais atendidos em consequência da posição laica assumida pela República.

Macerata atribuía a Monsenhor Vidigal, Ministro do Governo Imperial junto do Vaticano, uma marcada antipatia para com a sua pessoa. No entanto, outros fatores contribuíram, em nosso entendimento, para que a elevação de Frei José ao Episcopado não se concretizasse. A delonga para a criação da Diocese de Mato Grosso, as dificuldades e a indefinição de competências no que respeitava à criação dos colégios e seminários e a crescente indisposição da Câmara dos Deputados para com os estrangeiros, incluindo os clérigos, contribuíram decisivamente para que tanto a Prelazia como a fundação de um seminário em Mato Grosso, não ocorressem no período de atuação de Frei Macerata. No momento em que se agudizaram as indisposições liberais contra os estrangeiros, a figura de Macerata foi objeto pontual de discussão na Câmara dos Deputados:

Sessão de 13 de junho de 1827.

Sr. Clemente Pereira [...] Contém ela o caso da nomeação de estrangeiros para um emprego no Império. E esta nomeação ofende diretamente a Constituição que nega aos estrangeiros o direito de adquirir empregos entre nós e a legislação existente que expressamente proíbe que os mesmos estrangeiros adquiram benefícios eclesiásticos no Império.

Sessão de 21 de junho de 1827.

Sr. Cunha Mattos [...] Nem por isso o Frei Macerata pode exercitar essa jurisdição por ser estrangeiro e, por caso seguinte, excluindo do emprego de tão alta monta no Império do Brasil, onde falem eclesiásticos mais beneméritos do que aquele religioso, que quer medir a largura do século pela estreiteza do claustro; por ser ignorante das nossas leis, usos e costumes; por professar máximas ultramontanas à disciplina da Igreja brasileira, lavrando, a seu arbítrio, decretos ou editos gerais aos que dá força de lei [...] Frei José de

---

<sup>145</sup> Ordem Imperial, limitando as decisões da Igreja e a competência do Estado Imperial brasileiro. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1827. ACMC, Cx. 139.

Macerata talvez tenha muitas virtudes, mas como Prelado nomeado pelo Sumo Pontífice e ainda mais como Bispo (se o for) no Império do Brasil, não só faz ofuscar as prerrogativas da Coroa Imperial brasileira, mas ainda faz infringir a Constituição do Império, tira um lugar importante a outro eclesiástico que legalmente para isso deva ser nomeado.<sup>146</sup>

Tal posição radical contra os estrangeiros, partida dos civis, não era compartilhada pelos religiosos que compunham o mesmo parlamento. Em defesa de Frei Macerata, assim se manifestou o Bispo do Maranhão:

Acrescentarei mais alguma coisa sobre o atual Prelado de Mato Grosso. É um estrangeiro e religioso italiano, porém este prelado foi nomeado antes de ser feita e jurada a Constituição do Império. Aquele eclesiástico tinha feito os mais importantes serviços à Igreja de Mato grosso, catequizando e convertendo muitas aldeias de índios e por tantos serviços em benefício da Religião Católica e do Estado, foi atendido e recompensado com a nomeação de Prelado de Mato Grosso, fato mesmo que tem sido público e notório nesta Corte.<sup>147</sup>

Importa referir que o período que antecedeu a abdicação de D. Pedro I foi muito tumultuoso. Lado a lado, Liberais e Caramurus disputavam o comando da Nação que se constituía. A xenofobia, típica desse período, naturalmente se homogeneizava e estendia a todos os estrangeiros a indisposição dos brasileiros. Vejamos o prosseguimento desse debate onde essa questão fica bem patente nas palavras dos parlamentares:

Sr. Cunha Mattos: Increpa-me o nobre deputado o eu dizer que o prelado de Mato Grosso é estrangeiro: O prelado que eu digo que é estrangeiro é esse barbadinho italiano que preside a Igreja de Mato Grosso. Passo de largo pelos grandes serviços que o ilustre deputado gratuitamente lhe atribui. Eu conheço Frei José. Todo o povo de Goiás e Mato Grosso o conhece, pois desgraçadamente tem figurado em fatos escandalosos bem conhecidos, tais como o que aconteceu na ocasião de um funeral de uma infeliz moça, cujo casamento não teve aprovação do Prelado, mais próprio para governar a sua cela do que para dirigir um rebanho da Igreja Brasileira.

---

<sup>146</sup> Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados (Sessões de 1827). In: COMETTI, Pedro. *Op. cit.*, p. 135 - 136.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 136.

Vá ser patriarca na Itália, mas não no prelado do Brasil!<sup>148</sup>

Perante tal posição majoritária da Câmara, Frei José Maria de Macerata perdeu o Bispado que tanto ambicionava, voltando a exercer atividades meramente missionárias. Como seu substituto foi nomeado o Reverendo Cônego da Capela Imperial, Plácido Mendes dos Santos Carneiro, através do Decreto de 18 de outubro de 1829. No final desse ano o mesmo solicitou ao Imperador dispensa desse cargo, alegando a sua avançada idade e os riscos associados a tão oneroso emprego.<sup>149</sup>

Deferido o pedido, manteve-se a vacância daquele Bispado mato-grossense, passando este desde 1831, a ser gerido interinamente pelo Vigário Capitular, Cônego Antônio Tavares Corrêa da Silva, então nomeado pelo Arcebispo da Bahia, tendo desempenhado aquele cargo até à chegada de Dom José Antônio dos Reis:

Il.mo Sr. Presidente da Província

Antônio Corrêa da Costa

Recebi o ofício de V. Ex<sup>a</sup>, datado de 7 do corrente, em que V. Ex<sup>a</sup> me comunica que a Regência foi servida, por Decreto de 27 de agosto do ano findo, exonerar da Prelazia e Administração Eclesiástica de Cuiabá e Mato grosso, ao Revm<sup>o</sup> Frei José Maria de Macerata, e que V. Ex<sup>a</sup> fora comunicado oficialmente com a íntegra do referido Decreto e Aviso que foram expedidos a V. Ex<sup>a</sup> pelo Ministério da Justiça, sobre cujo objeto fico inteligenciado.

Cuiabá, 9 de janeiro de 1832.

Antônio Tavares Corrêa da Silva

Vigário Capitular.<sup>150</sup>

Confrontado com tal humilhação e sentindo-se injustiçado, Macerata foi para a Diamantino desenvolver o seu apostolado, ali tendo iniciado a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Os habitantes daquela Vila depositaram nele tal confiança, que solicitaram ao Governo Imperial, através de uma Representação, a revogação do Decreto que exonerara o Frei das suas funções de Prelado:

---

<sup>148</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>149</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969, p. 660.

<sup>150</sup> Ofício do Cônego Antônio Tavares Corrêa da Silva, Vigário Capitular, ao Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Corrêa da Costa. Cuiabá, 9 de janeiro de 1832. APMC, Cx. 139.

[...] É pai do pobre, asilo da mocidade, conforto da velhice, amigo de todos e que publicamente na cadeira da Verdade e em outros lugares, nos tem patenteado o amor que consagra ao Brasil, sua pátria que adotou. Tem zelo infatigável pelo bem público, fez viagens longas e perigosas para lugares pestíferos, apesar da sua avançada idade, desempenhando as suas obrigações episcopais em todos os pontos da Província.

Sim, Imperial Senhor, só Vossa Majestade Imperial é que pode consolar os fiéis súditos, concedendo-lhes o Pai que tanto estimam e conservando-lhes o seu legítimo Pastor que tanto, na pessoa de Cristo, veneram.<sup>151</sup>

Uma segunda Representação dirigiu-se, um ano depois, ao Governo do Império, a partir da Câmara Municipal de Diamantino que, à semelhança de Cuiabá, foi palco de desordem provocada por um movimento armado que assolou a Capital e algumas vilas circunvizinhas. Vejamos as alegações políticas formuladas por aquela instituição diamantinense:

Senhor,

A Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora do Alto Paraguai Diamantino da Província de Mato Grosso, órgão fiel do povo que representa, vai perante o trono de V.M.I. cheia de esperança e amor que V.M.I. sempre tem demonstrado aos seus fiéis súditos, requerer a prol não só de sua municipalidade, como também de toda a Província a conservação do Reverendíssimo Bispo eleito in partibus... O Prelado de Cuiabá e Mato Grosso, Dom Frei José Maria de Macerata, no cargo que dignamente ocupa com geral contentamento dos povos da sua diocese.

É, Senhor. Por uma autoridade eclesiástica, cujo emprego é vitalício, que na sua posse não sofreu oposição alguma, por ser considerado cidadão brasileiro e que por suas virtudes, religião, inteligência e patriotismo, tem penhorado todos os corações que amam o verdadeiro merecimento, que a Câmara em nome dos povos do seu Município, vai elevar suas súplicas ao trono de V.M.I. [ilegível].

A Câmara, Imperial Senhor, não pode ver sem grande mágoa, a sensação dolorosa que causou aos Povos de sua Municipalidade, a exoneração deste digno prelado do emprego que ocupa, e por isso foi que, antevendo algum ato de insubordinação, que as atuais circunstâncias podem ser fúnebres, pois os espíritos, pelos exemplos que têm havido em quase todos os pontos do Império, se acham dispostos a opor-se a uma ordem que cabalmente vai de encontro à opinião que consagram a este Prelado, afiançou aos seus

---

<sup>151</sup> Representação do povo de Diamantino, ao Governo Imperial, solicitando a revogação do Decreto de 27 de agosto de 1831, que exonerou o Pe. José Maria de Macerata. Diamantino, 20 de dezembro de 1831. APMC, Cx.139.

concidadãos de parte de V.M.I. a revogação do Decreto que o exonerou do emprego vitalício [...].<sup>152</sup>

Os pedidos feitos pela população de Diamantino em prol da volta do Frei Macerata à frente da Diocese não surtiram quaisquer efeitos. Os ânimos se acirraram de tal modo contra os estrangeiros que, até mesmo o Ministro da Justiça ordenou ao Presidente da Província de Mato Grosso que inquire sobre as ações subversivas que, supostamente, aquele Frade vinha espalhando no interior da Província, ao que aquele Presidente respondeu:

[...] Passei a indagar e ativar uma verídica informação das doutrinas subversivas que o mesmo religioso – Frei José – incutiu nestes povos. Não pude entrar no conhecimento de semelhante doutrina, porquanto ele só emprega, como particular, na construção da Matriz desta Vila.<sup>153</sup>

Apesar de todas as adversidades, Frei Macerata chegou a preparar uma turma de candidatos externos ao estado eclesiástico, ministrando-lhes aulas na sua própria residência. Porém, não lhe foi possível ordená-los devido à sua destituição do cargo de Bispo.

Dom José Antônio dos Reis foi o primeiro Bispo nomeado e a atuar efetivamente no cenário da Província de Mato Grosso, cargo para que foi nomeado pela Regência Permanente a 27 de agosto de 1831, por Decreto dessa mesma data, ocorrendo a sua confirmação pelo papado através de parecer de Gregório XVI, datado de 2 de julho do mesmo ano, permanecendo à frente daquela Diocese desde 1833 a 1876.

A confirmação do Imperador foi feita pelo aviso de 31 de outubro de 1832, sendo que, no dia 8 de dezembro do mesmo ano, foi Dom José Antônio dos Reis sagrado Bispo de Cuiabá, tendo naquela mesma data sido oficialmente empossado na Sé daquela cidade, através do seu procurador, Reverendo Cônego José da Silva Guimarães. Chegou à Capital mato-

---

<sup>152</sup> Representação feita à Regência, pela Câmara Municipal de Diamantino, solicitando a volta de Frei Macerata à Administração da Diocese de Cuiabá e Mato Grosso. Diamantino, 23 de dezembro de 1832. APMC, Cx. 139.

<sup>153</sup> Ofício do Juiz de Paz de Diamantino, José Antônio de Magalhães, ao Presidente da Província de Mato Grosso, respondendo às suspeitas de ideias subversivas divulgadas pelo Frei Macerata. Diamantino, 20 de fevereiro de 1833. APMC, Cx. 139.

grossense no dia 27 de novembro desse mesmo ano, onde foi recepcionado pela população e autoridades.

Dom José Antônio dos Reis nutria grande amizade por Frei José Maria de Macerata, seu antecessor e muitas vezes conselheiro. Por ocasião da escolha de pessoa para dirigir, no ano de 1843, os estabelecimentos pios, nomeadamente, a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital de São João dos Lázaros, Dom José nomeou Frei Macerata para exercer tais funções. O Presidente da Província, José Alves Ribeiro, ratificou a escolha do Bispo e Frei José aceitou o convite, dirigindo os dois estabelecimentos de 1843 a 1844, data em que solicitou o seu afastamento alegando problemas de saúde. Retirando-se da Capital para o Rio de Janeiro, retornou a Mato Grosso no ano seguinte, não podendo, no entanto, retomar o seu antigo cargo de Diretor dos estabelecimentos pios, devido à extinção daquele cargo. Dom José Antônio dos Reis convidou-o para ser o seu Capelão, cargo que Macerata rejeitou, supostamente devido à simplicidade das funções que lhe estavam subjacentes. Faleceu no ano de 1846, tendo sido sepultado com todas as honras de Bispo *In partibus*, na Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.<sup>154</sup>

A construção de um seminário, projeto tão sonhado por Frei Macerata, foi finalmente conseguida por Dom José que, a partir da década de 1850, deu início a uma campanha visando a concretização desse objetivo, sendo a 7 de dezembro de 1858 lançada a pedra fundamental do estabelecimento que veio a designar-se Seminário Episcopal da Conceição, o primeiro e único edificado em toda a Província de Mato Grosso.

---

<sup>154</sup> COMETTI, Pedro. *Op. cit.*, p. 182 - 183.

### 3.3 Dom José Antônio dos Reis: Primeiro Bispo de Cuiabá



A importância do desempenho de Dom José Antônio dos Reis, particularmente patenteada na construção do Seminário Episcopal da Conceição, veio refletir-se em toda a História Eclesiástica de Mato Grosso. Assim sendo, impõe-se o levantamento de alguns dados biográficos para que possamos conhecer melhor essa ilustre figura que, por quase meio século, foi responsável pela gestão da Diocese da Província.

Mulato e órfão, nasceu em São Paulo a 10 de janeiro de 1798. Viveu a sua infância e adolescência em situação de extrema pobreza, tendo que pedir esmolas para conseguir sobreviver, principalmente após a morte de seu tio, Cônego da Sé paulistana. Apesar das dificuldades enfrentadas, Dom José prosseguiu os seus estudos, vindo a matricular-se no curso de Filosofia sob a regência de Frei Francisco de Mont'Alverne. A esse respeito, Dom Aquino Corrêa teceu o seguinte comentário: “Foi nesta escola, onde se lhe deparou palestra mais alta e vasta, para exhibir melhor os seus dotes intelectuais e morais, a ponto de atrair a atenção do próprio Bispo diocesano, Dom Mateus de Abreu Pereira”.<sup>155</sup>

Dom José Antônio dos Reis, amparado pelo Bispo diocesano de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, foi por este nomeado altareiro da Sé, função que consistia em zelar os altares da Catedral, da sua arrumação e limpeza. Tal vivência, no interior da Igreja, motivou o jovem José para a vida sacerdotal. Assim, após o curso de Filosofia, entrou para o de Teologia, ordenando-se Padre no ano de 1821, com 23 anos de idade. Participou de forma ativa e intensa, porém discreta, no movimento da emancipação política nacional.<sup>156</sup>

O seu sustento passou a depender, desde então, do vencimento que auferia como professor em Minas Gerais. Em 1825, o Presidente da Província de São Paulo e Visconde de

---

<sup>155</sup> CORRÊA, Francisco de Aquino. *D. José Antônio dos Reis: primeiro Bispo de Cuiabá*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1954, p. 14.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 17.

Congonhas do Campo, Monteiro de Barros, solicitou ao Bispo Dom Mateus de Abreu Pereira, protetor do então Pe. José, a indicação de uma pessoa habilitada para cuidar de uma biblioteca pública que pretendia instalar naquela Província. Dom Mateus lembrou-se de novo do seu pupilo e indicou-o para o desempenho de tal tarefa, o que levou a que fosse novamente chamado de Minas Gerais para São Paulo, onde por muitos anos dirigiu zelosamente a primeira biblioteca pública paulistana.

Ocupou ainda outros cargos importantes, nomeadamente, o de Capelão do Convento de Santa Teresa, Juiz de Paz da Sé e até mesmo o de Deputado pela Província de São Paulo, chegando a presidir àquela Casa de Leis. A sua nomeação para ocupar o Bispado de Cuiabá, deu-se por ato Imperial de 1830, tendo a sua confirmação ocorrido no ano de 1832, como antes mencionamos. Dom José foi assim, o primeiro paulista a ser nomeado Bispo e, o primeiro aluno da Faculdade de Direito de São Paulo a alcançar semelhante posto. A sua sagração ocorreu a 8 de dezembro, pelas mãos do Bispo Diocesano de São Paulo, Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, data em que se comemora o dia de Nossa Senhora da Conceição, protetora maior do Seminário Episcopal, posteriormente construído por Dom José, em Cuiabá.<sup>157</sup>

Na Rusga que, a 30 de maio de 1834 eclodiu em Cuiabá, a sua postura foi extremamente branda, tendo saído pelas ruas a apelar aos revoltosos que depusessem as armas, o que não foi de todo acatado pelos insurretos. A sua imagem manteve-se no entanto intacta, o que lhe valeu respeito e consideração cujo contributo foi assaz importante para que chegasse a Deputado Geral como representante de São Paulo, naquele mesmo ano de 1834, cargo que desempenhou até 1842, tendo residido no Rio de Janeiro até àquela data, regressando depois a Cuiabá.

No período em que permaneceu no Rio, onde encontrou sede vacante, prosseguiu na formação de candidatos da sua Diocese, por ele levados para aquela cidade. Conferiu ainda ordens aos candidatos da Diocese da Corte do Império, tanto seculares como religiosos, que o procuraram com esse objetivo, entre eles os padres Benedito de Araújo Filgueira, Manuel da

---

<sup>157</sup> AMARAL, Leopoldino Marques do. *D. José Antônio dos Reis*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 1996, p. 103.



Costa e Silva, Bernardino Rodrigues Nunes, José de Vasconcelos Castelo Branco, Joaquim José Ferreira da Cunha e Manuel Pereira Mendes, os quais se dirigiram para a Diocese de Cuiabá logo após a sua ordenação.<sup>158</sup>

Regressado a Cuiabá, após o término do seu mandato, Dom José Antônio dos Reis logo tratou da organização do ensino eclesiástico, objetivando a fundação de um Seminário e enfatizando a sua necessidade no seu relatório anual apresentado à Presidência da Província. Recorrendo para tal aos poucos recursos disponíveis, encetou, na sua própria residência as aulas de Teologia, continuando a preparação de aspirantes ao estado clerical, enquanto aguardava que fossem criadas as necessárias condições para a edificação do tão almejado Seminário.

Através da Portaria de 18 de julho de 1844, Dom José nomeou o Pe. Manuel Simões Pires de Miranda, por ele ordenado, professor público de Teologia Moral, alargando, desse modo, a estrutura do ensino eclesiástico até então somente por ele ministrado, tendo nesse empreendimento alcançado grande sucesso, não obstante a conjuntura desfavorável, porquanto conseguiu ordenar um número bastante expressivo de clérigos. Em 1845, eram já 26 os sacerdotes formados em toda a Província de Mato Grosso.<sup>159</sup>

O Seminário mato-grossense, obra tão sonhada por Frei José Maria de Macerata, ganhou forma na administração de Dom José Antônio dos Reis que, para tal, se rodeou das mais altas figuras do clero, com destaque para o Padre Ernesto Camillo Barreto. Porém, o Bispo Dom José veio a falecer em Cuiabá, no ano de 1876, aos 78 anos de idade, sem ter tido a possibilidade de ver plenamente concluído aquele Seminário, especialmente no que concerne ao internato, pelo qual tanto batalhou. Foi a Dom Carlos Luiz D'Amour, sucessor de Dom José e posteriormente primeiro Arcebispo de Cuiabá, que coube a responsabilidade de garantir

---

<sup>158</sup> Carta Pastoral escrita pelo Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, por ocasião do Centenário do Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá – Mato Grosso (1858-1958), p. 8. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 3086.

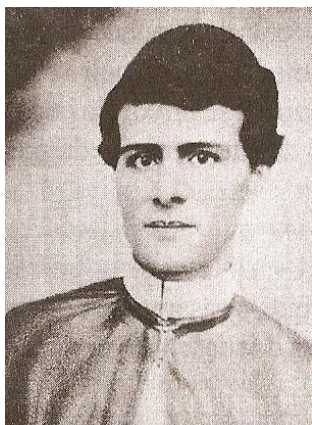
<sup>159</sup> Ibidem, p. 8 - 9.

o prosseguimento e acabamento das obras do Seminário que, desde a sua morte, estiveram suspensas.<sup>160</sup>

---

<sup>160</sup> A 5 de abril de 1810, pela Bula *Novas Constituire*, o Papa Pio X elevou a Diocese de Cuiabá a Arquidiocese e Sede Metropolitana, sendo seu primeiro Arcebispo, Dom Carlos Luiz D'Amour.

### 3.4 O Padre Ernesto Camillo Barreto: Alguns dados Biográficos



Primeiro Lente do Seminário Episcopal da Conceição, da Diocese de Cuiabá, egresso da Ordem dos Religiosos Franciscanos da Província e Arcebispado da Bahia, Ernesto Camillo Barreto, nasceu na cidade de Cachoeira (BA) a 19 de fevereiro de 1828. Após o término dos seus estudos primários, ingressou a 29 de setembro de 1842 na Ordem Franciscana daquela Província, aí tendo professado a 19 de março de 1844, sendo, nesse mesmo dia e ano admitido no curso Filosofia e Teologia, que concluiu em 1847.

Defendeu, em 5 de novembro de 1849 as suas teses, indispensáveis à obtenção do grau de Mestre nessas Ciências. O seu desempenho mereceu-lhe a nomeação pelo Provincial da Ordem, no dia 8 daquele mesmo mês e ano, como Lente das cadeiras de Teologia Moral Prático-Casuístico e de História Sagrada e Eclesiástica, no Colégio Franciscano da Bahia, aberto naquele ano. Nos dois anos subsequentes foi regente das cadeiras de História e de Moral.<sup>161</sup>

Em 30 de novembro de 1850, recebeu, com dispensa de idade e por Breve Apostólico de 17 de outubro, o Sagrado Presbiterado das mãos do Exmo. Arcebispo Dom Romualdo Antônio Seixas e, no dia 8 de dezembro celebrou, na Igreja da sua Ordem a primeira missa, assumindo desde então o cognome de Frei Ernesto de S. Joaquim Barreto. Foi, pelo Capítulo Geral celebrado a 7 de dezembro, considerado apto para exercer o ofício de Confessor Geral, tendo obtido a secularização a 21 de fevereiro de 1852, através de Breve Apostólico, o que lhe permitiu transitar do claustro para a vida secular, mudando o hábito franciscano pelo de São Pedro.<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup> Livro das Matrículas dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição. ACBM – Acervo do IPDAC, Cx. 37, Pasta 150 A, Doc. 4B, fl. 1.

<sup>162</sup> Idem.

A deslocação do Pe. Ernesto Camillo Barreto para a Província de Mato Grosso decorreu da solicitação feita por Dom José Antônio dos Reis, primeiro Bispo de Mato Grosso, junto do Governo Imperial, com vista à nomeação de um professor de Teologia Dogmática e Moral para atuar junto do Seminário Episcopal da Conceição, primeiro Estabelecimento de ensino secundário e religioso daquela Província, criado no ano de 1853. Credenciado pelo Bispo Dom José, o Cônego José Joaquim da Fonseca Lima, de acordo com o Arcebispo da Bahia, convidou-o a aceitar a lecionação daquela cadeira, convite que foi de imediato aceito, uma vez que já lecionava as cadeiras de Teologia e História Moral e Eclesiástica.

A fim de exercer aquele cargo, Camillo Barreto deixou a Bahia, rumando a Cuiabá, onde chegou a 7 de agosto de 1854, acompanhado de sua mãe e de um casal de irmãos. Logo no dia 14, jurou profissão de fé perante as figuras do Presidente da Província, Augusto Leverger e do Bispo Diocesano Dom José Antônio dos Reis, de acordo com os preceitos firmados pelo Papa Pio IV, através da Bula *In Sacrossanta* e das Constituições do Bispado da Bahia, tendo de imediato instalado a aula de Teologia Dogmática e Moral, para que fora nomeado pela Portaria Imperial de 22 de abril de 1853.<sup>163</sup>

Em 1854, o Pe. Ernesto foi incumbido da elaboração do primeiro Estatuto do Seminário, concluído e aprovado pelo Governo Imperial em 1856. A sua atuação no Seminário Episcopal da Conceição revestiu-se desde logo de uma importância ímpar, dado que, mesmo antes do Estabelecimento oferecer o conjunto de cadeiras que integravam o setor de estudos secundários e propedêuticos, lecionou algumas disciplinas avulsas e, no sentido de sanar a falta de material didático, produziu, ele próprio, compêndios em forma de apostilas para Teologia Dogmática e Moral. Com vista a suprir a falta de professores que continuava a fazer-se sentir, lecionou gratuitamente em 1855, a cadeira de Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos, vindo a concluir em finais de 1856 o compêndio para esta cadeira, particularmente para uso interno dos alunos do Seminário Episcopal.

Em parceria com João de Sousa Neves, fundou em 1859, o periódico *A Imprensa de Cuyabá*, considerado um dos veículos que mais se destacaram na época, na difusão das ideias conservadoras na Província. Jornalista notável, combateu as ideias do então Presidente da

---

<sup>163</sup> Ibidem, p. 1v.

Província de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro de Alencastro (1859-1862) que, em 1861, enraivecido com as críticas dirigidas à sua Administração, invadiu a Igreja Matriz da Capital em plena celebração das festividades em honra do Espírito Santo e, numa atitude arbitrária e de desrespeito por aquela celebração, interrompeu o Padre Ernesto quando este proferia mais um dos seus célebres discursos sacros, dando-lhe voz de prisão. Camillo Barreto deu por terminada a sua intervenção, porém, ainda antes de ser preso, proclamou aos fiéis em Latim: *Vade Sed Venio Ad Vos*, o que em português significa: “Vou porém volto a vós”. Levado sob forte e ostensiva escolta armada para o Quartel Militar, foi daí enviado para o Rio de Janeiro e posteriormente transferido para Montevidéu, quando, aí chegado, recebeu ordens do Governo Imperial para regressar a Mato Grosso e retomar as suas funções, sendo informado de que o Imperador, desagradado com a prepotência do Presidente Provincial, o destituiu do seu cargo.<sup>164</sup>

No ano de 1863, colaborou na organização do segundo Estatuto do Seminário Episcopal da Conceição, cujos trabalhos foram nesse mesmo ano iniciados. Constituído por 27 capítulos e 140 artigos que dispunham sobre a organização Administrativa e Pedagógica do Seminário Episcopal mato-grossense, apenas foi aprovado no ano seguinte, 1864, ano em que teve início a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, ocasião em que o Pe. Ernesto Camillo Barreto se ofereceu para integrar o Batalhão de Voluntários da Pátria, tendo então sido nomeado Capelão-Alferes.

Em 1864, produziu e mandou imprimir a expensas suas, o *Compêndio Elementar de Teologia Dogmática e Moral*, obra que dedicou ao Papa Pio IX, aprovada pelo Bispo Diocesano Dom José Antônio dos Reis, disponibilizada para uso do Seminário, ao qual e em benefício dos alunos pobres doou todos os exemplares impressos, à exceção de 10 que reservou para si.

Ainda em 1864, o então Presidente da Província de Mato Grosso, Alexandre Manuel Albino de Carvalho, apelou aos seus préstimos para dirigir temporariamente a Inspetoria dos Estudos e, mais tarde, dar o seu contributo na elaboração do Regulamento dos Cemitérios,

---

<sup>164</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Baianos em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT (Publicações Avulsas, 7), 1998, p. 23-24.

cujo texto final foi aprovado pela Lei Provincial nº 1, de 1 de junho de 1864. Não obstante os seus inúmeros afazeres, não se furtou, o Protonotário Apostólico a exercer a função de professor do Seminário, sua atividade preferida.<sup>165</sup>

No ano seguinte (1865), elaborou e fez editar, em parceria com o Pe. Henriques de Carvalho Ferro, o *Compêndio de Gramática e Língua Latina*, cujos exemplares, à semelhança dos anteriores, foram gratuitamente distribuídos pelos alunos do Seminário Episcopal da Conceição, aos quais acresceria um alargado número de apostilas e impressos didáticos, imprimindo, dessa forma, o seu cunho pela modernidade no âmbito educacional, em virtude de ter sido o primeiro professor a produzir e editar materiais didático-pedagógicos vocacionados para o ensino teológico e secundário. Tais obras, precursoras na Província, não só receberam a aprovação do Bispo Diocesano, mas também o parecer favorável do Governo Imperial.

Objetivando estimular os estudos de Teologia, coordenou, no interior do Seminário mato-grossense, as conferências mensais que, ao longo daquele ano, foram proferidas sob a sua presidência e direção, tendo assumido, desde então, a responsabilidade da fundação e estruturação organizacional daquele Seminário onde veio a prestar relevantes serviços, quer como Reitor, quer como professor de um vasto conjunto de cadeiras, tendo participado ativamente de todos os trabalhos desde 1854, ano em que tiveram início, efetivamente, as aulas do Seminário Episcopal da Conceição.

A sua atuação junto do Seminário, não se limitava apenas à componente pedagógica, dado que durante largos anos, esteve à frente dos seus destinos enquanto Reitor, função em que se distinguiu, não somente pela organização administrativo-pedagógica que o caracterizava, mas também pelas decisões tomadas individualmente, junto à Congregação dos Lentes a que presidiu, ou mesmo como presidente de comissões ou bancas examinadoras daquela e de outras instituições públicas de ensino.

O reconhecimento dos trabalhos realizados por Camillo Barreto foi também manifestado pela Santa Sé, que lhe outorgou o título de Protonotário Apostólico, concedido pelo Papa Pio IX, equivalente ao de oficial da Cúria Romana em terras brasileiras, sendo, entre

---

<sup>165</sup> Livro das Matrículas dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição. *Op. cit.*, p. 3 - 3v.

os notários, um dos mais importantes. A quem ocupava este cargo, cabia a função de receber os documentos dos consistórios públicos, registrar os atos pontifícios e cuidar, adequadamente, da sua expedição. Tal investidura, caracterizada pelo uso de vestes roxas, concedia aos eleitos uma ampla proximidade com o Vaticano, sendo que, no século XIX apenas fora atribuída a seis clérigos brasileiros, para além de Camillo Barreto.

Apesar de vocacionado para o ensino médio propedêutico e superior, no caso dos alunos que pretendiam prosseguir a carreira sacerdotal, o forte cunho eclesiástico de que se revestia o Seminário Episcopal da Conceição, não se adequava a que, no seu seio, a atuação do Pe. Ernesto fosse muito além da organização administrativa e pedagógica do Estabelecimento. Assim sendo, seria no âmbito da Instrução Pública que as suas ideias, coerentes e voltadas para a modernidade ganhariam maior amplitude.

A participação efetiva de Ernesto Camillo Barreto no domínio da instrução, tanto pública como privada teve, na sua essência, o seu pensamento iluminista, baseado na convicção de que apenas pela instrução escolar, as crianças e mesmo os adultos poderiam almejar a melhoria dos seus hábitos ancestrais, subjacentes ao “barbarismo” e ascender à civilização. Camillo Barreto, baseado neste princípio, passou a dedicar-se à planificação e produção de projetos, suscetíveis de elevar ao mundo letrado a população analfabeta, com recurso a ações concretas e efetivas capazes de operar essa mudança, influenciando a organização sistêmica da instrução pública, a partir de Normas e Regimentos eficientes, no sentido de conferir um sentido moderno e renovador ao cenário educacional mato-grossense.<sup>166</sup>

A proposta de reforma da Instrução Pública, recomendada pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior, em 1872, foi o ponto de partida para a estruturação de um sistema educacional, pensado no seio do espaço público de ensino. Tal proposta, de natureza profundamente racional, voltada para um moderno sistema administrativo, consistia numa rede hierárquica que visava a uniformização das relações de

---

<sup>166</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Pe. Ernesto Camilo Barreto e sua contribuição na modernização do cenário educacional de Mato Grosso (séc. XIX)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, nº 70. Cuiabá: IHGMT, 2012, p. 145.

trabalho, assegurada por mecanismos de inspeção e controle, atribuição de competências, hierarquização de cargos, normas de ingresso e de aposentadoria, atribuindo ao texto legal um caráter claramente antecipatório, que lhe conferia a função propiciadora de importantes mudanças no setor da Instrução Pública de Mato Grosso. Não bastaria atribuir a esse setor da administração uma orientação sistêmica, porém, ressaltava, a par da estrutura burocrático-fiscalista, a necessidade de disponibilizar no interior das escolas, condições indispensáveis à sua concretização. Nesse sentido, os Regulamentos da Instrução Pública passaram a padronizar as relações (macro e micro), através dos Regulamentos Internos das Escolas, enquanto documentos legais que, no seu interior, davam consistência às ações modernizadoras.<sup>167</sup>

O domínio pedagógico e administrativo, entretanto adquirido junto do Seminário Episcopal da Conceição, proporcionou ao Pe. Ernesto Camillo Barreto o reconhecimento social. Foi Deputado pela Província de Mato Grosso com mandato a partir de 1 de maio de 1869, mais tarde Deputado Geral e, em 1872, convidado a ocupar, junto do Governo da Província de Mato Grosso, o mais alto posto da Instrução Pública, o de Inspetor Geral dos Estudos, cargo que desempenhou por curto lapso de tempo em virtude de ter sido eleito Deputado Geral, o qual retomou mais tarde, em plena gestão de José de Miranda da Silva Reis, desempenhando-o ininterruptamente desde 1873 a 1878.

Miranda Reis fez aprovar, na Assembleia Legislativa, o Regulamento da Instrução Pública datado de 1873, que não era mais que uma cópia da proposta de Lei outrora apresentada por Cardoso Júnior e que incluía novas e importantes orientações relativas ao sistema escolar que, só alguém ilustre e arreigado aos pressupostos da modernidade como Camillo Barreto, conseguiria implementar. Foi em tal contexto que o presidente da Província o nomeou Inspetor Geral dos Estudos, em substituição do Capitão José Dinis Vilas Boas, delegando-lhe, para além das atribuições administrativas inerentes ao cargo, a incumbência de elaborar o primeiro Regimento Interno das Escolas Primárias, datado de 7 de dezembro de 1873, que estabelecia, como principais pressupostos a por em prática, de modo intransigente e universal, os seguintes: *o que estudar, quando estudar e como ensinar*. Tais pressupostos

---

<sup>167</sup> Idem.



implicavam, indubitavelmente, a divisão do tempo no cotidiano escolar, de tal modo que o ensino primário, sem deixar de ser ministrado em um só grau, passou a incluir seções de Leitura, Escrita, Gramática, História Universal, Geografia, Doutrina e o Estudo dos Pesos e das Medidas utilizados no Império.<sup>168</sup>

Nesse âmbito, Camillo Barreto visitava as escolas com relativa frequência, a fim de proporcionar aos professores orientações sobre as matérias a ensinar e métodos que considerava adequados, procedendo de forma minuciosa e prudente a uma avaliação do sistema escolar da Província, através de relatórios que anualmente remetia ao seu Presidente e que viriam a servir de base à elaboração do Relatório Governamental a apresentar aos Deputados da Província.

Tais relatórios, elaborados pelo Protonotário Apostólico Camillo Barreto, tornaram-se assim instrumentos documentais de valor histórico extremamente relevante, porquanto versavam, de modo crítico, aspectos surpreendentes para os pesquisadores da educação que não encontrariam nos relatórios de outros Inspectores, o que é facilmente explicado por Barreto, porquanto, regra geral, esse cargo era desempenhado por cientistas provenientes de diferentes áreas do saber, como engenheiros, advogados e mesmo médicos, sendo o Pe. Ernesto um dos poucos pedagogos que na década de 1870 assumiram tais funções. Acresce ainda que, Camillo Barreto observava o ensino público de forma crítica, graças à sua larga experiência pedagógica no ensino privado eclesiástico, o que lhe permitia visualizar de fora e com algum distanciamento, pormenores que escapavam à sensibilidade dos demais.<sup>169</sup>

Apesar de aclamado pela maioria dos seus concidadãos não se furtava a sérias e severas acusações por parte da oposição de então. Um dos pontos fortes do acérrimo ataque de que era alvo, prendia-se com o elevado número de cargos que simultaneamente desempenhava e que lhe proporcionavam um ordenado excessivamente elevado para a época. Entre os diversos artigos que a ele aludiam, houve um, escrito no ano de 1875, que despertou a nossa

---

<sup>168</sup> SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*. Campinas: Autores Associados, SBHE, 2000, p. 59 - 78.

<sup>169</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Pe. Ernesto Camillo Barreto e sua contribuição na modernização do cenário educacional de Mato grosso (séc. XIX)*. *Op. cit.*, p. 146.

particular atenção, pela indignação que o mesmo deixava transparecer. Pelo caráter de que se reveste, entendemos por bem transcrevê-lo integralmente:

“Escrúpulo”

Ora, graças a Deos, que a administração do Sr. Barão de Diamantino vai indo regularmente. S. Exa., de certo, não está cercado do Sr. Ramiro e do muito ALTO, MUITO PODEROSO E MUITO ILLUSTRADO Padre Camillo, verdadeiro patriota dos cofres públicos.

O Sr. Barão já os conhece, e por isso os atemathisou; por quanto, nomeou para seu Secretário privado o prudente e inteligente Joaquim Felicíssimo de Almeida Lousada.

Empregos que actualmente exerce o Sr. Padre Camillo e dos quaes faz uma boa somma de dinheiro:

1º- Vigário Geral.

2º- Lente da cadeira de Dogma.

3º- Substituto da de Philosophia.

4º- Inspector Geral dos Estudos.

5º- Delegado da Instrucção Pública.

6º- Deputado Geral.

7º- Encarregado de compras de materiais para as obras públicas.

8º- Empresário do Periódico – Situação.

9º- Oleiro (fabricante de telhas).

10º- Inspector da região do Pary.

11º- Quase Procurador Fiscal para aposentar-se com bons cobres.

E então que patriota!

A terra tem seus movimentos.

Ass. O chapéo armado.<sup>170</sup>

Baiano de nascimento, foi em Mato Grosso que a sua vida se destacou, não apenas pelos relevantes trabalhos concretizados no interior da Província, mas, essencialmente, pela entrega e seriedade com que defendeu a causa educacional. À semelhança de outros seus conterrâneos, matriculou-se na Loja Maçônica “Estrela do Ocidente” onde logrou alcançar o elevado título de Príncipe “Rosa Cruz”, no grau 33. Aos 70 anos de idade, faleceu em Cuiabá a 26 de março de 1896. Ernesto Camillo Barreto é Patrono da Cadeira nº 14 da Academia Mato-Grossense de Letras.

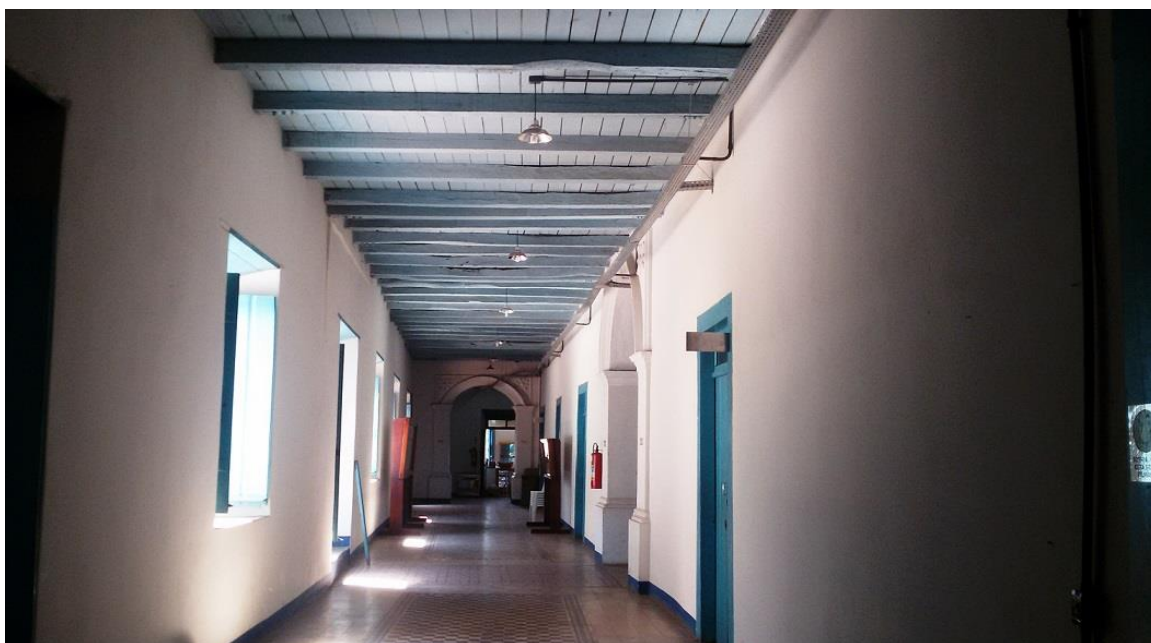
---

<sup>170</sup> Jornal *O Liberal*. “Escrúpulo”, nº 175, p. 4. Cuiabá, 29 de janeiro de 1875. APMT – Acervo de Jornais.

## **CAPITULO IV**

### **O Seminário Episcopal da Conceição visto por dentro:**

#### **Universo Físico, Administração e Estatutos**



**Corredor interno do Seminário Episcopal da Conceição – Piso Térreo**

(Fonte: Acervo pessoal do autor)

## 4.1 Da Concepção à Edificação Final

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição é, segundo Magalhães, integrá-la de forma interativa num quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus políticos e zonas de influência. A sistematização e a (re)escrita do itinerário histórico de uma instituição educativa na sua multidimensionalidade e na construção de um sentido, encontram nessa relação a sua principal base de informação e de orientação.<sup>171</sup>

Entre os principais aspectos a abordar, no sentido de analisar, compreender e descrever as instituições educativas, destacam-se os espaços, a estrutura arquitetônica, as áreas organizacionais, nomeadamente a estrutura física, a administrativa, a sociocultural e, sobretudo, a identidade cultural e educacional das instituições. Assim sendo, o estudo da materialidade física de uma instituição que marcou, indelevelmente, a história eclesiástica de Mato Grosso, na circunstância o Seminário Episcopal da Conceição constitui-se um pré-requisito para a compreensão da sua ação religiosa e educativa.

Começamos pela análise da sua orgânica material, principal pressuposto para o desenvolvimento da sua proposta pedagógica. A construção do Seminário era, de tal modo considerada um empreendimento tão premente para a Província e, muito particularmente para a sua Capital, Cuiabá, que, muito antes da sua materialização física, ocorrida apenas cinco anos depois, havia já iniciado as suas atividades. Assim sendo, aquando do início das obras do edifício, ocorrido em 1859, contava já com um significativo número de alunos de Segundas Letras matriculados.

As aulas do Seminário de Cuiabá foram, como antes referimos, iniciadas no ano de 1854, na Capela do Senhor do Bom Despacho. Considerando uma avaliação do imóvel à época realizada, aquela Capela consistia num modesto edifício, à semelhança da maioria das

---

<sup>171</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Ed. Universitária S. Francisco, 2004, p. 133 - 134.

construções cuiabanas daquele período, não reunindo, por conseguinte, as condições físicas indispensáveis à prossecução das propostas pedagógicas de um seminário que necessitaria de um espaço mais amplo, de forma a viabilizar as suas múltiplas atividades e servir, concomitantemente, de domicílio dos padres e, sobretudo, dos futuros alunos internos.

Data de 9 de outubro de 1857 a primeira notícia alusiva à construção de um edifício adequado para um seminário, ocasião em que o Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, solicitou ao Ministério da Justiça auxílio financeiro para que as respectivas obras pudessem ser iniciadas. A esta primeira solicitação, respondeu o Governo Imperial:

Tendo a Lei ultimamente votada consignado fundos para a fundação do Seminário dessa Diocese, o Governo Imperial, logo que entre em vigor asse Lei, tomará em consideração o pedido feito por V. Ex<sup>a</sup> a tal respeito, em seu ofício de 13 de fevereiro último.<sup>172</sup>

Somente em agosto de 1858 a verba solicitada chegou a Cuiabá, ocasião em que a Dom José foi dado conhecimento do repasse de 5:000\$000, do Ministério da Justiça para a tesouraria da Província de Mato Grosso. Esse fato empolgou o Bispo de tal modo que, a 7 de dezembro do mesmo ano, quatro meses após a primeira remessa, lançava a pedra fundamental, daquele que seria o primeiro e, até então o único estabelecimento de ensino secundário e sacerdotal da Província de Mato Grosso, sendo o ensino secundário orientado para o atendimento dos filhos das elites locais e, o sacerdotal, para estes e, supostamente, para os jovens oriundos das famílias mais modestas que viam na carreira sacerdotal uma forma de encaminhamento dos seus filhos.

A localização ora escolhida não aconteceu por acaso. Resultou de uma profunda observação e análise da região, porquanto, estando relativamente afastada do centro urbano, propiciava um clima de tranquilidade, indispensável ao espírito de oração e de reflexão que lhe estava subjacente. Por outro lado, a edificação do Seminário não pode ser entendida isoladamente, devendo ter-se em linha de conta todo o contexto envolvente em que se

---

<sup>172</sup> Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça ao Bispo de Cuiabá comunicando sobre a aprovação de Lei orçamentária consignando verbas para a Fundação do Seminário Episcopal da Conceição, em Cuiabá. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1857. ACBM - Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 976C.

inseririam algumas construções aí existentes, nomeadamente, a Capela do Bom Despacho, ao lado da qual foi erigido e a Santa Casa da Misericórdia, situada do lado oposto da rua e que, ainda hoje, cumpre a função para que foi destinada, sendo ambas instituições católicas e, por conseguinte, propriedade da Igreja.

O Seminário Episcopal da Conceição foi assim designado pelo fato de ter sido fundado na véspera do dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Brasil, a qual veio, posteriormente, a reunir grande número de devotos em torno de uma irmandade que não chegou a organizar-se estatutariamente, mas que em meados do século XX ganhou prestígio devido ao trabalho ali desenvolvido pelos Congregados Marianos.

A construção do Seminário foi determinada em função do espaço físico onde se pretendia proceder à sua implantação. Assim sendo, Dom José abandonou a ideia inicial de Frei Macerata, de construí-lo ao lado da Capela de São Gonçalo, por entender aquela localização muito acanhada. Neste contexto, direcionou a sua atenção para o Morro do Bom Despacho, um dos lugares mais elevados e aprazíveis de Cuiabá, situado acima do córrego da Prainha, local muito conhecido pelos bandeirantes do século XVIII que ali encontraram as primeiras jazidas de ouro da região. O seu nome advém da Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, de devoção portuguesa e dedicada à Virgem Maria como dispenseira das graças de Deus. Esta Ermida remonta aos primeiros tempos da colonização, dado que encontramos registros a ela alusivos, datados de 1740.

Para Magalhães, no que concerne aos espaços e estrutura arquitetônica dos edifícios, há instituições educativas que resultam de projetos de origem e outras instaladas em prédios adaptados. Em qualquer das circunstâncias, não pode deixar de considerar-se aspetos como localização, projeção e plano arquitetônico, enquadramento urbanístico e paisagístico e o tipo de construção, organização dos espaços, estado de conservação e respectivas adaptações. A inserção do edifício na paisagem, física e humana, os acessos e as formas de isolamento e de interação que retratam e influenciam a relação com a comunidade que o envolve.<sup>173</sup>

---

<sup>173</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Op. cit.*, p. 142.

O lançamento da pedra fundamental do Seminário repercutiu positivamente no seio da comunidade cuiabana, sendo amplamente divulgado através do periódico *O Noticiador Cuiabano*, de grande circulação na época:

[...] S. Ex<sup>a</sup>. Revm<sup>a</sup>, acompanhado do Exmo. Presidente da Província, do Comandante Superior, do Dr. Chefe de Polícia, do Clero da capital, e de grande concurso de cidadãos, dirigiu-se à Igreja do Bom Despacho a fim de benzer e lançar a primeira pedra desse importante estabelecimento. Foram as ilustres autoridades recebidas na porta da capela pelos padres Ernesto Camilo Barreto e Joaquim Antônio da Silva Rondon, sendo em seguida lançada a bênção e a pedra, trasladada num pequeno andor até o lugar em que deveria ser colocada. Continha uma lâmina com a inscrição – 1858 – e os sacerdotes que a conduziram foram, além dos já referidos, os padres Manuel Pereira Mendes e o Vigário Geral, padre Vasconcelos.<sup>174</sup>

O Seminário recebeu um ano depois, outra subvenção do Governo Imperial no valor de 6:000\$000, comunicada ao Bispo da forma seguinte:

Solicitando nesta data do Ministério da Fazenda a expedição de ordens a fim de que seja posta na Tesouraria Solicitando nesta data do Ministério da Fazenda a expedição de ordens a fim de que seja posta na Tesouraria dessa Província à disposição de V. Ex<sup>a</sup> a quantia de seis contos de réis (6:000\$000) para construção do Seminário Episcopal; assim o comunico a V. Ex<sup>a</sup>, para seu conhecimento.<sup>175</sup>

No ano de 1860, o Presidente da Província de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro de Alencastro, considerando a importância e urgência na construção do edifício, consignou a verba de 2:000\$000, assim como apelou, junto do Governo Imperial, para que continuasse a subsidiar, com mais verbas, a sua edificação. Certamente, o gesto de Alencastro, demonstrou a insuficiência de recursos necessários à plena construção do Seminário que, durante muitos anos teve as suas obras paralisadas devido a esse fato. Tratava-se, obviamente, de uma construção ampla e dispendiosa considerando o fim a que se destinava. Mendonça, avaliando

---

<sup>174</sup> Jornal *O Noticiador Cuiabano*. “O Seminário da Conceição”, nº [ilegível], p 4. Cuiabá, 12 de dezembro de 1858. APMT – Acervo de Jornais.

<sup>175</sup> Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça dirigido ao Bispo de Cuiabá, comunicando sobre a expedição de verba para a construção do Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1859. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 976D.

os esforços disponibilizados por Dom José Antônio dos Reis, considerou: “O Seminário da Conceição é bem o símbolo do episcopado de D. José, tanto mais que se pode dizer ter sido argamassado com as suas lágrimas, suores e sangue.”<sup>176</sup>

Dom José Antônio dos Reis rogava às autoridades imperiais, no ano seguinte, mais verbas para o prosseguimento e conclusão das obras iniciadas em 1858 e que à data se encontravam paralisadas:

Tenho o coração cheio de tristeza e amargura, vendo a obra, que se fora possível acabá-la em um momento, assim deveria fazer-se pela suma necessidade que há de tal edifício; eu não tenho fortuna; se a tivesse, tal obra nunca pararia; o cofre Provincial, que deve dar-me 2:000\$000 para ela, segundo determinou a Assembléia Legislativa Provincial, continua na mesma, se não a maior miséria de que já dei parte a V. Ex<sup>a</sup>; agora, com a abundância das chuvas, temo até que se arruíne alguma parte do que está feito. Ah! E quanto tudo isso me aflige e dilacera o coração! Peço, pois, novamente, a V. Ex<sup>a</sup> que se digne atender para a obra do Seminário desta Diocese, mandando, quanto antes, algum dinheiro, com que ela possa continuar, assim como peço, também, ainda mais, e suplico humildemente a V. Ex<sup>a</sup>, que se digne relevar esta minha importunação, e principalmente, se com ela, de qualquer modo, ofendo o respeito e acatamento que devo a V. Ex<sup>a</sup>.<sup>177</sup>

A rápida resposta do Ministério dos Negócios do Império alimentou o sonho do Bispo de Cuiabá quanto à prossecução das obras, dado que, foram repassados 4:000\$000, através de ofício que declarava a intenção do citado Ministério, não apenas em continuar com o auxílio, mas alvitando ainda a possibilidade de aumentá-lo.<sup>178</sup>

O progresso da obra estava sempre em relação direta com o repasse de verbas, como em 1862 considerou Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província mato-grossense:

---

<sup>176</sup> MENDONÇA, Rubens de. *Evolução do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá, S/Ed., 1977, p. 10.

<sup>177</sup> Ofício de D. José Antônio dos Reis ao Ministério do Império, solicitando novo repasse de verbas para a continuação das obras do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 12 de março de 1861. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 971B.

<sup>178</sup> Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça ao Bispo de Cuiabá, comunicando sobre a continuação do envio de auxílio pecuniário para as obras do Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1861. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 971E.



A construção do edifício sujeita à solícita e esclarecida inspeção do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, tem sido muito retardada por deficiência de consignação pecuniária, estando somente em estado de servir 3 salas da frente, nas quais se estabeleceram as aulas. Entretanto, devemos esperar com toda a confiança as providências do Governo Imperial que nunca faltam em casos desta natureza.<sup>179</sup>

Perante a força política emanada do citado chefe do Governo Provincial, Dom José Antônio dos Reis, novamente solicitou ao Governo Central, verbas para a conclusão das obras do Seminário. Em resposta, o Governo Imperial ordenou que fosse elaborado um orçamento da fase terminal da edificação, para que fosse possível prever no orçamento geral, em tempo útil, a quota destinada ao Seminário da Conceição.<sup>180</sup>

Extremamente gratificante e motivador foi o ofício recebido pelo Bispo Diocesano, por parte do Ministério da Justiça, porquanto este lhe comunicava ter sido solicitado ao Ministério da Fazenda, o repasse de 8:000\$000 (expresso em Aviso Ministerial de 12 de agosto de 1862), quantia avultada e bem acolhida pela Tesouraria Provincial.<sup>181</sup>

Esse período, de vigorosa injeção de recursos, ocorreu durante a gestão do Conselheiro Herculano Ferreira Pena que, por diversas vezes, lançou mão da sua influência junto do Imperador. Por ocasião da sua saída de Mato Grosso, precisamente a 12 de maio de 1863, a Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição agraciou-o com o título de Protetor do Seminário.<sup>182</sup>

O Governo Imperial achou por bem repassar o último auxílio, de 4:200\$000, ainda no decurso do ano de 1863, sendo aquele dividido em 6 parcelas de 700\$000. No final do citado

---

<sup>179</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Conselheiro Herculano Ferreira Pena à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1862. APMT – Relatórios.

<sup>180</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Bispo de Cuiabá, solicitando um orçamento da finalização das obras do Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1862. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 971B.

<sup>181</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Bispo de Cuiabá comunicando o repasse de oito contos de réis destinados ao prosseguimento das obras do Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1863. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 970L.

<sup>182</sup> Ofício da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição, ao Presidente da Província de Mato Grosso, Herculano Ferreira Pena, agraciando-o com o título de Protetor do Estabelecimento. Cuiabá, 12 de maio de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 6. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

ano, o Padre Ernesto Camillo Barreto, em relatório circunstanciado, dava conhecimento não apenas da estrutura do edifício mas, sobretudo, exaltava a figura de uma das mais consideradas personalidades da elite mato-grossense, o Capitão Antônio de Cerqueira Caldas, responsável pela administração da obra desde o lançamento da sua pedra fundamental:

[...] em cuja administração econômica e verdadeiramente patriótica se tem constituído credor das bênçãos de todos os homens amantes de seu país, e por sem dúvida merecedor de um justo prêmio, ante o Governo Imperial, que na distribuição das graças sabe contemplar os servidores desinteressados e úteis à geração presente e futura [...]<sup>183</sup>

As obras do Seminário encontravam-se bem adiantadas no final daquele ano de 1863, estando a parte frontal do edifício já em fase de conclusão, o andar superior, onde se situava o saguão da portaria, possuía já quatro salas concluídas e a quinta, ainda por finalizar, destinando-se estas à instalação da Biblioteca, à Secretaria e ao ensino das disciplinas. O Padre Ernesto, em relatório, descreveu meticulosamente o estado em que aquelas se encontravam:

Além da frente quase concluída, o edifício tem no andar superior cinco salas espaçosas destinadas às aulas e Biblioteca, e uma saleta por detrás da Biblioteca no prolongamento do ângulo. Funcionam na primeira, as aulas de Filosofia e Retórica; na segunda, as de Instituições Canônicas e História Eclesiástica; na quarta, as de Teologia Dogmática e Liturgia Sagrada; a quinta, ainda não concluída de todo, está destinada para a Biblioteca, e tem junto a si a saleta de que acima falei, que é a Secretaria. A terceira, que ocupa o centro, é destinada às conferências, reparações, conclusões e mais atos solenes, e serve, igualmente de aula de Teologia Moral. No andar inferior, salvo o saguão da portaria, tem o edifício duas grandes salas onde funcionam, desde setembro, as aulas de Latim e Francês, e uma saleta por baixo da Secretaria, a qual serve de depósito aos chapéus dos estudantes dessas duas aulas. A conclusão desta parte do edifício, e sua continuação, são os ardentes desejos e veementes votos da província inteira.<sup>184</sup>

---

<sup>183</sup> Relatório Anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá pelo Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, fl. 17. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>184</sup> Ibidem, fl. 17 e 17v.

Uma dúvida se colocava, no entanto, apesar do adiantado estado da sua edificação: teria o Estabelecimento, nas condições narradas, capacidade para receber alunos internos? Foi a procura da resposta a esta questão que esteve na base da averiguação efetuada, no ano de 1864, pelo Ministério dos Negócios do Império.<sup>185</sup>

Nesse contexto assim se expressou o Padre Ernesto Camillo Barreto:

Com o externato só se pode aproveitar a mocidade residente no seio da capital, enquanto o internato levará a utilidade do estabelecimento às raias da província em todas as direções [...]. O internato, o mais poderoso meio de melhorar a educação dos jovens que, como Aram, tinham de ser chamados ao sacerdócio, não está longe de ser realizado entre nós, à vista das proporções que vai tomando o edifício [...].<sup>186</sup>

A preocupação com o internato do Seminário, já era manifestada em 1863 pelo Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, no seu relatório datado de 3 de maio daquele mesmo ano:

Enquanto o edifício não tiver os cômodos precisos para um internato, não poderá a Província gozar todas as vantagens que a instituição do Seminário promete à educação, assim do futuro clero, como de muitos jovens que não encontram hoje na capital um colégio sequer, onde possam residir e estudar os preparatórios exigidos para a matrícula nas diversas academias do Império.<sup>187</sup>

O Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, então Presidente da Província, ao expor a situação do Seminário no relatório que, em 1864, apresentou à Assembleia Legislativa Provincial, manifestava o seu receio de que este não viesse a ser concluído, expressando-se nos termos seguintes:

---

<sup>185</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Bispo de Cuiabá, solicitando informações sobre o andamento das obras do Seminário e indagando se o mesmo já possuía condições para a admissão de alunos internos. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1864. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 946 B.

<sup>186</sup> Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá pelo Presidente da Congregação, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1864. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição. fl. 32v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>187</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Conselheiro Herculano Ferreira Pena, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1863. APMT – Relatórios.

Para a construção do respectivo edifício, cujas obras continuam vantajosamente a cargo do Capitão Antônio de Cerqueira Caldas, tem sido consignada por várias ordens a soma total de 42:200\$000, sendo 7:000\$000 pelo cofre provincial e 35:200\$000 pelo geral. Daquela soma têm-se despendido a de 40:099\$857, restando somente a de 2:100\$143 que brevemente se esgotará com a paga das obras em andamento.<sup>188</sup>

Considerando que fisicamente o edifício do Seminário se encontrava em parte terminado, foi colocado na Sala da Congregação dos Lentes, um retrato pintado a óleo do seu protetor, Capitão de Cerqueira Caldas<sup>189</sup>, primeiro e único Barão de Diamantino, oferta do Dr. Antônio Murtinho, médico e chefe do corpo de saúde da Província. Tal homenagem simbolizou um gesto de gratidão pelos serviços graciosamente prestados ao Bispado na vistoria e implementação da construção do edifício. Aquele retrato foi colocado ao lado de outro já existente na mesma Sala, este, de Dom José Antônio dos Reis. Agraciado pelo Seminário, Cerqueira Caldas, foi também homenageado pelo Governo Imperial, que lhe concedeu o título de “Cavaleiro da Ordem Rosa”.<sup>190</sup>

Um novo pedido de verba ao Governo Imperial por parte de Dom José, ocorreu ainda no ano de 1864, o qual mereceu a anuição do Marquês de Olinda que, em resposta informou:

Comunico a V. Ex<sup>a</sup>. Rvm<sup>a</sup> que se expediu ordem para ser posta, no atual exercício, à disposição do Presidente da Província, de acordo com V. Ex<sup>a</sup> Rvm<sup>a</sup>, a quantia de 8:400\$000, por prestações mensais de 700\$000, a fim de ser empregada, conforme V. Ex<sup>a</sup> Rvm<sup>a</sup> tem requisitado, na continuação das obras do edifício que se está construindo para o Seminário desse Bispado. Será conveniente que V. Ex<sup>a</sup> procure que, em tempo próprio, tenha essa soma a devida aplicação, ativando-se a execução das ditas obras, por isso que a

---

<sup>188</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1864. APMT – Relatórios.

<sup>189</sup> Antônio de Cerqueira Caldas, Barão de Diamantino (1818-1892), foi Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, tendo assumido interinamente a presidência por três vezes, de 29 de maio a 12 de outubro de 1870, de 27 de maio a 29 de julho de 1871 e de 6 de dezembro de 1874 a 5 de junho de 1875. Foi casado com Maria Antônia Gaudie Ley, filha de André Gaudie Ley, militar e influente político no cenário regional, em princípios do século XIX.

<sup>190</sup> Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1866), Sessão de 12 de outubro de 1863, fl. 11v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150 A, Doc. 1B.

parte que não for aproveitada dentro de doze meses que [ilegível] nome ao exercício, ficará anulada, na forma das disposições em vigor.<sup>191</sup>

Esta nova transferência de verbas deparou-se, porém, com um obstáculo inesperado e assolador, a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, que perduraria por mais de cinco anos (dez/1864 - mar/1870), acontecimento que dificultou seriamente a compra de materiais de construção e a contratação de operários, grande parte deles convocados para lutar no conflito.

Os efeitos nocivos desse incidente foram enfatizados com pesar pelo então Reitor do Seminário, Padre Ernesto Camillo Barreto:

O edifício do Seminário que prometia grande avanço no corrente ano, graças às boas disposições do Governo Imperial em prol dele, tem estado com as obras paralisadas contra a vontade robusta do seu digno administrador. Grande quantidade de materiais estão comprados, destes alguns reunidos; porém o madeiramento prevenido em tempo, muito antes mesmo da decretação das últimas quantias, não tem sido possível transportar-se a esta Capital da freguesia das Brotas, onde se acha. A invasão Paraguaia, chamando todos os cidadãos ativos às armas, não só destituiu de pessoal aos encarregados do madeiramento, como dificultou quase absolutamente ao Administrador da obra a aquisição de operários. Bem sensível será se porventura esse mal progredir a ponto de não termos em fevereiro futuro pronta a nova sala para a aula de Latim. A parte já construída nenhuma ruína tem tido, conserva-se asseada. Não há muitos dias, manifestou-se uma goteira sobre a sala das conferências, em tão grande escala que penetrou o forro de estuque e derrubou o barro; tão logo tive conhecimento e comuniquei esta ocorrência ao Administrador da obra, deu ele prontas providências e reparou o mal.<sup>192</sup>

A zona norte da Província ficou isolada da região do Rio da Prata e da Corte, em resultado da eclosão daquele conflito armado que, assolou grande parte do território mato-

---

<sup>191</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Bispo de Cuiabá, comunicando o envio de subvenção a ser empregada nas obras do Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1865. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 970D.

<sup>192</sup> Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, fl. 45v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

grossense, dado que a navegação pelo Rio Paraguai fora suspensa, o que dificultou ou mesmo impediu as comunicações.

O acesso à região norte de Mato Grosso, passou a ser feito por estrada de terra que, de São Paulo, atravessava as Províncias de Minas Gerais e Goiás. Tal situação impediu a normal evolução das obras do Seminário, pois grande parte dos materiais de construção vinha das Freguesias vizinhas ou de outras províncias, o que se refletia de forma significativa nos custos finais e, conseqüentemente, no orçamento. Ao problema da lentidão do transporte, feito por carroças ou através de carros-de-boi, acrescia a privação de mão-de-obra especializada: [...] Não há uma serraria de madeiras bem montada e é sensível a falta de pedreiros, carpinteiros, [...].<sup>193</sup>

Dom José rogava ao Governo Imperial, no ano de 1866, a prossecução do auxílio pecuniário de 700\$000 mensais para o exercício de 1866-1867. Provavelmente, por não estar inteirado da extensão dos efeitos da Guerra na Província mato-grossense, ficou aquele Governo indignado com a conclusão das obras, o que o levou a solicitar ao Bispo, o envio de um relatório pormenorizado referente ao andamento das mesmas, sob pena de limitar o dispêndio financeiro:

No ofício de 24 de abril próximo passado, requisitou V. Ex<sup>a</sup> Rvm<sup>a</sup> a continuação, no exercício de 1866-1867 do auxílio pecuniário na importância de 700\$000 mensais para a construção do edifício que tem de servir para o Seminário. Sendo de esperar que, pela despesa feita já esteja o edifício próximo a concluir-se, visto que além da soma de 8:000\$000 que se mandou aplicar à conclusão no ano de 1863-64, se tem, desde então, até 30 de junho último, concedido para o mesmo fim a quantia de 16:800\$000 nos dois exercícios de 1864-1865 e 1865-1866, e se veja o Governo obrigado, pelas circunstâncias que são de todos conhecidas, a restringir o dispêndio de dinheiro público, não pode mandar o pagamento daquela consignação, sem que lhe seja presente um relatório das obras que estivessem feitas e das que faltarem para a conclusão.<sup>194</sup>

---

<sup>193</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoreder, 1869, p. 128.

<sup>194</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Bispo de Cuiabá, solicitando relatório completo sobre as obras físicas do Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1866. ACBM - Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 970A.

Não encontramos, no entanto, nenhuma informação referente ao envio do supracitado relatório ao Ministro do Império, porém, depreendemos que o mesmo foi concretizado porquanto, em 1869 foi retomada a remessa de 700\$000 mensais. Apesar das dificuldades que a circunstância da guerra oferecia, as obras do Seminário não foram totalmente paralisadas, o que veio a acontecer, efetivamente, em 1867, quando a Capital da Província foi assolada pela terrível epidemia de varíola, provocada pelos soldados que da frente de combate regressavam infectados pelo vírus.<sup>195</sup>

Não escolhendo as suas vítimas e, independentemente do estrato social a que estas pertenciam, a nefasta calamidade exterminou mais de metade da população, não apenas da Capital, mas também do seu entorno. Nessa conjuntura, as obras não só cessaram, como também, aquele Estabelecimento ainda em vias de construção, serviu de enfermaria aos doentes.

Dada a proximidade do Seminário com a Santa Casa da Misericórdia e, porque estes estabelecimentos se encontravam relativamente afastados do centro urbano, aquela Instituição viu-se na contingência de interromper as suas aulas, passando, por falta de outros postos com dimensões adequadas, a funcionar como enfermaria, onde iam sendo alojados os doentes que ali ficavam de quarentena, até que a epidemia fosse controlada. Consequentemente, os alunos foram reencaminhados para as residências das respectivas famílias, no sentido de evitar que contraíssem a “bexiga”, nome popular normalmente atribuído à varíola.

Decorridos dez anos sobre este nefasto acontecimento, assim se expressava o então Diretor do Seminário, Cônego Manoel Pereira Mendes, no relatório que enviou, em 1877, ao Presidente da Província, General Hermes Ernesto da Fonseca:

[...] essa mesma perturbação, este terror e pânico com que se viram surpreendidos os habitantes da Capital, não causaram tanto prejuízo no seu andar, como foi a segunda invasão feita inesperadamente pela epidemia de varíola, ocorrida em 1867, que, colocando a Capital e lugares adjacentes em estado da mais viva consternação, pela mortalidade incalculável reduziu este

---

<sup>195</sup> Sobre essa temática, ver: VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)*. Cuiabá: UFMT/ICHS/PPGH (Dissertação de Mestrado), 2001.

florescente viveiro de esperanças para a Província, em um medonho e pavoroso antro, em que se viam somente espectros de morte, simbolizados nas pessoas dos soldados enfermos, que ali existiam, por não ter-se encontrado outro lugar, que pudesse servir de enfermaria, para acomodações de inumeráveis doentes.<sup>196</sup>

Podemos então concluir que a invasão paraguaia, primeira causa de perturbação de todo o processo de construção do Seminário, veio alterar profundamente o espírito de entusiasmo de que se encontrava imbuído o Estabelecimento, provocar o desânimo da população e, conseqüentemente, dos jovens que, na época, frequentavam os seus estudos. Importa porém enfatizar que, mais grave ainda do que a guerra com o Paraguai, foi a epidemia de varíola que desta decorreu, com a chegada de soldados contaminados pela doença que, durante muitos e longos anos, deixou visíveis na região os seis efeitos devastadores.

As obras físicas do Seminário prosseguiram, entretanto, entre os anos de 1873 e 1874, com o auxílio Imperial de 6:000\$000, tendo esta verba sido alargada nos anos subsequentes para 10:000\$000, embora não repassada de uma só vez, mas dividida em parcelas, à semelhança das anteriores. O aumento do apoio financeiro levou o Bispo Dom José a antever, pela primeira vez, o término definitivo das obras:

Eu muito agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. A tão satisfatória notícia da remessa da soma de 10:000\$000 para ser aplicada às obras de construção do Seminário Episcopal e asseguro a V. Ex<sup>a</sup> que continuarei com as referidas obras logo que receba a mencionada quantia, segundo V. Ex<sup>a</sup> determinar.<sup>197</sup>

Dom José Antônio dos Reis faleceu em 11 de novembro de 1876, não tendo assistido à finalização das obras do edifício do Seminário por ele idealizado, em prol das quais tantos esforços dispendeu e que, há 18 anos vira lançada a sua pedra fundamental. Com a sua morte, o Governo Imperial, propôs de imediato a sua substituição, indicando à Santa Sé, o nome de

---

<sup>196</sup> Relatório Apresentado ao Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso, General Hermes Ernesto da Fonseca, pelo Cônego Manoel Pereira Mendes, Diretor do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 20 de abril de 1877. APMC, Cx. 139.

<sup>197</sup> Ofício do Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, ao Presidente da Província de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, agradecendo o repasse de verba para a continuidade das obras do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 9 de dezembro de 1875. ACBM - Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 106.



Dom Carlos Luiz D'Amour para ocupar a direção do Bispado de Cuiabá, sendo que, a confirmação de tal proposta só veio a ocorrer no ano seguinte, mais precisamente a 21 de setembro de 1877. Residia ainda em Salvador, quando, em 28 de abril de 1878 foi sagrado Bispo de Cuiabá, aos 41 anos de idade, tomando posse do respectivo cargo através do seu procurador, Cônego Manoel Pereira Mendes, o qual administrou a Diocese, até à sua chegada em 2 de maio de 1879.<sup>198</sup>

Ainda no decurso do ano de 1877, assim descrevia o Cônego Pereira Mendes a evolução das obras do edifício:

Em relação ao seu estado material, o Edifício pode ser considerado com três faces; a da frente, a do flanco, a da retaguarda. A primeira acha-se completamente concluída, a do flanco metade está igualmente acabada, metade por completar, faltando assoalhar-se por cima e tijolar-se por baixo; e a última, ou a da retaguarda existe, apenas em toda a sua extensão, um alicerce com camadas de adoubes.<sup>199</sup>

No sentido de dar continuidade aos trabalhos de conclusão das obras do edifício, legado de Dom José, o novo Bispo instalou o internato, em 1880, tendo para tal conseguido, junto aos cofres provinciais a consignação de 5:000\$000 para as suas despesas, dado que, as verbas gerais escasseavam. Nesse contexto, o Jornal *A Cruz* assim descrevia:

Não esmoreceu o prelado que, mesmo ante a recusa do Governo Imperial, a quem se dirigira, apelou para os seus diocesanos, implorando-lhe um óbolo, e conseguiu a importância de 13:258\$023, inclusive a de 691\$800 de créditos do Bispado até 31 de dezembro de 1880, por ele oferecida.<sup>200</sup>

---

<sup>198</sup> MORAES, Sibeles. *O Episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)*. Cuiabá: UFMT/ICHS/PPGH (Dissertação de Mestrado), 2003, p. 27.

<sup>199</sup> Relatório apresentado ao Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso, General Hermes Ernesto da Fonseca, pelo Cônego Manoel Pereira Mendes, Diretor do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 20 de abril de 1877. ACMC, Cx. 139.

<sup>200</sup> Jornal *A Cruz*. “O Seminário da Conceição”, nº 1040, p. 2. Cuiabá, 7 de agosto de 1932. APMT – Acervo de Jornais.

Influenciados pela arquitetura renascentista, diversos seminários foram edificados no Brasil entre os séculos XVIII e XIX. Tais construções tiveram em consideração alguns condicionalismos, nomeadamente, a tipologia do terreno, o seu relevo e as dimensões da propriedade.

O tamanho e a proporção de cada construção que servia de sede aos seminários, pode ser questionável, porquanto, sendo geralmente edifícios de grandes dimensões, o tamanho das suas plantas baixas era variável, dependendo sempre da afluência de alunos, ou do interesse do Governo Imperial e, obviamente, da disponibilização de verbas, considerando o tipo de investimentos indispensáveis à efetivação da obra.

Não obstante a inevitabilidade da compra de terrenos destinados à construção de seminários, muitos deles resultavam, por norma, de doações de terceiros, feitas à Igreja com esse mesmo propósito, ou de propriedades pertencentes ao Império. Não encontramos, ao longo da nossa investigação, nenhum documento que aluda à proveniência do terreno onde foi construído o Seminário Episcopal da Conceição. Porém, dada a existência no seu entorno, de várias edificações católicas, aquando do início das suas obras, somos levados a inferir que, o mesmo seria, à data, propriedade da Igreja.

A concepção dos seminários obedecia, basicamente, a duas tipologias, baseando-se uma delas na edificação de um grande bloco, dividido em quatro pavilhões, simetricamente separados entre si, em forma quadrangular. Os espaços que separavam os diferentes pavilhões permitiam a comunicação entre eles e serviam, normalmente, para a construção de pátios internos ou jardins. A outra consistia na construção de um bloco único, com dois pisos, paredes retas e alongadas, formando uma fachada horizontal. Esta foi a opção escolhida pelo Engenheiro do Exército, Major Pedro Heitor, quando concebeu a planta baixa do Seminário da Conceição, em forma de “L”, anexando-o à Capela e, integrando-a como se do mesmo edifício se tratasse, não obstante a existência desta, há mais de um século, naquele mesmo espaço.

No sentido de compreendermos a dinâmica funcional do Seminário, em função do espaço existente, pudemos observar, através da análise da planta do edifício que, no primeiro piso, ou andar térreo, funcionava a escola propriamente dita. Assim sendo, era neste andar que

se encontravam as salas de aula e de estudo, a diretoria, o vestíbulo, a cozinha, a dispensa, os refeitórios e os banheiros, espaços ligados entre si por corredores e, ainda, as áreas cobertas, os jardins e o pátio de recreio. O andar térreo era, basicamente, o espaço privilegiado para a concretização de todas e quaisquer propostas pedagógicas e movimentações, desde que em consonância com o processo ensino/aprendizagem veiculado pelo Seminário. Importa referir ainda que este piso, era por excelência, o que mais se adequava às conversas, aos jogos, às brincadeiras, enfim, o território propício a todas as dinâmicas subjacentes a um viver escolar, proporcionando o desgaste de energias, de forma a permitir um maior rendimento dos diferentes grupos de discípulos, em conformidade com a metodologia de ensino adotada.

O andar superior comportava os quartos dos professores bem como os aposentos do Bispo da Diocese, sempre que estivesse presente, nele existindo ainda, a rouparia, o dormitório dos alunos, a enfermaria, a sala de visitas e a Biblioteca. Toda e qualquer atividade que decorresse neste pavimento, deveria estar envolvida por um clima de profundo e absoluto silêncio, demonstrando uma atitude de respeito por todos os que, na Biblioteca ou nos seus respectivos quartos, se dedicassem à leitura, ao descanso, ou mesmo à oração.

O piso superior permite, a partir do seu corredor, a entrada direta na atual Igreja do Bom Despacho, através de duas portas que lhe dão acesso, uma das quais ao consistório e a outra à área posterior do altar. Considerando que em toda a nossa investigação, não localizamos qualquer documento que, no que concerne à antiga Capela, aludisse a este pormenor, somos levados a depreender da existência, no passado, de uma forma de comunicação semelhante, uma vez que, a construção do Seminário a ela anexa, se prendia com a necessidade de um espaço de culto, adequado às liturgias com os alunos, missas, pregações e demais atividades previstas no seu plano de estudos.

Tal adaptação arquitetônica, no que respeita à geminação do Seminário com a Capela já existente, vem de encontro à abordagem feita por Magalhães sobre esta temática, quando afirma:

No que respeita às transformações arquitetônicas, é provável que as instituições particulares reflitam uma maior capacidade de iniciativa,

reajustando os espaços às necessidades de funcionamento, seja no quadro pedagógico e didático, seja no quadro da funcionalidade e da eficácia organizativas, por contraponto a instituições cujos objetivos e funções são submetidos aos condicionamentos da disposição e da volumetria espaciais.<sup>201</sup>

Nessa perspectiva, a disposição arquitetônica dos edifícios, a distribuição e ordenação dos espaços, a orientação estética e a acessibilidade, afetam não só o cotidiano educacional, quanto à sua materialidade e funcionalidade, mas também as representações e modos de estar, experienciar, relacionar-se com os outros e, sobretudo, planejar em comunhão com todos os membros de uma comunidade educativa.<sup>202</sup>

Os aposentos do Bispo, em nosso entendimento dispostos estrategicamente, proporcionavam-lhe a visualização de grande parte do entorno do Estabelecimento e a observação de quem dele se aproximasse, bem como controlar grande parte do próprio piso onde se situavam, através de qualquer das suas portas e, pelas janelas, acompanhar as atividades dos alunos, dado que, daí, avistava todo o espaço de recreio dos alunos, incluindo as áreas cobertas.

O término das obras do Seminário ocorreu somente no ano de 1882. Por ocasião do centenário comemorativo dessa instituição, Dom Orlando Chaves, assim se referiu ao Estabelecimento, no que respeitava à sua dimensão:

Dom José, varão de vistas largas, quis que a grandiosidade do edifício do Seminário refletisse a idéia que ele tinha da formação do Clero da Diocese. Escolheu o Engenheiro do Exército, Major Pedro Heitor, homem competente, para elaborar-lhe a planta, cabendo ao nobre Capitão Antônio de Cerqueira Caldas, mais tarde Barão de Diamantino, dirigir as obras. Por muitos anos seria o edifício mais grandioso da Capital e da Província. Hoje ainda pode ser observado em toda a majestade de suas alas: a fachada voltada para o Nordeste tem 39 metros por 13,50 metros, e a ala do Sudeste, 48 metros por 13 metros. A altura de 12 metros, em dois andares. A construção ocupa uma área de 1.150 metros quadrados, com 2.300 metros quadrados de pavimento nos dois andares. Os alicerces de pedra canga sustentam vigorosamente as paredes de 1 metro de largura e 12 metros de

---

<sup>201</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Op. cit.*, p. 142 - 143.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 144.

altura, de taipa socada. Seu perfeito estado, após 100 anos, atesta a solidez da construção.

A ampla escadaria de pedra, de 7 metros de largura, da fachada, com que se sobe da portaria do Seminário para a Igreja do Bom Despacho também é construção de D. José.<sup>203</sup>

A monumentalidade do edifício, permite compreender a longa demora da sua aperfeiçoada construção, que se prolongou por mais de duas décadas. Com uma constituição física robusta, formada por paredes maciças internas, feitas de taipa socada e externas feitas de adobe<sup>204</sup>, com a espessura de 1 metro, de modo a resistirem ao peso das grossas vigas de madeira nobre que constituem a estrutura que suporta o telhado, janelas e portas ogivais, em dois andares, cobertura de telhas coloniais, curvas e pesadas, esta construção, de estilo eclético e com as principais características góticas, sobreviveu ao tempo na sua plenitude, de modo que, decorridos 156 anos após o lançamento da sua pedra fundamental, o Seminário Episcopal da Conceição se impõe como uma das mais majestosas edificações de Cuiabá, constituindo, com a Igreja do Bom Despacho, do lado direito, a Cúria Metropolitana e o Palácio Episcopal, do esquerdo e a Santa Casa da Misericórdia em frente, um conjunto arquitetônico que distingue historicamente a atuação da Igreja Católica em Mato Grosso.

---

<sup>203</sup> Carta Pastoral escrita pelo Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, por ocasião do Centenário do Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá – Mato Grosso (1858-1958), p. 11-12. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 3086.

<sup>204</sup> Adobe ou adobe, consiste num bloco de barro seco ao sol, um pouco maior que o tijolo comum, sendo muito utilizado nas construções dos períodos colonial e imperial. Na Província de Mato Grosso era também designado por adobe.

## 4.2 A Administração do Seminário

O funcionamento das instituições educativas assenta em duas áreas educativas organizacionais diferenciadas no seu âmbito, porém, complementares e que tendem a especializar-se progressivamente, em torno de agentes decisivos: a área pedagógico-didática e a área administrativa.

Segundo Magalhães, objetiva-se na área pedagógica e didática, garantir uma adequada relação entre os diferentes intervenientes no processo educativo, nomeadamente professores, alunos e funcionários, determinante para o bom funcionamento de qualquer instituição, particularmente no que concerne à relação entre o corpo docente e o discente. Por outro lado, no que respeita à área de direção e gestão propriamente dita, tanto os alunos enquanto discentes, como os professores na qualidade de docentes são apoiados por aquele órgão administrativo, detentor da chefia e do poder, funções que se destacam pela sua natureza e cujo conhecimento se impõe, ainda que do ponto de vista histórico, a grandeza do funcionamento de uma escola não esteja circunscrito a esta estrutura.<sup>205</sup>

Torna-se, efetivamente, indispensável conhecer e descrever os órgãos de gestão de uma instituição, conhecer os canais de comunicação não apenas a nível interno, mas também do ponto de vista externo e conhecer, sobretudo, as relações de poder, as diferentes hierarquias e as instâncias com capacidade decisória. Importa conhecer e descrever o corpo docente, administrativo e auxiliar, no sentido de avaliar a forma como estes agentes, independentemente das funções que exercem, intervêm no processo educativo quer individualmente, quer em grupo ou representação e a forma como a escola se relaciona com a comunidade envolvente, bem como a interação recíproca que se estabelece entre estas duas instâncias e deter o conhecimento e a caracterização das relações existentes com os poderes regionais locais e com o poder central.<sup>206</sup>

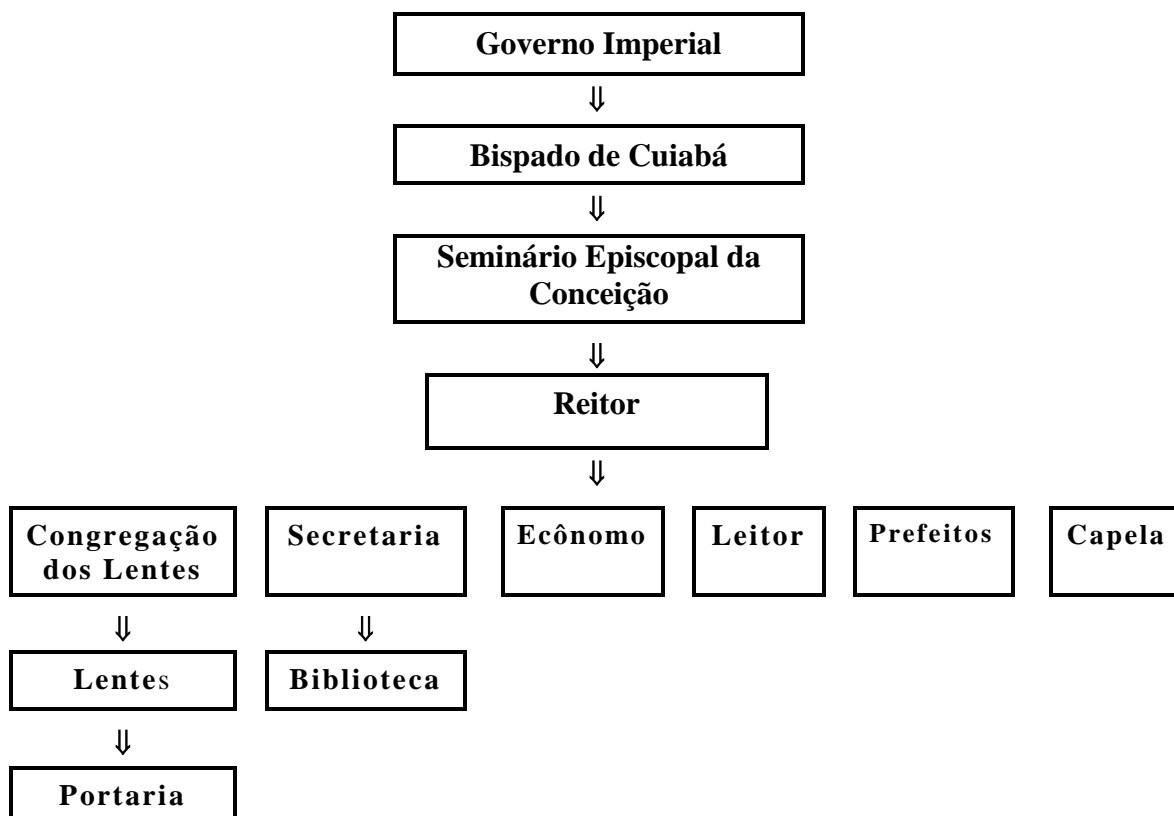
---

<sup>205</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Op. cit.*, p.104.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 144 – 145.

Como pode inferir-se através da observação atenta dos normativos externos e da generalidade dos Regulamentos Internos das escolas, as instituições educativas, no que concerne ao seu funcionamento e aos seus objetivos gerais, apresentam três tipos de estruturas bem diferenciadas: a estrutura física, a administrativa e a sociocultural, centrando-se as suas funções básicas, na dimensão sociocultural e realizando-se pela transmissão de saberes, pela produção de uma cultura científica e tecnológica, pela socialização e, sobretudo, pela interiorização de valores, consubstanciada na transformação de hábitos e na alteração de atitudes.<sup>207</sup>

A administração do Seminário Episcopal da Conceição cumpriu os preceitos estabelecidos pelos seus primeiros Estatutos datados de 1854, reformulados e substituídos pelos de 1863 e que, por sua vez, foram também alterados em 1865. Em conformidade com as últimas alterações neles introduzidas, a constituição orgânica da Instituição passou a ser a seguinte:



<sup>207</sup> Ibidem, p.145.

O **Governo Imperial**, na figura do Imperador, mantinha estreita relação com a Igreja Católica e, conseqüentemente apoiava financeiramente a edificação dos seminários brasileiros. No que concerne ao Seminário da Conceição, criado em Mato Grosso, o seu apoio foi decisivo para que as obras físicas se concretizassem. Posteriormente, quando no edifício já funcionava o conjunto de aulas, esse mesmo Governo passou, também, a intervir nas questões pedagógicas e até mesmo salariais dos professores, além de exercer uma continuada fiscalização dos Lentes e Clérigos.

O **Bispado de Cuiabá**, que tinha na figura de Dom José Antônio dos Reis, a autoridade religiosa mais importante da Província, encontrava-se subordinado a Roma (Vaticano) em primeira instância, mas também ao Governo Imperial, do qual recebia auxílio financeiro e estava ainda sujeito a cumprir as determinações que lhe eram impostas por aquele Governo, na esfera administrativa e pedagógica.

Esporadicamente, o Bispo oferecia informações ao Governo Provincial, quando dele recebia algum subsídio, especialmente no que se refere à prestação de contas. O Bispo, nessa medida, intermediava as relações entre os Governos Imperial e Provincial, sendo o Seminário responsável pela realização de concursos, contratação de professores, prestação de contas dos subsídios recebidos pelas Prelazias, pela Diocese e pela administração física e administrativa do Seminário. O Bispado correspondia, no âmbito do Seminário Episcopal da Conceição, à instituição que lhe dera origem e suporte durante a sua existência, constituindo-se na base da sua sustentação política e social.

Competia ao **Reitor**, a administração direta do Seminário, zelando pelo cumprimento dos seus Estatutos. Auxiliado por um grupo de religiosos e de leigos, o Reitor incumbia-se, não apenas da administração, mas também do desenvolvimento pedagógico do estabelecimento, podendo ser considerado a “alma” da instituição. Estava subordinado diretamente ao Bispo, ao qual prestava contas anualmente, através de pormenorizado relatório, onde constavam todas as informações respeitantes às atividades relativas ao Seminário.

Não havia até 1875, sido oficialmente nomeado, pelo Governo Imperial, um Reitor para a Instituição, tendo o Lente mais antigo, o Padre Ernesto Camillo Barreto, a pedido do



Bispo Dom José Antônio dos Reis, ocupado interinamente tal cargo, desde a criação daquele estabelecimento. Ao Reitor cabia a função de presidir à Congregação dos Lentes do Seminário, aos quais eram atribuídas muitas tarefas, que ocupavam quase toda a totalidade do seu tempo, como à época declarou em relatório, o Padre Ernesto:

A meu cargo tem estado a Reitoria interina do Estabelecimento. V. Ex<sup>a</sup>. sabe o como hei servido A meu cargo tem estado a Reitoria interina do Estabelecimento. V. Ex<sup>a</sup> sabe o como hei servido, e me permitirá que não adiante palavra tratando de mim mesmo. Estou pronto a qualquer serviço que o Seminário e V. Ex<sup>a</sup> exijam de mim, sem retribuição alguma, contentando-me com o meu honorário de Lente de Teologia, mas tão logo se estabeleça o internato é indispensável que o Governo Imperial atenda a esta necessidade e que seja eu dispensado desse ônus, pois além dos meus múltiplos trabalhos e da minha não boa saúde, não está em minhas forças abandonar a companhia da minha velha mãe, enferma em consequência da viagem que comigo fez da Bahia para aqui, quando fui chamado pelo Governo para reger as cadeiras de Dogma e Moral [...]. Com isto, Exm<sup>o</sup> Sr., não me quero eximir do trabalho, pelo contrário, farei mesmo qualquer sacrifício, ainda desta ordem, se ele for exigido de mim, mas quero somente anunciar que o motivo indicado me impossibilitará de residir constantemente dentro do Seminário, como é indispensável ao Reitor.<sup>208</sup>

Desde 1878 até 1888, o reitorado foi exercido pelo Padre Antônio Henriques de Carvalho Ferro, à época, Lente de História Sagrada, Teologia Exegética e Liturgia.<sup>209</sup>

Criada pelos primeiros Estatutos, à **Congregação dos Lentes** cabia inspecionar e fiscalizar os estudos, a abertura e encerramento das aulas, marcar os dias de reparações, conferências, exames trimestrais e finais, assim como lhe competia a resolução de outros assuntos ligados diretamente ao desenvolvimento pedagógico do Seminário. Deveria reunir-se ordinária e extraordinariamente para a tomada de decisões que eram registradas em livro de atas especialmente dedicado às suas atividades. A Congregação tinha relativa autonomia perante a administração, principalmente, devido ao fato de, o seu Presidente, Pe. Ernesto Camillo Barreto exercer, cumulativamente, o cargo de Reitor.

---

<sup>208</sup> Relatório apresentado pelo Reitor Interino do Seminário Episcopal da Conceição, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, fl. 3v-4. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>209</sup> Jornal *A Cruz*. “O Seminário Episcopal da Conceição”, nº 1042, p. 2-3. Cuiabá, 21 de agosto de 1932. APMT – Acervo de Jornais.

Integravam a Congregação dos Lentes do Seminário, entre os anos de 1863 e 1866, o Padre Ernesto Camillo Barreto (na categoria de Reitor/Presidente), o Cônego Joaquim da Silva Rondon mestre de Língua Latina e, posteriormente, substituído pelo Padre João Leocádio da Rocha, o Cônego Manuel Pereira Mendes, professor de História Eclesiástica e Instituições Canônicas, o Padre Mestre Bernardino José Soares, a quem cabia a regência das aulas de Retórica e Eloquência Sagrada, depois substituído pelo Padre José Maria Viegas, o Bacharel João Carlos Ludovico Othon Schulze, Lente de Filosofia Racional e Moral, José Joaquim Rodrigues Calháo, professor de Gramática Francesa e o Padre Mestre Antônio Henriques de Carvalho Ferro, Lente de História Sagrada, Teologia Exegética e Liturgia.<sup>210</sup>

Os professores, designados por **Lentes**, eram os responsáveis diretos pelo ensino das disciplinas oferecidas pelo Seminários. A sua nomeação era feita pelo Bispo, mediante concurso e autorização posterior do Governo Imperial. Tinham participação ativa nas decisões pedagógicas do estabelecimento, uma vez que participavam diretamente ou se faziam representar junto à Congregação dos Lentes. A maioria dos professores do Seminário era composta de religiosos da Ordem Secular, sendo que uma parcela diminuta congregava civis, em geral Bacharéis formados nos cursos superiores do Império ou da Europa. Alguns ex-alunos do Seminário Episcopal da Conceição, na circunstância os que mais se destacaram, tornaram-se professores como foi o caso de Antônio Catilina da Silva e dos Padres Henriques de Carvalho Ferro e João Leocádio da Rocha.

Os padres que se dedicavam ao ensino nos Seminários eram denominados de itinerantes e, só após doze anos de exercício efetivo, recebiam o título de padres-mestres, designação que se aplicava aos padres respeitáveis, dotados de mérito e saber, manifesto durante o primeiro ano probatório.<sup>211</sup> Os padres-mestres constituíam a maioria do corpo docente, o que garantia uma maior uniformidade metodológica e filosófica dos cursos, considerando que, na concepção do século XIX:

---

<sup>210</sup> Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1866), Sessão de 27 de janeiro de 1863, fl. 1. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150A, Doc. 1B.

<sup>211</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. Trad. Antônio Chizzotti. São Paulo/Brasília: EDUC/INEP – MEC, 1989, p. 171.

Educar era a ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação. Era assim o complemento do ato de instruir, que propiciava a cada indivíduo os germes de virtude e a idéia dos seus deveres como homem e cidadão. Instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras – quiçá e fundamental – de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil.<sup>212</sup>

Os padres-mestres, além de assumirem parte significativa das aulas, também se dedicavam à administração, orientação e supervisão escolares, além da catequese e assistência religiosa em geral. O Lente mais antigo do Seminário foi o Padre Ernesto Camillo Barreto, detentor de um dos mais elevados títulos outorgados pela Igreja Católica – o de Protonotário Apostólico – que, segundo Virgílio Corrêa Filho:

Os Protonotários Apostólicos, ou oficiais da Cúria romana, têm uma hierarquia superior à de todos os notários: recebem os documentos dos consistórios públicos e os expedem em forma; registram os atos pontíficos e cuidam na sua expedição. São apenas sete, e tem o direito de usar vestes roxas. É o cargo da mais alta confiança; o seu depositário deve gozar da maior intimidade do chefe do Vaticano e, no caso vertente, a distinção sobre tanto mais de valor ao saber-se ter sido ela conferida por Pio IX, justamente o Papa proclamador do dogma da infabilidade pontífica, requerendo, portanto, muito maior cuidado e argúcia à redação dos decretos papalinos.<sup>213</sup>

Os Lentes auferiam um salário anual de 1:200\$000 desde a promulgação do Decreto nº 1.149, de 13 de abril de 1853, através do qual foram criadas as primeiras cadeiras de Dogma e Moral. Esse piso salarial estendeu-se às demais disciplinas criadas pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, excetuando a de Liturgia e Canto, cujo ordenado era de 1:000\$000.

Para cada disciplina havia um professor substituto que lecionava na ausência do titular, ocasião em que era descontado um terço do ordenado do substituído em favor do

---

<sup>212</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987, p. 264 - 265.

<sup>213</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Baianos em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT (Publicações Avulsas – 7), 1998, p. 25.

substituto. Segundo esse último Decreto, após os três primeiros anos de exercício, os Lentes deixariam de ser interinos, passando a vitalícios.<sup>214</sup>

O Governo Imperial promulgou, no ano de 1863, um novo Decreto, de nº 3.073, datado de 22 de abril do mesmo ano, segundo o qual uniformizou todos os Seminários do Império. Semelhante legislação descontentou os Lentes do Seminário Episcopal da Conceição, dado que o salário de todos eles passaria a ser de 1:000\$000, reduzindo-os em 200\$000. Além dessa alteração, o referido Decreto anulava a vitaliciedade nos cargos, podendo os mestres ser demitidos a qualquer momento.<sup>215</sup>

Através de uma representação feita junto do Governo Imperial, a Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição reagiu a essas determinações, manifestando-se contra os artigos do citado Decreto, que resultavam em prejuízo para os mestres daquele Seminário mato-grossense. Por seu intermédio, solicitavam a preservação do antigo ordenado e a manutenção da vitaliciedade dos cargos. Semelhante reivindicação foi entregue ao Presidente da Província de Mato Grosso, Herculano Ferreira Pena, a 13 de agosto de 1863, solicitando que o mesmo a enviasse ao Governo Geral e intercedesse em favor da petição. Assim dizia a representação:

Senhor. – A Congregação dos Lentes do Episcopal Seminário da Conceição da Diocese de Cuiabá, abaixo assinados, a que foi presente, para a devida execução, o Decreto nº 3.073 de 22 de abril deste ano, obedecendo às ordens do Governo Imperial, vem todavia com o mais profundo respeito e acatamento, ante o trono de Vossa Majestade, reclamar contra as disposições dos Artigos 7, 8, 9 e 11 como retroactivos às Leis e Decretos anteriores, que lhe garantiam não só a vitaliciedade após de três anos de efetivo exercício, como o ordenado de hum conto e duzentos mil réis anuais [...]. As razões, Imperial Senhor, em que se firmam os Lentes do Seminário Episcopal de reclamar contra os artigos 7, 8, 9, que nulificam as garantias de vitaliciedade concedidas pelos Decretos nº 2.245 de 15 de setembro de 1858, e outros, que criaram cadeiras de ensino nos demais Seminários do Império, são as seguintes:

Primeira: A força retroativa que fazem estes Artigos 7, 8, e 9 – contra as disposições dos Decretos anteriores.

Segunda - É certo, Imperial Senhor, que a garantia da vitaliciedade salvaguarda o futuro do servidor do Estado da miséria, e o coloca no presente superior aos caprichos. Estes incentivos lhe dão coragem para prosseguir com

<sup>214</sup> Decreto Imperial nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, Artigos 2º, 3º e 4º. IMPL – Acervo de Leis do Império.

<sup>215</sup> Decreto Imperial nº 3.073, de 22 de abril de 1863, Artigos 7º, 8º, 9º e 11º. IMPL – Acervo de Leis do Império.

dedicação no magistério, e vencer as dificuldades que por ventura lhe apresentem [...].

Os Lentes das diversas Academias e Faculdades do Império, cujas obrigações não são mais amplas, nem mais oneradas de responsabilidades que as dos Seminários Episcopais, especialissimamente desta Diocese, em face dos Novos Estatutos de 15 de janeiro do corrente ano, pelos quais se regem, além de um ordenado quase triplicado, e da diferença das comodidades da vida nas Províncias em que vivem, em relação à esta, gozam da vitaliciedade e com direito a jubilação.

Iguais garantias fruem os do Colégio de Pedro 2º e os Professores Públicos, de instrução primária em quase todo o Império, inclusive os desta Província [...].

Nestas assaz plausíveis razões, Imperial Senhor, a Congregação dos Lentes do Seminário desta Diocese, onde nenhum pessoal habilitado existe, além do atual, na maior parte adquirido de outras províncias, com sacrifícios mesmo pecuniários, vê a extinção do Seminário Episcopal, único elemento de instrução secundária na Província; pois que aconselhando a prudência a retirada dos atuais para outros empregos, que lhes garantam o futuro, não cre que de outras províncias Seculares ou Eclesiásticas venham prover a demanda de tais cadeiras, com não pequeno dispêndio de viagem e na incerteza da aprovação ou reprovação no concurso, e sobretudo, em conhecimento que nem essas despesas, nem esse concurso lhes servirão servirão de garantia, porque a qualquer hora e em qualquer dia, podem ser demitidos ou declarados não convenientes na continuação no magistério, ficando assim entregues à miséria quando mesmo, por ato contrário às suas vontades, sofram uma enfermidade que os inabilite para o trabalho [...].

O artigo 11 do Decreto nº 3073, Imperial Senhor, além de retroativo para com os Lentes, de Teologia Dogmática, Teologia Moral, Instituições Canônicas e História Eclesiástica, consigna um ordenado insuficientíssimo para ocorrer às despesas mais urgentes da vida, nesta Província, onde os gêneros alimentícios ainda mesmo nos tempos de maior abundância vão ao duplo dos das demais Províncias, motivo, por sem dúvida, porque o exército e a marinha aqui são mais bem aquinhoados, que nas outras [...].<sup>216</sup>

Apensas a ela, a Congregação dos Lentes do Seminário elaborou ainda duas tabelas, constando da primeira, a relação dos preços dos gêneros alimentícios correntes no mercado do 1º Distrito de Cuiabá e da segunda, o resultado da despesa mínima feita mensalmente por um indivíduo e seu criado, calculando tudo pelo menor preço, assim como apresentando, para comparação, a despesa anual indispensável para a sua subsistência. O resultado foi surpreendente: só com a compra de alimentos, velas, água para beber e para lavagem, sal e

---

<sup>216</sup> Representação feita ao Governo Imperial pelos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição contra alguns artigos do Decreto Imperial nº 3.073, de 22 de abril de 1863. Cuiabá, 13 de agosto de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fls. 6v a 8v. ACBM - Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

pagamento com os serviços de lavagem de roupa gastava-se, mensalmente, 141\$490, o que ao final de um ano perfazia o somatório de 1:697\$880. Adicionando-se a estas, outras despesas imprescindíveis, como roupa, calçados, chapéu, batina, transporte e material de escritório, acresciam mais 442\$000. O total de ambas as despesas era de 2:139\$880. Comparando essa quantia com o salário estabelecido pelo Decreto nº 3.073, que era de 1:000\$000, o déficit era de 1:139\$880.<sup>217</sup>

A solicitação da Congregação dos Lentes não surtiu o efeito desejado. Um ofício enviado ao Bispo pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Coronel Manuel Albino de Carvalho, de 30 de novembro de 1863, incluía a cópia autêntica do Aviso do Ministério do Império, de 11 de outubro do mesmo ano, indeferindo a citada representação.<sup>218</sup>

O corpo docente do Seminário era, no ano de 1865 composto pelos seguintes mestres e seus substitutos:

---

<sup>217</sup> Ibidem, fls. 9 a 10.

<sup>218</sup> Ofício do Bispo de Cuiabá ao Presidente da Província de Mato Grosso, acusando o recebimento de cópia do Aviso do Ministério do Império, indeferindo a representação feita ao Imperador pela Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 473.

<b>Aulas</b>	<b>Proprietários</b>	<b>Substitutos</b>
Latim	Pe. João Leocádio da Rocha	Joaquim José Rodrigues Calháo
Francês	Joaquim José Rodrigues Calháo	Pe. José Maria Viegas
Filosofia Racional e Moral	Bel. João Carlos Schulze	Pe. Ernesto Camillo Barreto
Retórica e Eloquência Sagrada	Pe. José Maria Viegas	Cônego Manuel P. Mendes
Liturgia Sagrada	Vaga	Pe. Antônio H. de C. Ferro
Cantochão	Vaga	Vaga
Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos	Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro	Pe. Ernesto Camillo Barreto
História Sagrada	Vaga	Pe. Ernesto Camillo Barreto
História Eclesiástica	Vaga	Cônego Manuel P. Mendes
Instituições Canônicas	Cônego Manuel P. Mendes	Pe. Ernesto Camillo Barreto
Teologia Moral	Pe. Antônio H. de C. Ferro	Pe. Ernesto Camillo Barreto
Teologia Dogmática	Pe. Ernesto Camillo Barreto	Pe. Antônio H. de C. Ferro

Fonte: Quadro referente ao ano de 1865, elaborado a partir do quadro nº 9 do Livro de Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), p.49v. ACBM - Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

Podemos observar, pela tabela acima, que o corpo docente do Seminário era composto, quase totalmente, por clérigos que, além dos afazeres do Seminário, prestavam serviços na Diocese.

A **Secretaria**, repartição responsável pela escrituração interna do Seminário, expedição de ofícios, diplomas, assentamento das matrículas, etc., detinha verbas próprias, resultantes da cobrança de taxas pelos serviços prestados na expedição dos documentos acima descritos e aplicada na aquisição de materiais de expediente, ideia implementada pelo Padre Ernesto Camillo Barreto que, com base no que sucedia em grande parte dos seminários do Império, argumentava nos termos seguintes:

Os costumes dos outros Seminários do Império e das Academias me autoriza a fazer esta proposta, se bem que em grau menos oneroso. Parece-me que se não podem scandalizar os pais de família, porque não lhes pesando outro

ônus e gozando dos cômodos da instrução, justo é que suportem este pequeno incômodo, se incômodo se pode chamar.<sup>219</sup>

Antes de tal decisão, a despesa da Secretaria ficava a cargo dos próprios professores e do Bispo. Os alunos que comprovassem pobreza, no momento da cobrança das taxas, poderiam isentar-se delas. O Secretário responsabilizava-se, não somente pelos serviços da Secretaria, como também pelos da Biblioteca do Seminário.

<b>Tabela dos Emolumentos da Secretaria conforme os Estatutos de 1865</b>	
Matrícula de cada aula	R\$ 5\$000
Diploma de aprovação	R\$ 3\$000
Certidão	R\$ 3\$000
Atestado	R\$ 3\$000
Passe	R\$ 1\$000

Fonte: Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição, modificados em 02 de janeiro de 1865 – Anexo I. APMC, Cx. 139.

Em 1863, a Secretaria possuía treze livros (além de sete velhos livros de arquivo, requerimentos, etc.), nomeadamente, dois de Matrículas, sendo um do Curso Preparatório e outro do Curso Teológico, dois de Termos de Exames, um das Atas da Congregação, um de Registro das Deliberações do Bispo, um outro para Registro dos Casos de Consciência propostos em Conferência, um de Expediente, um de Ponto, um para Registro das Atas dos

---

<sup>219</sup> Relatório do Movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, fl. 16v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.



Concursos às cadeiras vagas do Seminário e um último de Registro das Obras Existentes na Biblioteca. Todos esses livros eram escriturados pelo Secretário e por ele rubricados.<sup>220</sup>

No ano de 1869, a mesma contava já com mais alguns livros, entre os quais, o de Matrícula dos Lentes, o de Registro das Orações de Sapiência e o livro da História do Seminário.<sup>221</sup>

A Biblioteca do Seminário reunia um acervo bibliográfico acumulado ao longo da sua existência, constituindo-se um local privilegiado de estudos e pesquisas. Entre os anos de 1864-1865, tal acervo possuía as obras seguintes:

<b>Quadro das Obras pertencentes à Biblioteca do Seminário (1865)</b>				
<b>N.º</b>	<b>Obras por Área</b>	<b>1864</b>	<b>1865</b>	<b>Acréscimo</b>
1	Teologia	34	36	2
2	Filosofia	9	9	-
3	Jurídicas	22	23	1
4	Matemática e Geografia	10	10	-
5	História e Política	13	14	1
6	Linguística	5	5	-
7	Jornais	12	14	2
8	Diversos e brochuras	17	24	7
9	Soma	122	135	13

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), Quadro nº 8, fl.47v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

De acordo com os últimos Estatutos, reformulados em 1865, a Biblioteca do Seminário deveria reunir todos os compêndios e clássicos admitidos nas aulas dos Cursos Preparatórios e Teológicos, um catálogo ordenado das obras que lhe pertencessem e um caderno de carga e descarga dos livros. Nenhuma obra ou volume poderia ser retirado para

<sup>220</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 16. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>221</sup> Relatório do Movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis. Cuiabá, 27 de janeiro de 1870, fl. 23. APMC, Cx. 139.

fora do Seminário sem licença especial, sendo que, aos que fossem concedidas tais licenças, o Reitor deveria exigir um recibo da obra ou volume, passado no caderno, no qual se faria também a descarga, quando os mesmos fossem devolvidos. Os Lentes poderiam utilizar as obras existentes para as suas consultas, desde que não os levassem para fora do Seminário.<sup>222</sup>

A Secretaria e a Biblioteca ficaram muito tempo sob os cuidados do Bacharel João Carlos Ludovico Othon Schulze. Com o seu falecimento, em 1866, o cargo foi ocupado pelo então Vice-Secretário, Padre Antônio Henriques de Carvalho Ferro.

O **Ecônomo** deveria ser uma pessoa de boas práticas, de confiança e nomeado pelo Reitor. Este funcionário deveria morar no Seminário, ser responsável por fazer as compras ordenadas pelo Reitor, cuidar do asseio da cozinha, refeitório, enfermaria, corredores, salas e cubículos do Seminário, assim como da capela, zelar sobre o cultivo e plantação do quintal do Seminário, velar sobre as chaves da despensa, cozinha e refeitório (pelas quais era responsável), bem como sobre as portas e janelas e mais lugares que se prestassem a entrada ou saída furtivas.<sup>223</sup>

O **Leitor** era um seminarista de boa conduta, selecionado semanalmente pelo Reitor. Cabia-lhe, durante a sua incumbência, tocar no sino da capela os sinais estabelecidos no horário interno, capitular o ofício de Nossa Senhora pela manhã e à tarde, além das orações que se faziam no coro, fazer a leitura dos Estatutos perante a comunidade quando fosse solicitado pelo Reitor, pedir a bênção da mesa do refeitório e ler ali, por algum tempo, algum livro de ensinamento espiritual ou sobre a vida do santo do dia.<sup>224</sup>

Os **Prefeitos** eram nomeados dentre os seminaristas internos mais graduados, ou dentre os de melhor comportamento e da mais alta confiança do Reitor. Competia-lhes velar sobre os seminaristas e impedir que houvesse confusões entre eles, manter a ordem e a dignidade nos atos de comunidade, em que não estivesse presente o Reitor. Deveriam ainda encarregar-se das alfaias da sacristia, onde uns serviriam de Sacristão-Mor, cuidariam do

---

<sup>222</sup> Estatutos Modificados em 2 de janeiro de 1865, Capítulo XXXVI, Artigos 127 – 130. ACMC, Cx. 139.

<sup>223</sup> Estatutos Modificados de 2 de janeiro de 1865, Capítulo XXVII, Artigo 109, § 1-5. ACMC, Cx. 139.

<sup>224</sup> Ibidem, XXXV, Artigo 125. ACMC, Cx.139.

asseio da capela, dormitórios, corredores e salas do edifício, e deveriam comunicar ao Ecônomo as faltas que encontrassem para serem supridas.<sup>225</sup>

Na **Capela** do Bom Despacho, construída muito antes do lançamento da pedra fundamental do Seminário e localizada na colina com o mesmo nome, funcionaram as aulas do Seminário desde o ano de 1854 até que o edifício tivesse condições físicas para abrigá-las. Tendo sido esse estabelecimento edificado ao lado da Capela, coube ao Seminário a sua administração e a gestão dos seus proventos, tornando-se, por sua vez, parte dele, dado que o mesmo se destinava, prioritariamente, à formação sacerdotal.

A afluência de público às missas celebradas na Capela estava diretamente relacionada com os discípulos do Seminário, podendo daí deduzir-se que eram os alunos que participavam, com maior assiduidade, dos eventos nela realizados, através da realização de coros, como auxiliares na celebração das missas, ou mesmo para oração, prática cotidiana do Seminário, por vezes individual e, com frequência, realizada na Capela.

Desde a sua fundação até ao ano de 1865, foi seu zelador, o Vigário Geral, Revdº. Manuel Francisco de Araújo, sendo que, a partir desta data, ficou aos cuidados do Pe. Ernesto Camillo Barreto. Era mantida com os poucos recursos advindos das esmolas oferecidas pelos fiéis, pelos pais dos alunos e até mesmo por algumas famílias que tinham os seus entes queridos sepultados no interior daquele templo. Porém, após o Regulamento de 28 de junho de 1864, proibindo o enterramento nos consistórios das capelas e igrejas, ficou a mesma “[...] reduzida a extrema pobreza”.<sup>226</sup> Para a sua manutenção, a partir desse período, teve o Padre Ernesto de solicitar que alguns devotos oferecessem vinho, hóstias e azeite para a celebração dos ofícios divinos. Por outro lado, com as esmolas doadas nas missas e, sobretudo, com recursos próprios, Camillo Barreto comprava cera e incenso.

Em 1869, o estado físico da Capela do Bom Despacho encontrava-se bastante fragilizado, dado que o forro do telhado estava degradado, muitas telhas se encontravam quebradas e o barro das paredes estava caindo devido às fortes chuvas de setembro. O restauro

---

<sup>225</sup> Ibidem, XXXIV, Artigos 123 – 124. APMC, Cx. 139.

<sup>226</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863 – 1865), fl. 45. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

de que necessitava foi feito com os legados deixados por Dona Isabel Nunes da Cunha e José Maria do Espírito Santo, perfazendo um total de 1:881\$125.<sup>227</sup>

A obra *Notícia Sobre a Província de Matto Grosso Seguida D'Um Roteiro da Viagem da Sua Capital a São Paulo* (1869), de autoria do viajante português Joaquim Ferreira Moutinho, é a única conhecida até aos dias de hoje, que descreve a Capela do Bom Despacho. Ao visitá-la, no contexto de um alargado percurso que fez, pelos diversos edifícios então existentes na cidade, descreve-a do seguinte modo:

[...] seguindo pela rua dos Pescadores até o alto do Mundéo, subamos as escadas do Seminário

até o pórtico da igreja do Bom Despacho, e gozemos a vista excelente e pitoresca da cidade de Cuiabá que se estende em baixo na planície.

Ao inverso de todos os outros templos, o exterior deste é mais notável que o interior.

Foi retocado há pouco tempo por ordem do Exmo. Bispo sendo bem acabada a sua fachada. O interior é pobre e singelo. No seu único altar está a imagem de Nossa Senhora do Bom Despacho, e nos nichos laterais as imagens de S. Bento e Santa Rita.

Apesar porém da sua pobreza há nele bastante decência, e mais tarde certamente será um dos melhores; porque S. Exc. Rvdma. tenciona metê-lo em obras, logo que conclua as do Seminário Episcopal que lhe fica adjunto, e que é uma obra monumental que se está construindo debaixo de sua imediata inspeção, ajudado pelo Sr. Antônio de Cerqueira Caldas.<sup>228</sup>

A festa de Nossa Senhora do Bom Despacho era comemorada anualmente no mês de setembro. Durante o evento era, por norma, realizada uma quermesse, cujos lucros revertiam em favor da Capela, sendo grande parte do valor conseguido, proveniente das doações dos próprios professores do Seminário.<sup>229</sup>

O **Porteiro** era o funcionário responsável pela abertura e fechamento da porta principal do Seminário e das aulas, nas horas das lições, pelo registro da presença dos

---

<sup>227</sup> Relatório Anual do Movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de janeiro de 1870, fl. 23. APMC, Cx. 139.

<sup>228</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Op cit.*, p. 60 - 61.

<sup>229</sup> Entre 1918 e 1922, a Capela do Bom Despacho foi demolida e, em seu lugar, sob projeto do arquiteto francês Leon Joseph Louis Mousnier, foi erguida uma majestosa igreja de estilo neogótico, cuja arquitetura se assemelha à da Catedral de Notre Dame de Paris.

professores e pelo controle do ponto destes, assim como pelo asseio do estabelecimento. De acordo com os Estatutos de 1863, que criavam oficialmente este e outros cargos, o porteiro deveria ser escolhido de entre os homens moralmente íntegros, devendo dedicar-se exclusivamente ao seu ofício.<sup>230</sup>

Desde a fundação do Seminário, até ao ano de 1874, não havia sido contratado formalmente aquele funcionário, sendo que o elemento que fazia, extra-oficialmente, as tarefas que lhe cabiam, era pago pelos próprios professores, que se quotizavam. Durante esse período, o Pe. Ernesto Camillo Barreto, em continuados pedidos, alegava que os professores, considerando os seus modestos ordenados, não dispunham de condições financeiras para suportar tal despesa.

---

<sup>230</sup> Relatório Anual do Movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José António dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de janeiro de 1870, fl. 44. APMC, Cx. 139.

### 4.3 Os Estatutos

Criado em 1853, junto do Bispado de Cuiabá e, constituído ainda de forma incipiente, porquanto era composto apenas pelas cadeiras de Teologia Dogmática e Teologia Moral<sup>231</sup>, o Seminário Episcopal da Conceição não necessitou de Estatutos, visto que as referidas cadeiras só foram oficialmente instaladas no ano seguinte.

Em 15 de setembro de 1854 foram promulgados, pelo Bispo Diocesano, Dom José Antônio dos Reis, os seus primeiros Estatutos, que receberam aprovação do Imperador em 19 de janeiro de 1856, exigindo que os compêndios didáticos adotados, após serem propostos pelo Bispo, mereceriam aprovação do Governo Geral, determinação que foi reforçada pelo Aviso emitido pelo Ministério da Justiça:

Sua Majestade o Imperador, de conformidade aom sua Imperial Resolução  
Sua Majestade o Imperador, de conformidade com a Sua Imperial Resolução  
de cinco do mês passado, tomada sobre consulta da sessão de Justiça do  
Conselho de Estado, houve por bem aprovar os Estatutos do Seminário  
Episcopal desse Bispado; com uma cláusula, porém, de que V. Ex<sup>a</sup> deverá  
propor os compêndios a fim de serem aprovados pelo Governo Imperial.<sup>232</sup>

Esse Estatuto era composto por 7 capítulos, com um único artigo e 48 dispositivos. Segundo Alves, os dispositivos não se denominavam artigos, pois eram precedidos do símbolo correspondente ao atual parágrafo (§), sendo referidos como estatutos, técnica legislativa que marcou a norma estudada como um todo.<sup>233</sup> Esses dispositivos estavam ordenados sequencialmente, sem serem precedidos de considerações de ordem geral que os introduzisse. Vejamos o que preceituava o primeiro Estatuto do Seminário Episcopal da Conceição.

---

<sup>231</sup> Criadas pelo Decreto Imperial nº 1.149, de 13 de abril de 1853.

<sup>232</sup> Aviso do Ministério da Justiça ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, comunicando a aprovação dos Estatutos do Seminário. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1856. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 939 G.

<sup>233</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *Op. cit.*, p. 93.

O **Capítulo I**, denominado *Da Admissão e Ingresso dos pretendentes ao Seminário*, integrava 12 dispositivos, sequencialmente ordenados, do § 1 ao § 12. Somente este capítulo era precedido de um artigo único: *Habilitações dos Seminaristas, sua admissão e vestido*. O primeiro deles estabelecia o seguinte:

Todo e qualquer pretendente ao Estado Eclesiástico será obrigado de hora em diante a estudar no nosso Seminário Episcopal Teologia Dogmática e Moral para o quê requerer-nos-á, primeiramente, munindo o seu requerimento de uma certidão de batismo ou, na falta desta, com a justificação do mesmo, ajuntará também atestado do Pároco do domicílio, que comprove sua conduta religiosa e moral, além de folhas corridas em um e outro foro.<sup>234</sup>

Como pode observar-se nesse item, havia uma rigorosa preocupação com a idoneidade moral e religiosa do postulante à carreira eclesiástica, quesito fundamental para o seu ingresso, não só nesse estabelecimento de ensino, mas nos demais do Império. O certificado de batismo era um documento importante, tendo o valor da atual certidão de nascimento. Nele constavam todos os dados do candidato, nome dos pais e dos avós, data e local de nascimento, devendo ser facultado pelo Pároco da localidade onde o postulante residisse. Devemos ter em conta que, para ingressar no Curso Teológico, de nível superior, o candidato deveria, necessariamente, estar habilitado com as disciplinas preparatórias.

Os exames seletivos, a realizar pelos candidatos, e tudo o que concerne ao processo de avaliação, matrícula, abertura das aulas e vestimenta dos seminaristas, são tratados nos dispositivos seguintes. Após o período de inscrição, os pretendentes deveriam apresentar-se, como aptos a exame, junto ao Lente de Teologia, que se incumbia de marcar a data e hora, bem como comunicar tal acontecimento à Congregação dos Lentes.<sup>235</sup>

Os postulantes deveriam, para serem admitidos no Seminário, submeter-se aos exames preparatórios, considerados pré-requisitos aos estudos superiores, nomeadamente, de Gramática Latina, Gramática Francesa e Filosofia. Nessa conjuntura, eram convocados dois

---

<sup>234</sup> Estatuto do Seminário Episcopal da Conceição, promulgado a 15 de setembro de 1854. Capítulo I, § 1. ACMC, Cx. 139.

<sup>235</sup> Ibidem, § 2.

sacerdotes, competentes nessas áreas de conhecimento, a fim de elaborar as provas e, posteriormente emitirem os seus votos quanto à aprovação ou reprovação dos candidatos.<sup>236</sup>

Efetuados os exames, o Lente lançava as notas individualmente, num livro de registro, confeccionado para essa finalidade, recolhendo as assinaturas de todos os examinadores. O aluno reprovado somente poderia prestar novo exame no ano seguinte.<sup>237</sup>

A concretização da matrícula dos alunos aprovados exigia um despacho expedido pelo Lente, relativo às notas dos exames, declaração de idade, dispensa de ilicitude (se existisse) e naturalidade.<sup>238</sup>

O uso diário da batina ou hábito clerical era uma regra imposta ao aluno seminarista, sendo o estatuto extremamente rígido nessa questão: “[...] não poderão comparecer nas aulas com outra vestimenta sob a pena de serem expulsos do Seminário”.<sup>239</sup>

O **Capítulo II**, denominado *Do Lente de Teologia*, integrava 4 dispositivos (§13 ao §16), todos alusivos às obrigações que o Lente deveria prestar objetivando o pleno funcionamento do estabelecimento. Assim determinava o §13:

O Lente é obrigado a dar as mais prontas providências para manter a ordem e o respeito dentro da sala de aula, e bem assim a inteira execução dos presentes Estatutos, devendo fazer-nos cientes de qualquer necessidade, acontecimento, alteração ou infração que por sua gravidade convenha chegar ao nosso conhecimento.<sup>240</sup>

Aos Lentes cabia uma série de atribuições oriundas da sua função de educadores, devendo encarregar-se da matrícula dos alunos, no início de cada ano letivo e apresentar uma relação de todos eles, com declaração das datas dos seus despachos, dispensas obtidas, dados pessoais, etc.<sup>241</sup> Atribuímos essa série de funções ao fato de que, até a data da aprovação dos

---

<sup>236</sup> Ibidem, § 3.

<sup>237</sup> Ibidem, § 4 - 5.

<sup>238</sup> Ibidem, § 8.

<sup>239</sup> Ibidem, §12.

<sup>240</sup> Ibidem, II, §13.

<sup>241</sup> Ibidem, §14 e §15.



Estatutos, o Seminário ainda não dispunha de uma Secretaria, repartição que, mais tarde, se incumbiria dessas tarefas.

O **Capítulo III**, denominado *Obrigações dos Seminaristas*, incluía 5 dispositivos (§7 ao §21), tratando dos deveres dos seminaristas em relação à religião, a Deus e à fé. Partindo desses pressupostos, o Seminário impunha aos alunos uma rotina para a observância das formalidades exigidas àqueles que aspiravam seguir a carreira religiosa. Todos os meses, incluindo as férias, os seminaristas deveriam confessar-se, sob pena de ficarem privados da ordenação correspondente ao referido ano.<sup>242</sup>

Assistir à missa cantada e ao sermão do pároco, na Igreja Matriz, era mais uma obrigação que lhes era imposta, aos domingos do Advento e da Quaresma, devendo participar dos ofícios aí realizados durante a Semana Santa e Páscoa. Careciam, também, de comparecer às missas conventuais, para que o sacerdote pudesse informar sobre a conduta religiosa de cada um.<sup>243</sup>

O §21 estabelecia que, na procissão de Corpus Christi, os seminaristas deveriam revestir-se de sobrepeliz, formando ato de comunidade diante das cruzes paroquiais ou como lhes determinasse o mestre de cerimônias.<sup>244</sup>

O **Capítulo IV**, sob a denominação *Do Ensino do Curso Teológico*, era composto de 11 dispositivos (§22 ao §33) e versava sobre o funcionamento das cadeiras de Dogma e Moral, tempo de duração, compêndios adotados e aprovados, seus professores substitutos, data de início do ano letivo e critérios para o abono das faltas.<sup>245</sup>

O **Capítulo V**, denominado *Do Seminário*, era composto de 5 dispositivos (§33 ao §37). O §33 estabelecia: “Enquanto Sua Majestade Imperial não houver por bem conceder um edifício próprio para o nosso Seminário, as aulas terão lugar em casa de nossa residência”.<sup>246</sup>

---

<sup>242</sup> Ibidem, III, §17 e §18.

<sup>243</sup> Ibidem, §19 e §20.

<sup>244</sup> Ibidem, §21.

<sup>245</sup> Abordaremos essa temática com maior profundidade no momento em que tratarmos do Plano de Estudos.

<sup>246</sup> Ibidem, V, §33.

Os §§ 34, 35 e 36 aludiam às sabatinas, chamadas de recapitulação dos conteúdos, das lições de Dogma e Moral, dispondo também sobre sua imposição tanto aos matriculados quanto ao clero em geral. O §37 determinava a realização de uma conferência a cada mês, a cargo dos alunos, devendo o Lente nomear ou sortear dois estudantes para a concretização de tal tarefa. Essa conferência circunscrevia-se a uma espécie de palestra ou aula expositiva onde o aluno deveria discursar sobre o conteúdo já explicado pelo mestre.

O **Capítulo VI**, *Os Métodos dos Exames*, compreendia 8 dispositivos (§38 ao §45). Como o próprio título enuncia, referia-se exclusivamente aos exames a serem prestados pelos seminaristas ao final de cada ano, suas datas, horas e local, assim como os pontos sorteados e método avaliativo.<sup>247</sup>

O último Capítulo destes Estatutos, de número **VII**, denominado *Dos Feriados*, integrava 3 dispositivos (§46 ao §48) e determinava que todas as quintas-feiras seriam feriados, desde que não houvesse, na semana, dia santo.<sup>248</sup>

Determinava ainda o seguinte:

Serão igualmente feriados os dias de entrada até a quarta-feira de Cinzas inclusive, todo o tempo, desde Domingo de Ramos até a Domingo “in albis” e desde o dia em que concluírem os exames finais até 15 de fevereiro, em que começarão os de preparatórios.<sup>249</sup>

Para além dos feriados aludidos nos dispositivos citados, não haveria aula no dia de Santa Teresa “[...] por haver missa cantada, e nos dias que forem de Festa Nacional, marcados pelo Decreto nº 501, de 19 de agosto de 1848”.<sup>250</sup>

Este último Capítulo, continha ainda uma advertência, na qual se informava que os Estatutos poderiam ser reformulados ou alterados “[...] quando entendermos que assim

---

<sup>247</sup> Ibidem, VI.

<sup>248</sup> O feriado da quinta-feira foi extinto anos depois, pois não constava mais no Regulamento posterior, o de 1863.

<sup>249</sup> Ibidem, VII, §47.

<sup>250</sup> Ibidem, §48.

convém à boa ordem e regularidade do Seminário”.<sup>251</sup> Havia ainda um pedido, feito ao Governo Imperial, sobre a concessão de mais algumas cadeiras ao Seminário que, segundo Dom José Antônio dos Reis, eram “[...] tão necessárias ao aperfeiçoamento do nosso clero e utilidade da salvação das almas”.<sup>252</sup>

O Decreto n.º 2.245, de 15 de setembro de 1858, criou novas cadeiras no Curso Teológico e algumas no de Preparatórios. Assim, verificou-se a necessidade de se rever os Estatutos, pois não mais se adequavam à nova realidade. Assim, no ano de 1862, quando os primitivos Estatutos ainda se encontravam em vigor, o Padre Ernesto Camillo Barreto comunicou ao Bispo, Dom José Antônio dos Reis, a impossibilidade de se continuar administrando o Seminário com base no Estatuto de 1854:

Julgo de minha e absoluta necessidade a confecção de um outro Estatuto, que ao menos provisoriamente regule a marcha dos negócios do Seminário. Fazer a todos e a cada um dos Lentes e alunos seus deveres gerais e específicos e relativos, determinar o modo das matrículas, dividir os anos letivos, regular novamente a forma dos exames, o trabalho da Congregação dos Lentes e metodizar o ensino, é por sem dúvida dar uma base para a garantia da ordem moral do estabelecimento, harmonia dos seus membros e progresso da instrução.<sup>253</sup>

O Pe. Ernesto Barreto enumerou uma série de sugestões para os novos Estatutos, especialmente no tocante ao ensino. Segundo ele, era de suma importância a abolição do sistema de matrículas arbitrárias, onde o aluno cursava a aula que desejasse, sem seguir a sequência lógica das matérias, ou seja, aquilo que hoje entendemos como pré-requisitos:

As ciências formam entre si uma cadeia, cujos elos guardam uma legítima relação de precedência. Invertida ou quebra-da-cadeia, o espírito vacila. A clareza substitui as trevas e, daí, esse mesmo saber, que um célebre escritor, com razão, julgou fatal à Religião. O método é, diz o grande Bacon, a chave dos conhecimentos humanos.<sup>254</sup>

---

<sup>251</sup> Ibidem, Nota de Advertência.

<sup>252</sup> Ibidem.

<sup>253</sup> Relatório apresentado pelo Reitor interino do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 12. ACMC, Cx. 139.

<sup>254</sup> Ibidem, fl. 12v.

Segundo ainda o Protonotário Apostólico, Padre Ernesto Camillo Barreto, a disposição em que se estudavam as matérias no Seminário estava, até então, totalmente invertida, não se podendo, portanto, “[...] estudar a Moral antes do Direito, o Dogma antes da História Sacra e Eclesiástica, da Exegética e Lugares Teológicos, e tudo isto antes de aprender a arte de cogitar”.<sup>255</sup>

Era necessário organizar os estudos num plano que primasse pela lógica entre as matérias e, para isso, sugeriu a divisão das aulas em dois níveis, Aulas Menores e Aulas Maiores, adotando-se entre elas regras invariáveis quanto à precedência e sucessão, assim como fixando os anos que deveriam compreender cada curso, as matérias a eles subordinadas e o tempo letivo correspondente.

Segundo sugestões do Padre Ernesto Camillo Barreto, o curso das Aulas Menores, era destinado ao ensino dos preparatórios, composto das disciplinas do ensino secundário propedêutico, com duração de cinco anos. Do mesmo modo, as Aulas Maiores abrangiam as matérias do ensino teológico, de nível superior, igualmente ministrado em cinco anos.

Para além da divisão dos cursos nos níveis citados, Barreto via, também, a necessidade de alteração no tempo de abertura e encerramento das aulas. Segundo os Estatutos, as Aulas Maiores começariam no dia 7 de março e encerrariam a 15 de outubro, enquanto as Menores, em 3 de fevereiro e 31 de outubro, respectivamente. Do seu ponto de vista, o ensino deveria ter uma uniformidade, devendo todas as aulas partir do mesmo ponto e ter o mesmo limite. Decidiria, em tal contexto, pelo começo de ambos os cursos a 1 de fevereiro e o seu termo a 15 de novembro, ficando o espaço compreendido entre 15 e 30 desse último mês, para a realização dos exames finais.<sup>256</sup>

Enfim, sugeria o citado prelado que deveriam ser estabelecidas as reparações, ou revisão de conteúdos, aos alunos com baixo aproveitamento, sendo que as conferências deveriam existir para todas as matérias, com especialidades e mais frequência nas Filosofias e na Teologia Dogmática que a seu ver, seria:

---

<sup>255</sup> Ibidem, fl. 13.

<sup>256</sup> Ibidem, fl. 14 e 14 v.

[...] uma das primeiras necessidades para o regime da instrução e aproveitamento dos alunos, dos mestres e de todo o clero. Assim, como a pouca Filosofia nos leva a irreligião, o pouco conhecimento dos dogmas nos faz, como diz o Apóstolo, flutuar em toda sorte de doutrina.<sup>257</sup>

Conforme consta nos registros da Secretaria do Seminário, os novos Estatutos foram organizados e mandados executar pelo Bispo de Cuiabá, em 15 de janeiro de 1863 através da Provisão de 26 de janeiro do mesmo ano.<sup>258</sup>

### **Novos Estatutos de 1863**

Os novos Estatutos vieram reformar completamente o funcionamento do Seminário Episcopal de Mato Grosso, na medida em que vinham no sentido da evolução daquele Estabelecimento, incorporando novas regras. Eram constituídos por 27 capítulos e 140 artigos. Diferentemente dos primeiros, estes quase não possuíam dispositivos (§), sendo cada item precedido pelo próprio artigo (Art.º).

O **Capítulo I**, denominado *Da Congregação*, compreendia 17 artigos ordenados sequencialmente, do artigo 1 ao 17. O primeiro deles estabelecia: “Haverá em nosso Seminário uma congregação composta de todos os Lentes, a qual nos será imediatamente sujeita”.<sup>259</sup> A Congregação dos Lentes não havia sido instituída no primeiro Estatuto, atendendo a que havia então, apenas duas cadeiras em funcionamento, Dogma e Moral, regidas pelo Pe. Ernesto. Como menciona o Art.º 2, cabiam àquela Congregação as seguintes incumbências:

---

<sup>257</sup> Ibidem, fl. 15.

<sup>258</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1858-1863), fl. 15. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>259</sup> Novos Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição, promulgados a 15 de janeiro de 1863. Capítulo I, Art.º 1. APMC, Cx. 139.

Curar da direção dos Estatutos, velar sobre a fiel observância dos presentes estatutos; e na falta do cabido, fazer ofício do nosso Senado, e o que espontaneamente lhe sugerir o amor, e zelo pelo bom regime da Diocese ainda independente da consulta nossa.<sup>260</sup>

Como anteriormente referimos, segundo o Art.º 3, o Presidente da Congregação deveria ser o Reitor do Seminário, ou, na sua ausência, o Lente mais antigo. Deveria ser composta também, por um Secretário e um Vice-Secretário, todos nomeados pelo Bispo. O Presidente, Secretário e mais Lentes formavam a mesa.<sup>261</sup>

Cada cadeira de ensino era representada por um Lente, se por ventura um único fosse responsável por duas cadeiras, este teria dois votos na Congregação.<sup>262</sup> Caberia ainda à Congregação, entre outras funções e através de sessões ordinárias ocorridas em todas as segundas quintas-feiras de cada mês, inspecionar as aulas do Seminário nomeando trimestralmente dois Lentes, que, com o Presidente e em seu nome, deveriam examinar as aulas e conhecer a situação dos alunos no tocante ao seu progresso.<sup>263</sup>

O **Capítulo II**, denominado *Do Presidente da Congregação e suas obrigações*, era integrado por 4 artigos (do 18 ao 21), todos referentes às obrigações oriundas do cargo de Presidente, nomeadamente, convocar, presidir e dirigir os trabalhos da Congregação mantendo sempre a ordem em todos os atos, nomear examinadores para os exames de habilitação, de matrícula e para os de decúrias e seções de tradução e, dar os “Passes” aos que fossem aprovados nessas decúrias ou seções. Deveria ainda presidir às conferências, reparações, conclusões e exames finais, além de elaborar um relatório dos trabalhos do Seminário ao final de cada ano letivo, que deveria ser entregue ao Bispo até o dia 28 de dezembro de cada ano.<sup>264</sup>

O **Capítulo III**, denominado *Do Secretário e Vice-Secretário e suas obrigações*, era composto por quatro artigos (do 22 ao 25). Ao Secretário competia uma série de funções, como menciona o Art.º 22:

---

<sup>260</sup> Ibidem, Art.º 2.

<sup>261</sup> Ibidem, Art.º 3.

<sup>262</sup> Ibidem, Art.º 4.

<sup>263</sup> Ibidem, Art.º 12.

<sup>264</sup> Ibidem, II, Art.º 18 - 21.

Ao Secretário, além das mais obrigações que são designadas no cargo destes Estatutos, compete: assinar com o Presidente todo o expediente, escrever as atas das sessões, a correspondência da Congregação, as matrículas dos seminaristas, termos de exames, os diplomas de aprovação e Passes; [...] extrair dos livros de matrícula os mapas nominais dos alunos matriculados em cada uma das aulas para entrega-los aos respectivos lentes no dia imediato ao do encerramento das matrículas; tomar a relação dos pontos, teses ou tratados, que forem tirados da urna nas vésperas dos exames finais com designação dos alunos, a que tocarão, a fim de verificar, no ato do exame, se conferem ou não.<sup>265</sup>

Ao Secretário, caberia ainda, a responsabilidade do arquivo do Seminário, composto de livros de matrículas dos alunos, os de termos de exame, de atas para a Congregação, um para registro das deliberações, nomeações e diplomas, correspondências, etc. Os livros deveriam ser numerados e rubricados pelo Presidente.<sup>266</sup>

No Art.º 24, verifica-se uma importante estratégia de controle dos alunos. Cada estudante teria uma folha especial no livro de matrícula, onde o Secretário lançaria os exames, reparações, conferências e conclusões realizadas no ano letivo, com as suas notas, faltas e comportamento. Ao Vice-Secretário, na falta daquele, caberiam as mesmas atribuições.<sup>267</sup>

O **Capítulo IV**, *Dos Lentes e suas obrigações particulares*, compreendia 11 artigos (do 26 ao 36), referentes às obrigações dos Lentes, em manter o bom funcionamento e disciplina nas aulas. Todas elas, já contempladas no primeiro Estatuto, foram mantidas, sendo outras acrescentadas.

Os Lentes, por exemplo, deveriam substituir-se uns aos outros nos seus impedimentos e faltas, recitar com os alunos, no começo das aulas, todos os dias à exceção dos sábados, a antiphona (um versículo retirado das Sagradas Escrituras) e a oração do Espírito Santo. Aos

---

<sup>265</sup> Ibidem, III, Art.º 22.

<sup>266</sup> Ibidem, Art.º 23.

<sup>267</sup> Ibidem, Art.º 24 - 25.

sábados, todos deveriam reunir-se na sala de conferências para contarem a antiphona, cuja oração deveria ser proferida pelo Lente mais antigo.<sup>268</sup>

De acordo com o Art.º 32, os Lentes de Latim e Francês:

[...] Poderiam usar com moderação e quando as advertências e repreensões não sejam bastante, além das penas morais, dos castigos corporais com tanto que não excedam de seis palmatoadas, e sejam menores de dezasseis anos os delinquentes.<sup>269</sup>

A fim de manter a ordem e a moral do Seminário, segundo o Art.º 36, os Lentes deveriam estar sempre atentos, proibindo que os alunos fumassem dentro do estabelecimento, jogassem cartas, dados e outros objetos de jogos, trouxessem pinturas, quadros ou figuras desonestas e também instrumentos mortíferos perfurantes ou contundentes, podendo resultar na expulsão dos infratores que reincidissem em tais atos.<sup>270</sup>

O **V Capítulo**, *Dos substitutos*, era composto por um artigo único (37) que dizia:

Devendo os Lentes do nosso Seminário substituírem uns aos outros, conforme o artigo 4º do Decreto n.º 224 de 15 de setembro de 1858, para a execução desse preceito, uma tabela colocada na sala das conferências indicará os nomes dos que hão de entrar em exercício nos impedimentos e faltas dos proprietários.<sup>271</sup>

O **Capítulo VI**, denominado *Dos alunos e suas obrigações*, compreendia dois artigos (38 e 39), tratando dos deveres dos alunos em relação à boa disciplina interna e ao desenvolvimento intelectual nos estudos. Os mesmos eram obrigados a comparecer às aulas quinze minutos antes da hora determinada e, preservarem na rua, no Estabelecimento ou qualquer parte onde estivessem, a circunspecção e o respeito, devendo ainda apresentar aos respectivos Lentes uma nota assinada por seus pais, tutores ou encarregados de sua educação,

---

<sup>268</sup> Ibidem, IV, Art.º. 28 - 29.

<sup>269</sup> Ibidem, Art.º 32.

<sup>270</sup> Ibidem, Art.º 36.

<sup>271</sup> Ibidem, V, Art.º 37.



das faltas dadas e os seus motivos, no primeiro dia em que comparecessem após a ausência. Os alunos deveriam, também, tratar com submissão e reverência, não só os seus Lentes, como a todos os demais do Seminário, inclusive os empregados, prestar exames das matérias estudadas durante o ano e comparecer às reparações, conferências e exames finais, exceto os alunos de Latim e Francês, que só eram sujeitos aos seus exames e à assistência das suas respectivas aulas.<sup>272</sup> As demais obrigações eram, de natureza religiosa, na sua maioria as mesmas que eram propostas pelos primeiros Estatutos de 1854.

O **VII Capítulo**, denominado *Do Porteiro e suas obrigações*, era composto por 7 artigos (do 40 ao 46). O primeiro deles estabelecia: “O Porteiro do Seminário será obrigado a trazer em pleno asseio as aulas, salas e mais partes do edifício.”<sup>273</sup>

Em conformidade com os presentes Estatutos, caberiam a este funcionário outras obrigações, para além das referidas, nomeadamente, fazer os sinais da capela para as reparações, conferências e conclusões, estar presente à abertura e encerramento das aulas, ter sob a sua guarda e vigilância o Livro de Ponto dos Lentes, numerado e rubricado pelo Presidente da Congregação no final de cada mês, devendo ainda extrair daquele livro, uma relação da frequência e apresentá-la à mesma Congregação.<sup>274</sup>

O **Capítulo VIII**, *Das cadeiras de ensino e suas divisões*, era constituído por três artigos (do 47 ao 49). O Art.º 47 estabelecia:

As cadeiras de ensino criadas pelo Decreto n.º 2.245 de 15 de setembro, reunidas as de História Sagrada e Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos por nós criadas, formarão no nosso Seminário dois cursos distintos.<sup>275</sup>

De acordo com as sugestões do Padre Ernesto Camillo Barreto, propostas ao Bispo no seu relatório de 1862, o ensino no Seminário, a partir de 1863, passaria a dividir-se em dois

---

<sup>272</sup> Ibidem, VI, Art.º 38, § 1 - 4.

<sup>273</sup> Ibidem, VII, Art.º 40.

<sup>274</sup> Ibidem, Art.º 43 - 46.

<sup>275</sup> Ibidem, VIII, Art.º 47.

cursos, os Preparatórios e os Teológicos, ambos divididos em cinco anos e com a seguinte distribuição:

<b>Curso de Preparatórios</b>	
1º Ano	Latim
2º Ano	Latim e Francês
3º Ano	Latim e Francês
4º Ano	Filosofia Racional e Retórica
5º Ano	Filosofia Moral e Eloquência Sagrada. <sup>276</sup>
<b>Curso Teológico</b>	
1º Ano	História Sagrada, Exegética e Canto Gregoriano
2º Ano	Instituições Canônicas e Liturgia
3º Ano	História Eclesiástica e Teologia Moral
4º Ano	Teologia Dogmática e Moral
5º Ano	Teologia Dogmática e Moral. <sup>277</sup>

O **Capítulo IX**, denominado *Da abertura e encerramento dos dois cursos*, era constituído por três artigos (do 50 ao 52). O primeiro deles determinava, conforme havia sugerido o Pe. Ernesto, que o ano letivo de ambos os cursos começasse no dia 1 de fevereiro e terminasse em 15 de novembro. Caso houvesse algum impedimento, o primeiro se transferiria para o dia antecedente e o segundo para o seguinte. Entre os dias 16 a 30 de novembro seriam

---

<sup>276</sup> Ibidem, Artº. 48.

<sup>277</sup> Ibidem, Artº. 49.

efetuados os exames finais dos cursos, excetuando os de decúrias. Os cursos deveriam ser sempre abertos com uma oração de sapiência e encerrados com um discurso similar.<sup>278</sup>

O **Capítulo X**, *Da admissão e matrícula dos Seminaristas*, era formado por cinco artigos (do 53 ao 57). Conforme estabelecia o primeiro Estatuto, o pretendente ao Seminário somente poderia ser admitido e matriculado se estivesse munido de um requerimento assinado por si ou por seu pai, tutor ou responsável, de um atestado de procedimento, passado e assinado pelo Pároco e, se o pretendente tivesse mais de 18 anos de idade e já tivesse frequentado as aulas no Seminário, deveria apresentar um atestado que comprovasse que já havia sido examinado e aprovado nas matérias dos estudos anteriores aos do ano em que solicitava matrícula.<sup>279</sup>

O Art.º 55 determinava que, nenhum candidato poderia ser admitido à primeira matrícula de Latim ou Francês sem prestar um exame prévio de Leitura, Escrita, Gramática da Língua Nacional e Doutrina Cristã.<sup>280</sup> Tal regra deve-se ao fato de que muitos alunos eram admitidos nessas aulas sem o devido domínio da língua nacional, fator que contribuiria para o atraso na conclusão do curso. As matrículas eram encerradas impreterivelmente a 30 de janeiro e expiravam com o início do ano letivo.<sup>281</sup>

Os **Capítulos XI** (Art.º 58 ao 70), **XII** (Art.º 71 ao 77), **XIII** (Art.º 78 ao 79), **XIV** (Art.º 80 ao 84), **XV** (Art.º 85 ao 86), **XVI** (Art.º 87 ao 88), **XVII** (Art.º 89 e 90), **XVIII** (Art.º 91) e **XIX** (Art.º 92 ao 94) aludem às cadeiras dos cursos de Preparatórios e Teológico do Seminário, aos seus horários de funcionamento e aos exercícios diários aplicados, aspectos que serão versados na parte da tese alusiva às cadeiras do Seminário.

O **Capítulo XX**, denominado *Das Reparações e Conferências*, incluía seis artigos (do 95 ao 100) que instituíam as normas exigidas para tais atos. As reparações determinadas

---

<sup>278</sup> Ibidem, IX, Art.º 50 - 52.

<sup>279</sup> Ibidem, X, Art.º 53 - 54.

<sup>280</sup> Ibidem, Art.º 55.

<sup>281</sup> Ibidem, Art.º 56 – 57.

para as aulas do Curso Teológico deveriam ser realizadas na sala das conferências do Seminário.<sup>282</sup>

Neste contexto, o Art.º 96 estabelecia:

O Lente que houver de reparar, confeccionará duas ou três teses sobre qualquer ponto ou tratado estudado no mês, e vinte quatro horas antes do ato as afixará na porta da sala das conferências, donde os alunos designados por ele para defendê-los e os demais Lentes extrairão cópias.<sup>283</sup>

Os alunos propostos, para defender as suas teses, forneceriam uma cópia das mesmas à Congregação. Seguidamente, o Secretário redigiria todos os casos propostos em cada uma das conferências e ordenaria que fossem publicadas nos jornais de maior circulação, registrando a ocorrência em livro competente. Em situação de falta ou impedimento do Lente que tivesse de reparar ou fazer a conferência, o ato não seria adiado, cabendo ao Lente substituto assumir a regência.<sup>284</sup>

O **Capítulo XXI**, *Das conclusões de Teologia e Filosofia*, era constituído por dez artigos (do Art.º 101 ao 110), os quais respeitavam às regras exigidas para as conclusões públicas dos alunos aprovados nas matérias de Teologia e Filosofia. Tais assuntos serão enfatizados na parte da tese relacionada com o sistema de avaliação. Vejamos, porém, alguns desses artigos.

O primeiro deles estava assim pronunciado:

Desejando-nos ardentemente estimular os talentos em proveito da Religião e do Estado, havemos por bem estabelecer conclusões públicas de Filosofia aos alunos provectos nesta ciência, e de Teologia aos que houverem sido aprovados nas matérias do Curso Teológico.<sup>285</sup>

---

<sup>282</sup> Ibidem, XX, Art.º 95.

<sup>283</sup> Ibidem, Art.º 96.

<sup>284</sup> Ibidem, Art.º 98 - 100.

<sup>285</sup> Ibidem, XXI, Art.º 101.

Antes da defesa das suas teses (ou conclusões), os alunos passariam por um exame de qualificação. Três dias antes do ato, o aluno deveria distribuir a cada um dos Lentes, ao Exmo. Presidente da Província e a cada Doutor que na ocasião se encontrasse na cidade, um exemplar das suas teses. Se aprovado, o aluno receberia do Presidente da Congregação uma coroa de flores como símbolo de aprovação.<sup>286</sup>

Em conformidade com o Art.º 109, se houvesse dois ou mais alunos pretendentes a defender conclusões, todos poderiam ser admitidos ao ato no mesmo dia e, neste caso, um faria a oração de abertura e o outro, a de encerramento.<sup>287</sup>

O Capítulo XXII, denominado Das faltas e suas notas, era composto por 7 artigos (do 111 ao 117). Compreendia-se por falta, a ausência na aula, nas lições, nas sabatinas, conferências, reparações, dissertações e confissões.<sup>288</sup>

Assim estabelecia o Art.º 112:

Aos que forem compreendidos nas ditas omissões se farão as seguintes notas: falta da aula, um ponto em cada dia; dita de separações, conferências e sabatinas dois pontos, não sendo o conferente, ou defendente da reparação ou sabatina, porque sendo, ser-lhe-ão contados cinco pontos pela omissão. A omissão das confissões será também notada com cinco pontos por cada vez.<sup>289</sup>

O Art.º 113 determinava que as faltas às confissões fossem levadas às notas de procedimento, tal como as de desobediência e mau comportamento. As demais eram consideradas faltas de frequência. Caberia aos lentes velar sobre as faltas e registrá-las nos mapas de frequência dos alunos.<sup>290</sup> O aluno, em consequência do número de faltas poderia perder o ano letivo e até mesmo ser expulso do Seminário:

---

<sup>286</sup> Ibidem, Art.º 103, 105 e 106.

<sup>287</sup> Ibidem, Art.º 109.

<sup>288</sup> Ibidem, XXII, Art.º 111.

<sup>289</sup> Ibidem, Art.º 112.

<sup>290</sup> Ibidem, Art.º 113.

Art.º 114 - Quarenta pontos na relação de frequência abonados ou não, serão bastantes para perda do ano letivo, e bem assim trinta desabonados.

Art.º 115 – Vinte pontos na relação de comportamento, não abonados, equivalerão à perda do ano, e mais de vinte à expulsão do aluno.<sup>291</sup>

Aos reparadores, conferentes ou defensores de sabatinas, que desempenhassem as suas funções de maneira satisfatória, eram abonadas três faltas dos que houvessem cometido tais atos, por omissão ou por não comparecimento às lições. Somente a Congregação, e nunca os Lentes em particular, poderiam abonar as faltas dos alunos, mediante requerimento das partes e à vista das relações a ela apresentadas pelos respectivos Lentes, acompanhadas de documentos que comprovassem a pertinência do abono.<sup>292</sup>

O **Capítulo XXIII**, *Dos feriados*, era formado por apenas um artigo (118), que estabelecia o seguinte:

Serão feriados além dos domingos e dias santificados, marcados no calendário, a Quarta-feira de Cinzas e os dias antecedentes, os dias 19 e 25 de março, desde o Domingo de Ramos até a Segunda-feira dos Prazeres inclusive, do Sábado de Pentecostes até Domingo da Trindade, os dias 3 de maio, 7 de setembro, 15 de outubro, o de Finados, e o espaço compreendido entre o último exame final até 31 de janeiro. Nas quintas-feiras não haverá aulas; porém serão ocupados com as reparações de Filosofia e Conferências as dez horas da manhã as primeiras, terceiras e últimas de cada mês.<sup>293</sup>

O Capítulo XXIV, denominado *Dos exames de habilitação, de decúrias e seções de tradução*, incluía 4 artigos (do 119 ao 122), sendo que o primeiro deles estabelecia o seguinte:

Quando por nós for remetido ao Presidente da Congregação o requerimento de algum pretendente à matrícula da aula de Latim ou Francês, este nomeará dois Lentes, inclusive o da aula, cuja matrícula for requerida, para sob sua Presidência examinarem o pretendente, verificado o exame, no mesmo requerimento nos será informado o seu resultado a fim de deliberarem o que for de justiça.<sup>294</sup>

---

<sup>291</sup> Ibidem, Art.º 114-115.

<sup>292</sup> Ibidem, Art.º 116-117.

<sup>293</sup> Ibidem, XXIII, Art.º 118.

<sup>294</sup> Ibidem, XXIV, Art.º 119.

Os exames de decúrias, assim como os da 1ª, 2ª e 3ª seção de tradução, eram feitos mediante um requerimento do pretendente informado pelo respectivo Lente e dirigido ao Presidente da Congregação que, para esse fim, nomeava dois examinadores. Nos exames de decúrias eram exigidas provas de proficiência nas matérias da classe de que se pedia exame, bem como das anteriores. Nos de seção de tradução era indicado pelo Presidente, um capítulo ou período não traduzido do livro da seção a que pertenciam, além de um dicionário, dispondo os alunos de 15 minutos para arrumarem a versão, após os quais, seria iniciado o prazo para a concretização da respectiva tradução.<sup>295</sup>

Os alunos que fossem aprovados nos exames recebiam um “Passe” assinado pelo Presidente, Secretário e demais examinadores. Os exames da última seção de tradução só poderiam ser realizados no fim do ano letivo, sendo nesse período, proibidos os exames de decúria e habilitações.<sup>296</sup>

O **Capítulo XXV**, *Dos exames finais de Latim e Francês*, agregava 4 artigos (do 123 ao 126). De acordo com os novos Estatutos, os exames finais daquelas cadeiras teriam início a 18 de novembro de cada ano letivo. No dia 16 do mesmo mês, a Congregação elegia uma comissão de exames a quem competia a revisão dos clássicos Latinos e Franceses, a fim de eleger os períodos em prosa e verso que constituiriam a temática para a realização daqueles exames. Selecionada a matéria, esta era registrada em pequenos cartões que seriam colocados numa urna e sorteados entre os candidatos.<sup>297</sup>

Após a conclusão da tradução, era ditado a todos, por um dos examinadores, um período de um clássico português, para que fosse traduzido em Latim, dispondo aqueles de 15 minutos para a concretização dessa tarefa.<sup>298</sup>

O **Capítulo XXVI**, denominado *Dos exames de Filosofia, Retórica e Teologia*, integrava 9 artigos (do 127 ao 135). Após o término dos exames de Francês, a Congregação

---

<sup>295</sup> Ibidem, Art.º 120.

<sup>296</sup> Ibidem, Art.º 121 - 122.

<sup>297</sup> Ibidem, XXV, Art.º 124 - 125.

<sup>298</sup> Ibidem, Art.º 126.

reunia-se novamente com o objetivo de nomear uma nova comissão de exames que deveria escolher os pontos ou teses a serem sorteados pelos examinandos.<sup>299</sup>

O aluno que não comparecesse ao exame, no dia seguinte ao seu sorteio, não poderia realizá-lo com as mesmas teses, devendo extrair outras da urna, não lhe sendo em tal situação, concedido o período de 24 horas para preparação das mesmas, exceto quando o motivo da falta fosse relevante.<sup>300</sup>

Em conformidade com o Artigo 135, todos os Lentes poderiam contestar os examinandos em qualquer das matérias submetidas ao ato, porquanto a votação da aprovação e reprovação era uma competência de todos, não obstante, apenas três serem os examinadores de cada matéria e a estes caber a primazia dos primeiros argumentos.<sup>301</sup>

O **Capítulo XXVII** e último dos Novos Estatutos, denominado *Das votações de aprovação nos exames, reparações e conclusões finais*, continha 8 artigos (do 136 ao 143). O primeiro deles estabelecia o seguinte:

As votações de aprovação ou reprovação serão feitas imediatamente depois dos atos dos exames, reparações e conclusões finais por escrutínio secreto, com esferas brancas e pretas, indicando estas, reprovação e aquelas, aprovação.<sup>302</sup>

O nível de aprovação era ajustado pela quantidade de esferas brancas, isto é: a unanimidade delas indicaria aprovação absoluta, uma menos, aprovação simples e menos da metade, reprovação. Em situação de empate, o Presidente da Congregação daria o seu voto decisivo.<sup>303</sup>

Mesmo após terem sido plenamente aprovados, os alunos seriam sujeitos a um novo escrutínio de qualificação. Aos que nele recebessem a totalidade de esferas brancas, seria acrescentada à nota do exame a observação “com distinção” e, se além do aproveitamento

---

<sup>299</sup> Ibidem, XXVI, Art.º 127.

<sup>300</sup> Ibidem, Art.º 132.

<sup>301</sup> Ibidem, Art.º 135.

<sup>302</sup> Ibidem, XXVII, Art.º 136.

<sup>303</sup> Ibidem, Art.º 137.



intelectual o aluno em causa fosse reconhecido pela sua boa conduta, através das informações facultadas pelo seu Lente, se adicionaria mais a seguinte anotação: “com louvores”.<sup>304</sup>

Conforme o Art.º 140, nos exames de Teologia Moral, o nível de aprovação ou reprovação seria indicado pela quantidade de pontos obtidos pelo examinado, a saber: de um a dez e meio, reprovado; de onze a vinte e um e meio, simplesmente aprovado; de vinte e dois a trinta, aprovado plenamente; de trinta e um a quarenta, acrescentar-se-ia à nota o termo: “com distinção”, ao qual se adicionava o de “louvores”, se a informação de comportamento facultada pelo respectivo Lente fosse boa.<sup>305</sup>

Quaisquer artigos dos Estatutos poderiam ser reformulados, ampliados ou excluídos “[...] conforme o exigir a prudência, a utilidade e a conveniência do Seminário”.<sup>306</sup>

## **Estatutos de 1865**

Dom José Antônio dos Reis decidiu, em 1864, reformular alguns artigos dos Estatutos de 1863, porém, a alteração mais significativa ocorreu no ano de 1865, quando novos capítulos foram adicionados, perfazendo um total de trinta e sete, dez a mais que o anterior. De acordo com as suas palavras:

Há necessidade de dar aos Estatutos do nosso Seminário da Conceição desta Diocese uma nova organização a fim de pô-los em harmonia e de conformidade com as opiniões disciplinares do Governo Imperial segundo nos foi ultimamente comunicado pelo mesmo Governo pelo aviso do Ministério do Império de vinte de junho do ano próximo findo de 1864, e convindo mais fazer algumas modificações em diversos outros Artigos dos mesmos Estatutos [...]<sup>307</sup>

---

<sup>304</sup> Ibidem, Art.º 138.

<sup>305</sup> Ibidem, Art.º 140.

<sup>306</sup> Ibidem, Art.º 143.

<sup>307</sup> Portaria de Dom José Antônio dos Reis, Bispo de Cuiabá, aprovando algumas alterações feitas nos Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 3 de janeiro de 1865. ACMC, Cx. 139.

Ao examinarmos alguns dos pontos alterados e acrescentados aos novos Estatutos, podemos observar que o **Curso de Preparatórios**, distribuído em 5 anos, ficou a partir de então, organizado da forma seguinte:

<b>Curso de Preparatórios</b>	
1º Ano	Latim e Canto Gregoriano
2º Ano	Latim e Francês
3º Ano	Latim e Francês
4º Ano	Latim, Filosofia Racional e Retórica
5º Ano	Assistência de Latim, Filosofia Moral e Eloquência Sagrada. <sup>308</sup>

O **Curso Teológico**, igualmente dado em 5 anos, ficou estruturado do seguinte modo:

<b>Curso Teológico</b>	
1º Ano	Teologia Exegética e Liturgia
2º Ano	História Sagrada e Liturgia
3º Ano	História Eclesiástica e Instituições Canônicas
4º Ano	Instituições Canônicas, Teologia Dogmática e Teologia Moral
5º Ano	Teologia Dogmática e Teologia Moral. <sup>309</sup>

<sup>308</sup> Estatutos modificados de 2 de janeiro de 1865. Capítulo V, Art.º 20. APMC, Cx. 139.

<sup>309</sup> Ibidem, Art.º 21.

Observa-se que a cadeira de Canto Gregoriano, antes pertencente ao Curso Teológico, se deslocou para o de Preparatórios. O ensino de Latim, antes de duração de 3 anos, alargou-se para 4 anos, sendo que, no 5º ano, os alunos receberiam uma assistência ou aula de reforço.

A data de encerramento das aulas foi transferida, de 15 de novembro para 14 de outubro e os exames finais, antes encerrados em 30 de novembro, passaram a ser encerrados até 31 de outubro.<sup>310</sup>

Agora denominado *Do Reitor*, o **Capítulo XXVI**, determinava que aquele deveria ser um sacerdote íntegro, provido de sabedoria e merecedor da plena confiança do Bispo. Competia-lhe uma série de obrigações, nomeadamente, administrar, gerenciar e inspecionar o interior do Seminário, observar os horários dos pensionistas e levá-los à catedral nos dias santos, presidir a todos os atos do Seminário, corrigir os seminaristas transgressores e expulsar os irrecuperáveis, entre outras atribuições.<sup>311</sup>

De acordo com o **Capítulo XXVII**, na falta ou impedimento prolongado do Reitor, poderia ser criada no Seminário a figura de um Vice-Reitor.<sup>312</sup>

O **Capítulo XXVIII**, denominado *Do Ecônomo*, foi criado pelos presentes Estatutos, porém, as suas atribuições foram já referidas no capítulo desta tese respeitante à Administração do Seminário, onde se referia: “O Ecônomo seria pessoa de bons costumes, da confiança e nomeação do Reverendo Reitor”.<sup>313</sup> Este empregado deveria residir no Seminário, tratar com respeito todos os seminaristas e funcionários da casa, fazer as compras ordenadas pelo Reitor, providenciar o asseio da cozinha, refeitório, enfermaria, corredores, salas do Seminário e da Capela. Cabia-lhe ainda, zelar sobre o cultivo e plantação do quintal, inspecionar os cozinheiros, velar as chaves da dispensa, cozinha e refeitório, bem como das portas e janelas do estabelecimento.<sup>314</sup>

---

<sup>310</sup> Ibidem, VI, Art.º 23 - 24.

<sup>311</sup> Ibidem, XXVI, Art.º 104, § 1 e ss.

<sup>312</sup> Ibidem, XXVII, Art.º 107 - 108.

<sup>313</sup> Ibidem, XXVIII, Art.º 109.

<sup>314</sup> Ibidem, § 1 - 5.

O **Capítulo XXIX**, denominado *Do Porteiro e suas obrigações*, cargo também abordado no capítulo alusivo à Administração, estabelecia que para além das obrigações estipuladas pelos Estatutos de 1863, inúmeros outros deveres lhe caberiam ainda, nomeadamente, residir no Seminário, num pequeno quarto situado perto da portaria, onde sempre deveria permanecer, tratar com gentileza e educação as pessoas que entrassem para falar com alguém, tocar o sino no horário de abertura e encerramento das aulas, proibir a entrada de mulheres no estabelecimento, qualquer que fosse a sua categoria ou da pessoa por quem procuravam, exceto os consanguíneos em primeiro grau, nas enfermidades graves de seus filhos ou irmãos, não admitir no Seminário visitas nas horas de silêncio e impedir que os seminaristas as recebessem em horas de atos de comunidade e aulas. As visitas que viessem em busca dos seminaristas, nas horas não proibidas, seriam encaminhadas à sala próxima da portaria e ali os aguardariam.<sup>315</sup>

O **Capítulo XXX**, denominado *Das diversas classes de seminaristas*, instituía que, no Seminário, poderiam existir 3 classes de seminaristas, designadamente, pensionistas internos, numerários e externos. Os pensionistas internos eram os que moravam no Seminário e pagavam uma mensalidade para o seu sustento, sendo o seu número de acordo com as instalações do edifício. Numerários, eram aqueles que moravam no Seminário e eram amparados as expensas dele, sendo o seu número limitado às posses do estabelecimento. Externos, eram os que recebiam as lições nas horas das aulas em que se matriculavam e, depois de destas concluídas, regressavam às suas residências.<sup>316</sup>

Os **Capítulos XXXI e XXXII**, designados dos *Deveres dos seminaristas internos ou externos e Deveres especiais dos seminaristas internos*, estabeleciam respectivamente, os deveres daqueles alunos. Na verdade, mantiveram-se os estabelecidos nos Estatutos de 1863, porém, acrescia-se ao seminarista interno uma série de proibições, nomeadamente, sair fora do seu quarto sem túnica, circular pelos corredores, cozinha e refeitório, perturbar o silêncio com algazarras, reunir-se em palestra nos quartos alheios fora das horas do recreio e descer à horta ou quintal sem permissão do Reitor. Era-lhes vedado ainda, entre outras proibições, receber visitas em horas de aula e de qualquer ato de comunidade e demorá-las por mais de meia hora

---

<sup>315</sup> Ibidem, XXIX, Art.º 110, § 1 - 7.

<sup>316</sup> Ibidem, XXX, Art.º. 111 - 114.

em qualquer ocasião não proibida, usar de trajes seculares dentro ou fora do Seminário, sair à rua nos dias letivos e mesmo nos feriados e santificados sem o consentimento do Reitor e dormir fora do Seminário.<sup>317</sup>

O **Capítulo XXXIII**, designado *Dos motivos de expulsão dos seminaristas*, regulamentava as razões passíveis de expulsão, nomeadamente, desobediência formal ao Reitor e ao respectivo Lente, depois de ter sido penalizado por ato semelhante; agredir ou ferir alguém, particularmente tratando-se de um clérigo; zombar das manifestações de compaixão e devoção, depois de advertido por duas vezes; inserir bebidas alcoólicas, cartas, jogos ou armas no Seminário; evasões noturnas e outros atos imorais, obscenos e escandalosos; falta de pagamento das mensalidades nos períodos determinados; três reprovações consecutivas, na mesma seção de tradução das Línguas Francesa e Latina e duas reprovações sucessivas sobre a mesma matéria nos exames finais de Ciências.<sup>318</sup>

O **Capítulo XXXIV**, intitulado *Dos Prefeitos*, determinava que dentre os seminaristas internos de graduação mais elevada, bem como os de melhor comportamento, seriam nomeados “prefeitos” pelo Reitor do Seminário. A estes caberia a função de velar os demais seminaristas, impedir situações de desordem, manter com austeridade a ordem e decoro nos atos de comunidade nos quais o Reitor estivesse ausente, encarregar-se das alfaias da sacristia, servindo um deles de sacristão-mor, zelar pelo asseio da capela, dormitórios, corredores e salas do edifício, entre outras obrigações.<sup>319</sup>

O **Capítulo XXXV**, *Do Leitor*, determinava que em cada semana seria escolhido um seminarista para servir de Leitor do Seminário. Caber-lhe-iam ainda, outras atribuições na semana do seu ofício, designadamente, tocar o sino da capela no horário interno, capitular as orações estabelecidas para o coro, fazer a leitura dos Estatutos perante a comunidade, sempre que tal fosse ordenado pelo Reitor, pedir a bênção da mesa do refeitório e aí ler a vida do santo do dia ou algum livro de lição espiritual.<sup>320</sup>

---

<sup>317</sup> Ibidem, XXXII, Art.º 117, § 1 - 5.

<sup>318</sup> Ibidem, XXXIII, Art.º 122, § 1 - 7.

<sup>319</sup> Ibidem, XXXIV, Art.º 123 - 124.

<sup>320</sup> Ibidem, XXXV, Art.º 125.

O **Capítulo XXXVI**, designado *Da Biblioteca*, estabelecia as regras de funcionamento daquele departamento do Seminário. Nesse sentido, naquele espaço, seriam reunidas todas as obras oferecidas ou compradas para o Estabelecimento; deveria conter todos os compêndios e clássicos admitidos nas aulas do Curso de Preparatórios e Teológico, um catálogo organizado das obras que lhe pertenciam e um caderno de carga e descarga dos livros. Nenhuma obra ou volume poderia ser dela retirada para o exterior da instituição, sem a necessária autorização ou permissão especial do Reitor e sob a sua responsabilidade; aos que fossem concedidas tais licenças, o referido Reitor exigiria um recibo da obra ou volume, registrado no caderno de carga e descarga dos livros, neste sendo feita a respectiva descarga no momento da sua devolução; os Lentes poderiam servir-se dos livros da Biblioteca para as suas consultas, desde que não os levassem para fora do Seminário.<sup>321</sup>

O último capítulo dos Estatutos de 1865, o **XXXVII**, denominado *Dos Atos de Religião e Piedade*, respeitava aos atos religiosos que os alunos e os Lentes do Seminário deveriam praticar, nomeadamente, a celebração da festa solene de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Seminário, que ocorria anualmente a 8 de setembro, novenas nos dias santos, orações diárias e leituras de trechos do Evangelho.<sup>322</sup> O último art.º deste Capítulo instituía, também, que os diferentes artigos dos Estatutos poderiam sofrer alterações, podendo ser ampliados ou abreviados de acordo com as necessidades, ou mesmo suprimidos. Não vislumbramos qualquer alteração efetuada nestes Estatutos em data posterior a 1865.<sup>323</sup>

---

<sup>321</sup> Ibidem, XXXVI, Art.º 126 - 130.

<sup>322</sup> Ibidem, XXXVII, Art.º 131 - 136.

<sup>323</sup> Ibidem, Art.º 137.

## **CAPÍTULO V**

### **O Seminário Episcopal da Conceição e a sua Organização Pedagógica**



**Parte do Pátio Interno do Seminário Episcopal da Conceição**

(Fonte: Acervo pessoal do autor)

## 5.1 O Plano de Estudos do Seminário Episcopal da Conceição

Em conformidade com os primeiros Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição, proclamados no ano de 1854, a primordial cláusula imposta para efeito de admissão de alunos no estabelecimento era que os pretendentes tivessem concluído três disciplinas do curso secundário, nomeadamente, Latim, Francês e Filosofia, cadeiras também exigidas para o ingresso nos cursos superiores do Império e, sobre as quais, eram realizados exames no momento de admissão àquele Seminário mato-grossense.<sup>324</sup>

Em 1854, a cadeira de Teologia Dogmática e Moral era a única existente, tendo sido criada pelo Decreto nº 1.149, de 13 de abril de 1853 e era regida pelo seu Lente, o Pe. Ernesto Camillo Barreto. Com a duração de dois anos, o Curso Teológico era vocacionado exclusivamente para a formação sacerdotal, porém, com a criação de outras cadeiras em fase posterior, esse nível de ensino foi estruturado no decurso de cinco anos.

No que concernia aos pretendentes ao Seminário, a instabilidade do domínio dos conteúdos do preparatório era frequente, dado que a maioria deles havia cursado aquele nível de ensino de forma segmentada. Tal fato levou o Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, a determinar que o Lente de Teologia lecionasse, gratuitamente, aulas de Latim, Francês e Filosofia, pré-requisito aos estudos teológicos. Novas cadeiras teológicas foram criadas pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, o qual veio também regimentar a obrigatoriedade de ensino, no interior do Seminário, das cadeiras de natureza secundária, visto que os matriculados não dominavam satisfatoriamente a Gramática Nacional. No sentido de colmatar tal deficiência, o Padre Ernesto foi incumbido de realizar esse reforço curricular.

---

<sup>324</sup> Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição, promulgados pelo Bispo Diocesano, D. José Antônio dos Reis e aprovados pelo Imperador. Cuiabá, 15 de setembro de 1854. Capítulo I, § 3. APMC, Cx. 139.



<b>Primeiro Plano de Estudos do Seminário Episcopal da Conceição 1854 - 1858<sup>325</sup></b>		
<b>Curso Teológico</b>	Teologia Dogmática e Moral	História Sagrada, Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos.  (Estas disciplinas, até 1858, não integravam oficialmente o plano de estudos, porém, eram regidas gratuitamente pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto sendo entendidas como complementares).

Os candidatos deveriam ter ultrapassado os preparatórios de Latim, Francês e Filosofia, para cursar a cadeira de Teologia Dogmática e Moral. As novas disciplinas que, até 1858 não faziam parte do plano de estudos do Seminário, passaram, a partir dos primeiros Estatutos, com o objetivo de estimular e preparar novas vocações sacerdotais, a ser administradas gratuitamente pelo Padre Ernesto Camillo Barreto.

Reformulado pelos Estatutos de 1863, o Curso Teológico passou a ser ministrado em cinco anos, ocasião em que ficou assim organizado:

<b>Curso Teológico</b>	
1º Ano	Teologia Exegética, História Sagrada e Canto Gregoriano
2º Ano	Instituições Canônicas e Liturgia
3º Ano	Teologia Moral e História Eclesiástica
4º Ano	Teologia Moral e Teologia Dogmática
5º Ano	Teologia Moral e Teologia Dogmática

<sup>325</sup> Todos os quadros não referenciados são de criação do autor.

De forma análoga, o ensino secundário ou de preparatórios, de caráter propedêutico, tinha a duração do ensino teológico, não sendo cursado simultaneamente àquele:

<b>Curso Secundário / Preparatórios</b>	
1º Ano	Gramática e Língua Latina
2º Ano	Gramática e Línguas Latina e Francesa
3º Ano	Gramática e Línguas Latina e Francesa
4º Ano	Filosofia Racional e Retórica
5º Ano	Filosofia Moral e Eloquência Sagrada

Um segundo plano de estudos foi, a partir de 1863, assim estabelecido:

<b>Primeiras Letras</b>			
▼			
<b>Curso de Preparatórios</b>			
Gramática e Língua Latina	Gramática e Língua Francesa	<u>Filosofia Racional:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução à Filosofia</li> <li>• Lógica</li> <li>• Psicologia</li> <li>• Ontologia</li> </ul> <u>Filosofia Moral:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ética</li> <li>• História da Filosofia</li> <li>• Teodiceia ou Teódica</li> </ul>	Retórica e Eloquência Sagrada



Curso Teológico				
Teologia Dogmática	Teologia Moral	Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos	História Sagrada	História Eclesiástica
	Instituições Canônicas		Liturgia e Canto Gregoriano	

Somente a partir de 1859, o ensino de Primeiras Letras (Primário Elementar) se colocou como pré-requisito ao ingresso de seminaristas. A partir de então, apenas poderiam cursar as cadeiras do preparatório – Latim, Francês, Filosofia Racional, Filosofia Moral e Retórica – os alunos que dominassem os conteúdos do curso Primário Elementar. O progresso dos alunos, das aulas menores para as maiores, dava-se após aprovação em exame.

Quadro Geral das Disciplinas do Seminário segundo os Estatutos de 1863			
Aulas Maiores			
Cadeiras	Data de criação	Data de instalação	Duração do Plano
Teologia Dogmática	13/4/1854 – Decreto Imperial nº 1.149	14/8/1854	2 Anos
Teologia Moral	13/4/1854 – Decreto Imperial nº 1.149	14/8/1854	3 Anos
Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos	15/1/1863	14/8/1854 (regida gratuitamente e não oficialmente)	1 Ano
História Sagrada	22/4/1863 – Decreto Imperial nº 3.073	14/8/1854 (regida gratuitamente e não oficialmente)	1 Ano

História Eclesiástica	15/9/1858 – Decreto Imperial nº 2.245	3/3/1859	1 Ano
Instituições Canônicas	15/9/1858 – Decreto Imperial nº 2.245	3/3/1859	1 Ano
Liturgia e Canto Gregoriano	15/9/1858 – Decreto Imperial nº 2.245	Liturgia em 3/2/1863 Canto Gregoriano nunca chegou a ser instalada	1 Ano
<b>Aulas Menores</b>			
<b>Cadeiras</b>	<b>Data de criação</b>	<b>Data de instalação</b>	<b>Duração no Plano</b>
Gramática e Língua Latina	15/9/1858 – Decreto Imperial nº 2.245	3/2/1859	3 Anos
Gramática e Língua Francesa	15/9/1858 – Decreto Imperial nº 2.245	3/2/1859	2 Anos
Filosofia Racional e Moral	15/9/1858 – Decreto Imperial nº 2.245	7/5/1860	2 Anos
Retórica	15/9/1858 – Decreto Imperial nº 2.245	3/3/1859	1 Ano
Eloquência Sagrada	15/9/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	3/3/1859	1 Ano

O Estatuto de 1863, como já foi referenciado, sofreu algumas modificações em 1864, por ter sido publicado antes do Decreto Imperial de 22 de abril de 1863, o qual uniformizou as cadeiras de ensino subsidiadas pelo Estado em todos os Seminários do Império. Porém, a maior alteração ocorreu no ano de 1865, em consequência do aumento de dez capítulos em relação ao Estatuto anterior. Assim sendo, o ensino de Teologia Moral, antes ministrado em três anos, passou para dois; o de Instituições Canônicas e de Liturgia tiveram um acréscimo de um ano, passando a ser ensinados em dois anos; o ensino de Latim, antes ministrado em três anos, passou para quatro e o ensino de Canto Gregoriano, antes pertencente ao Curso Teológico, deslocou-se para o de Preparatórios.

<b>Quadro Geral das Disciplinas do Seminário segundo os Estatutos modificados em 20 de janeiro de 1865</b>			
<b>Aulas Maiores</b>			
<b>Cadeiras</b>	<b>Data da criação</b>	<b>Data de instalação</b>	<b>Duração</b>
Teologia Dogmática	13/4/1854 – Decreto Imperial n.º 1.149	14/8/1854	2 Anos
Teologia Moral	13/4/1854 – Decreto Imperial n.º 1.149	14/8/1854	2 Anos
Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos	15/1/1863	14/8/1854 – (regida gratuitamente e não oficialmente)	1 Ano
História Sagrada	24/4/1863 – Decreto Imperial n.º 3.073	14/8/1854 – (regida gratuitamente e não oficialmente)	1 Ano
História Eclesiástica	15/9/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	3/3/1859	1 Ano
Instituições Canônicas	15/9/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	3/3/1859	2 Anos
Liturgia	15/9/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	3/2/1863	2 Anos
<b>Aulas Menores</b>			
<b>Cadeiras</b>	<b>Data de criação</b>	<b>Data da Instalação</b>	<b>Duração</b>
Gramática e Língua Latina	15/09/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	3/2/1859	4 Anos
Gramática e Língua Francesa	15/09/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	3/2/1859	2 Anos
Filosofia Racional e Moral	15/09/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	7/5/1860	2 Anos
Retórica	15/09/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	3/3/1859	1 Ano

Eloquência Sagrada	15/9/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	3/3/1859	1 Ano
Canto Gregoriano	15/9/1858 – Decreto Imperial n.º 2.245	Nunca chegou a ser instalada	1 Ano

## 5.2 As Cadeiras de Ensino do Seminário

Ao analisarmos a história das disciplinas escolares, André Chervel entende que uma disciplina é, “em qualquer campo que se encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer, de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento, da arte”.<sup>326</sup> Assim, para este autor, o estudo da história das disciplinas pode colaborar para um melhor entendimento da cultura produzida na e pela escola, porquanto entende que, o sistema escolar é provido de um poder criativo, exercido na interação que aquela desenvolve com a sociedade, executando um papel de formação do indivíduo e, conseqüentemente, de uma cultura que irá influenciar diretamente a vivência desse indivíduo na no meio em que está inserido.

Observar as disciplinas escolares, as suas matérias e compreendê-las em toda a sua plenitude, é reconhecer que elas vão muito além dos procedimentos dos professores em sala de aula e, também, considerar que elas constituem uma aculturação dos alunos, detendo um importante significado para o entendimento da história da educação e da história cultural. Nessa perspectiva, segundo Chervel:

[...] o estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular.

E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura de uma sociedade global.<sup>327</sup>

---

<sup>326</sup> CHERVEL, André. *História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Revista Teoria & Educação, Porto Alegre, nº 2, 1990, p. 180.

<sup>327</sup> Ibidem, p. 184.

No parecer daquele autor, são as finalidades de determinada disciplina que explicam o seu nascimento e a constituição da sua razão social: “As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos [...]”.<sup>328</sup>

De certa forma, podemos inferir que o entendimento de Chervel se aplica à transformação da antiga escola, apenas voltada para ensinar a ler, escrever e contar, numa nova escola que apela aos conteúdos de ensino, objetivando uma aprendizagem mais abrangente, visando a preparação do aluno para a vida social. Em nosso entendimento, tal alteração, também se materializou no Seminário de Cuiabá, especificamente na utilização da Biblioteca, espaço apropriado para a leitura.

No Seminário Episcopal da Conceição, a cadeira de Teologia Dogmática e Moral foi a primeira a ser instalada. A sua criação deve-se ao empenho do Bispo Dom José Antônio dos Reis que, em ofício enviado ao Ministério dos Negócios da Justiça a 2 de outubro de 1852, expôs a necessidade urgente da instalação daquela cadeira. A proposta de Dom José mereceu a consideração do Governo Imperial que, declarou a sua criação em junho do ano seguinte e instruiu os Bispos de outras dioceses do Império para que informassem da existência de sacerdotes aptos e disponíveis para ministrar a disciplina nas respectivas províncias.<sup>329</sup>

Um outro ofício foi expedido pelo Ministério da Justiça ao Bispo de Cuiabá em 22 de abril de 1853, comunicando a publicação do Decreto nº 1.149, de 13 de abril do referido ano, segundo o qual se criava a cadeira de Teologia Dogmática e Moral, nomeando para regê-la, o Pe. Ernesto Camillo Barreto, o qual auferiria um salário anual de 1:200\$000 réis.<sup>330</sup>

Como antes referimos, o Padre Ernesto Camillo Barreto, em novembro do mesmo ano, deixou a Diocese da Bahia, a que pertencia, dirigindo-se para Cuiabá, onde aportou a 6 de agosto de 1854. Tomou posse da cadeira no dia 14 do mesmo mês, sendo que, nessa mesma

---

<sup>328</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>329</sup> Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, ao Bispo de Cuiabá, comunicando já ter expedido ordem para a criação de uma cadeira de ensino de Teologia Dogmática e Moral na Diocese de Cuiabá. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1853. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 939E.

<sup>330</sup> Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, ao Bispo de Cuiabá, comunicando sobre as determinações contidas no Decreto nº 1.149, de 13 de abril de 1853. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1853. ACBM, Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 939F.



data, procedeu à sua abertura oficial, com uma conferência proferida na Igreja Matriz da Capital.<sup>331</sup>

O Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, revogou o de nº 1.149 e criou novas cadeiras no Seminário, desanexando ainda a de Teologia Dogmática da de Moral. O Lente nomeado para reger estas e as novas disciplinas foi o Padre Ernesto que, durante muitos anos se incumbiu dessa tarefa, visto não existir na Província de Mato Grosso outro professor habilitado para qualquer uma delas. Em tal regência, o mesmo enfrentou muitas dificuldades, dado que os alunos não possuíam alicerce para cursá-las e os compêndios adequados inexistiam. Perante tal situação, ele próprio resolveu elaborar uma apostila contendo as matérias específicas do Curso Teológico e, paralela e gratuitamente, lecionou aquelas disciplinas, por considerá-las pré-requisito para o Curso de Teologia, especificamente, Filosofia Racional e Moral, Teologia Exegética e História Sagrada.<sup>332</sup>

O Bispo Dom José Antônio dos Reis, em março de 1863, informou o Pe. Ernesto Camillo Barreto que, em conformidade com a Resolução do Governo Imperial, amparada pelo Aviso de 31 de dezembro de 1862, a regência dupla da cadeira teológica (Moral e Dogmática) fora proibida, visto caracterizar-se como acúmulo não só de caráter pedagógico, mas também financeiro, dado que auferia, para tanto, duplo vencimento. De acordo com a citada Resolução, teria ele que, obrigatoriamente, devolver aos cofres gerais a parte respeitante aos vencimentos de uma das cadeiras.<sup>333</sup> Perante tal impasse, o Protonotário Apostólico resolveu continuar oficialmente na regência da cadeira de Teologia Dogmática e prosseguir lecionando gratuitamente a de Moral, tarefa que desempenhou até 1863.

De acordo com as suas palavras:

---

<sup>331</sup> Ofício do Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, ao Presidente da Província, Augusto Leverger (Barão de Melgaço), comunicando a posse do Pe. Ernesto Camillo Barreto na regência da Cadeira de Teologia Dogmática e Moral. Cuiabá, 14 de agosto de 1854. ACBM - Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 264.

<sup>332</sup> Relatório anual apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pela Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 8 e 8v. ACMC, Cx. 139.

<sup>333</sup> Ofício do Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, ao Pe. Ernesto Camillo Barreto, comunicando-lhe dos procedimentos a serem executados a partir do Aviso datado de 31 de dezembro de 1862. Cuiabá, 9 de março de 1863. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 980.

[...] farei isso até esse ano (1863), caso não apareçam opositores, porque o meu estado de saúde não é lisonjeiro, e por sem dúvida, devo isto aos não pequenos sacrifícios feitos em prol da mocidade, que se procura instruir no Seminário.<sup>334</sup>

O Pe. Ernesto devolveu aos cofres imperiais, nessa mesma ocasião, os vencimentos correspondentes à regência de uma das cadeiras. Porém, ainda no ano de 1863, a cadeira de Teologia Moral foi assumida pelo Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro, nomeado a 9 de abril de 1864, o qual substituíra, também, o Pe. Ernesto nas aulas de Teologia Dogmática.

Em 1863, a partir da aprovação dos novos Estatutos, o Curso Teológico recebeu uma nova organização, passando, desde então, a ser constituído por duas componentes: Teologia Dogmática e Teologia Moral. Tais alterações foram mantidas em 1865, aquando da revisão daqueles Estatutos.

**Teologia Dogmática** – O seu conteúdo restringia-se ao ensinamento e explicação dos dogmas da fé católica. Desde a sua instalação, no ano de 1854, era ministrado em dois anos, sendo que no primeiro, eram estudados os tratados *De Uno* e *Creatore et Trino* e no segundo, os *da Immaculata Conceptione* e *Deo Carnato et Gramatia*. Os seus exercícios consistiam em lições diárias, sabatinas, pequenas dissertações e reparações no quarto sábado de cada mês. O compêndio adotado era de autoria do Pe. Ernesto Camillo Barreto e os expositores estudados eram Bailly, Perrone, Gousset e Richard Giraud.<sup>335</sup>

Dentre os materiais didáticos utilizados para o ensino no Seminário, encontramos apenas o Compêndio Elementar de Teologia Dogmática de autoria do Pe. Ernesto Camillo Barreto, publicado em 1864. Tal compêndio estava dividido em seis partes, sendo a primeira composta pelo *Tratado de Deus e seus Divinos Atributos*, a segunda pelos *Dogmas da Criação*, a terceira pelo *Mistério da Santíssima Trindade*, a quarta pelos *Dogmas da Imaculada Conceição*, a quinta parte era composta pelos *Mistérios da Encarnação* e a sexta parte era reservada ao estudo da *Graça*, do *Mérito* e da *Justiça*.

---

<sup>334</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 20v e 21. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>335</sup> Ibidem, fl. 20 e 20v.

**Teologia Moral** – Tinha como objetivo dirigir as ações e formar os costumes do cristão, regular o culto divino e prescrever as cerimônias sagradas. Entre 1854 e 1863, tinha a duração de dois anos, porém, a partir desse último ano, marcado pela reforma dos Estatutos primitivos, passou a ser regida em três anos. No primeiro, de caráter prático, eram ensinados os *Princípios de Ética Sagrada*, enquanto no segundo era desenvolvida a componente *Sacramental* e no terceiro, a parte da *Moral Casuística*. Os exercícios consistiam em lições diárias, sabatinas e conferências na última quinta-feira de cada mês. O compêndio adotado era de autoria do Conde de Irajá, Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, que fora Bispo no Rio de Janeiro. Os expositores estudados eram Bailly, Gousset, Perrone, Verrier e Cuniliat.<sup>336</sup>

Depois das modificações ocorridas nos Estatutos em 1865, a cadeira de Teologia Moral voltou a ser ministrada em dois anos, sendo que no primeiro, de caráter prático, eram ensinados os princípios de *Ética Sagrada* e os *Mandamentos da Santa Madre Igreja* e no segundo, a parte *Sacramental* e a da *Moral Casuística*. No final dos estudos dessa ciência, assim como nos de Filosofia, os alunos aprovados deveriam fazer conclusões públicas de uma dissertação ou tese.

---

<sup>336</sup> Ibidem, fl. 20v.

<b>Quadro dos alunos matriculados na aula de Teologia Dogmática, dos examinados prontos e dos que saíram de 1855-1863<sup>337</sup></b>					
<b>Ano de Matrícula</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Saíram Prontos</b>	<b>Com algum aproveitamento</b>	<b>Saíram sem aproveitamento</b>	<b>Restaram</b>
1855	6	-	2	2	2
1856	-	-	-	-	
1857	-	-	-	-	(*)
1858	-	-	-	-	
1859	-	-	-	-	
1860	2	2	-	-	
1861	1	1	-	-	
1862	2	1	-	1	
1863	1	1	-	-	

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 10, fl. 23v. ACBM – Acervo do IPDAC, pasta 150, doc. 937.

<b>Quadro dos alunos matriculados na aula de Teologia Moral nos anos de 1855-1863 e dos seus destinos</b>				
<b>Ano de Matrícula</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Saíram Prontos</b>	<b>Saíram sem aproveitamento</b>	<b>Restaram</b>
1855	9	1	3 (1 destes faleceu)	5
1856	-	4	-	1
1857	3	-	-	4
1858	-	-	-	4
1859	-	2	-	2
1860	1	1	-	2
1861	3	-	-	5
1862	-	2	-	3
1863	-	2	-	1

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 11, fl. 24. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>337</sup> Os alunos matriculados devem ser entendidos como alunos novos, devendo a estes ser acrescidos os remanescentes dos anos anteriores. Os alunos que “restaram” eram aqueles que perdiam o ano letivo por não terem realizados os exames com o necessário aproveitamento.

(\*) Esta cadeira esteve unida à de Teologia Moral durante este tempo e foram dadas lições de Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos.

A **Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos** era a parte do Curso Teológico dedicada ao estudo das Sagradas Escrituras, bem como ao esclarecimento e à interpretação da Bíblia.<sup>338</sup> Esta cadeira, até ao ano de 1863, não havia sido criada, deixando, consequentemente, de integrar o plano de estudos do Seminário. Tendo em conta a sua importância para o Curso Teológico, foi unida à de História Sagrada e lecionada, gratuitamente, pelo Lente de Teologia Dogmática e Moral, Pe. Ernesto Camillo Barreto, de 1854 a 1855. Este Lente deixou a regência daquela cadeira no ano de 1856, para se dedicar ao ensino de Dogma e Moral, Retórica e Eloquência Sagrada. Para substituí-lo, foi nomeado interinamente, através da Provisão de 18 de janeiro de 1856, o Pe. Joaquim Antônio da Silva Rondon.

Considerando a inexistência de compêndio para aquela disciplina, o Bispo de Cuiabá decidiu adotar o *Tratado de Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos*, de autoria do Pe. Ernesto Camillo Barreto, o qual foi aprovado oficialmente pela Carta Pastoral de 7 de maio de 1856. Tal compêndio recebeu a aprovação imperial pelo Aviso de 29 de novembro de 1858.<sup>339</sup>

Não tendo sido contemplada pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, apesar dos insistentes pedidos e desmedidos esforços diligenciados pelo Bispado junto do Governo Imperial, o titular da cadeira, Padre Rondon, deixou a sua regência para assumir a de Latim. Esse deslocamento do mestre proporcionou a vacância, cumulativamente, das cadeiras de História Sagrada e Exegética. Tal situação levou o Pe. Ernesto Camillo Barreto a manifestar o seu desagrado, porquanto as considerava fundamentais e pré-requisito para os estudos religiosos:

[...] especialmente quando a quantia despendida com as cadeiras criadas pelo dito decreto é de 8:600\$000 réis aquém da de 10:000\$000 réis consignada

---

<sup>338</sup> Enciclopédia Brasileira Mérito, Vol. 8, p. 265.

<sup>339</sup> Jornal *A Cruz*. “O Seminário da Conceição”. Cuiabá, 31 de julho de 1932, nº 1.039. APMT – Acervo de Jornais.

pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1875, § 20, artigo 3º, anterior ao Decreto nº 2.245.<sup>340</sup>

A cadeira ficou vaga entre os anos de 1859 a 1861, data em que o Pe. Ernesto convidou um dos melhores alunos formados no Seminário, o Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro, para lecioná-la gratuitamente. A sua reinstalação ocorreu a 8 de março de 1862, tendo o Imperador na circunstância alertado:

[...] o Governo Imperial altamente aprecia o zelo com que V. Exa. Revma. promove a educação do Clero de sua Diocese, facilitando-lhe com a aceitação dos mencionados serviços mais o conhecimento de um ramo do Curso Teológico, que por motivos especiais não se acha ainda compreendido no plano dos estudos decretados para esse Seminário, não podendo por isso o dito Padre pretender uma retribuição enquanto não for alterado este plano.<sup>341</sup>

Os Estatutos de 1863 contemplaram a cadeira de Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos associada à de História Sagrada, porém, pelo Decreto nº 3.073, de 22 de abril de 1863, as mesmas foram desagregadas, permanecendo a de Teologia Exegética isolada, visto que era ministrada sem aprovação imperial, continuando a ser lecionada no decurso de um ano.<sup>342</sup> O compêndio adotado era o já mencionado, elaborado pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, sendo escolhidos como expositores, Gousset, Bailly e Apstract. Os seus exercícios consistiam em lições diárias, sabatinas, dissertações e reparações, na terceira quinta-feira de cada mês.<sup>343</sup>

---

<sup>340</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, na categoria de Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 11. APMC, Cx. 139.

<sup>341</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, dando ciência da não remuneração do regente da cadeira de Teologia Exegética, ministrada no Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1862. APMC – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 971A.

<sup>342</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, fl. 30. APMC – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc., 937.

<sup>343</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto na categoria de Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 11v. APMC, Cx. 139.

<b>Quadro dos alunos matriculados nas aulas de História Sagrada e Exegética nos anos de 1855 – 1863 e dos seus destinos</b>					
<b>Ano de Matrícula</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Saíram prontos</b>	<b>Saíram com aproveitamento</b>	<b>Saíram sem aproveitamento</b>	<b>Restaram</b>
1855	7	5	1	1	-
1856	3	-	-	1	2
1857	-	1	-	-	1
1858	-	1	-	-	-
1859	Vaga	-	-	-	-
1860	Vaga	-	-	-	-
1861	Vaga	-	-	-	-
1862	2	2	-	-	-
1863	-	-	-	-	-

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro nº 13, fl. 24v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

A leitura do quadro acima permite concluir que, dos sete alunos matriculados em 1865, cinco formaram-se padres, um terminou com aproveitamento, porém, não seguiu a carreira eclesiástica e o restante não obteve aproveitamento. Dos três matriculados em 1856, um saiu sem aproveitamento, remanescendo os dois restantes para os anos seguintes, saindo prontos, respectivamente, em 1857 e 1858. Os dois alunos matriculados em 1862, concluíram o curso, saindo prontos.

A História Sagrada compreendia o estudo do Antigo Testamento (desde a criação do mundo) e do Novo Testamento (até a ascensão de Jesus Cristo), ponto de partida para a História Eclesiástica.<sup>344</sup>

Devido ao fato da cadeira de História Sagrada não ter sido contemplada pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, foi, desde 1854, regida gratuitamente e imbuída nas

<sup>344</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá pelo Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 8 de novembro de 1965. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 42v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

aulas de Exegética, Religião e Lugares Teológicos, como complemento do Curso Teológico. A sua efetiva criação ocorreu apenas em 22 de abril de 1863, através do Decreto nº 3.073, que veio separá-la da de Teologia Exegética e anexá-la à cadeira de História Eclesiástica.

Na sua trajetória, podem ser destacados três momentos:

O primeiro período, de 1854 a 1855, decorreu sob a regência do Pe. Ernesto Camilo Barreto; o segundo período, de 1856 a 1858, sob a regência do Pe. Joaquim Antônio da Silva Rondon; ficou vaga de 1859 a 1861 por falta de alunos matriculados; o terceiro período compreendia o ano de 1862 sob a regência do Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro.<sup>345</sup>

Quando era regida pelo Pe. Rondon, no ano de 1864, a cadeira de História Sagrada contava apenas com um aluno matriculado, porém, no ano seguinte a mesma vagou, devido ao fato de não surgirem quaisquer pretendentes a concurso, não obstante a existência de dois alunos matriculados. No sentido de que estes não perdessem o ano letivo, o Pe. Ernesto disponibilizou-se para regê-la.<sup>346</sup> Em 1866, o Cônego Manoel Pereira Mendes lecionou-a na categoria de substituto, uma vez que não havia ainda surgido professor concursado.<sup>347</sup>

O compêndio utilizado foi o do Presbítero Roquette que, na opinião do Pe. Camillo Barreto:

[...] nada deixa a desejar. Além da precisão e exatidão, suas notas são fontes ou mananciais de clareza para a história e um rico tesouro para os costumes e para a teologia ascética.<sup>348</sup>

---

<sup>345</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 21. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>346</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, na categoria de Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 42v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>347</sup> Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição (1863 – 1865), fls. 35 e ss. APMC, Cx. 139.

<sup>348</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, na categoria de Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 43. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.



A **História Eclesiástica** compreendia o estudo de todos os acontecimentos da Igreja, iniciando com a Ascensão de Jesus Cristo. Formava, em conjunto com Instituições Canônicas, uma única cadeira desde que fora criada no ano de 1858 e instalada no ano seguinte, tendo aquelas sido desmembradas através do Decreto Imperial nº 3.073, de 22 de abril de 1863, ficando a História Eclesiástica unida à de História Sagrada.<sup>349</sup>

Era Lente proprietário desta cadeira, desde a sua instalação, o Cônego Manoel Pereira Mendes, porém, com o citado Decreto, o mesmo optou pela regência de Instituições Canônicas, continuando, extra-oficialmente, na sua regência, como substituto, até ao ano de 1866, dado que a cadeira não incorporara Lente efetivo, mesmo tendo sido posta a concurso por duas vezes.<sup>350</sup>

Consistiam, os seus exercícios, em lições diárias, sabatinas e reparações no segundo sábado de cada mês. O manual adotado era de autoria de Lhomond, sendo os expositores Ducreux e o Abade Henrion. Na avaliação do Pe. Ernesto, o citado compêndio não era adequado, por conter:

Muitas inexatidões de fatos, e com especialidade de datas, nele se encontram. Os anacronismos são frequentes aí, como temos verificado em diversas reparações, porém, infelizmente não temos outro. O zelo do Lente, que leu a matéria, seus estudos anteriores feitos nela desde 1859 até 1863, quando optou pela de Instituições Canônicas, suprimam as faltas encontradas, de maneira que ainda no exame final o aluno não mostrou-se senhor de uma doutrina diversa da de seu compêndio, que a ser adotado teria de sofrer terríveis embates dos arguentes. O compêndio dá o Cisma do Ocidente 20 anos antes da sua existência em 1358, quando é certo que ele começou depois da morte de Gregório XI, que teve lugar em 1378, com a eleição de Urbano VI e Clemente VII. Daqui parte de anacronismo em anacronismo; além do que é omissa em muitas coisas essenciais, e superabundante em fatos só especiais da Igreja Francesa. Com mais vagar talvez se possa descobrir outro mais metódico e exato.<sup>351</sup>

---

<sup>349</sup> Ibidem, fl. 42v.

<sup>350</sup> Ibidem.

<sup>351</sup> Ibidem, fls. 42v - 43.

A História Eclesiástica era de suma importância para a formação sacerdotal, uma vez que compreendia noções básicas para a compreensão do processo histórico. Já avaliava o Pe. Manoel Pereira Mendes no momento da abertura das aulas, em 1859:

Hoje, neste respeitável quão tremendo lugar, me apresento a fim de dar princípio ao Curso Teológico-Histórico e dissertar sobre a utilidade que nos oferece esta Ciência, Ciência dos fatos da Religião e da Igreja de Jesus Cristo desde sua fundação, ou desde a gloriosa ascensão do Filho de Deus, até os nossos dias. Sim, Srs., é da História Universal da Igreja que eu venho hoje falar-vos, desta Ciência que forma a base de todo o Curso Teológico, cuja leitura e instrução nos torna cidadãos de todos os países, contemporâneos de todos os homens grandes, e testemunhas de todos os sucessos notáveis, e qual será o homem de qualquer qualidade que seja, a quem ela não convenha? [...] A utilidade desta tão nobre Ciência é assaz conhecida hoje de todos os teólogos, e de todos aqueles que, consultando o seu mesmo sentimento, não quisessem ocultar a verdade, porque ela não é menos necessária para estabelecer a doutrina cristã, do que para conservá-la, tanto pelo que respeita aos dogmas, como pelo que tende a disciplina e aos costumes; a sua leitura nos mostra qual fora a verdadeira doutrina da Igreja de Jesus Cristo até nós.<sup>352</sup>

O número de alunos matriculados na cadeira de Instituições Canônicas e História Eclesiástica foi sempre reduzido, em consequência das adversidades que sofreu ao longo da sua existência.

<b>Quadro dos alunos matriculados nas aulas de Instituições Canônicas e História Eclesiástica nos anos de 1859 – 1863 e dos seus destinos</b>				
<b>Ano de matrícula</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Saíram prontos com aproveitamento</b>	<b>Saíram sem aproveitamento</b>	<b>Restaram</b>
<b>Instituições Canônicas</b>				
1859	2	-	-	2

<sup>352</sup> Oração de sapiência proferida pelo Pe. Manoel Pereira Mendes, Lente da cadeira de História Eclesiástica e Instituições Canônicas do Seminário Episcopal da Conceição, no momento de abertura do Curso Teológico. Cuiabá, 3 de março de 1859. Livro de Registro dos Discursos Pronunciados no Seminário Episcopal da Conceição, fl. 8 – APMC, Cx. 139.

1860	2	2	-	2
1861	-	-	2	-
1862	-	-	-	-
1863	-	-	-	-
<b>História Eclesiástica</b>				
1959	4	3	-	1
1860	-	-	1	-
1861	1	1	-	-
1862	1	1	-	-
1863	1	1	-	-

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1865-1865), quadro n.º 12, fl. 24. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

A cadeira de **Instituições Canônicas**, também denominada de Teologia Canônica, tinha como objeto de estudo as *Leis e Usos da Igreja*.<sup>353</sup> Criada pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, formava com a História Eclesiástica uma única cadeira, lecionada no período de dois anos. No primeiro, ministravam-se os conhecimentos relativos às Instituições Canônicas, sendo que no segundo, eram abordadas noções de História Eclesiástica. Após o Decreto nº 3.073, de 22 de abril de 1863, foram separadas, passando a História Eclesiástica a ser ministrada em um ano.

O primeiro Lente a reger esta cadeira, em módulo duplo, designadamente, Instituições Canônicas e História Eclesiástica, foi o Cônego Manoel Pereira Mendes, nomeado por Provisão do Bispo, de 5 de janeiro de 1859. Tendo optado, em 1863, por reger apenas o módulo de Instituições Canônicas, foi substituído no de História Eclesiástica pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto.

Após as alterações sucedidas nos Estatutos em 1865, esta cadeira passou a ser regida isoladamente no decurso de dois anos. No primeiro ano estudavam-se as *Figuras Sagradas* e,

<sup>353</sup> Enciclopédia Brasileira Mérito, Vol. 8, p. 265.

no segundo, as *Causas Sagradas* e o *Juízo Eclesiástico*. Os seus exercícios compunham-se de lições diárias, sabatinas, dissertações e reparações no terceiro sábado de cada mês. Ficou vaga, de 1871 a 1874, por falta de alunos. O manual outrora utilizado, *Compêndio do Direito Eclesiástico*, de autoria de Jerônimo Vilela de Castro Tavares foi, por solicitação do Pe. Ernesto Camillo Barreto, substituído por *Elementos do Direito Canônico*, de autoria do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo (Conde de Irajá). Os expositores escolhidos foram Dom Manuel do Monte Calvário, Van-Espen e Bergier.<sup>354</sup>

A **Liturgia**, também conhecida como Teologia Litúrgica, era a componente da Teologia que explicava as fórmulas de orações e as cerimônias do culto católico.<sup>355</sup>

O **Canto Gregoriano**, também designado por Canto-chão, circunscrevia-se à harmônica, parte da música que aborda a conjugação das vozes com os sons, permitindo constituir uma imensa variedade de concordâncias e harmonias. Gilberto Luiz Alves, ao referir-se ao ensino do Canto no Seminário de Olinda, advertia que tal conceito tinha por base uma recomendação manifestada pelo Concílio de Trento e que, para além da atividade que estava subjacente a tal ensino, cabia ao professor a responsabilidade de, ensinar também, todas as cerimônias práticas respeitantes ao coro, bem como as inerentes à celebração da missa.<sup>356</sup>

As componentes referidas, constituíam a cadeira de Liturgia e Canto Gregoriano, criada pelo Decreto nº 2.245 que seria, de acordo com aquele, ministrada em dois anos, sendo o primeiro voltado para o ensino do Canto e o segundo para a Liturgia. Porém, apesar de integrar o plano de estudos, o Canto Gregoriano nunca funcionou no Seminário mato-grossense por falta de professor habilitado. Assim sendo, a cadeira de Liturgia era ministrada individualmente.

Em 1859, o Pe. Ernesto Camillo Barreto, com o aval do Bispo Dom José Antônio dos Reis, escreveu ao Marquês de Santa Cruz, Arcebispo da Bahia, solicitando um sacerdote para reger o Canto Gregoriano. Aquele Bispo baiano enviou um professor com esse objetivo,

---

<sup>354</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 21 e 30. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>355</sup> Enciclopédia Brasileira Mérito. Vol. 8, p. 265.

<sup>356</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *Op. cit.*, p. 111.

porém, este, quando chegou a Montevideu e tomou conhecimento das notícias que aí circulavam sobre a insalubridade do clima e a carestia de víveres em Mato Grosso, acabou por lá ficar, desistindo de ir para aquela província. Em 1861, quando se encontrava na Corte, o Pe. Ernesto insistiu para que o referido sacerdote prosseguisse a sua viagem do Uruguai para Mato Grosso, tendo-se disponibilizado, com esse propósito, para pagar-lhe o transporte e o que necessitasse para a sua transferência. Porém, o dito padre nunca aportou em terras mato-grossenses, recusando a proposta feita por aquele Protonotário Apostólico.<sup>357</sup>

Um dos fatores que contribuiu para a ausência de professor para o Canto Gregoriano deve-se à determinação do Decreto nº 2.245 (art.º 2º), segundo o qual o salário fixado para a regência dessa cadeira era de 1:000\$000, sendo que para as demais o ordenado perfazia 1:200\$000. Considerando que Liturgia e Canto Gregoriano se constituíam numa única cadeira, o professor da primeira seria remunerado com o salário de 750\$000, sendo que o de Canto receberia apenas 250\$000. Supostamente, para além das razões apontadas, esse foi um dos principais motivos que contribuíram para a desistência do sacerdote, bem como para a prolongada vacância daquele cargo.

Em relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, no ano de 1865, o Pe. Ernesto assim se expressou com relação a essa situação:

Não há dias em que se não sinta falta de um professor de Canto no Seminário e, infelizmente, este mal será de longa duração, atentas às condições de longitude desta província e à nenhuma garantia que oferece a insignificante quantia de 250\$000 réis para se fazer aquisição de um professor de Canto para ela.<sup>358</sup>

No que concerne ao ensino da Liturgia, esta, devido à falta de Lentes Habilitados, só foi instalada no ano de 1863, quando, a 26 de janeiro, Dom José Antônio dos Reis nomeou para regê-la, o Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro. O Pe. Ferro teve muita dificuldade

---

<sup>357</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário, Pe. Ernesto Camilo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fls. 7v-8. APMC, Cx. 139.

<sup>358</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, fl. 42v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

ao lecionar a Liturgia, pela absoluta falta de compêndios, pois “[...] com grande trabalho formulou apostilas e por elas regeu-se”.<sup>359</sup> Apesar de ter assumido oficialmente a cadeira de Teologia Moral, continuou o Pe. Ferro a lecioná-la como substituto.

Foram, em 1863, matriculados apenas três alunos na disciplina de Liturgia e Canto Gregoriano, sendo que apenas um deles foi aprovado e, os dois restantes, reprovados. No ano seguinte, matricularam-se apenas os dois alunos reprovados em 1863, terminando um deles com aprovação, não se tendo o outro, apresentado a exame.<sup>360</sup>

O número de alunos aumentou para cinco em 1865, sendo que três abandonaram a aula, alistando-se um deles como Voluntário da Pátria nas fileiras que combatiam o Paraguai, submetendo-se os dois restantes aos exames, de que saíram aprovados.<sup>361</sup>

Com as alterações ocorridas nos Estatutos em 1865, a Liturgia passou a ser ministrada de forma isolada, em dois anos, uma vez que o Canto Gregoriano nunca chegou a ser instalado. No primeiro ano estudavam-se as *Cerimônias do Ofício Divino* e, no segundo, os *Ritos Especiais, teoria e prática da confecção do calendário, prática da recitação do Ofício Divino, compreendendo a missa*. Os seus exercícios consistiam em lições diárias e sabatinas mensais.<sup>362</sup>

**Retórica e Eloquência Sagrada** – Embora alguns autores tratem da Retórica e da Eloquência como disciplinas similares, ambas possuíam diferentes sentidos no concerne à sua aplicação pedagógica. A Retórica é a arte do bem falar em público, a arte que expõe as regras do bem dizer. No Seminário Episcopal da Conceição fazia parte do Curso Secundário e era voltada para a preparação dos alunos, no sentido de que estes tivessem uma boa expressão

---

<sup>359</sup> Relatório apresentado pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 21v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>360</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, fl. 30. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>361</sup> Relatório apresentado pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 42. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>362</sup> Relatório apresentado pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 21v-22. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

verbal e escrita, requisito fundamental para a realização dos exames preparatórios aos cursos superiores que exigiam, além do escrito, o exame oral. O candidato deveria, para ser aprovado, dominar o vernáculo tanto na sua parte gramatical quanto na sua expressão oral, que deveria ser feita com elegância e competência. No plano de estudos do Seminário mato-grossense era ministrada, tendo como pré-requisito, a cadeira de Latim. Dizia o Pe. Joaquim da Silva Rondon, Lente de Gramática e Língua Latina, quando se referia ao ensino da Retórica:

A Retórica ajudar-vos-á, por meio de suas regras, a exprimir com elegância e de um modo conveniente aos vossos pensamentos, qualquer que seja o fim que tenhais, expondo-os, ou persuadir, ou convencer, ou deleitar. O ultimum, pois de vossas lucubrações será a maior recompensa de vossos esforços e uma coroa de glória e triunfo para nós e para os vossos pais, e para o nosso Digno Prelado um padrão [rasurado] para unir-se a tantos outros que as suas luzes e virtudes lhe têm granjeado.<sup>363</sup>

O estudo da Eloquência Sagrada era destinado aos futuros sacerdotes e objetivava ensinar ao seminarista, a arte, talento ou ação do bem falar, especialmente na arte do convencimento e da argumentação, para a qual se exigia, não somente habilidade na oratória, mas também, a capacidade de problematizar e apresentar questões ou temas, de forma adequada.<sup>364</sup> Tal se devia ao fato de que, a Eloquência Sagrada fornecia ao futuro padre, os fundamentos argumentativos para a pregação do Evangelho, por norma feita durante a missa, tendo por vezes a necessidade de recorrer também à sua capacidade de persuasão. O ensino desta matéria era dado após o aluno ter concluído o curso de Retórica, no qual se consolidaria a Eloquência Sagrada.

Tendo também sido criada pelo Decreto nº 2.245, a cadeira de Retórica e Eloquência Sagrada, teve como o seu primeiro Lente, o Bacharel baiano Antônio José Barbosa de

---

<sup>363</sup> Oração de Sapiência proferida pelo Pe. Joaquim da Silva Rondon, Lente de Gramática e Língua Latina do Seminário Episcopal da Conceição, no momento da abertura do Curso de Preparatórios. Cuiabá, 3 de fevereiro de 1859. Livro de Registro dos Discursos Pronunciados no Seminário Episcopal da Conceição, fl. 7v. APMC, Cx. 139.

<sup>364</sup> Enciclopédia Brasileira Mérito, Vol. 7, p. 540 - 541.

Oliveira, nomeado pelo Bispo Dom José Antônio dos Reis, a 16 de fevereiro de 1859, ocorrendo a sua instalação em 3 de março daquele mesmo ano.<sup>365</sup>

Foi já sob a regência desse Bacharel, que se matricularam naquela disciplina, apenas 3 alunos que não chegaram a completar o respectivo curso, em virtude da opção feita pelo seu Lente, pelo cargo de Juiz Municipal do Termo de Cuiabá, em detrimento do cargo de Professor, o que esteve na origem da vacância daquela cadeira no período 1860 a 1861.<sup>366</sup>

Foi nomeado para regê-la, em 1862, o Pe. Bernardino José Soares, por Provisão do Bispo de 14 de janeiro de 1862, merecendo a mesma, nova instalação, em 6 de março do mesmo ano. Um novo contratempo, desta vez de âmbito pessoal (mudança de residência para o Rio de Janeiro) levou o referido Lente a requerer a sua exoneração. Como seu substituto, assumiu-a o Pe. Ernesto Camillo Barreto que a regeu, de 15 de novembro de 1863, data da citada exoneração, até 8 de abril de 1864, altura em que tomou posse, como proprietário da cadeira, o Pe. José Maria Viegas, tendo como seu substituto o Cônego Manoel Pereira Mendes.<sup>367</sup>

Em conformidade com o artigo 80 dos Estatutos de 1863, o ensino daquela cadeira continuou a realizar-se em dois anos, respeitando a ordem dos pré-requisitos anteriores. Pelos artigos 81 a 84, os exercícios consistiam em lições diárias, sabatinas, dissertações quinzenais e reparações exercitadas no primeiro sábado de cada mês. No que concerne aos compêndios utilizados, até ao ano de 1862, consta para Retórica, o de autoria de Francisco Freire de Carvalho e para Eloquência Sagrada, o do Presbítero Roquette. No entanto, tais manuais, não agradaram ao Pe. Ernesto Camillo Barreto que os considerava insatisfatórios, devendo o primeiro ser substituído pelo de autoria de Le Clerc. Pelas dificuldades de se conseguir este compêndio, o Pe. Ernesto resolveu preparar um livro único, no qual seriam considerados os

---

<sup>365</sup> Ofício da Presidência da Província de Mato Grosso ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, comunicando a nomeação do professor da cadeira de Retórica e Eloquência Sagrada. Cuiabá, 18 de fevereiro de 1859. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 983.

<sup>366</sup> Relatório apresentado ao Bispo Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes do mesmo estabelecimento, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, fl. 20. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>367</sup> Idem.



fundamentos das duas matérias que compunham a cadeira. No entanto, pela falta de recursos para a sua impressão, o Protonotário Apostólico deixou de fazê-lo.<sup>368</sup>

Apesar das dificuldades com que se deparou, no curso ministrado no ano letivo de 1863, foram utilizadas apostilas de autoria do referido Padre Ernesto. Para as suas aulas, serviram de expositores, Quintiliano, Le Clerc e Blair.<sup>369</sup> A partir da regência do Pe. José Maria Viegas, o material didático constituiu-se das citadas apostilas, com a readoção dos compêndios de autoria de Freire Carvalho e de Roquette em 1865. No decurso da nossa investigação, verificamos que o número de alunos matriculados nessa cadeira sempre foi pouco significativo, em média, um por ano. No ano de 1865, o único aluno matriculado não concluiu o curso porque, ao fim da 24ª lição, deixou de comparecer às aulas.<sup>370</sup>

Tendo o Pe. Viegas, o proprietário daquela cadeira, deixado a sua regência em finais de 1866 e, no impedimento do seu substituto, a mesma ficou vaga a partir de 1867, porquanto, apesar de diversas vezes ter sido colocada a concurso, nenhum candidato se apresentou. Somente em setembro de 1874, foi provida na pessoa do Reverendo Simão Moreira da Rocha.<sup>371</sup>

Foram vários, supostamente, os motivos que contribuíram para a falta de Lentes na lecionação desta cadeira, nomeadamente, a distância que separava a Província de Mato Grosso dos grandes centros urbanos, bem como dos centros de decisão do país, a dureza do clima quente e a grande dificuldade de aquisição dos bens essenciais, aliada ao modo peculiar de vida do povo da região, considerado por alguns demasiado primitiva e pouco ambiciosa,

---

<sup>368</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 6v. APMC, Cx. 139.

<sup>369</sup> Relatório apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 20. APMC – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>370</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes daquele estabelecimento, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl.42. APMC – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>371</sup> Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 21 de dezembro de 1874, fl. 55. APMC, Cx. 139.

foram, em nosso entendimento, alguns desses motivos, aos quais acresceu ainda a Guerra com o Paraguai que desestabilizou todo o funcionamento da Província. A escassez de professores refletia-se também no interesse dos alunos, pois tal insegurança não os motivava para a frequência dessa cadeira. Por outro lado, muitos eram os alunos que, frequentando o Seminário, não pretendiam seguir a vida sacerdotal, usando-o apenas como via de acesso aos cursos superiores oferecidos pelas principais faculdades do Império.

<b>Quadro dos alunos matriculados na aula de Retórica, examinados prontos e dos que saíram de 1859 – 1863</b>					
<b>Ano de Matrícula</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Saíram com algum aproveitamento</b>	<b>Saíram sem aproveitamento</b>	<b>Saíram prontos</b>	<b>Restaram</b>
1859	3	2	1	-	-
1860	-	-	-	-	Vaga
1861	-	-	-	-	Vaga
1862	2	1	-	1	-
1863	1	-	-	1	-

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 9, fl.23. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

O ensino da **Gramática e Língua Latina** pressupunha o domínio básico da Língua Portuguesa que era melhor estudada e aprofundada a partir do Latim.

Segundo Alves, sobre o ensino da Gramática Latina no Seminário de Olinda, “[...] trata-se da necessidade de fundar o ensino do Latim sobre o domínio da Língua Nacional”.<sup>372</sup>

Em conformidade com o Relatório do Presidente da Província mato-grossense, Joaquim Raimundo De Lamare, na abertura da Assembleia Legislativa, em 1859, o ensino

<sup>372</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *Op. cit.*, p. 120.

secundário propedêutico era ministrado, antes do Seminário, através de cadeiras avulsas públicas e particulares:

Existem em toda a Província 3 cadeiras de instrução secundária, sendo na capital, uma de Filosofia, que contava com 12 alunos, e outra de Latim e Francês, que foi freqüentada por 44 discípulos, dos quais 19 se aplicaram simultaneamente ao Francês; e mais outra em Poconé freqüentada apenas por 3 alunos, cujo professor foi demitido em observância da Lei nº 4, de 29 de abril de 1837. Além das cadeiras públicas que ficam mencionadas, existiu a particular e gratuita de Latim do Reverendo Pe. Mestre Joaquim Antônio da Silva Rondon, freqüentada por 15 alunos [...]. Agora que se acha já funcionando o Seminário Episcopal com suficiente número de cadeiras para a instrução da mocidade que pretenda obter uma educação regular e apurada, torna-se ao meu ver, por muito tempo desnecessária não só à criação do Liceu, decretada pela Lei nº 2 de 5 de julho de 1848, mas ainda a conservação das cadeiras públicas de Latim, Francês e Filosofia desta capital; já porque seus professores foram nomeados para as cadeiras daquele Estabelecimento, já também porque, sendo difícil obterem-se outros, seria a conservação dessas cadeiras uma despesa impropícia e não compatível com as nossas limitadas circunstâncias.<sup>373</sup>

Com a abertura efetiva da cadeira de Latim no Seminário Episcopal, em 1859, apenas uma outra aula dessa matéria persistia na capital, no ano de 1860, ministrada a título particular e gratuito pelo Rev.do Pe. Mestre Joaquim Antônio da Silva Rondon e freqüentada, naquele ano por 15 alunos, sendo que a de Poconé já não funcionava por falta de professor. Com a Resolução Provincial nº 6, de 20 de junho de 1861, que suprimia as cadeiras de Latim, Filosofia e Francês, todas as disciplinas de nível secundário deixaram de existir na Capital, salvaguardando-se apenas as lecionadas no Seminário, daí resultando a colocação dos então alunos do Mestre Rondon, naquela Instituição em virtude daquele Professor ter sido nomeado para ali lecionar a mesma cadeira.<sup>374</sup>

Criada no Seminário Episcopal da Conceição pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858 e instalada a 3 de fevereiro do ano seguinte, a cadeira de Latim teve como seu primeiro Lente o acima referido Pe. Joaquim Antônio da Silva Rondon que, antes

---

<sup>373</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo De Lamare, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1859. APMT – Relatórios.

<sup>374</sup> Relatório apresentado pelo Inspetor Geral dos Estudos, Joaquim Gaudie Ley ao Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 27 de fevereiro de 1860. APMT – Relatórios.

lecionava esta matéria na rede particular da Capital. Foi nomeado interinamente, por Provisão do Bispado de Cuiabá, nos termos do artigo 3º do supracitado Decreto, em 5 de janeiro de 1859.<sup>375</sup>

No rol das disciplinas secundárias, o Latim era uma cadeira importante, dado que integrava o conjunto das exigidas nos concursos de ingresso aos cursos superiores do Império. O seu estudo era, também, essencial no Curso Teológico dos Seminários Imperiais, pois grande parte dos textos bíblicos eram escritos em latim, além da missa ser celebrada e cantada nessa língua. O Pe. Joaquim Antônio da Silva Rondon, seu regente, ilustra bem o significado dessa cadeira no interior do ensino secundário e também do teológico, quando declara:

A Língua Latina, ainda que decaída da sua pureza, conservou-se no ofício divino e nos livros eclesiásticos [...]. Um pensamento errôneo se tem vulgarizado, que o estudo da Língua Latina é desnecessário, porque ela é hoje uma língua morta. Como poderá ser desnecessário o conhecimento de uma língua, o mais poderoso e indispensável auxiliar na carreira literária? Inútil e desnecessário o conhecimento de uma língua em que estão estampados eternos modelos de eloquência, poesia e história? De uma língua, a mais harmônica da antigüidade, de onde a nossa deriva sua origem e fecundidade, a qual, segundo a bela expressão do poeta português – “com pouca corrupção crê que é latina”. Inútil o estudo de uma língua cuja sorte por uma notável coincidência andou sempre a par ou do esplendor, ou do eclipse das letras e ciências. Quase sepultada debaixo das ruínas da antiga literatura, a língua dos Cíceros e Virgílios ressurgue com elas nos séculos 15 e 16, ou antes, foi a precursora e aurora do seu feliz renascimento, e tanta é a sua recíproca afinidade, que à exceção de um Boursault, ou de algum outro nome conhecido na república literária, será difícil citar um sábio distinto em qualquer gênero, ou ainda um artista célebre que não conhecesse essa língua admirável. Desconhecer, pois, a necessidade de aprender-se uma língua que reúne tudo que há de mais belo, sublime e harmonioso na língua vernácula, é assemelhar-se a esses filhos ingratos, que pagam com a mais negra gratidão para com sua mãe aquelas dores apreciáveis, que ela lhes prodigaliza. O estudo do Latim só como estudo de Latim, será sempre de incontestável vantagem para as profissões literárias, para as classes chamadas a dar os elementos dessa aristocracia da inteligência e de gosto, que se forma no meio do mundo democrático; mas para as classes que se destinam aos mil e diversos misteres da vida, o comércio, a indústria, as ciências, até mesmo as artes, e ainda os empregos subalternos da hierarquia administrativa, para esses mil indivíduos, que na vida afanosa que devem seguir, nunca terão

---

<sup>375</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862. fl. 2. APMC, Cx. 139.

tempo de recriar a imaginação com os velhos escritos do antigo Lácio, o Latim, se não oferecer utilidade alguma como Latim, ao menos servir-lhes-á como melhor dos exercícios a que se podem consagrar [...].<sup>376</sup>

No âmbito dos Estatutos de 1863, no seu artigo 48º, o curso de Latim foi dividido em três anos, distribuídos em quatro decúrias de rudimentos e quatro seções de tradução, assim organizadas:

<b>Decúrias</b>	
1ª Decúria	Argumentação de nominativos e gêneros
2ª Decúria	Verbos e sílabas
3ª Decúria	Sintaxe de regência e concordância
4ª Decúria	Metificação, mitologia e sintaxe figurada
<b>Seções de Tradução</b>	
1ª Seção	Eutrópio
2ª Seção	Cornélio e Pedro
3ª Seção	Salústio e Cícero
4ª Seção	Tito Lívio, Virgílio, Horácio e Ovídio

O Pe. Ernesto já havia proposto, em 1862, essa distribuição para o ensino do Latim. A criação das decúrias para os exercícios diários das noções gramaticais, seria “[...] um dos

<sup>376</sup> Oração de sapiência proferida pelo Pe. Joaquim Antônio da Silva Rondon, Lente de Gramática e Língua Latina do Seminário Episcopal da Conceição, no momento de abertura das aulas do Curso de Preparatórios. Cuiabá, 3 de fevereiro de 1859. Livro de Registro dos Discursos Proferidos no Seminário Episcopal da Conceição, fls. 5v - 7v. APMC, Cx. 139.

mais poderosos elementos do progresso”.<sup>377</sup> A divisão das classes de tradução, além de ser um estímulo à aprendizagem era, à primeira vista, no entendimento do Protonotário Apostólico, adequada ao bom regimento da aula e, seria vantajoso diferenciar o nível de aproveitamento do aluno, facilitando deste modo o trabalho do Lente.

Seguramente, aquela metodologia de ensino tinha por base o método de ensino mútuo, também conhecido por lancasteriano, segundo o qual, os alunos mais avançados na matéria teriam a responsabilidade de ensinar os mais atrasados, o que permitia não só uma maior disponibilidade do professor para as tarefas inerentes à organização do processo de ensino-aprendizagem, como contribuía também para que um maior número de alunos pudesse frequentar as aulas.

Conforme estabelecido pelos Estatutos modificados no ano de 1865, no seu artigo 32º, o curso de Latim alargou-se por mais um ano, perfazendo um total de quatro anos. No quinto ano do curso de preparatórios, os alunos que manifestassem dificuldades poderiam ter ainda assistência ou revisão das matérias desta disciplina. O curso de Latim passou assim, a compreender 2 classes de gramática, 4 decúrias teóricas e práticas, além de 4 classes de seção de tradução, organizadas da seguinte forma:

---

<sup>377</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 4 - 4v. APMC, Cx. 139.

<b>Classe de Gramática</b>		
<b>Decúrias Teóricas</b>	<b>Classes de Tradução</b>	<b>Exercícios práticos em Chrestomathia</b>
<b>1ª Decúria</b> Suplemento dos movimentos e as declinações dos substantivos; declinações gregas; suplemento dos adjetivos, pronomes, participípios e gêneros.	<b>1ª Seção</b> Clássico: Eutrópio.	<b>1ª Decúria</b> Sobre nomes, declinações e mais objetos da primeira decúria teórica.
<b>2ª Decúria</b> Suplemento dos verbos regulares, irregulares, sílabas e versificação do hexâmetro.	<b>2ª Seção</b> Clássicos: Cornélio e Pedro.	<b>2ª Decúria</b> Sobre verbos em geral; exercícios de sílabas.
<b>3ª Decúria</b> Suplemento à sintaxe de regência e concordância; versificação em geral; parte de mitologia.	<b>3ª Seção</b> Clássicos: Cícero e Virgílio.	<b>3ª Decúria</b> Exercícios de sintaxe e regência e concordância, por meio de temas ou composições, e de versificação.
<b>4ª Decúria</b> Continuação de mitologia; sintaxe figurada; regras de composição; gramática geral.	<b>4ª Seção</b> Clássicos: Salústio, Tito Lívio e Horácio.	<b>4ª Decúria</b> Construção latina ou versão do português em Latim.

Fonte: Estatutos modificados de 2 de janeiro de 1865. Capítulo VIII, Art.º 37. APMC, cx. 139.

O fato de grande parte dos alunos que se candidatavam à frequência da cadeira de Latim não dominar as competências básicas no que concernia às regras gramaticais da língua portuguesa, constituía uma das maiores dificuldades encontradas no ensino desta cadeira, agravadas pelo abandono precoce por parte de muitos alunos, devido às dificuldades com que se deparavam no seu aprendizado. Por outro lado, na província mato-grossense, era grande a carência dos manuais indispensáveis ao seu ensino. Com o objetivo de ultrapassar este último problema, o Pe. Ernesto Camillo Barreto elencou uma série de medidas voltadas para a regeneração dessa aula, visto que, além das dificuldades já descritas, o professor Rondon

indispôs-se com parte dos alunos e, até mesmo com os seus pais, o que resultou num processo que culminou com o afastamento do professor.<sup>378</sup>

No sentido de ilustrar a situação descrita, recorremos a uma citação de Chervel que explica a relação que deve existir entre professor, aluno e a aplicação de exercícios, indispensável para a análise e interpretação dos papéis por ambos desempenhados:

Se os conteúdos explícitos constituem o eixo central da disciplina ensinada, o exercício é a contrapartida quase indispensável. A inversão momentânea dos papéis entre o professor e o aluno constitui o elemento fundamental desse interminável diálogo de gerações que se opera no interior da escola. Sem o exercício e seu controle, não há fixação possível de uma disciplina. O sucesso das disciplinas depende fundamentalmente da qualidade dos exercícios aos quais elas podem se prestar. De fato, se se chama de exercício toda atividade do aluno observável pelo mestre, há de se convir de bom grado que copiar o curso através do ditado não é, em si, o mais estimulante dos exercícios. Ao contrário, a redação ou a composição, a análise gramatical, a tradução do latim, o problema de aritmética, colocam em jogo a inventividade, a criatividade, a espontaneidade, ou o espírito de rigor nas deduções ou na aplicação das regras.<sup>379</sup>

Com a exoneração do citado mestre, assumiu provisoriamente a cadeira, Joaquim José Rodrigues Calháo, cunhado do Pe. Ernesto Barreto, tendo-a lecionado até dezembro de 1863. Colocada a concurso, foi assumida efetivamente pelo Pe. João Leocádio da Rocha, que passou a ter como seu substituto, o professor Calháo. A mudança de professor revitalizou o ensino do Latim no Seminário, o que mereceu de Camilo Barreto um entusiástico depoimento:

Pelo que venho de descrever, se conhece bem quão vantajosa foi os conteúdos a marcha do curso de Latim no corrente ano. Nutro bem fundamentadas esperanças de que progrida no venturo ano de 1865, se não esfriar o zelo e a nobre dedicação do atual professor na plena execução dos Estatutos e no desenvolvimento do método prático que neles lhe foi traçado para os exercícios de sua aula. Entre o encerramento das argumentações em decúrias e os exercícios de versão ou tradução para cada uma seção, medeia um espaço vago de hora e meia pelo menos, que os alunos passam distraidamente, porque não podem ser ocupados pelo Lente, ao mesmo tempo que trabalha com esta ou aquela seção. Julgo de utilidade, e mesmo de necessidade, preencher esse espaço com exercícios práticos, criando-se tantas

---

<sup>378</sup> Sobre esse episódio reportar à parte da tese que analisa os castigos físicos.

<sup>379</sup> CHERVEL, André. *Op. cit.*, p. 204.



decúrias práticas quanto as teóricas. Os decuriões destas, servindo de auxiliares ao Lente, regerão aquelas e submeterão os trabalhos ali feitos por escrito com suas emendas ao mesmo Lente, diariamente.<sup>380</sup>

Tal sugestão, não foi na prática viabilizada, em consequência do reduzido espaço físico da sala destinada às aulas de Latim, a qual não comportava as diversas decúrias e carecia de mobiliário. No intuito de solucionar esse problema, o Pe. Ernesto, com a permissão do Bispo, solicitou ao administrador das obras do Seminário, Capitão Antônio de Cerqueira Caldas, a construção de uma outra sala com dupla capacidade, na sequência do edifício, para a qual solicitaria mobiliário adequado, após a sua conclusão, prevista para o ano de 1866.<sup>381</sup>

Enquanto Reitor do Seminário, Camillo Barreto, imbuído da nobre missão de administrar, educar e ensinar, procurou transformar o espaço escolar num instrumento pedagógico. Numa extensão educativa, o espaço escolar, no parecer de Viñao Frago, além de ser uma construção social, é um lugar cheio de símbolos, de sinais que revelam a condição e relações de quem nele habita e “el espacio dice y comunica: por tanto, educa”.<sup>382</sup>

O Pe. Ernesto manifestou a sua satisfação, em 1865, pelo fato de, naquele ano, haver 42 alunos matriculados, bem como com o aproveitamento dos mesmos: “[...] foi a primeira vez que se verteu o Horácio, e bem assim, em que os examinadores foram obrigados a ler, medir e analisar os poetas, ao que muito bem satisfizeram”.<sup>383</sup>

A ingerência do Pe. Ernesto Camillo Barreto naquela aula foi uma constante, tendo retirado do curso a utilização do compêndio, até então adotado, de autoria do Pe. Antônio Pereira Figueiredo, em seu entendimento, deficiente, julgando necessário, também:

---

<sup>380</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1864. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl.29-29v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>381</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal, fl. 40v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>382</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *Historia da la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, nº 0, 1995, p. 69.

<sup>383</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal, fl. 40v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

[...] acabar com o método não harmônico de procurarem os alunos “*ad libitum*”, uns pelo Novo Método, outros pelo de Dantas, outros por Castro Lopes, para suprirem o laconismo da supracitada arte, prejudicando com isso a uniformidade do ensino.<sup>384</sup>

No sentido de colmatar a deficiência daquele compêndio, o Pe. Ernesto e o Bacharel João Carlos Schulze organizaram, a expensas suas, o compêndio intitulado *Manual da Língua Latina* que, reunindo todas as suas noções, serviria de gramática e aprimoraria o sistema adotado. Este manual foi gratuitamente distribuído a todos os educandos.<sup>385</sup>

O Ministro dos Negócios do Império, Marquês de Olinda, em ofício enviado ao Bispo, informou ter recebido várias obras de autoria do Pe. Ernesto Camillo Barreto, incluindo o Manual de Língua Latina, enaltecendo a iniciativa dos autores.<sup>386</sup>

A cadeira de Latim foi, entre as demais, uma das mais concorridas do Seminário, uma vez que era exigida tanto aos que pretendiam seguir a carreira eclesiástica, como àqueles que almejavam ingressar em outros cursos superiores do país.

Mapa dos alunos matriculados na aula de Latim desde 1859 a 1863 e dos seus destinos				
Ano de Matrícula	Matriculados	Saíram prontos com aproveitamento	Saíram sem aproveitamento	Restaram para o ano seguinte
1859	39	5	19	15
1860	8	-	6	17
1861	19	3	4	29
1862	21	-	8	42
1863	2	-	15	29

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 3, fl. 22. ACMB – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>384</sup> Idem.

<sup>385</sup> Ibidem, fl. 40v - 41.

<sup>386</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá, comunicando o recebimento da relação das obras didáticas utilizadas no Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1866. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 970G.

Criada pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, a cadeira de **Gramática e Língua Francesa** foi solenemente instalada a 3 de fevereiro do ano seguinte, tendo sido o seu primeiro Lente, Joaquim José Rodrigues Calháo, nomeado a 25 de janeiro de 1859, por Provisão do Bispo.<sup>387</sup>

O ensino de Francês foi preservado pelo Governo Provincial até ao ano de 1860, sendo que a partir de então, passou a ser ministrado pelo Seminário Episcopal da Conceição. De acordo com Almeida, na segunda metade do século XIX, era de suma importância o ensino dessa língua estrangeira:

O ensino de línguas estrangeiras felizmente está bem desenvolvido no Brasil. O estudo do Francês figura na primeira linha e é justo porque, com o assentimento de todos os povos civilizados, é a língua mais exata e, por esta razão, foi unanimemente escolhida como língua diplomática. A Maioria dos livros estudados e consultados pelos alunos de nossas Faculdades de Direito e de Medicina, ou das nossas Escolas Politécnicas, de Marinha, etc., são obras francesas. Se há, hoje, menos pessoas falando francês do que havia durante a primeira metade do século atual, ainda há um número muito grande dos que lêem e compreendem muito bem esta língua. [...] cego é aquele que não quiser reconhecer, porque nós respiramos inteiramente a atmosfera literária da França.<sup>388</sup>

O Pe. Joaquim da Silva Rondon, Lente de Latim do Seminário, partilhava dessa mesma opinião:

Mas, se o estudo das línguas em geral manifesta tanta utilidade ao homem pensador, não será assombroso que ignoremos o da língua francesa, que para nós é de necessidade vital? As diversas riquezas, que nos oferece esse Egito moderno em suas obras em qualquer dos ramos do humano saber, me forcem a dizer que hoje pouco adiantará ao homem, no cultivo da inteligência, se ignorar a linguagem em que oraram os Mirabeau, Bossuet, Fenelon, e em que tão harmoniosamente cantou Lamartine. [...] É o idioma da primeira nação do

---

<sup>387</sup> Relatório do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862. ACMC, Cx. 139.

<sup>388</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Op. cit.*, p. 164 - 165.

mundo conhecido, da nossa Roma moderna, e o aperfeiçoamento dela nos fornecerá variados motivos de deleite e ilustração.<sup>389</sup>

Desde a sua instalação, a cadeira de Língua Francesa, era ministrada em dois anos, regime que foi mantido pelos segundos Estatutos datados de 1863 e, posteriormente, pelos de 1865. Os exercícios escolares eram divididos em duas classes de gramática, compreendendo, a primeira, exercícios teóricos e práticos sobre as regras de pronúncia, nome, artigo, adjetivo, pronome e verbos, particípio, advérbio, preposição, interjeição, conjunção, pontuação e sinais. A segunda incluía a sintaxe. Nas duas seções de tradução existentes, eram estudadas, na primeira, as versões do *Telêmaco* e, na segunda, a *Selecta Francesa* em prosa e verso, unindo, a esta última parte, os exercícios práticos de conversação.<sup>390</sup>

No ensino da Gramática da Língua Francesa era utilizado o compêndio de autoria de Doux e de Emílio Sevenne, sendo que os exercícios de tradução, tanto em prosa quanto em verso, seguiam a *Selecta Francesa*, de autoria de Roquette e, os de conversação, pela *Gramática de Burgain*.<sup>391</sup>

Para Almeida, as gramáticas de autoria de Burgain e de Sevenne, foram consideradas obras especiais no estudo da Língua Francesa no Brasil:

[...] a de Burgain, ainda que um pouco velha, contém excelentes preceitos e está concebida com bom método. Burgain era um hábil professor que ensinava seus alunos a falar francês; a de Sévenne foi muito apreciada durante anos e ainda está em uso em muitos estabelecimentos de instrução. Esta gramática é muito clara, porque segue passo a passo as melhores gramáticas francesas; deixa a desejar em relação à sintaxe porque a morte

---

<sup>389</sup> Oração de Sapiência proferida pelo Pe. Joaquim da Silva Rondon, Lente de Gramática e Língua Latina do Seminário Episcopal da Conceição, na abertura das aulas do Curso de Preparatórios. Cuiabá, 3 de fevereiro de 1859. Livro de Registro dos Discursos do Seminário Episcopal da Conceição, fls. 6v-7v. ACMC, Cx. 139.

<sup>390</sup> Relatório do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 19v. ACMB – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>391</sup> Relatório do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 5. ACMC, Cx. 139.

prematura do autor não lhe permitiu completá-la, o que certamente se fará na segunda edição.<sup>392</sup>

O professor de Francês do Seminário mato-grossense, deparou-se com muitas dificuldades durante o ano de 1863, dado que os compêndios existentes eram insuficientes para todos os alunos. As encomendas feitas às livrarias acusaram falta deles até mesmo na Corte.<sup>393</sup>

O curso de preparatórios de Francês enfrentava, segundo o Pe. Ernesto, as mesmas dificuldades da cadeira de Latim, o que o levou a tomar, nesta situação, as mesmas providências, recuperando, no ano de 1863, o ensino regular daquela cadeira.<sup>394</sup>

No momento da eclosão da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em 1865, a Capital da Província de Mato Grosso, Cuiabá, encontrava-se militarmente enfraquecida, uma vez que quase todo o contingente militar se havia deslocado no sentido de defender as regiões do sul, contando apenas com a colaboração do Batalhão de Voluntários da Pátria, comandado por Hermenegildo Portocarrero. Segundo Siqueira, no sentido de defender o Centro Político Administrativo de Mato Grosso, aquele Batalhão posicionou-se na região hoje designada de Barão de Melgaço e que outrora era conhecida por “Colinas de Rio Abaixo”, ali aguardando o inimigo que jamais surgiu.<sup>395</sup>

Tal movimentação afetou assaz significativamente o sistema de ensino na província, uma vez que muitos mestres ingressaram nas fileiras regulares do Exército ou no Batalhão dos Voluntários da Pátria. Nesta última situação esteve Joaquim José Rodrigues Calháo, professor do Seminário Episcopal e responsável pela cadeira de Francês, cuja atitude e sentido cívico, mereceu do Reitor do Seminário a descrição seguinte:

---

<sup>392</sup> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Op. cit.*, p. 164.

<sup>393</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1862, FL. 5. APMC, Cx. 139.

<sup>394</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 5. APMC, Cx. 139.

<sup>395</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC-MT/MEC, 1997, p. 53 - 54.

Os movimentos de força ocasionados pela invasão paraguaia nos calamitosos dias de janeiro, quando estávamos em férias, excitaram o patriotismo do digno professor a ponto de oferecer-se a marchar como Voluntário da Pátria com a coluna expedicionária que foi ocupar o ponto de Melgaço, em vista do que teve a aula de ser instalada pelo seu substituto o Reverendo José Maria Viegas. Mortalmente enfermo, voltou aquele lente de Melgaço, mas restabelecendo-se entrou em exercício de sua cadeira a 25 de abril, prestando conjuntamente ali e na guarnição da capital os serviços do magistério e das armas e, deixando ao substituto aquele nos dias somente em que este impossibilitava-o de satisfazer aos dois até 14 de agosto, em que foi dispensada a reserva do serviço ativo da guarnição. Para adiantar os seus alunos, aperfeiçoar os que acham quase provectos, e aproveitar outros que se hão de matricular em 1866, encerradas as aulas, continuou a lecioná-los em sua casa, mostrando assim o zelo que toma pelo crédito e glória do estabelecimento.<sup>396</sup>

Com base no quadro abaixo, podemos observar a evolução dos alunos no que concerne à cadeira de Francês:

<b>Quadro dos alunos matriculados na aula de Francês desde 1859 a 1863 e dos seus destinos</b>						
<b>Ano de Matrícula</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Examinados e Prontos</b>	<b>Saíram prontos s/exame</b>	<b>Saíram sem aproveitamento</b>	<b>Restaram</b>	<b>Lições em 1863</b>
1859	9	-	4	-	5	-
1860	3	5	1	2	-	-
1861	3	-	1	-	2	-
1862	3	1	-	1	3	-
1863	7	2	-	2	6	164

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 5, fls. 22v-23. ACMB – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>396</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 42v. ACBM - Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

A cadeira de Filosofia Racional e Moral, criada pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858, foi instalada com suntuosidade a 7 de maio de 1860, tendo Caetano Xavier da Silva Pereira Filho, sido nomeado seu primeiro Lente, por provisão do Bispo de 1 de abril daquele mesmo ano.<sup>397</sup>

Mantida pelos cofres provinciais, a mesma funcionou até ao ano de 1859:

[...] pois com a criação do Seminário Episcopal, onde há aula de Filosofia, e com a cessação de consignação no orçamento para pagamento do professor interino desta ciência, cessou também, desde o primeiro dia do ano de 1860, de funcionar a aula mantida pela província.<sup>398</sup>

Já em 1854, se refletia sobre a necessidade de se criar uma cadeira de Filosofia no Seminário, conforme se pode observar a partir de correspondência dirigida ao Presidente da Província, Augusto Leverger, pelo Bispo D. José Antônio dos Reis que, então, manifestava a urgência da sua criação e solicitava, naquela mesma data, a nomeação de um Lente para lecioná-la.<sup>399</sup> Apesar desta e de outras petições semelhantes, a cadeira apenas entrou em exercício no ano de 1860, tendo Caetano Xavier da Silva Pereira Filho sido seu proprietário até 18 de março de 1861, data em que requereu a exoneração do cargo, alegando que os alunos matriculados na cadeira de Filosofia, não detinham os conhecimentos mínimos exigidos para a frequência da referida disciplina.<sup>400</sup>

A impossibilidade que os pais passaram a ter, no sentido de proporcionar aos seus filhos os estudos secundários em Cuiabá, em consequência daquela ocorrência, criou-lhes alguns constrangimentos desde então, uma vez que se viram obrigados a encaminhá-los para o

---

<sup>397</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 5. APMC, Cx. 139.

<sup>398</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1860. APMT – Relatórios.

<sup>399</sup> Ofício do Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, ao Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, solicitando a criação da cadeira de Filosofia junto ao Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 29 de setembro de 1854. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 164.

<sup>400</sup> Carta de Caetano Xavier da Silva Pereira, Lente de Filosofia do Seminário Episcopal da Conceição, ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, solicitando afastamento da cadeira. Cuiabá, 18 de março de 1861. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 973.

Rio de Janeiro, a fim de os completarem. Perante as alegações do Lente de Filosofia, o Pe. Ernesto Camillo Barreto considerou:

Dos 7 alunos matriculados em 1860, nenhum sofreu exame, nenhum aproveitou, não sei se em consequência de ter o professor admitido para o ensino o compêndio de Geruzes, superior às forças intelectuais dos alunos matriculados, ou se por falta de assiduidade.<sup>401</sup>

O Governo Imperial, ao tomar conhecimento da renúncia do professor Pereira, consciente de que dificilmente aquela cadeira poderia ser ocupada por um mestre tão competente, informou, em comunicado ao Bispo de Cuiabá que, se eventualmente o professor pretendesse regressar à regência da citada cadeira, poderia fazê-lo, mediante nomeação do Império.<sup>402</sup> De acordo com os registros observados, o professor Caetano Xavier da Silva Pereira Filho permaneceu afastado do magistério, tendo o Governo Imperial diligenciado a vinda de um outro mestre:

O Sr. João Carlos Schulze está seguindo para Cuiabá para ser empregado em uma das cadeiras que fazem objeto do ensino no Seminário Episcopal, isso se o Bispo o julgar com as habilidades precisas.<sup>403</sup>

Prussiano e natural de Potsdam, este novo Lente, nomeado pelo Imperador, chegou a Cuiabá na comitiva do Presidente da Província mato-grossense, Herculano Ferreira Pena.<sup>404</sup>

Schulze, Bacharel que posteriormente ocupou o cargo de Secretário do Seminário, foi nomeado novo Lente de Filosofia Racional e Moral, por Provisão do Bispo de Cuiabá. Na

---

<sup>401</sup> Relatório anual do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fl. 5v. APMC, Cx. 139.

<sup>402</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Bispo de Cuiabá, sugerindo solução para o preenchimento da cadeira de Filosofia junto ao Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1861. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 971D.

<sup>403</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao Bispo de Cuiabá, enviando João Carlos Schulze para reger uma das cadeiras junto ao Seminário Episcopal da Conceição. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1861. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 971C.

<sup>404</sup> Jornal *A Cruz*. “O Seminário Episcopal da Conceição”, nº 1040, p. 2. Cuiabá, 7 de agosto de 1832. APMT – Acervo de Jornais.



época, a cadeira de Filosofia estava dividida em duas componentes, a Racional e a Moral. Na primeira, estavam compreendidas Introduções à Filosofia, Lógica, Psicologia e Ontologia. A segunda abrangia Ética, História da Filosofia e Teodicéia, também denominada Teódica. Cada uma destas componentes era, por sua vez, lecionada no decurso de um ano, sendo que o estudo de Filosofia se prolongava por dois anos. Os seus exercícios compreendiam sabatinas, dissertações, lições diárias e reparações na primeira quinta-feira de cada mês.<sup>405</sup>

Embora o estudo da Filosofia fosse de nível secundário, estava subordinado ao ensino teológico, sendo considerada um pré-requisito indispensável para o estudo da Teologia. O próprio Bacharel Schulze, Lente da cadeira, no discurso que proferiu por ocasião da abertura das aulas no ano de 1862, enfatizou:

O preceptor de filosofia deve participar do ofício do sacerdote: ele não deve deixar passar ocasião alguma sem excitar sentimentos religiosos no tenro peito da mocidade, a qual lhe é confiada.<sup>406</sup>

No curso filosófico do Seminário Episcopal da Conceição, foi adotado o manual produzido pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, sendo que os seus expositores preferidos foram Barbe, Lógica de Port-Royal e Manual de Filosofia de A. Jacques, Simon e E. Saisset.<sup>407</sup>

De acordo com o relatório referente ao ano de 1865, o Pe. Ernesto Camillo Barreto avaliou a situação do material didático utilizado no curso de Filosofia do seguinte modo:

O compêndio adotado satisfaz às exigências do curso na parte racional e moral; falta-lhe porém a da História da Filosofia, que tem sido suprida pelo zeloso e incansável Lente. Receio que no ano de 1866 falem compêndios aos

---

<sup>405</sup> Relatório do Seminário Episcopal da Conceição apresentada ao Bispo de Cuiabá pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição 1863-1865), fls. 19v-20. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>406</sup> Discurso pronunciado pelo Bel. João Carlos Schulze, Lente de Filosofia Racional e Moral do Seminário Episcopal da Conceição na abertura das aulas. Cuiabá, 6 de março de 1862. Livro de Registro dos Discursos Pronunciados no Seminário Episcopal da Conceição. APMC, Cx. 139.

<sup>407</sup> Relatório do Seminário Episcopal da Conceição apresentada ao Bispo de Cuiabá pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 20. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

alunos que se haverão de matricular, porque dos exemplares que mandei imprimir em 1859 e que distribui, apenas me restam dois. Se houver tempo, em benefício de alguns alunos pobres tirarei uma segunda edição aproveitando então a oportunidade de corrigir os erros tipográficos, reparar a doutrina, aumentar a História filosófica, conhecimento que julgo de suma vantagem aos alunos em geral, quer tenham, quer não de freqüentar o Curso Teológico.<sup>408</sup>

Através da Leitura do Livro da Secretaria do Seminário, verificamos que, a falta de um compêndio para a História da Filosofia, mencionado no relatório acima citado, foi resolvido ainda em finais de novembro daquele mesmo ano, tendo sido escolhido o de autoria de Eustaque Barbe.

Para ser aprovado, no final do curso de Filosofia, o aluno deveria defender publicamente uma tese. Antônio Pereira Catilina, considerado o mais ilustre dos alunos do Seminário, defendeu em 6 de setembro de 1865, 15 teses nos campos da Lógica, Psicologia, Teodicéia, Moral e História da Filosofia:

Catilina, foi aprovado com nota máxima, com laude pelo bom êxito do ato, e laureado por V. Ex<sup>a</sup> na forma do regulamento da casa. Este aluno acha-se pronto em quase todas as matérias ensinadas no Seminário, do qual foi um dos primeiros filhos.<sup>409</sup>

O Bacharel Schulze iniciou a sua carreira no Seminário, exercendo posteriormente o magistério no Liceu Cuiabano, sempre na categoria de Lente de Filosofia. Após o seu falecimento, ocorrido em 2 de setembro de 1866, a cadeira de Filosofia ficou vaga por falta de Lente habilitado, pelo menos até 1864. Foi provida em 12 de julho de 1870, pelo Reverendo Domingos Taganelli, que cinco meses depois a deixou novamente vaga, em virtude de ter

---

<sup>408</sup> Relatório anual apresentado pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 42. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>409</sup> Idem.

aceitado a nomeação para Pároco da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, do alto do Paraguai Diamantino.<sup>410</sup>

No relatório apresentado ao Bispo Dom José Antônio dos Reis, em 1872, o Pe. Ernesto Camillo Barreto atribuiu a longa vacância na cadeira de Filosofia, então considerada pre-requisito para o Curso Teológico, à falta de alunos matriculados naquele curso. De acordo com as suas Palavras:

Revela notar aqui que a vacância da cadeira de Filosofia Racional e Moral em tão longo tempo tem contribuído poderosa e irremediavelmente para o atraso do Curso Teológico e muito influído na falta de desenvolvimento na instrução em geral, e para a deficiência de clero nesta diocese. Os moços que têm completado os cursos de Latim e Francês, impossibilitados de obter matrícula nas aulas teológicas, fazem ponto aos seus estudos e desacomodados de esperar, abandonaram também o hábito eclesiástico e o estado a que se pretendiam dedicar. E assim que desde a calamitosa época da varíola, em que doze sacerdotes foram vítimas desse flagelo, apenas dois se tem ordenado In Sacris. De longe eu previ que as cadeiras de Teologia ficariam sem exercício, prolongada a vacância da de Filosofia, que posta em concurso duas vezes, depois da morte do Bacharel Schulze, nenhum opositor apareceu.<sup>411</sup>

Mapa dos alunos matriculados na aula de Filosofia, examinados prontos e dos que saíram de 1860 a 1863				
Ano de Matrícula	Matriculados	Saíram prontos com aproveitamento	Saíram sem aproveitamento	Restaram
1860	7	-	7	-
1861	-	-	-	Vaga
1862	3	2	-	1
1863	2	1	-	2

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 7, fls. 22v-23. ACMB – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>410</sup> Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentada ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 15 de dezembro de 1873, fl. 50v. APMC, cx. 139.

<sup>411</sup> Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentada ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 20 de março de 1872, fl. 28v. APMC, cx. 139.

Até ao final do decênio de 1860, no Seminário Episcopal da Conceição, nem todas as disciplinas preparatórias exigidas para o ingresso nos cursos superiores do Império eram disponibilizadas com a normalidade pedagógica desejável. Em 1863, o Pe. Ernesto manifestava, nesse âmbito, a sua apreensão:

Pequeno Seminário: A necessidade desta instituição, a par dos grandes Seminários, já foi reconhecida pelo Governo Imperial. Se em alguma província ela toca ao superlativo, é nesta. As outras, além dos grandes seminários possuem liceus, colégios particulares que derramam a instrução; nesta, falta tudo, e como já disse, às vistas de todos se dirigem ao Seminário. A criação de uma cadeira de Inglês, de Geografia e História Antiga e Moderna, de Aritmética e Álgebra, unidas às que já existem no Seminário, seria objeto de mil bênçãos da Província ao Governo Imperial. Desta forma, não só os pais de família proveriam, com mais comodidade e vantagem, a educação dos seus filhos, como se facilitariam os preparatórios para os que se destinassem aos cursos superiores das Academias do Império, e à Província aquisição de pessoal idôneo que tanto lhe falta para os empregos gerais e provinciais, em que se exigem tais habilitações.<sup>412</sup>

Através da Lei Provincial nº 4, de 16 de Junho de 1868, foram criadas e anexadas ao Seminário Episcopal da Conceição as cadeiras de Geografia e História e de Matemáticas Elementares (Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Plana).<sup>413</sup> Cumulativamente, esta Lei mandava remover do ensino público da Capital, a cadeira de Instrução Primária de 2º grau que se encontrava vaga. A criação desta cadeira no Seminário foi proposta pelo Governo Provincial, tendo esta merecido, inicialmente, a anuência do Bispo, porém, posteriormente, este solicitou a sua desanexação, alegando ser inadequada a convivência dos seminaristas com as crianças.<sup>414</sup>

---

<sup>412</sup> Relatório anual apresentado pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 28 de dezembro de 1863. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 18. ACBM – Pasta 150, Doc. 937.

<sup>413</sup> Quanto ao funcionamento dessas disciplinas secundárias anexas, não encontramos qualquer registro na documentação do Seminário.

<sup>414</sup> Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso ao Bispo de Cuiabá, comunicando o recebimento do seu pedido de desanexação da aula de Instrução Primária de 2º Grau anexa ao Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 26 de agosto de 1869. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 985.

As referidas cadeiras, anexas ao Seminário, não integravam o seu Plano de Estudos, funcionando apenas como suplementares e propedêuticas. O Capitão João Roberto da Cunha Bacelar regeu a cadeira de História e Geografia e José Estevão Corrêa, a de Matemáticas Elementares. Cada professor recebia o salário anual de 1:000\$000 réis, sendo que ambas eram mantidas pelo Governo Provincial.<sup>415</sup>

Vejamos alguns quadros ilustrativos dos movimentos ocorridos no Seminário desde 1864 a 1874:

<p><b>Quadro das Aulas Instaladas no Seminário Episcopal da Conceição no ano 1864</b></p>					
<b>Aulas</b>	<b>Alunos matriculados</b>	<b>Lentes</b>	<b>Dias de lições</b>	<b>Conferências e Reparações</b>	<b>Exames Finais</b>
Latim	38	João Leocádio da Rocha	170	-	3
Francês	12	Joaquim José Rodrigues Calháo	160	-	3
Filosofia	4	Bel. João Carlos Schulze	166	6	3
Retórica	1	Pe. José Maria Viegas	163	2	1
História Sagrada	1	Cônego Manuel Pereira Mendes	63	-	-
Liturgia	2	Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro	168	-	3
Instituições Canônicas	2	Cônego Manuel Pereira Mendes	170	3	3
Dogma	1	Pe. Ernesto Camillo Barreto	168	3	1
Moral	1	Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro	167	4	3

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 1, fls. 34v-36. ACMB – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>415</sup> MARCÍLIO, Humberto. *Op. cit.*, p. 60.

No quadro seguinte é possível observar a relação dos Lentes Substitutos e as respectivas disciplinas, naquele mesmo ano de 1864.

<b>Quadro dos Lentes Substitutos no Seminário Episcopal da Conceição – 1864</b>				
<b>Aulas</b>	<b>Lente</b>	<b>Data em que entraram em exercício</b>	<b>Data em que deixaram o exercício</b>	<b>Obs.</b>
Latim	Joaquim José Rodrigues Calháo	-	-	-
Francês	Pe. João Leocádio da Rocha	-	-	-
Filosofia	Pe. Ernesto Camillo Barreto	3/fevereiro	15/abril	Estava no gozo de licença o proprietário
Retórica	Cônego Manuel Pereira Mendes	3/fevereiro	31/março	Estava vaga a cadeira
História Sagrada	Pe. Manuel P. Mendes Pe. Ernesto Camillo Barreto	3/fevereiro 1º/maio	30/abril 31/maio	- Por ordem de S. Majestade
Liturgia	Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro	10/abril	Até o presente	Era anteriormente proprietário
Instituições Canônicas	Pe. Ernesto Camillo Barreto	7/maio	3/julho	Proprietário estava na Assembleia Provincial
Dogma	Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro	-	-	-
Moral	Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro	3/fevereiro	8/abril	Passou a catedrático a 9 de abril

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 8, fl. 36. ACMB – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<p align="center"><b>Quadro dos Compêndios Didáticos Admitidos nas Diversas Aulas</b></p> <p align="center"><b>No ano de 1865</b></p>	
<b>Aulas</b>	<b>Compêndios Admitidos</b>
Latim	Artinha do Pe. Antônio Pereira, o Manual dos Estudos por Pe. Ernesto Camillo Barreto e os clássicos mencionados no Artº 37 dos Estatutos.
Francês	Gramática de Doux e os clássicos mencionados no Artº 40 dos Estatutos.
Filosofia Racional e Moral	Compêndio do Pe. Ernesto Camillo Barreto e o de E. Barbe para a História da Filosofia.
Retórica e Eloquência Sagrada	Compêndios de Freire Carvalho e de Roquette.
Liturgia Sagrada	Apostilas do Lente.
Canto-Chão	Teatro Eclesiástico.
Teologia Exeg., Religião e Lugares Teológicos	Compêndio do Pe. Ernesto Camillo Barreto.
História Sagrada	Compêndio de Roquete.
História Eclesiástica	Compêndio de Lhomond.
Instituições Canônicas	Compêndio de Manoel Rodrigues de Araújo.
Teologia Moral	Compêndio de Manuel do Monte Rodrigues de Araújo.
Teologia Dogmática	Compêndio do Pe. Ernesto Camillo Barreto.

Fonte: Quadro referente ao ano de 1865, elaborado a partir do quadro nº 9 do Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), p. 49v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<b>Quadro das matrículas do Seminário no ano de 1866</b>		
<b>Disciplinas</b>	<b>N.º de Matrículas</b>	<b>Observações</b>
Gramática e Língua Latina	35	6 Abandonaram a aula.
Gramática e Língua Francesa	13	7 Perderam o ano por faltas.
Filosofia Racional e Moral	8	1 Abandonou a aula.
Retórica	2	1 Abandonou a aula.
Eloquência Sagrada	-	Vaga por falta de alunos.
Geografia e História	-	Só funcionou no Seminário a partir de 1869.
Matemática Elementar	-	Só funcionou no Seminário a partir de 1869.
Instituições Canônicas	-	Vaga por falta de alunos.
Teologia Moral	2	-
Teologia Dogmática e Exegética	-	Vaga por falta de alunos.
Liturgia	2	-
Canto Gregoriano	-	Vaga por falta de Lente.
História Sagrada	2	-
História Eclesiástica	2	1 Não compareceu no dia do exame.

Fonte: Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 19 de dezembro de 1866. ACMC, Cx. 139.

<b>Quadro das matrículas do Seminário no ano de 1869</b>		
<b>Disciplinas</b>	<b>N.º de Matrícula</b>	<b>Observações</b>
Gramática e Língua Latina	38	1 Reprovou no exame.
Gramática e Língua Francesa	19	2 Perderam o ano por faltas.
Filosofia Racional e Moral	-	O Lente proprietário Bel. Schulze faleceu em 2/09/1866.
Retórica	-	Vaga por falta de Lente.
Eloquência Sagrada	-	Vaga por falta de Lente.
Geografia e História	11	-
Matemática Elementar	11	-
Instituições Canônicas	2	-
Teologia Moral	2	-



Teologia Dogmática e Exegética	-	Vaga por falta de alunos.
Liturgia	1	1 Abandonou a aula.
Canto Gregoriano	-	Vaga por falta de Lente.
História Sagrada	-	Vaga por falta de alunos.
História eclesiástica	-	Vaga por falta de alunos.

Fonte: Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 27 de janeiro de 1870. APMC, Cx. 139.

<b>Quadro das matrículas do Seminário no ano de 1871</b>		
<b>Disciplinas</b>	<b>N.º de Matrículas</b>	<b>Observações</b>
Gramática e Língua Latina	59	-
Gramática e Língua Francesa	15	-
Filosofia Racional e Moral	-	Vaga por falta de Lente.
Retórica	-	Vaga por falta de Lente.
Eloquência Sagrada	-	Vaga por falta de Lente.
Geografia e História	4	-
Matemática Elementares	2	-
Instituições Canônicas	-	Vaga por falta de alunos.
Teologia Moral	1	-
Teologia Dogmática e Exegética	-	Vaga por falta de alunos.
Liturgia	-	Vaga por falta de Lente.
Canto Gregoriano	-	Vagas por falta de Lente.
História Sagrada	-	Vaga por falta de alunos.
História Eclesiástica	-	Vaga por falta de alunos.

Fonte: Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 20 de março de 1872. APMC, Cx.139.

<b>Quadro das matrículas do Seminário no ano de 1873</b>		
<b>Disciplinas</b>	<b>N. ° de Matrículas</b>	<b>Observações</b>
Gramática e Língua Latina	34	-
Gramática e Língua Francesa	11	11 Perderam o ano por faltas
Filosofia Racional e Moral	-	Vaga por falta de Lente
Retórica	-	Vaga por falta de Lente
Eloquência Sagrada	-	Vaga por falta de Lente
Geografia e História	5	1 Abandonou a aula
Matemáticas Elementares	1	1 Abandonou a aula
Instituições Canônicas	-	Vaga por falta de alunos
Teologia Moral	3	Os 3 haviam perdido o ano por faltas, mas tendo permissão para fazer exame, foram aprovados simplesmente.
Teologia Dogmática e Exegética	-	Vaga por falta de alunos
Liturgia	-	Vaga por falta de Lente
Canto Gregoriano	-	Vaga por falta de Lente
História Sagrada	3	3 Perderam o ano por faltas
História Eclesiástica	3	3 Perderam o ano por faltas

Fonte: Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto, Cuiabá, 27 de dezembro de 1873. ACMC, Cx. 139.

<b>Quadro das matrículas do Seminário no ano de 1874</b>		
<b>Disciplinas</b>	<b>N.º de matrículas</b>	<b>Observações</b>
Gramática e Língua Latina	23	3 Abandonaram a aula
Gramática e Língua Francesa	16	-
Filosofia Racional e Moral	-	Vaga por falta do Lente
Retórica	-	O novo Lente entrou em exercício em setembro
Eloquência Sagrada	-	O novo Lente entrou em exercício em setembro
Geografia e História	4	1 Perdeu o ano por falta
Matemáticas Elementares	6	4 Abandonaram a aula
Instituições Canônicas	-	Vaga por falta de alunos
Teologia Moral	4	1 Faleceu e 1 abandonou a aula
Teologia Dogmática e Exegética	-	Vaga por falta de alunos
Liturgia	-	Vaga por falta de Lente
Canto Gregoriano	-	Vaga por falta de Lente
História Sagrada	3	1 Faleceu
História Eclesiástica	3	1 Faleceu

Fonte: Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camilo Barreto, Cuiabá, 21 de dezembro de 1874, ACMC, Cx. 139.

Os quadros acima apresentados permitem observar que o Seminário contava no ano de 1864, bem como nos subsequentes, com uma maioria de alunos interessados em cursar as cadeiras secundárias, nomeadamente as de Latim e Francês, entre outras, sendo que o número dos que cursavam as disciplinas teológicas, voltadas para a formação sacerdotal era muito reduzido. Em tal contexto, assim se expressa o Pe. Ernesto:

[...] Não me esmorece esse diminuto número de alunos nas aulas maiores, porque vejo em outros Seminários do Império, em Províncias mais populosas e ricas que esta, e onde o gosto pelos estudos deveria estar mais desenvolvido, por serem estes núcleos de educação mais antigos, lutarem ainda hoje com as mesmas, senão com maiores dificuldades. No Seminário

do Pará, por exemplo, no ano de 1863, só houveram exames nas aulas de Latim, Francês, Geografia, e nas de Filosofia, Retórica e História Sagrada. Nesta última só 1 aluno foi examinado, sendo mais 3 em Filosofia, e 2 em Retórica; entretanto, parece terem ficado sem exercício naquele ano as de Dogma, Moral, Instituições Canônicas, Liturgia e Canto Gregoriano. No nosso Seminário porém, todas elas funcionaram, exceto a de Canto, por falta de um lente habilitado [...].<sup>416</sup>

Poder-se-á inferir, a partir dos quadros apresentados, que as elites mato-grossenses que almejavam a carreira eclesiástica para os seus filhos, bem como os que visavam, para estes, outros percursos acadêmicos, não usufruíram de forma significativa dos recursos que o Seminário lhes oferecia, dado que grande parte dos alunos que nele se matriculavam, não concluíam os seus cursos com o necessário aproveitamento. O Pe. Ernesto Camillo Barreto procurou, com a sua declaração, justificar a falta de resultados, alegando ser esta uma situação generalizada aos demais Seminários de outras províncias. Torna-se óbvia, porém, para além da já referida falta de professores em algumas cadeiras, a carência de vocações à qual acrescia ainda, a falta de assiduidade dos alunos e o desinteresse de alguns pais pelo prosseguimento dos seus estudos. Referimos, a título de exemplo, os 11 alunos que no ano de 1873 se matricularam em Gramática e Língua Francesa, dos quais nenhum obteve aproveitamento, tendo, todos eles, perdido o ano por faltas. Já no ano seguinte, em 1874, dos 6 alunos matriculados em Matemáticas Elementares, 4 abandonaram a disciplina.

Como foi já enfatizado, grande parte daqueles jovens pertencia à elite, sendo que os de menor poder aquisitivo se dedicavam ao magistério ou ao comércio, enquanto outros ingressavam no serviço público. Dado que vigorava ainda, na sociedade brasileira de meados do século XIX, a prática de se ter em cada família, um padre e um doutor, muitos daqueles que se ordenavam sacerdotes, por vocação ou por imposição familiar, acabavam por se dedicar ao ensino no próprio Estabelecimento, optavam por administrar alguma paróquia ou por atuar junto de missões indígenas.

---

<sup>416</sup> Relatório do movimento anual do Seminário Episcopal da Conceição enviado ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto. Cuiabá, 28 de dezembro de 1864. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 28v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

A observação dos diferentes relatórios dirigidos ao Bispo, Dom José Antônio dos Reis, pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, permite verificar, no contexto do Seminário Episcopal da Conceição que, aquele Padre atribuía o exíguo movimento do mesmo, ao reduzido número de alunos interessados nas matérias teológicas e ainda ao fato de que, até início da década de 80 do século XIX, o Seminário não possuía ainda internato. A falta de alojamento prejudicava, em sua opinião, a permanência dos jovens de outras cidades da província, vocacionados para o sacerdócio.

Mesmo por parte dos alunos residentes em Cuiabá, matriculados regularmente nas matérias secundárias, havia um elevado índice de evasão, dado que o sistema de matrículas arbitrárias, que vigorou até 1862, não permitia o normal acompanhamento dos conteúdos por parte dos alunos, dificultando-o e estimulando o abandono escolar. Outro importante fator que contribuiu para a desistência do Seminário, foi a vacância por muitos anos da cadeira de Filosofia, ocasionada pelo falecimento do Lente Schulze em 1866, pois o estudo dessa ciência era considerado um dos pré-requisitos fundamentais para o Curso Teológico.

<b>Quadro do destino dos alunos do Seminário Episcopal da Conceição Ordenados <i>in sacris</i> Padres no ano de 1864</b>			
<b>Coadjuutores</b>	<b>Lentes do Seminário</b>	<b>Mestre de Cerimônias</b>	<b>Diácono</b>
3	3	1	1
<b>Alunos do Seminário Episcopal da Conceição que terminaram os Preparatórios (1863-1865)</b>			
<b>Professores de Primeiras Letras</b>	<b>Empregados Públicos</b>	<b>Ingressaram nos cursos superiores do Império</b>	<b>Comerciantes</b>
4	6	10	4

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro nº 9, fl. 36v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

Verifica-se, pela observação do quadro acima, que dos 8 alunos formados padres no ano de 1864, 3 se tornaram Lentes do Seminário, sendo que os 5 restantes se dedicaram a diferentes tarefas no âmbito do Serviço Eclesiástico. Uma leitura atenta da Carta Pastoral

datada de 1958, alusiva ao centenário do Estabelecimento, permite-nos inferir que os Padres José Maria Viegas, Antônio Henriques de Carvalho Ferro e João Leocádio da Rocha foram os três Lentes acima referidos, formados pelo Seminário.<sup>417</sup>

Por outro lado, dos 24 alunos que terminaram os Estudos Preparatórios no período compreendido entre 1863 e 1865, 10 acederam aos cursos superiores do Império, 4 tornaram-se professores de Primeiras Letras e os 10 restantes engajaram-se no serviço público e no comércio.

Não obstante os incalculáveis benefícios com que marcou, de forma indelével, o seu nome na História, instruindo incontáveis jovens da Província, o Seminário Episcopal da Conceição, passou por momentos difíceis enquanto persistiu, muitos deles quase desastrosos para a sua própria sobrevivência, como poderemos observar através do relatório datado de 20 de abril de 1877, de autoria do Cônego Manoel Pereira Mendes. Entendemos por bem transcrevê-lo, não apenas pelo seu significado histórico, mas também, pela retidão com que o faz, o então Diretor daquele estabelecimento, retratando com simplicidade, não apenas o Seminário, mas também o período em que ele próprio existiu, enfatizando os inúmeros fatores que estiveram na origem da decadência daquela Instituição de Ensino. Do seu relatório, dirigido ao então Presidente da Província, constava o seguinte:

Este estabelecimento eclesiástico, de maior vulto nesta Diocese em seu gênero, assim como outros de maior população e maiores recursos, que tem manifestado imensas vantagens, aqui também em proporção, desde o seu começo até o ano de 1865, produziu, segundo consta do arquivo de sua Secretaria, incalculáveis resultados, aliás bem recomendados e instruídos as matérias de sua profissão, são para o Estado, moços bem habilitados em estudos de humanidades, dos quais muitos se acham hoje empregados em diversas repartições públicas provinciais.

A invasão paraguaia, primeira causa de perturbação de sua marcha, veio, portanto, prejudicar de alguma maneira a continuação deste estado de animação em que se achava este estabelecimento, e causar um esmorecimento nos ânimos da população, e em consequência, daqueles jovens que frequentavam os estudos nessa mesma ocasião: ainda assim, Exmo. Snr. esta mesma perturbação, este terror e pânico com que viram

---

<sup>417</sup> Carta Pastoral escrita pelo Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, por ocasião do centenário do Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá – Mato Grosso (1858-1958), p. 14. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. nº 3.086.

surpreendidos os habitantes da Capital, não causaram tanto prejuízo em seu andar, como foi a segunda invasão feita inesperadamente pela epidemia de varíola, ocorrido em 1867, que, colocando a Capital e lugares adjacentes em estado da mais viva consternação, pela mortalidade incalculável reduziu este florescente viveiro de esperanças para a Província, em um medonho e pavoroso antro, em que se viam somente espectros de morte, simbolizados nas pessoas dos soldados enfermos, que ali existiam, por não ter-se encontrado outro lugar, que pudesse servir de enfermaria, para acomodação de inumeráveis doentes.

Perdendo em consequência a Instrução Pública neste calamitoso tempo alguns professores de muitíssima habilitação, que se empregavam só e exclusivamente no ensino primário do 2º grau, e com zelo e dedicação preparavam anualmente um avultado número de alunos provectos nas matérias respectivas para se matricularem no ensino secundário, que só no Seminário havia, começou a aparecer desde então uma espécie de esmorecimento, que tocou ao ponto de fazer esbarrar completamente o curso desta Repartição por algum tempo.

Recomeçada de novo sua carreira, mas já com muita diferença do que outrora acontecia, languida e lentamente foi seguida até o ano passado, em que se matricularam, nas cinco cadeiras, então em exercício, os alunos seguintes: 23 na aula de Latim, 12 na de Francês, 4 na de Filosofia, 2 na de Retórica e 4 na de Teologia Moral.

Existindo quatro sem frequência, a saber, duas por falta de alunos, duas pela de professores.

Posteriormente observa-se ainda no presente relatório:

[...] sobreveio a morte do digno prelado que regia esta Diocese, o Bispo D. José Antônio dos Reis. Este lamentável acontecimento devia, sem dúvida, trazer consigo, como trouxe, e nós fomos testemunhas presenciais, uma consternação geral, e por conseguinte para este Estabelecimento um completo desânimo, principalmente naqueles moços de pouca consideração e discernimento, que supunham quiçá esta vacância muitíssimo prolongada e que não haveria quem substituísse o Bispo finado; porém a Divina Providência, que nada deixa a discrição, houve por bem fazer despertar na mente do Governo Imperial, a preencher esta vaga, foi nomeado, por decreto de 27 de Dezembro, do ano passado, Bispo desta Diocese: portanto, Exmo. Snr. com esta nomeação, e finalmente com a vinda de tão digno Pastor a esta Província é de supor, e de se crer mesmo, sem exitação, que este Estabelecimento readquirirá seus antigos direitos, reagirá suas forças perdidas, entrará em regular andamento, e tocará o fim de sua instituição. Esperemos, pois, que não tardará.<sup>418</sup>

---

<sup>418</sup> Relatório apresentado ao Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso, General Hermes Ernesto da Fonseca, pelo Cônego Manoel Pereira Mendes, Diretor do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 20 de abril de 1877. APMC, Cx. 139.

Com efeito, Manoel Pereira Mendes aborda no seu relatório as principais causas que estiveram na origem do declínio do Seminário, porém, não mencionou um outro aspecto, não menos importante: a grande enchente do Rio Cuiabá, ocorrida no mesmo período, mais precisamente, em fevereiro de 1865, cujas proporções foram altamente nefastas para a Província. As águas daquele rio subiram a tal nível que inundaram praticamente toda a Freguesia de Pedro II (atual Bairro do Porto), derrubando grande parte das casas ali existentes, dizimando muitos dos seus habitantes, impedindo a navegação e, conseqüentemente, o aprovisionamento da cidade. Tal acontecimento destruiu praticamente todas as produções agrícolas ribeirinhas e arrasou os armazéns do Arsenal da Marinha, localizados na margem esquerda do rio, bem como parte dos suprimentos de guerra neles existentes.

O estado de guerra contribuiu, indubitavelmente e de forma assaz significativa, para agravar os efeitos da inundação, bem como para o empobrecimento da Província, dificultando a sua recupera o, dado que, parte das suas forças produtivas estavam envolvidas no combate.

A morte do Bispo Dom José Antônio dos Reis, verdadeiro obreiro do Seminário, ocorrida em novembro de 1876, foi também um fator de esmorecimento de todos os que até então pugnavam pelo seu pleno funcionamento. Substituído por Dom Carlos Luiz D'Amour que, somente em maio de 1879 chegou a Cuiabá, a Diocese foi administrada pelo seu procurador, Cônego Manoel Pereira Mendes que, cumulativamente dirigiu também aquele estabelecimento. Com todos estes funestos acontecimentos a que o Seminário Episcopal da Concei o não poderia ficar imune, este viria a ressentir-se seriamente, jamais retomando os seus momentos áureos (1854 – 1865), não obstante a importância que continuaria a ter.



### 5.3 Os Métodos Punitivos: Castigos Físicos e Morais

Entende-se por castigo (físico ou moral), o recurso a qualquer tipo de punição, no sentido de corrigir comportamentos considerados desviantes, faltas ou atos de indisciplina ou, de algum modo, a infração de regras pré-estabelecidas.

Para Foucault, o século XVIII foi o período ao longo do qual foram concebidos novos e diferentes mecanismos disciplinares que, na sua essência, remetiam para o término dos castigos físicos, que começavam a ser vistos como excessivamente cruéis, considerando uma nova disciplina, cuja primordial função seria a de gerar corpos dóceis e adestrados. Em seu entendimento, corrigir as transgressões embutidas nas normas instituídas, seria o principal objetivo dos castigos disciplinares. Em síntese, para Foucault, a arte de punir não visaria a remissão, nem mesmo a repressão. Segundo este autor, punir consistia em:

Relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros [...] a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e contra todos os instantes das instituições disciplinares, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, normaliza.<sup>419</sup>

Foucault entende por punição, tudo o que é suscetível de levar as crianças à compreensão das suas faltas, de depreciá-las e de isolá-las. Para ele, os castigos físicos têm a função de circunscrever os desvios, constituindo-se sempre como atos corretivos que visam o restabelecimento da ordem. Porém, a forma como se processa tal restabelecimento está sempre condicionada à estratégia do poder dominante em cada época. Para o autor, o poder disciplinar consiste na estratégia preponderante de poder que decorre da modernidade, sendo que para ele o poder disciplinar subjacente à modernidade se caracteriza pela não corporeidade da pena, isto é, o corpo não será mais castigado de modo direto e público.

---

<sup>419</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*. 9ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1991, p. 163.

Sendo a liberdade considerada o valor supremo na modernidade, retirá-la ao indivíduo converteu-se na punição mais aplicada. A palmatória foi substituída na escola por punições que limitam os movimentos e impossibilitam a interação com os outros, tendo como objeto a reeducação de indivíduo, daí resultando que a disciplina transporte consigo um singular modo de punir, cuja especificidade reside em produzir, em simultâneo, afabilidade e competência, através da domesticação e moralização.

Desde as ações, espaços, atividades e tempos, tudo era suscetível de ser minuciosamente controlado com esta nova disciplina. Tal como na Europa, a substituição dos castigos corporais por novos métodos disciplinares morais, foi objeto de muita discussão na sociedade brasileira. O que seria mais eficaz, castigos físicos ou castigos morais? Importa ressaltar que vivíamos numa sociedade suportada economicamente por mão-de-obra escrava, pessoas a quem não era reconhecida a sua condição humana, tratadas como mercadoria e, sistematicamente expostas à violência, quadro que confere algumas peculiaridades à situação brasileira, impedindo-a de acompanhar a Europa descrita por Foucault.

No Brasil do século XIX, a prática do controle através da agressão física era, desde o período colonial, considerada um exercício comum, tendo em conta a tradição de violência exercida pelas elites proprietárias, não apenas sobre os escravos e populações indígenas, mas também sobre as mulheres, jovens e crianças. Num tal contexto, controlar e disciplinar os alunos com recurso a punições físicas tornava-se, naturalmente, algo que não mereceria discussão.

Em épocas mais remotas, em que a oralidade imperava, as crianças eram educadas segundo processos naturais, estreitamente ligadas à vida e à dinâmica das sociedades em que se inseriam. Em tal contexto, o “saber” historicamente acumulado, era transmitido aos aprendentes, pelos mais idosos, no próprio seio das comunidades. Com o advento da modernidade e, no sentido de uniformizar a sociedade, foram criadas estruturas à margem dos grupos sociais, que prescreviam valores únicos que o conjunto da sociedade deveria adotar como regra. De acordo com os novos princípios, caberia à escola, enquanto espaço privilegiado de difusão daqueles signos, por norma, apenas valorizados por uma delimitada

camada social - as elites. Porém, a escola do século XIX, tinha como primordial função, educar todos os homens livres. Nessa perspectiva:

[...] os castigos físicos e morais integravam o projeto mais extenso da sociedade homogênea, sendo concebidos como um de seus elementos facilitadores. Por isso eles foram tão recorrentes nas escolas. Mas, como homogeneizar uma população heterogênea cultural e socialmente? Sem dúvida, os estabelecimentos escolares seriam os locais onde essa homogeneização se realizaria. Ali adotava-se uma conduta única a ser seguida por todos, mesmo que seus integrantes fizessem parte das comunidades cujos comportamentos, hábitos e costumes eram diferenciados.<sup>420</sup>

De acordo com a Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, os castigos físicos estavam proibidos nas escolas brasileiras, devendo ser substituídos pelos de cunho moral, baseados no método de ensino mútuo ou lancasteriano.<sup>421</sup> Assim sendo, o sentimento de medo cederia espaço ao sentimento de vergonha. No entanto, na maioria das províncias, tais alterações, só muito lentamente foram sendo implementadas, sendo que, em muitas delas, foi praticamente inútil a experiência da adoção dos castigos morais.

Abolir práticas culturais que, utilizadas ao longo de séculos se revelaram eficazes, tanto para ensinar, quanto para disciplinar, não era de toda tarefa fácil. A Lei foi criada para regular, porém, muitos outros meios seriam indispensáveis para promover uma transformação cultural tão radical, bem como pessoas disponíveis a acatar as novas orientações que, com a modernidade iam chegando, a apreender novos métodos e, sobretudo, a pugnar pela mudança, impondo as novas ideias e lutando junto dos seus pares, pela abolição dos castigos corporais.

Nos dois primeiros Regulamentos da Instrução Pública de Mato Grosso (1837 e 1854), a problemática dos castigos físicos tão pouco foi objeto de tratamento. Somente a partir de 1870, momento em que as ideias modernas penetraram na província mato-grossense, essa temática passou a constar da normatização escolar.

---

<sup>420</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras... Op. cit.*, p. 510.

<sup>421</sup> Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. IMPL – Acervo de Leis do Império Brasileiro.

Importa ainda enfatizar que, uma escola não se constrói somente a partir de um conjunto de leis. Ela se constitui, segundo Certeau, a partir de grupos de sujeitos ativos, capazes de criar diferentes modos de aplicar os instrumentos que lhes são impostos.<sup>422</sup> De acordo com Viñao Frago, a compreensão da cultura passa, necessariamente, pela consideração que vai desde a sociologia das organizações até à antropologia das práticas cotidianas. Neste sentido, segundo ele, “a cultura escolar pode ser definida como um conjunto de ideias, princípios, critérios normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas”.<sup>423</sup> Daí resulta que, no interior da escola se concebem “modos de pensar e de atuar que proporcionam”, a todos os sujeitos comprometidos com as práticas escolares, “estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas”, atitudes, modos de viver e de pensar a materialidade física, ritos e hábitos.<sup>424</sup>

Nesta perspectiva, tempo e espaço são idealizados, disseminados e utilizados pelas instituições escolares e pelos sujeitos que participam ativamente no cotidiano escolar e que, ao longo do tempo, demarcarão as práticas e os modos de pensar e fazer escolares. Assim sendo, o espaço diz respeito à natureza da escola como lugar específico e, o tempo, “diverso e plural, individual e institucional, é condicionante e condicionado por outros tempos sociais”.<sup>425</sup> Um tempo tumultuoso, que carece de ser percebido nas dimensões do tempo pensado ou teórico, proposto pelos pedagogos, inspetores e mestres do tempo legal, padronizado e estatuído nas leis e regulamentos do tempo escolar, o tempo que se revela no interior das ocorrências da escola. Tempos e espaços que não são imparciais, mas edificadas e determinantes numa cultura escolar.

Numa concepção semelhante, mas considerando que a análise da cultura escolar necessita de ser estabelecida a partir da relação com o conjunto das culturas contemporâneas, Dominique Julia, entende a cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a

---

<sup>422</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>423</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico*. Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro, nº 7, 2000, p. 100.

<sup>424</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, nº 0, 1995, p. 68 - 69.

<sup>425</sup> VIÑAO, Frago Antonio. *El espacio y el tiempo... Op. cit.*, p. 101.

transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.<sup>426</sup> São normas e práticas que precisam ser entendidas nos aspectos relativos ao contexto da sua produção, à sua finalidade que varia segundo o tempo, podendo atender às questões de ordem diversa como: religiosa, sociopolítica ou de socialização e, por fim, a consideração que recai sobre os sujeitos envolvidos na obediência, ou não, das normas e no estabelecimento das práticas diárias do fazer escolar. Observando as normas que regem uma escola e as correspondentes aplicações, o autor, no sentido de dar o seu contributo para um melhor entendimento da ação e propósito de uma determinada escola, afirma: “os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas”.<sup>427</sup>

Tudo leva a inferir que tais normas/práticas foram concebidas no Seminário da Conceição, tendo em conta o seu cotidiano escolar. Em tal contexto, tanto o Reitor quanto os Lentes, perante alguma desordem que, gradualmente, se ia instalando, determinaram a aplicação das práticas disciplinares, objetivando a restauração da ordem. Assim, para cada situação de indisciplina ocorrida no interior da sala de aula, o Lente da respectiva cadeira se encarregaria de aplicar a punição prescrita para cada contexto, procurando levar os alunos à compreensão do desígnio da Instituição e ao entendimento das atitudes ocorridas no espaço escolar, aceitando que, tanto o Reitor como os Professores estavam, no seu conjunto, empenhados na estruturação de uma nova cultura escolar que se propunha substituir os instrumentos de correção – como, por exemplo, a palmatória – por ações que motivassem momentos de reflexão e introspecção. Apenas os casos mais complicados seriam tratados de forma diferenciada, sendo os alunos envolvidos encaminhados para o Reitor e, se necessário, comunicada a ocorrência aos responsáveis pela educação do aluno. Em última instância e, caso a situação não fosse ultrapassada, haveria lugar à punição de maior gravidade, isto é, a expulsão.

Enquanto o estabelecimento de ensino religioso, o Seminário Episcopal da Conceição, possuía também um conjunto de normas próprias no que respeitava à aplicação de

---

<sup>426</sup> JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, n. 1, 2001, p. 10.

<sup>427</sup> Ibidem, p. 19.

castigos e punições aos alunos que cometessem alguma falta ou ato de indisciplina, ou infringissem as regras instituídas, de modo a comprometer a ordem e a moral da Instituição.

Assim sendo, no interior do Seminário Episcopal e das demais escolas da província de Mato Grosso, deveria estabelecer-se uma conduta padronizada que, se infringida, reverteria em punições físicas ou morais. Tais mecanismos corretivos tornavam-se imprescindíveis, no sentido de recuperar o indivíduo, conduzindo-o à reflexão, visando o abandono do seu anormal comportamento, disponibilizando-se para se converter num cidadão mais civilizado.

Em conformidade com os primeiros Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição, datado de 1854, o emprego de castigos físicos, deveria ocorrer apenas em situações extremas, dando-se preferência às punições de ordem moral. Em hipótese alguma, conforme estabelecia o § 12, o seminarista poderia comparecer às aulas sem estar trajado de batina, sob pena de expulsão.<sup>428</sup> O § 16, determinava que, aos alunos transgressores e distraídos, a penalidade poderia variar desde uma mera advertência verbal até ao uso de qualquer outro meio considerado adequado pelo professor, podendo este, em última instância, recorrer a castigos corporais, caso a infração cometida fosse considerada grave e gerasse desordem na instituição.<sup>429</sup>

Nos subsequentes dispositivos, inúmeros deveres religiosos eram ainda impostos aos seminaristas e, a falta do seu cumprimento, seria motivo de penalização. Os alunos deveriam confessar-se todos os meses, inclusivamente no período de férias.<sup>430</sup> Nos domingos do Advento e nos da Quaresma, eram obrigados, todos sem exceção, a dirigir-se à Catedral para participar na missa cantada, bem como nos sermões realizados todas as tardes durante os ofícios da Semana Santa e Páscoa.<sup>431</sup> Para além disso, deveriam assistir às missas conventuais e participar da procissão de Corpus Christis, integrando o cortejo que se realizava naquele dia, trajados de sobrepeliz.<sup>432</sup>

---

<sup>428</sup> Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 15 de setembro de 1854. Capítulo I, § 12.

<sup>429</sup> Ibidem, Capítulo II, § 16.

<sup>430</sup> Ibidem, Capítulo III, § 17 e 18.

<sup>431</sup> Ibidem, § 19.

<sup>432</sup> Ibidem, § 21.

Caso não colaborasse com qualquer daquelas obrigações, o seminarista poderia ficar privado da ordenação anual, ficando, também, sujeito a qualquer outro tipo de penalidade que a Congregação dos Lentes considerasse necessária.

Como já exposto anteriormente, em consequência das modificações ocorridas no Seminário, como a criação de novas cadeiras e o aumento do número de alunos, os Estatutos de 1854 sofreram significantes mudanças aquando da elaboração dos de 1863. O artigo 32, deste último Estatuto, previu a supressão dos castigos corporais, banindo o uso da palmatória nas aulas de Língua Latina e Francesa.<sup>433</sup>

Os alunos matriculados nas demais aulas de preparatórios também estavam sujeitos às imposições religiosas descritas e, em caso de não cumprimento, seriam penalizados, inicialmente com uma repreensão verbal e, em caso de reincidência, também com a palmatória. Tal mudança estatutária provocou muita inquietude e discussão por parte dos docentes e dos pais dos alunos, dado que estes não concordavam com a abolição dos castigos físicos.

No final do ano de 1864, o Pe. Ernesto Camillo Barreto, na qualidade de Reitor e Presidente da Congregação dos Lentes, manifestou essa preocupação e tentou persuadir, com sua competente eloquência, de que o recurso aos castigos físicos era indispensável à formação dos discípulos:

Pode ser, Exm<sup>o</sup> Sr., que a sabedoria dos homens se tenha adiantado nas regras da educação, e que a supressão dos castigos corporais aos meninos, ainda não dotados de reflexão bastante, tenha alguma coisa de prudente e útil, mas pela lição diária e pelo exemplo quotidiano, creio mesmo que o menino é mais levado pelo sentido que pela reflexão, e que mais obedeça pelo temor que pelo amor [...]. Sem esse temor, os maus hábitos e inclinações dificilmente podem ser curados, é de consequência inevitável que a supressão da palmatória nas aulas de Latim e Francês desacorçoará o professor. E isto causará pouco ou nenhum aproveitamento dos alunos, salvo a querer-se admitir somente na matrícula destas duas aulas moços de 16 anos para cima, cujos brios, inteligência e educação já estejam desenvolvidos no conhecimento do bem e do mal, o que é difícil no meio da corrupção e do indiferentismo pela educação no tempo presente, salvas honrosas exceções.

---

<sup>433</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 33v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

Acrescem a isto os exemplos domésticos e a admissão de tais castigos nos países mais desenvolvidos que nós na civilização, a França, a Alemanha e outros.<sup>434</sup>

A pedagoga Nísia Floresta, que viveu durante a primeira metade do século XIX, buscou uma explicação para o procedimento dos pais, que se opunham à supressão do uso da palmatória, concluindo que, privados de poder e de autoridade, estes delegavam nos professores a aplicação de tais castigos, tendo por base a indisciplina dentro de suas próprias casas. Aversa ao uso dos castigos físicos, alegava:

A maior parte dos pais (digamo-lo em abono do progresso de nossa civilização) já não vê, como então, nos bárbaros castigos escolares, um meio necessário para os bons resultados da educação de seus filhos. A maior parte, dizemos, porque alguns não somente toleram ainda que homens sem princípios e de medíocre saber, arvorados entre nós em diretores de casas de educação, imprimam a mão na face dos seus filhos, mas até exigem que os trate com todo o rigor para puni-los de suas desobediências domésticas.<sup>435</sup>

Persuadido de que o regresso dos castigos físicos traria o progresso às aulas do Seminário, o Bispo de Cuiabá comunicou o fato ao Imperador que, em Aviso de 2 de junho de 1865, autorizou o retorno do uso dos castigos corporais, particularmente da palmatória, nas aulas de Latim e Francês. O Pe. Ernesto, Reitor do Seminário, aliviado com semelhante deliberação superior, declarou, no seu relatório daquele mesmo ano:

O ensino nas aulas de línguas, com a suspensão dos castigos físicos havia caído em uma espécie de letargia, os dignos professores cansados de empregar repreensões e impossibilitados de aplicar outros castigos morais, como jejuns e retenções correcionais, por não ter o edifício ainda as comodidades precisas, nem pessoa que velasse sobre os destinos depois das horas de lições, de braços cruzados contemplam a corroer do cancro sem remédios de salvar os enfermos, e assim teriam as duas aulas de Latim e Francês recuado ao progresso, se, ainda em tempo, o Governo Imperial lhes

---

<sup>434</sup> Relatório do movimento anual do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis. Cuiabá, 28 de dezembro de 1864. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fls. 33v e 34. ACBM – Acervo do IPDAP, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>435</sup> FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Cortez/Brasília: INEP-MEC (Biblioteca de Educação. Série 3 – Mulher Tempo, 1), 1989, p. 76.



não restituísse o remédio. A verdade do que acabo de expender é de prima intuição. Compulsados e confrontados os trabalhos dos alunos de ambas aquelas cadeiras nos dois primeiros trimestres com os do terceiro, sendo este mais curto, vê-se quanto à aplicação se avantajou no último aos dois primeiros trimestres. O simples fato do ressurgimento da palmatória nas duas aulas bastou para, independente da aplicação [ilegível] mesmo com demasiada parcimônia, como recomendam os Estatutos, tirar os alunos da inércia e frouxidão a que se haviam entregado em prejuízo dos pais, do tempo e do crédito do estabelecimento, objeto de nossos mais diligentes cuidados.<sup>436</sup>

O Regulamento da Instrução Pública, do ano de 1872, no seu Art.º 39º, admitia a aplicação, nas escolas públicas primárias, apenas dos castigos morais, sendo de decisão das famílias dos alunos aplicar ou não os castigos físicos. O difusor dessa nova prática foi o Presidente da Província de então, Francisco José Cardoso Júnior, que, ao enunciar aos parlamentares mato-grossenses o seu plano de reforma, argumentava:

Artº 39º - Os professores de instrução só poderão aplicar as seguintes penas:  
§1º-Reprensão particular;  
§2º-Reprensão pública na escola;  
§3º-Privação ou restituição dos prêmios e distinções escolares que os alunos tenham obtido;  
§4º-Castigos vexatórios como ficar de pé ou de joelhos;  
§5º-Trabalho além das horas marcadas, depois de encerrada a escola, ou ainda levá-los a casa, com obrigação de trazê-los prontos;  
§6º-Comunicação aos pais para estes providenciarem sobre maiores castigos;  
§7º-Eliminação da Escola, notada na matrícula, comunicada ao Governo e aplicável no caso de incorrigibilidade de conduta, depois da decisão do Conselho Literário, 'a quem será afeto o mau procedimento do aluno com as competentes provas'. Este artigo, ao passo que amplia os castigos adotados, restringe-os só quanto ao corporal infligido a arbítrio do mestre. É um precedente hoje admitido por toda a parte. O castigo corporal, está provado, avilta, mas não corrige. Os §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, podem muito influir sobre o ânimo do menino que neles houver incorrido. E se nada disso for suficiente (indício grave contra a índole do aluno) resta o recurso do § 6º.<sup>437</sup>

---

<sup>436</sup> Relatório do movimento anual do Seminário Episcopal da Conceição apresentado pelo Presidente da Congregação dos Lentes, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis. Cuiabá, 8 de novembro de 1865. Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 39v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>437</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Júnior, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 4 de outubro de 1872. APMT – Relatórios.

Encontrava-se, portanto, interdito pelo Regulamento de 1872, o uso dos castigos físicos nos estabelecimentos públicos escolares. Porém, a força da Lei não seria capaz de extinguir conduta tão enraizada no interior das escolas, o que, por longos anos, gerou intensas polêmicas sobre tal questão. No ano de 1879, o Presidente da Província mato-grossense, João José Pedrosa, revelou-se contrário ao uso dos castigos corporais, divergindo de alguns professores que solicitavam a sua prática: [...] o uso dos castigos físicos já não é compatível com a civilização, eles devem ser banidos para sempre.<sup>438</sup>

Em conformidade com aquele governante, os castigos físicos não corrigiam o indivíduo, mas despertavam no homem o recurso à força e à violência. Os alunos deveriam ser educados com a maior dedicação possível, para que neles fossem estimulados os sentimentos de amor-próprio e de dignidade. Para a correção dos estudantes, deveriam ser exercidos somente castigos morais que, em seu entendimento, eram suficientes para a formação moderna do cidadão. Caso tais punições não bastassem, optar-se-ia, em última instância, pela expulsão dos alunos indisciplinados, visto ser “[...] medida extrema que deveria ser empregada com muito critério”.<sup>439</sup>

O Diretor Geral da Instrução Pública de Mato Grosso, Dormevil José dos Santos Malhado, em meados de 1880, considerava estarem “[...] banidos das escolas os castigos corporais, como indignos do professor que os inflige e aos alunos que os sofrem”.<sup>440</sup>

Constata-se, no entanto, que a legislação que prescrevia a abolição dos castigos corporais preconizava um país que se almejava desenvolvido e civilizado, sendo para tal indispensável por termo a práticas ancestrais. Os castigos físicos simbolizavam costumes obsoletos e consubstanciavam tradições que afastavam o Brasil do seu projeto de modernização. No entanto, tais práticas romperam todo o século XIX, adentrando pelo século XX, tendo como um dos seus instrumentos mais simbólicos, a palmatória.

---

<sup>438</sup> Relatório apresentado pelo presidente da Província de Mato Grosso, João José Pedrosa, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 1 de outubro de 1879. APMT – Relatórios.

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dormevil José dos Santos Malhado, ao Presidente da Província de Mato Grosso, Barão de Maracaju. Cuiabá, 17 de agosto de 1880. APMT – Relatórios.

No que concernia à problemática que envolvia a indisciplina dos alunos do Seminário Episcopal da Conceição, os diversos casos de insubordinação, vadiagem e faltas, bem como o número de pais que retiravam os seus filhos das aulas, despertaram a nossa atenção. Pela observação da documentação do Estabelecimento, percebemos que, no ano de 1863, ocorreu a expulsão de alguns alunos das aulas de Latim, então ministradas pelo Cônego Joaquim Antônio da Silva Rondon. Os registros de tais situações, relacionadas com uma única cadeira, estiveram, supostamente, na origem da posterior demissão do respectivo Lente. Provavelmente, muitas situações semelhantes existiram em outras disciplinas, porém, se efetivamente sucederam, estas teriam sido silenciadas, porventura, no sentido de proteger a imagem da Instituição.

A 27 de agosto de 1863, o Secretário do Seminário, Bacharel João Carlos Schulze, comunicou ao Pe. Ernesto Camillo Barreto, em Sessão Extraordinária da Congregação dos Lentes, os atos continuados de desobediência e vadiagem de dois alunos matriculados na aula de Latim, sendo estes, Filipe Juvêncio Rodrigues Lisboa e José da Costa Leite. O primeiro deles no dia 24 de agosto havia causado desordem pública, saindo à força por uma das janelas da sala de aula e, regressando, distribuiu bananas aos seus companheiros.<sup>441</sup>

Em resposta à comunicação que lhe foi dirigida, o Pe. Ernesto solicitou ao Secretário Schulze que ordenasse ao Lente substituto da aula de Latim, Bernardino José Soares, a intimação dos dois alunos, para que explicassem a razão dos seus atos:

Chamados, apareceram os dois citados perante a Congregação dos quais Juvêncio, perguntado a quanto tempo ele estava na aula de Latim, o que ele já traduziu e em que capítulo da artinha se achava, respondeu:

Eu estou há dois anos na aula de Latim, já acabei a artinha, mas havia de começar de novo e estou hoje nos nominativos.

Perguntado por que o mesmo, no dia 24 do mês corrente tinha saído por força da aula de Latim, onde estaria retido por causa da vadiação, respondeu:

Eu havia de buscar a minha irmã na escola de D. Umbelina, se eu não tivesse feito isto, ela havia de morrer de fome.

Perguntado depois, a José da Costa Leite, quanto tempo ele já estava matriculado na aula de Latim, e que matéria atualmente estudava, respondeu o mesmo:

---

<sup>441</sup> Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1866). Sessão de 27 de agosto de 1863, fl. 7v. APMC, Cx. 139.

Já estou há dois anos na aula e comecei a estudar a artinha e tornei a voltar mais uma vez [...].<sup>442</sup>

A Congregação, em relação ao aluno Filipe Juvêncio Lisboa, entendeu por bem expulsá-lo da aula de Latim, em virtude do seu atraso na matéria, do seu mau comportamento constante, comprovado pelo proprietário da cadeira e pelos seus dois substitutos, mas, sobretudo, pela resposta dada ao seu mestre, no dia 26 de agosto daquele mesmo ano, no momento em que aquele tentou retê-lo na aula, por não ter estudado uma vez mais, o que mereceu da parte de Juvêncio a seguinte resposta: “Nunca fui preso em casa e nem serei preso no Seminário”.<sup>443</sup>

O outro aluno envolvido, José da Costa Leite, também foi expulso da citada aula. Nesse episódio, a Congregação dos Lentes, alegou, do mesmo modo, estar o aluno atrasado na matéria e que, apesar de lhe ter sido concedido um prazo de 15 dias para que se corrigisse, tornando-se mais estudioso e assíduo, não apresentara, até aquele momento, quaisquer progressos.<sup>444</sup>

Precisamente nesse período, o Sr. Manuel Ribeiro Galvão requereu a retirada dos seus dois filhos da aula de Latim, nomeadamente, Antônio Antunes Galvão e Silvestre Antunes Galvão, alegando que, na dita aula, a assiduidade dos seus filhos seria uma perda de tempo. A Congregação considerou que a expressão utilizada pelo pai era extremamente ofensiva à moral do Seminário. Paralelamente, enviou um ofício ao Lente da cadeira, o Cônego Rondon, no sentido de que o mesmo se defendesse das acusações, a fim de que se fossem tomadas as devidas providências. O ofício e o requerimento foram devolvidos abertos e sem as informações que lhe haviam sido requeridas. Face a tal gesto do professor, a Congregação considerou aquela atitude inadequada, prejudicial à disciplina e ofensiva à dignidade e ao respeito pelo Estabelecimento.<sup>445</sup>

---

<sup>442</sup> Ibidem. fl. 8.

<sup>443</sup> Idem.

<sup>444</sup> Idem.

<sup>445</sup> Idem.

Apesar do ocorrido, a Congregação dos Lentes concedeu um prazo de três dias para que o professor disponibilizasse informações objetivas sobre o sucedido, sob pena de ficar provada a assiduidade dos alunos e imputada a pura perda de tempo dos ditos, na aula de Latim. Em resposta, o Cônego Rondon declarou não ser da sua responsabilidade a perda de tempo e a assiduidade dos dois alunos na sua aula e, que não sabia se a assiduidade dos mesmos fora devidamente acompanhada de estudos, dedicação e consequente progresso intelectual.<sup>446</sup>

Em conformidade com a resposta fornecida pelo referido Lente, a Congregação determinou uma investigação pormenorizada de todos os procedimentos relativos às aulas de Latim, com o objetivo de se conhecer o tempo de matrícula de cada aluno, a assiduidade, classes e seções de tradução. Para esse trabalho foi nomeada uma Comissão que, no final, deveria apresentar um relatório circunstanciado da situação.<sup>447</sup> Tal conjuntura levou o Cônego Rondon, Lente daquela cadeira desde a sua nomeação, em 1859, a requerer, em setembro de 1863, a sua demissão, pedido que foi, de imediato deferido. Aos dois alunos expulsos e aos dois que foram retirados da aula de Latim pelo pai, acresceram, posteriormente, mais nove alunos que anularam as respectivas matrículas naquela disciplina.<sup>448</sup>

Procuramos compreender o motivo que estava na origem de tal reação às aulas de Latim. Neste contexto, observamos que, desde a sua instalação, no ano de 1859, se registrava um atraso expressivo na aprendizagem dos alunos. Já em 1862, oitenta e cinco alunos haviam frequentado esta disciplina e, destes, apenas oito foram examinados e aprovados. Uma avaliação feita nesse mesmo ano pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, aponta como causa principal do atraso dos alunos e da desproporção entre o número dos matriculados e dos aprovados, se devia ao pouco conhecimento da Língua Nacional por parte dos que iniciavam os estudos latinos, os quais mal dominavam o Português. Uma outra razão, referida como segunda causa, prendia-se com a falta de assiduidade dos matriculados, dado que a sua maioria, ausenta-se por dias e mesmo meses inteiros, sem que o mestre conhecesse os verdadeiros motivos. Como último argumento, Camillo Barreto assacava a culpa à falta de

---

<sup>446</sup> Ibidem. Sessão de 3 de setembro de 1863, fls. 8v e 9.

<sup>447</sup> Não conseguimos ter acesso a esse documento.

<sup>448</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 16. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

compêndios apropriados, visto que os adotados não eram adequados ao processo de ensino-aprendizagem.<sup>449</sup>

Decorrido um ano após aquele episódio e tendo em vista a recuperação das aulas de Latim, o Pe. Ernesto tomou algumas decisões significativas. Entre estas, determinou que nenhum estudante poderia matricular-se na aula de Latim sem prestar exame que comprovasse estar habilitado na leitura, escrita e Gramática da Língua Nacional, além de avaliar, também, os conhecimentos de doutrina cristã e de catecismo. Uma outra medida então adotada, prendia-se com o requerimento de matrícula na Disciplina, que, segundo o Pe. Ernesto deveria ser feito pelos pais, tutores ou encarregados e apenas aceitos depois do parecer favorável da Congregação no que respeitasse à aptidão do pretendente.

A análise feita por Ernesto Camillo Barreto, ao considerar o fraco domínio da Língua Nacional, uma das primordiais razões do baixo rendimento obtido pelos alunos matriculados na cadeira de Latim foi, em nosso entendimento adequada, dado que o seu domínio, além de fundamental para a preservação e desenvolvimento da língua materna, se constituía como elemento facilitador das aprendizagens nas demais disciplinas. Assim sendo, consideramos pertinentes as medidas por ele tomadas com vista a solucionar o problema. Na análise dos objetivos subjacentes a um sistema educacional, para Chervel, existe uma discrepância entre educar e instruir, e essa diferença fica subentendida, quando concebemos finalidades que estabelecem a cultura escolar de determinada instituição com a sua função educativa:

Mas essa instrução está inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou o ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa.<sup>450</sup>

A vigilância durante as aulas, de acordo com o Protonotário Apostólico, deveria ser intensificada, devendo os pais ou responsáveis atestar, em documento, os motivos que justificassem a falta dos seus filhos ou afilhados às aulas. O professor passaria a deter um livro com a matrícula de cada aluno, nele devendo registrar todas as suas ausências e frequência de

---

<sup>449</sup> Relatório apresentado pelo Reitor do Seminário Episcopal da Conceição, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis. Cuiabá, 27 de dezembro de 1862, fls. 2 e 3. APMC, cx. 139.

<sup>450</sup> CHERVEL, André. *Op. cit.*, p. 188.

cada aula, bem como os resultados do seu aproveitamento durante o ano, os quais seriam trimestralmente publicados em jornal da capital. Todas estas medidas foram apresentadas ao Bispo, Dom José, sendo por ele aprovadas e incorporadas nos novos Estatutos de 1863.

Na sequência da averiguação da aula de Latim e, no sentido de apurar as causas dos constantes problemas ocorridos nesta cadeira, a Comissão imputou ao próprio Lente, Cônego Rondon, grande parte da responsabilidade pelo continuado atraso dos alunos, tendo-se concluído que o referido Lente não havia posto em prática as determinações do Pe. Ernesto, visando a manutenção da ordem no ensino. Por fim, entendeu-se como inadequado o desempenho daquele Lente por se ter furtado a prestar os esclarecimentos que, em devido tempo, lhe foram exigidos pela Congregação.<sup>451</sup>

O pedido de demissão do Lente da cadeira de Latim repercutiu-se de forma escandalosa, quando o jornal A Matraca, no início do mês de outubro, publicou um artigo de autoria desconhecida, alvitando que o Cônego Rondon teria sido demitido das aulas de Latim, vítima de uma conspiração por parte de alguns que almejavam a sua cadeira. Posteriormente, o referido jornal delatava fatos indecorosos ocorridos no interior do Seminário que:

[...] vergonhosamente eram presenciados e reconhecidos pela própria mocidade que educam. [...] alguns dos seus lentes não possuem as necessárias capacidades, são imorais, traidores, ambiciosos e de índole brutal, que com seus maus exemplos, em vez de ilustres, pervertem a mocidade [...]<sup>452</sup>

Considerando as inúmeras queixas feitas contra o Cônego Rondon e contra as suas aulas, que estiveram na base do seu pedido de demissão, teria sido ele próprio o autor ou mentor intelectual de tal artigo? A verdade é que a notícia repercutiu negativamente sobre o Seminário, o que contribuiu para que a Congregação dos Lentes impetrasse uma ação judicial

---

<sup>451</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fl. 19. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

<sup>452</sup> Ibidem, fl. 13.

contra o responsável pelo referido periódico, alegando que as palavras utilizadas no artigo foram ultrajantes para aquela instituição.<sup>453</sup>

Acreditamos que, ainda que parcialmente, o jornal estava com razão, dado que alguns padres, quebrando o voto de castidade, mantinham vida conjugal.<sup>454</sup> Exemplo disso foi o próprio Protonotário Apostólico, Pe. Ernesto Camillo Barreto, que vivia amancebado com a sua ex-escrava, Maria do Rozário Pires, com quem tivera 7 filhos.<sup>455</sup>

Em 1845, Castelnau, relatando os costumes cuiabanos, manifestou a sua indignação com o comportamento dos padres:

[...] é desagradável ser-se forçado a declarar que, nesta província em particular, o mau exemplo é dado pelos padres, os quais não receiam para satisfazer suas brutas paixões, de usar da influência conferida pela sua posição, como ainda de por ao serviço dela as cerimônias mais santas da religião.<sup>456</sup>

Os clérigos e até mesmo o Bispo Dom José, silenciaram tais procedimentos por parte de alguns, devido à escassez de padres na Província, bem como de elementos devidamente preparados para levar avante o projeto pedagógico do Seminário.

Dom Carlos Luiz D'Amour, ao assumir em 1879 o Bispado de Cuiabá, ficou estarrecido com a situação do clero, fazendo de imediato, uma reforma das práticas no interior do Seminário. Nessa perspectiva, declarou:

Quando em 1879 chegamos a Cuiabá, encontramos ali três seminaristas com as primeiras ordens, porém indisciplinados e de péssimos costumes. Não podia ser de outro modo, pois quase todos os diretores davam-lhes o triste exemplo de uma vida absolutamente contrária ao espírito eclesiástico. A

---

<sup>453</sup> Ibidem, fl. 14v.

<sup>454</sup> Sobre a temática do incumprimento do celibato pelos eclesiásticos mato-grossenses, ver: PERARO, Maria Adenir. *Farda, Saías e Batina: A Ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90*. UFPR (Tese de Doutorado), 1997.

<sup>455</sup> TAVARES, Avelino. *Pe. Ernesto Camilo Barreto: lampejos biográficos de um sacerdote*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 1999, p. 17.

<sup>456</sup> CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Brasiliense (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, vol. 266), 1949, p.164 - 165.



reforma dos costumes no clero existente foi o nosso primeiro cuidado, o que nos acarretou não poucos trabalhos e desgostos; dispensamos os seminaristas existentes.<sup>457</sup>

A conjuntura referida, não era específica da Província de Mato Grosso, mas semelhante às demais. Ao inspecionar os seminários nacionais, em 1852, Gonçalves Dias, enquanto oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, informou sobre o do Maranhão: “Em todo o mundo católico, o estado do clero denuncia qual seja o estado do povo; se o povo não tem costumes, nem religião, é que o clero é ignorante ou dissoluto”.<sup>458</sup>

A aula de Latim, em 1864, cerca de um ano após o incidente ocorrido com o Cônego Rondon, já se encontrava sob a regência do seu substituto, Pe. João Leocádio da Rocha que, gradualmente, ia conseguindo restabelecer o progresso daquela disciplina. No entanto, um outro caso de insubordinação ocorreu na dita aula, desta vez com o seminarista Francisco de Arruda Lobo. Em virtude da sua conduta inadequada, foi punido com uma série de penitências, nomeadamente, ficar isolado na aula de Latim durante 15 dias, não lhe sendo permitido comunicar com os seus condiscípulos; durante um mês deveria prestar serviços na Sacristia da Sé, entre as 6:00 e as 7:30 horas da manhã; por um período de dois meses cabia-lhe ainda, no âmbito do mesmo castigo, prestar serviços na Secretaria do Seminário; deveria confessar-se duas vezes por mês, com um educador indigitado pelo Vigário Geral e receber a comunhão, após cada uma delas.<sup>459</sup>

Concomitantemente com a observância das tarefas estabelecidas, como corretivo, competia ainda àquele Lente fazer persistentes admoestações morais ao penitenciado e aos demais alunos da sua aula, mostrando-lhes “o caráter das más ações e suas consequências, e os frutos do verdadeiro arrependimento, não esquecendo de instruí-los”.<sup>460</sup>

---

<sup>457</sup> Histórico do Seminário Episcopal da Conceição, redigido pelo Bispo de Cuiabá, Dom Carlos Luiz D’Amour. ACMC, Cx. 139, Doc. s/data e página.

<sup>458</sup> Relatório apresentado por Gonçalves Dias ao Governo Imperial no ano de 1852. In: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Op. cit.*, p. 346.

<sup>459</sup> Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1866). Sessão de 11 de agosto de 1864, fl. 21v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Cx. 37, Doc. 1B.

<sup>460</sup> Ibidem, Sessão de 11 de agosto de 1864, fl. 21.

Tais penalidades deveriam ser controladas pelo próprio professor de Latim que, no final, comunicou à Congregação dos Lentes que Francisco de Arruda Lobo “[...] não só aceitou com toda a humildade e obediência, como as cumpriu da maneira que foi determinada”.<sup>461</sup>

Pela gravidade da pena atribuída ao referido aluno, entendemos que a transgressão teria tido muito grave, tanto mais que, na documentação consultada, em nenhum momento é explicitada a razão de tais castigos.

---

<sup>461</sup> Ibidem, Sessão de 15 de setembro de 1864, fl. 22.

## **5.4 O Sistema de Avaliação: Métodos e Instrumentos**

No interior do Seminário Episcopal da Conceição, O método adotado para avaliar os alunos admitia variados instrumentos, tendo nas provas orais e escritas, uma constante. Em conformidade com os Estatutos de 1854, 1863 e de 1865, o sistema de avaliação não sofreu modificações significativas.

As avaliações trimensais eram constituídas por diferentes modalidades, nomeadamente, provas escritas, pequenas dissertações, provas orais designadas conferências, onde o professor escolhia ou sorteava entre os alunos, aquele que deveria expor oralmente o conteúdo determinado. A nota final não resultaria apenas dessas provas, porém, era obtida considerando também, o comportamento e a assiduidade dos alunos, sendo que, por vezes, estes fatores chegavam, a constituir motivo de reprovação. A estas questões eram aplicados os conceitos: ótimo, bom, regular, medíocre e sofrível.

Estando o aluno matriculado em qualquer cadeira, deveria prestar uma série de provas no decorrer do ano letivo, independentemente dos Estatutos. Normalmente, estas eram realizadas trimestralmente sendo que a média final consubstanciava o resultado do conjunto das avaliações, acrescido da nota atribuída ao exame final.

Quadro dos exames trimestrais realizados no ano de 1866						
Nº	Aulas e Nomes	Faltas		Resultado no Exame Trimestral	Comportamento	
		Abonadas	Não Abon.		Escolar	Moral e Religioso
I) Aula de Latim						
1	Antônio Sylvestre de Pinho	-	-	C/Classe de artinha	Bastante Aplic.	Bom
2	Leoncio Pereira de Azevedo	-	-	“	“	“
3	Elisario de Souza	-	-	“	Sofrível	“
4	Antônio Maria Perreira Leite	-	12	“	Muito pouco	“
5	João Portella S. Neves	-	12	“	“	“
6	Viriatto Cerqueira Caldas	-	-	“	Bastante	“
7	Americo Brasil Cerq. Caldas	-	-	“	[Ilegível]	“
8	Manoel Pereira Mendes	-	-	“	Sofrível	“
9	Joaquim Caraciolo Azevedo	4	-	“	“	“
10	Pedro Pio Gualberto Mattos	19	4	“	Muito pouca	“
11	Antº. Augusto da Costa Leite	-	14	“	Nenhuma	“
12	Egydio da Silva Prado	-	24	“	“	“
13	Aureliano P. Vaz Guimarães	-	14	“	“	“
14	Theodoro Paes S. Rondon	-	2	“	Sofrível	“
15	José Antonio Duarte	-	8	“	“	“
16	Américo A. Portocarrero	5	-	“	“	“
17	Frederico S. G. de Mattos	16	-	“	Bastante	“
18	José Maria Metello	-	-	“	Muito boa	“
19	João Antunes Leite	-	4	“	Bastante	“
20	Matheo Antonio da Costa	3	16	“	Alguma	“
21	Joaquim Pinto J. Miranda	-	36	Não apareceu ao exame	Nenhuma	-

22	Luiz P. Pompeo de Barros	XXX	XXX	Nunca compareceu	-	-
23	João V. Nunes dos Anjos	8	2	Passou para a 2ª Secção	Alguma	Bom
24	Eugenio Lopez de Souza	12	12	Cont. na 1ª Secção	“	“
25	José da Costa Leite	-	13	Reprovado na 1ª Secção	Nenhuma	“
26	Crescencio da F. e Souza	-	11	Continua na 1ª Secção	Pouca	“
27	Laurindo A. Canavarros	6	3	Passou p/ a 2ª Secção	Alguma	“
28	João Baptista das Neves	-	3	[Ilegível]	Sofrível	“
29	Celestino Corrêa da Costa Jr.	-	3	Passou p/ a 2ª Secção	Boa	“
30	Luiz Ernesto Pinto Jr.	-	8	Passa p/ a 3ª Secção	Boa aplicação	Bom
31	João Caetano Botelho	-	4	“	“	“
32	André C. da Costa Leite	-	2	“	“	“
33	Francisco José Rodrigues	1	8	Continua na 4ª Secção	“	“
34	Luiz Antônio Murtinho	-	9	“	“	“
35	José Olympio de Miranda	7	3	Passa p/ a 4ª Secção	“	“
36	José Caetano Metello Jr.	-	4	“	“	“
<b>II) Aula de Francês</b>						
1	Virgílio Franco da Silva	13	-	Passa p/ a 2ª classe	Alguma Aplic./intelig.	Regular
2	José Maria Metello	1	5	“	“	“
3	Eugenio Lopez de Souza	15	-	Continua na 1ª classe	Medíocre	“
4	Egydio da Silva Prado	-	45	Abandonou a aula	-	-
5	Ant.º Theodoro de Figueiredo	-	7	Continua na 1ª classe	“	Regular
6	Celestino Correa da Costa Jr.	-	2	Continua na 2ª classe	Alguma Aplic./intelig.	“
7	José Caetano Metello Jr.	1	4	“	“	“
8	Luiz Ernesto Pinto Jr.	7	7	“	Pouca Aplic./intelig.	“
9	João C. de Campos Borges	5	6	“	Alg. Aplic./Pouca int.	“

10	Luiz Antonio Murtinho	-	12	“	Pouca Aplic./intelig.	“
11	João Caetano Botelho	-	12	“	Alguma Aplic./intelig.	“
12	Indalecio R. de Cerq. Caldas	-	12	“	Pouca Aplic./intelig.	“
13	Evaristo A. de Cerq. Caldas	-	1	“	“	“
14	Pedro Augusto de Araújo	-	-	“	Aplicado, inteligente	“
<b>III) Aula de Filosofia</b>						
1	João Xavier da Silva	-	-	Sofrível	Bom	Bom
2	João E. Peixoto do Amarante	-	-	“	“	“
3	Evaristo A. de Cerq. Caldas	1	1	Sofrível	[Ilegível]	Bom
4	Indalécio R. de Cerq. Caldas	1	5	“	“	“
5	Manoel B. da Costa Marques	4	4	“	Bom	“
6	Pedro Paulo das Neves	-	4	“	“	“
7	João C. de Campos Borges	5	1	“	“	“
8	Gabriel Nunes Nogueira	-	17	“	Regular	“
<b>IV) Aula de Retórica</b>						
1	João Xavier da Silva	2	10	Sofrível	Bom	Bom
2	Gabriel Nunes Nogueira	-	18	Abandonou a aula	“	“
<b>V) Aula de Liturgia</b>						
1	José Olympio de Miranda	8	14	Cont. é perda do tempo	Mau	Bom
2	Francisco José Rodrigues	1	16	Sofrível	Sofrível	Bom
<b>VI) Aula de História Sagrada</b>						
1	Pedro Antônio R. C. Vianna	2	-	Sofrível	Bom	Bom
2	Augusto Alves Ferreira	8	1	“	“	“
<b>VII) Aula de História Eclesiástica</b>						
1	Pedro Ant.º R. Costa Vianna	14	-	Sofrível	Boa aplicação	Bom
1	Manoel B. da Costa Moreira	10	-	“	Assíduo	“

<b>VIII) Aula de Teologia Moral</b>						
1	Virgílio Franco da Silva	4	4	Sofrível	Sofrível	Sofrível
2	Augusto Alves Ferreira	8	-	“	Bom	Excelente

Fonte: Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 17 de maio de 1866, fl. 38-38v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Cx. 37, Doc. 1B.

O professor, só por si, era insuficiente para recolher todos os dados sobre os diferentes aspectos. Neste contexto, foi implementado um interessante sistema de inspeção, para garantir um bom funcionamento escolar e, sobretudo, fornecer dados objetivos para que a avaliação fosse feita com o máximo rigor possível, no sentido de que a nota final refletisse o conjunto de procedimentos e ações dos alunos. Nesse sentido, foi constituída uma Comissão, nomeada pela Congregação dos Lentes, que era responsável pelo levantamento e controle não apenas da assiduidade e comportamento dos educandos mas, também, dos professores. Tal controle era realizado trimestralmente e objetivava observar o desempenho e aproveitamento dos alunos.

O quadro dos exames trimestrais realizados em 1866, acima transcrito, permite observar as aulas em funcionamento naquele ano, os alunos matriculados nas diversas disciplinas, a sua identificação e a situação de cada um deles no que concerne aos conteúdos abordados, bem como a assiduidade e respectivo comportamento escolar e moral. Como anteriormente aludimos, a maior parte dos alunos estava matriculada nos Preparatórios de Latim, Francês e Filosofia, sendo que nas cadeiras Teológicas o número de alunos era inexpressivo.

Pode ainda inferir-se, a partir daquele quadro, que o progresso escolar da maior parte dos discentes era insuficiente, destacando-se, particularmente, as aulas de Filosofia, Retórica, Liturgia, História Sagrada, História Eclesiástica e Teologia Moral. O resultado da generalidade dos alunos foi “sofrível”, termo utilizado pelos Lentes, em todas estas disciplinas, apesar do comportamento de quase todos ser considerado “bom”. Naquele mesmo ano, as disciplinas de Eloquência Sagrada, Instituições Canônicas e Teologia Dogmática e Exegética, não funcionaram por falta de alunos.

No final do ano letivo, o professor de cada cadeira notificava a Congregação dos Lentes, do término do seu curso, cabendo a esta marcar o dia, mês e hora para a realização dos exames finais, determinantes para a aprovação ou reprovação dos alunos, bem como nomear as Comissões Examinadoras, que, no dia anterior aos exames, deveriam apresentar-se, no para realizar a seleção dos pontos de cada matéria a serem avaliados. Por outro lado, competia aos professores publicar tal deliberação, através de edital afixado em local visível, convocando os alunos a apresentar-se no dia, local e hora antecipadamente estabelecidos pela Comissão.

Dessa forma, os alunos, aptos aos exames, compareciam e sorteavam os pontos, dando-se, de seguida, início aos respectivos exames. Todos os pontos integravam os conteúdos ministrados pelo professor em conformidade com o manual didático adotado durante o curso. Os examinadores, ao questionar os alunos, deveriam circunscrever as suas perguntas à matéria analisada, “[...] a fim de não embarçar os alunos com opiniões vagas e peregrinas”.<sup>462</sup>

Após o exame final, os alunos aprovados, nomeados também de *proyectos*, se estivessem bem posicionados na escala de classificações, seriam distinguidos com a oferta de todos os compêndios do curso seguinte. Tal filosofia ajustava-se com perfeição à pedagogia religiosa do Seminário que, enaltecendo e premiando os melhores, objetivava atingir os últimos, estimulando-os a dedicarem-se mais aos estudos, conduta e disciplina. Os alunos que no decurso dos exames trimestrais tivessem um ótimo aproveitamento, poderiam ser dispensados dos exames finais, mediante permissão do Lente regente da cadeira.

Todo aquele que se submetesse aos exames finais, depois de responder às perguntas formuladas pela Comissão Examinadora, deveria afastar-se do recinto para que a aludida Comissão outorgasse a nota final, enquanto os que não comparecessem, sem qualquer justificação verosímil, seriam, de imediato, reprovados. A nota final consubstanciava a totalidade das classificações facultadas por cada um dos constituintes da Comissão Avaliadora, sendo interessante destacar que tais notas eram atribuídas através do somatório de favas.<sup>463</sup>

---

<sup>462</sup> Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 15 de setembro de 1854 – Capítulo VI, § 43. APMC, Cx. 39.

<sup>463</sup> As favas eram pequenos círculos coloridos entregues a cada examinador.



Naquele contexto as favas de maior valor, eram brancas, as medíocres correspondiam ao somatório de favas brancas e negras, sendo que as referentes às notas inferiores à média, eram apenas escuras. O aluno que recebesse a maioria das esferas brancas era aprovado plenamente, enquanto aquele a quem fossem atribuídas esferas mescladas, de forma que as negras não suplantassem o número das brancas, seria simplesmente aprovado. Porém, quando ao examinando fosse atribuída uma maioria de favas negras, este estaria reprovado. Importa sublinhar que os alunos reprovados deveriam cursar a mesma cadeira ao reiniciarem o ano letivo seguinte.

No que concerne às perguntas e respostas dos alunos, o conjunto dos examinandos deveria, impreterivelmente, assistir a todos os exames, uma vez que estes eram públicos, devendo retirar-se apenas no momento da atribuição das notas. Terminado esse processo, as notas eram afixadas em lugar igualmente visível para que os examinandos e demais alunos da instituição tomassem conhecimento dos resultados obtidos por cada examinando.<sup>464</sup>

De todas as cadeiras disponibilizadas pelo Seminário Episcopal da Conceição, as únicas que se distinguiam no momento da avaliação eram as de Filosofia e Teologia Moral, conjunto de estudos ministrados no período de 2 anos em cada uma. Finalizados tais estudos, competia aos alunos realizarem a defesa pública de uma tese. O momento da defesa oral era precedido da leitura da tese e do exame de qualificação pela Comissão Avaliadora que, caso nada encontrasse que prejudicasse “a fé e os bons costumes”, marcaria a data da defesa definitiva que seria pública.<sup>465</sup>

A defesa de Antônio Pereira Catilina da Silva que, em 6 de setembro de 1865, defendeu 15 teses filosóficas nas áreas de Lógica, Psicologia, Teologia Moral e História da Filosofia, foi uma das mais notórias que ocorreram no Seminário. Esse aluno, que mais tarde viria a ser convidado para exercer a docência no Seminário e, posteriormente, no Liceu Cuiabano onde efetivamente lecionou a cadeira de Latim, foi aprovado com louvor, sendo as

---

<sup>464</sup> Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 15 de setembro de 1854 – Capítulo VI, § 44 a 45. ACMC, Cx. 39.

<sup>465</sup> Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), fls. 37v, 38 e 41v. ACBM – Acervo do IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

cópias das suas teses enviadas ao Imperador pelo Bispo D. José Antônio dos Reis, a fim de que fossem devidamente admiradas.<sup>466</sup>

Observamos, no âmbito dos exames realizados no Seminário Episcopal da Conceição, alguns quadros informativos que a seguir transcrevemos pelo fato de os considerarmos relevantes:

<b>Quadro das aulas que se instalaram, alunos matriculados, lições, conferências e exames trimensais realizados no ano de 1864</b>					
<b>Nº</b>	<b>Aulas</b>	<b>Alunos matriculados</b>	<b>Dias de Lições</b>	<b>Conferências e Reparações</b>	<b>Exames trimensais</b>
1	Latim	38	170	-	3
2	Francês	12	160	-	3
3	Filosofia	4	166	6	3
4	Retórica	1	163	2	1
5	Hist. Sagrada	1	63	-	-
6	Liturgia	2	168	-	3
7	Inst. Canônicas	2	170	3	3
8	Dogma	1	168	3	1
9	Moral	1	167	4	3

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro nº 1, fl. 34v. ACBM – Acervo IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

A divergência existente entre o número de lições dadas na aula de História Sagrada prende-se com o fato de que o único aluno matriculado pouco a frequentou, não estando, por conseguinte, habilitado a submeter-se a exame. O mesmo sucedeu, nas aulas de Retórica e Dogma, dado que, o único aluno matriculado desistiu das aulas, abandonando o hábito clerical para trabalhar como escriturário no Arsenal de Guerra, o que o impossibilitava de participar nas aulas.

---

<sup>466</sup> Ofício do Ministério dos Negócios do Império para o Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, acusando recebimento das Teses defendidas no Seminário Episcopal da Conceição pelo aluno Antônio Pereira Catilina da Silva. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1865. ACBM - Acervo do IPDAC, Pasta 151, Doc. 970C.

<p align="center"><b>Quadro dos alunos matriculados e examinados entre os anos 1859-1865</b></p>			
<b>Ano</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Exames</b>	
		<b>Parciais</b>	<b>De proveccção</b>
1859	60	6	10
1860	44	10	7
1861	44	9	4
1862	40	3	12
1863	62	9	6
1864	62	49	8
1865	75	41	13

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro nº 7, fl. 47v. ACBM – Acervo IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

O quadro acima mostra a supremacia obtida nos anos de 1864 e 1865, no que diz respeito aos exames parciais realizados pelos alunos, se comparados com os anos anteriores. Tais exames compreendiam a passagem do educando para uma nova fase da matéria, sendo os de proveccção ou finais, respeitantes ao término dos cursos.

<b>Quadro dos exames finais e das suas matérias – 1865</b>					
<b>Nº</b>	<b>Aulas</b>	<b>Número dos Matriculados</b>	<b>Exames finais da totalidade da matéria</b>	<b>Exames finais da matéria do 1.º ano do curso</b>	<b>Matérias dos exames</b>
1	Latim	42	9	-	Lívio XXX, cap. 9; Horácio, Od. II, 16; Tema de Hist. Sagrada de Roquette.
2	Francês	15	1	-	Sel. Portug. Causas que custam pouco; Sel. Franc., pg. 59 e 404.
3	Filosofia	10	1	-	As quinze teses defendidas por Catilina nas conclusões públicas em 6 de setembro.
4	Retórica	1	-	-	-
5	Liturgia	5	-	2	Cerimônias da Missa de Requiem privada – Cerimonias da Missa privada festiva.
6	História Sagrada	2	1	-	Adoração dos Magos; Apresentação de Jesus Cristo no templo; Fuga de José e Maria para o Egito; Jesus entre os doutores.
7	História Eclesiástica	1	1	-	Grande Cisma do Ocidente; Heresias de João Huss e Wiclef; Concílio de Florença.

Fonte: Livro da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição (1863-1865), quadro n.º 6, fl. 48. ACBM – Acervo IPDAC, Pasta 150, Doc. 937.

Na aula de Retórica, o único aluno matriculado abandonou o curso, enquanto outros que não se encontravam habilitados para os exames parciais e finais, não constavam do quadro acima. A não inclusão neste quadro de cadeiras antes aludidas, deve-se ao fato de não terem funcionado no dito ano, por diferentes razões, designadamente por falta Lentes ou de alunos.

## CAPÍTULO VI

### A Importância do Seminário Episcopal da Conceição na Formação das Elites de Mato Grosso e alguns dos seus Ilustres Egressos



Foto autografada por Santos Dumont, agradecendo e homenageando Dom Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá (s/data)

(Fonte: APMC - Memória da Igreja em Mato Grosso: Catálogo de Documentos Históricos, p. 231)

É inquestionável que o Seminário Episcopal da Conceição, à época, único estabelecimento de ensino médio e superior da Província de Mato Grosso, teve grande relevância na formação das elites locais, em virtude da maioria dos jovens provenientes de famílias menos abastadas, raramente conseguir concluir os estudos elementares. Assim sendo, o Seminário destacou-se na preparação de uma camada social privilegiada que pretendia prosseguir os estudos superiores nas principais Faculdades do Império, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Um significativo número de alunos não chegava a concluir todos os seus estudos preparatórios no Seminário, supostamente devido à inexistência de um internato, o que só veio a acontecer bem mais tarde, em 1882, já na administração de Dom Carlos Luiz D'Amour, quando as obras de construção do edifício se encontravam em fase de conclusão. Em virtude disso, muitas famílias optavam por transferir os seus filhos para escolas de outras províncias, que permitissem o seu alojamento e reunissem os requisitos essenciais para a conclusão dos seus estudos preparatórios.

Às aulas do Seminário da Conceição assistiram estudantes que se tornaram figuras de grande projeção no cenário social e político de Mato Grosso e do Brasil. Para se ter uma ideia da importância desta instituição de ensino, convém referir que, pelas suas salas, passaram Presidentes do Estado, Senadores da República, um Ministro da Fazenda do Governo Campos Sales, um membro da Academia Brasileira de Letras, um Mestre da Escola Militar do Brasil, além de muitas outras figuras de destaque no mundo social mato-grossense e do país, como juristas, professores, médicos, engenheiros, etc.

Das palavras de Lenine de Campos Póvoas, advogado, político, jornalista e escritor mato-grossense, pode entender-se o grande significado do Seminário da Conceição. Segundo este:

[...] Por ali passaram Manoel José Murtinho, Antônio Corrêa da Costa, Joaquim Augusto da Costa Marques, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, Pedro Celestino Corrêa da Costa, Dom Francisco de Aquino Correia, todos eles Presidentes do Estado de Mato Grosso. Manoel José Murtinho foi, também, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Pedro Celestino e Generoso Ponce representaram, ainda, Mato Grosso no Senado Federal.

Por ali passou o grande estadista Joaquim Murinho, o famoso Ministro da Fazenda do Governo de Campos Sales, considerado o restaurador das finanças nacionais.

Por ali passou Manoel Peixoto Corsino do Amarante, militar, doutor em Matemática, professor da Escola Militar da Praia Vermelha, herói da Guerra do Paraguai e, pela sua profunda cultura, preceptor dos filhos do Imperador D. Pedro II.

Por ali passaram Luiz da Costa Ribeiro, e Manoel Escolástico Virgínio, jurista brilhante, o primeiro e político de escol o segundo, também nomes de destaque na grande lista dos ex-alunos do Seminário da Conceição, que formou uma elite intelectual em Mato Grosso.<sup>467</sup>

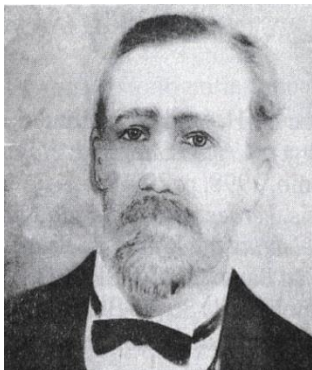
Achamos importante sublinhar a trajetória biográfica de alguns ex-alunos que estudaram no Seminário da Conceição e que vincaram de forma indelével a historiografia regional e mesmo nacional. Porém, na documentação ainda existente, encontramos apenas alguns dos nomes que referimos, no quadro de exames respeitantes ao ano de 1866. Verificamos que uma parte significativa dos documentos relativos à instituição se perdeu ou se encontra em degradado estado de conservação, o que impossibilita a sua leitura.

Não obstante o recurso a outras fontes, foi principalmente a partir da *Galeria Dos Varões Ilustres de Mato Grosso*, obra de autoria de Nilo Póvoas (pai do supra citado Lenine de Campos Póvoas), professor, historiador autodidata, jornalista, político e conceituado jurista mato-grossense, publicada postumamente em dois volumes (1977/1978) que, conseguimos as mais significativas informações sobre a vida de algumas figuras que iniciaram o seu percurso escolar naquele Seminário e que passamos a descrever.

---

<sup>467</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos. *História da Cultura Matogrossense*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1982, p. 55.

## JOSÉ ESTÊVÃO CORRÊA



José Estêvão Corrêa nasceu em Cuiabá, a 2 de agosto de 1840 e faleceu na sua terra natal em 12 de outubro de 1917. Não localizamos, nas mais diversas obras pesquisadas, quem foram os seus progenitores.

Considerado, no seu tempo, um das mais ilustres e antigos membros do magistério público mato-grossense, assim como uma figura de grande relevo no cenário político e social do Estado, recebeu em 1940, por ocasião do centenário do seu nascimento, o mérito de ter o seu nome incluído na Cadeira número 20 da Academia Mato-Grossense de Letras, o mais conceituado órgão de cultura do Estado.

De acordo com o então Inspetor Geral dos Estudos, Padre Ernesto Camillo Barreto, em seu relatório anual enviado em 1877 ao Presidente da Província de Mato Grosso, General Hermes da Fonseca, Estêvão Corrêa iniciou os seus preparatórios no Seminário Episcopal da Conceição, porém, não encontramos fontes indiciadoras da data e instituição, em que Corrêa concluiu os seus estudos superiores.<sup>468</sup>

Nomeado professor efetivo do ensino público estadual, por Título de 2 de junho de 1870, independente de concurso e mediante autorização legal, para a cadeira de Matemática do curso secundário que, por falta de um edifício próprio para abrigá-la, foi anexada ao Seminário da Conceição onde funcionou por alguns anos, à semelhança de outras do mesmo nível, passando posteriormente a reger a mesma cadeira na Escola Normal (1874) e, no Liceu Cuiabano, desde a criação daquele estabelecimento laico de ensino secundário em 1879, onde se manteve até à data do seu falecimento.<sup>469</sup>

---

<sup>468</sup> Relatório apresentado pelo Inspetor Geral dos Estudos da Província de Mato Grosso, Pe. Ernesto Camillo Barreto, ao Presidente da Província, General Hermes Ernesto da Fonseca, Cuiabá, 13 de abril de 1877. APMT – Relatórios.

<sup>469</sup> PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, Vol. 2, 1978, p. 77.



A administração do ensino público em Mato Grosso teve na sua pessoa, um incentivador perspicaz, sendo a sua atuação nesse setor considerada uma das mais fecundas. Como Diretor Geral da Instrução Pública, executou o plano de reforma do ensino elaborado pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, bem como o da criação da nova Escola Normal, em 1910, vindo em 1919 a integrar, na categoria de sócio fundador, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

José Estêvão Corrêa foi, indubitavelmente, de acordo com os distintos depoimentos de todos quantos o conheceram e com ele de perto privaram, merecedor de todas as homenagens que lhe foram prestadas, pelos relevantes serviços realizados em prol do seu Estado. Como político devotado às causas públicas, foi Deputado Provincial em duas legislaturas, exerceu ainda o cargo de Inspetor do Tesouro do Estado e colaborou em diversos jornais e revistas de Mato Grosso, demonstrando sempre a sua cultura ímpar. Dotado de um apurado gosto musical, tratou a música com grande desvelo e carinho, sendo frequentes os concertos que, juntamente com os seus familiares realizava na sua residência e que vieram a tornar-se memoráveis.<sup>470</sup>

---

<sup>470</sup> Ibidem, p. 79.

## MANUEL PEIXOTO CORSINO DO AMARANTE

Manuel Peixoto Corsino do Amarante nasceu em Cuiabá em 4 de fevereiro de 1842, tendo como progenitores Antônio José Zeferino e Ana Balbina do Amarante, vindo a falecer no Rio de Janeiro a 26 de julho de 1908. Foi no ambiente familiar que Manuel Peixoto recebeu as primeiras letras, ministradas por seus pais, vindo posteriormente a ingressar no Seminário da Conceição onde iniciou os seus estudos preparatórios que mais tarde concluiu no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Abraçou a carreira militar na Marinha, assentando praça em junho de 1862, na Escola Militar da Praia Vermelha, conquistando em 1864 o ambicionado galão de alferes-aluno. Ocupava ainda esse primeiro posto da sua carreira militar quando interrompeu os estudos em virtude de ter ingressado na Guerra contra o Paraguai, a que se seguiu, uma rápida progressão, sendo promovido a 2º Tenente em 1866, a 1º Tenente em 1867 e a Capitão em Comissão da Arma de Cavalaria, em 1868. Destacou-se, pelo seu desempenho elogiado por ilustres figuras, nomeadamente, pelo Duque de Caxias e pelo próprio Imperador D. Pedro II que, enaltecendo os significativos serviços por ele prestados, o galardoou com as condecorações de Cavaleiro da Ordem de Cristo, de Cavaleiro da Ordem da Rosa e com a Medalha Geral da Campanha do Paraguai, quando, ferido em combate, se retirou.<sup>471</sup>

Em 1870, Manuel Peixoto, pediu licença especial a fim de retomar o curso, interrompido durante a Guerra, sendo em 1872 laureado Bacharel em Matemática, graduado Capitão e, nesse mesmo ano, transferido para o Corpo de Engenheiros, onde ocupou, desde então, diferentes postos, nomeadamente, professor interino da primeira Cadeira do 4º ano da Escola Militar em 1874, onde lecionou a cadeira de Mecânica, Major em 1877, Fiscal do Corpo de Alunos da Escola Militar, em 1881, Tenente-Coronel, em 1882 e Comandante do Corpo de Alunos da Escola Militar da Corte, em 1887, doutorando-se em Matemática no ano de 1888.<sup>472</sup>

---

<sup>471</sup> Ibidem, p. 126 - 127.

<sup>472</sup> Ibidem, p. 126.

Estabeleceu fortes laços de amizade com a família de D. Pedro II, chegando a ser preceptor dos seus filhos, o que explica a sua declarada incompatibilização com o exército que destronou e expulsou o Imperador, principal causa do seu pedido de demissão do posto de Tenente-Coronel do Estado Maior de Primeira Classe do Exército, para se dedicar exclusivamente, à sua cadeira de professor, aí permanecendo enquanto viveu.<sup>473</sup> É Patrono da cadeira nº 21 da Academia Mato-Grossense de Letras.

---

<sup>473</sup> Ibidem, p. 128.

## MANUEL JOSÉ MURTINHO



Manuel José Murtinho, um dos nomes que mais se destacaram no panorama político mato-grossense logo após a implantação da República, nasceu em Cuiabá a 15 de dezembro de 1845, vindo a falecer no Rio de Janeiro a 22 de abril de 1917. Teve como progenitores o Dr. José Antônio Murtinho e Rosa Joaquina Pinheiro Murtinho, família à época muito conceituada na sociedade cuiabana, da qual descenderam também o médico José Antônio Murtinho e Joaquim Duarte Murtinho, seu irmão mais novo, os quais vieram igualmente a destacar-se não apenas na política mato-grossense, mas também do país.

Iniciou os seus estudos preparatórios no Seminário Episcopal da Conceição, em Cuiabá, vindo a terminá-los, de acordo com Póvoas, no conceituado Colégio Kopke, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, transferindo-se depois para São Paulo prosseguindo os estudos superiores, na Faculdade de Direito, onde foi laureado Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, regressando depois à sua terra natal, Cuiabá, disposto a servi-la com o seu saber e talento. Ingressou na magistratura como Juiz Municipal de Poconé, passando depois para a comarca de São Luís de Cáceres, na qualidade de Juiz de Direito, onde deu provas de integridade e talento que lhe mereceram a rápida nomeação para a Comarca da Capital. Posteriormente e, em consequência da organização da Justiça Federal, ascendeu ao posto de Juiz Federal do Estado de Mato Grosso.<sup>474</sup>

Atraído pela política filiou-se, ainda na vigência do anterior regime, no partido liberal, vindo em 1889, na qualidade de Vice-Presidente, a assumir o governo da Província. Encontrava-se no exercício do cargo de Vice-Governador do Estado, para que fora nomeado pelo Governo Provisório, quando a sua eleição para Deputado à Assembleia Constituinte Estadual veio afastá-lo daquele posto.

---

<sup>474</sup> PÓVOAS, Nilo (1977, Vol. 1). *Op. cit.*, p. 99.

O desempenho de Manuel José Murtinho no cargo de que fora investido permitiu-lhe revelar a solidez da sua cultura jurídica e esmerado espírito público, a ele se devendo as disposições mais liberais da Carta Constitucional do Estado de Mato Grosso.

Após compromisso assumido perante a Assembleia Legislativa, foi, pela Constituinte Estadual, eleito primeiro Presidente Constitucional do Governo do Estado, cargo em que foi formalmente investido em 16 de agosto de 1891, iniciando a sequência de administradores do período republicano.<sup>475</sup> Porém, a 1 de fevereiro do ano seguinte, decorridos menos de seis meses do seu governo, uma força militar proveniente de Corumbá, comandada pelo Major Antônio Aníbal da Mota e apoiada por toda a Guarnição de Cuiabá, entrou na cidade surpreendendo a população e, acompanhada por grande número de cidadãos, dirigiu-se à residência do Presidente Murtinho, onde, fazendo-se representar por uma comissão chefiada pelo Major de Engenheiros Caetano Manuel de Faria Albuquerque, o declarou deposto do Governo.<sup>476</sup>

O fato do Estado de Mato Grosso ter aderido à ditadura do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, implantada a 3 de novembro de 1891, com a dissolução do Congresso Nacional, serviu de pretexto para a destituição do Presidente Murtinho, a qual marcou o início de grandes e graves acontecimentos que, desde então, ocorreram em Cuiabá e que apenas terminaram com a luta armada ocorrida a 7 de maio de 1892, na qual se destacou o Coronel Generoso Ponce que saiu em defesa de Manuel Murtinho. Com o seu precioso contributo, o Coronel Ponce resgatou a dignidade do povo mato-grossense e permitiu que o Estado fosse reintegrado no regime, porém, somente a 20 de julho desse mesmo ano, o Dr. Manuel José Murtinho reassumiu o seu governo, reiniciando a sua atividade desde então, empenhando-se na organização política do Estado e na regulamentação dos serviços públicos, com particular destaque para o resgate da dívida pública. Ocupava, quando faleceu, uma das cadeiras do Supremo Tribunal Federal.<sup>477</sup>

---

<sup>475</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. *Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso*. Cuiabá: Buriti, 2004, p. 256.

<sup>476</sup> PÓVOAS, Nilo. *Op. cit.*, p. 100.

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 101.

## **JOSÉ ANTÔNIO MURTINHO (FILHO)**

José Antônio Murtinho, também descendente do Dr. José Antônio Murtinho e de D. Rosa Joaquina Pinheiro Murtinho, nasceu em Cuiabá a 15 de janeiro de 1847, vindo a falecer a 11 de novembro de 1930, naquela mesma cidade.

Iniciou os seus estudos preparatórios no Seminário Episcopal da Conceição, em Cuiabá, vindo a terminá-los no conceituado Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara, depois de uma breve passagem pelo Colégio Kopke, ambos situados no Rio de Janeiro, onde, na Faculdade de Medicina, prosseguiu os estudos superiores. Posteriormente formou-se também em Biologia Industrial na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Ingressou na carreira política na sua terra natal onde foi eleito Deputado Federal, tendo nessa qualidade exercido 2 mandatos, decorrendo o primeiro de 1897 a 1899 e o segundo de 1906 a 1908. Foi depois eleito Deputado Estadual, tendo exercido o cargo desde 1909 a 1912, ano em que foi eleito Senador, função que exerceu por 3 mandatos consecutivos, de 1912 a 1930, ano em que veio a falecer, alguns meses após o início do seu último mandato. Publicou num único volume as suas teses de doutoramento em medicina e de concurso na Escola Politécnica.<sup>478</sup>

---

<sup>478</sup> Texto elaborado a partir de informações contidas na página WEB do Senado Federal. Disponível e acedido a 22/1/2013, em:

[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1882&li=31&lcab=1918-1920&lf=31](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1882&li=31&lcab=1918-1920&lf=31)

## JOAQUIM DUARTE MURTINHO



Joaquim Duarte Murtinho, personalidade altamente relevante para a população mato-grossense, nasceu na cidade de Cuiabá em 7 de dezembro de 1848, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 19 de novembro de 1911. Sendo o mais novo dos três descendentes do Dr. José Antônio Murtinho e Rosa Joaquina Pinheiro Murtinho que se dedicaram à causa política, quer do seu Estado quer do país. À semelhança dos irmãos, iniciou os seus estudos preparatórios no Seminário Episcopal da Conceição, vindo a concluí-los no Colégio Kopke, no Rio de Janeiro. Ingressou com apenas 16 anos de idade na conhecida Escola Central de Engenharia, onde se formou Bacharel em Engenharia Civil, vindo posteriormente a integrar o seu corpo docente.<sup>479</sup>

Continuando os seus estudos superiores, concluiu ainda, naquela Escola Central de Engenharia, atualmente denominada Escola Nacional de Engenharia, o Curso de Ciências Físicas e Naturais, vindo aí a lecionar as disciplinas de Química Orgânica Experimental, Meteorologia, Biologia Industrial e Zoologia. Bacharelou-se mais tarde em Medicina, sua grande vocação, na Faculdade do Rio de Janeiro, especializando-se em Homeopatia, tendo em 1873 defendido a tese sobre o estudo patológico, sustentada em fundamentos homeopáticos, profissão em que se impôs e conquistou grande reputação, sendo, nomeadamente, médico particular do primeiro Presidente da República brasileira, Manuel Deodoro da Fonseca.<sup>480</sup>

Apesar de dedicar muito do seu tempo aos estudos, Joaquim Murtinho sempre se preocupou com a causa pública, vindo a projetar-se no país como um dos seus maiores estadistas. Ainda no anterior regime, foi representante do Estado de Mato Grosso na Câmara dos Deputados onde, em legislaturas sucessivas, exerceu também a senatória, tendo integrado a representação do seu Estado no regime republicano e dirigido, simultaneamente, a política mato-grossense. Participou ativamente na elaboração da primeira Constituição Republicana de 1891.

---

<sup>479</sup> PÓVOAS, Nilo. *Op. cit.*, p. 83.

<sup>480</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. *Op. cit.*, p. 255.

Além das funções referidas, em que teve oportunidade de prestar ao país e ao Estado de Mato Grosso importantes serviços, foi ainda Ministro da Indústria e Ministro da Fazenda, este último cargo, desempenhado numa fase em que o país passava por graves dificuldades financeiras, sendo neste período de quase bancarrota, nomeado para a gestão dos negócios da Fazenda, pelo então Presidente Campos Sales, gesto audacioso que a todos surpreendeu, porquanto consistia em atribuir a um médico a direção de uma das pastas governamentais de mais difícil gestão, agravada pela situação complicada com que o Brasil se confrontava. Sentindo-se amplamente prestigiado pelo apoio que o Presidente lhe dedicou, Joaquim Murtinho implementou com sucesso o programa que lhe permitiu a difícil tarefa de recuperar as finanças do país e, conseqüentemente, resgatar o crédito e a honra nacional.<sup>481</sup>

Murtinho demonstrou grande perspicácia na procura de soluções para as mais prementes necessidades da Nação. A sua experiência, enquanto médico, permitiu-lhe fazer um diagnóstico preciso dos problemas com que se debatia o setor das finanças nacionais e tratá-los com eficácia, superando a crise que assolava o crédito público. A sua intervenção não se limitou apenas à resolução dos problemas imediatos, mas na aplicação de medidas drásticas passíveis de recuperar definitivamente o crédito do país, consolidando-o definitivamente, o que permitiu garantir um período de tranquilidade ao governo do Presidente Rodrigues Alves, sucessor de Campos Sales.<sup>482</sup>

A obra de Joaquim Murtinho elevou-o à categoria de benfeitor da Pátria e fez dele um dos maiores estadistas que algum dia o Brasil possuiu, cujo mérito foi reconhecido e mereceu os aplausos de todos os quadrantes do país e mesmo do estrangeiro. Jornais do Brasil, mas também do Uruguai, da Argentina, do México, dos Estados Unidos, da França, Alemanha e Inglaterra, entre outros, foram unânimes no reconhecimento da sua obra. No setor empresarial participou na extração e processamento de erva-mate (nativa da região) no sul de Mato Grosso, através da Cia. Matte Laranjeira, da qual era sócio. É patrono da Cadeira nº 26 da Academia Mato-Grossense de Letras.<sup>483</sup>

---

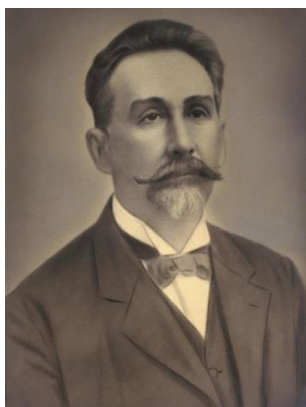
<sup>481</sup> PÓVOAS, Nilo. *Op. cit.*, p. 83 - 84.

<sup>482</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>483</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. *Op. cit.*, p. 255 - 256.



## GENEROSO PAES LEME DE SOUSA PONCE



Generoso Ponce, filho de José Ponce Martins, Alferes do Exército e de D. Corsina Romana de Sousa Ponce, nasceu a 10 de julho de 1852, em Cuiabá, vindo a falecer no Rio de Janeiro, no dia 7 de novembro de 1911. Foi seu pai que, em 1863, o matriculou no Seminário Episcopal da Conceição, único estabelecimento escolar que à época ministrava o ensino secundário na província de Mato Grosso, então administrado pelo Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis.

Dois anos após a sua entrada naquele Seminário, quando contava com a idade de apenas treze anos, propagou-se a notícia do início da Guerra com o Paraguai e de que as povoações de Corumbá, Coimbra e Dourados estavam a ser invadidas pelo inimigo, o que constituía uma séria ameaça para Cuiabá, capital da Província. Esse foi o momento decisivo e marcante para a sua vida futura, em que emergiu toda a vocação belicista herdada de seu pai e que levou, o ainda jovem estudante, num ímpeto de patriotismo e bravura, a apresentar-se para prestar serviço militar, dispondo-se, dessa forma, a trocar a sua modesta farda de Seminarista pela garbosa farda de Voluntário da Pátria. Já com quinze anos de idade, alistou-se nas forças expedicionárias que, sob o comando de Antônio Maria Coelho, militar e único Barão do Amambáí, rumou em defesa de Corumbá, onde se destacou pela sua capacidade e coragem.<sup>484</sup>

Dispensado do serviço após a dissolução do Primeiro Corpo Destacado e honrosamente louvado pelo Comandante das Armas, Generoso Ponce, inexplicavelmente, abandonou a carreira militar, ocupando-se desde então como agricultor numa pequena fazenda herdada de seu pai, localizada na Chapada dos Guimarães, mais tarde destruída por um fortuito incêndio que reduziu a cinzas todos os seus pertences. Demonstrando grande resiliência e capacidade de trabalho, logo recuperou as energias que lhe permitiram recomeçar, desta feita, na empresa comercial do Desembargador Firmo José de Matos, de quem veio a

---

<sup>484</sup> PÓVOAS, Nilo. *Op. cit.*, p. 73.

tornar-se sócio. Partindo da humilde profissão de caixeiro, depois guarda-livros, auxiliar de administração e secretário na vida política de Firmo de Matos, até que se tornou sócio deste, na empresa Firmo & Ponce, mais tarde registada em seu nome individual – Generoso Ponce.<sup>485</sup>

Com a sua vida estabilizada no âmbito comercial e possuidor de avultados haveres, arriscou-se no emaranhado da vida política, dando aí início a uma escalada que só nos últimos anos do Império atingiu o seu ponto mais alto. Na política, à semelhança do que antes sucedera no comércio, a sua progressão foi rápida e enérgica. Deputado Provincial primeiro, depois Deputado à Assembleia Nacional Constituinte, a seguir Deputado Federal, Presidente do Estado e Senador da República, sendo bem sucedido em todos os cargos que lhe foram atribuídos.

Em 1892 liderou a contra-revolução que permitiu a recondução de Manuel Murtinho ao posto de Presidente do Estado do qual havia sido destituído, por uma força militar proveniente de Corumbá sob o comando do Major Antônio Aníbal da Mota.<sup>486</sup>

Incontestado enquanto chefe do Partido Liberal, em Mato Grosso, ao qual prestou relevantes serviços, nomeadamente, como colaborador da imprensa partidária, destacou-se, pela sua participação ativa em todas as campanhas em que o Partido se envolvia, como um dos seus mais habilitados defensores. A campanha abolicionista encontrou na pessoa de Generoso Ponce um dos seus mais arrojados aliados. Os nobres sentimentos que dedicava à causa moral contribuíram para que fosse considerado um acérrimo protetor dos mais fracos e um fervoroso defensor da democracia e da liberdade dos seus compatriotas, razão pela qual resolveu, em 1906, encetar uma Revolução, visando acabar com a opressão do Presidente Antônio Paes de Barros (Totó Paes) contra o povo de Mato Grosso, incidente que culminou com o assassinato daquele nos arredores do Coxipó do Ouro.<sup>487</sup>

Assumiu a Presidência de Mato Grosso, porém, foi inúmeras vezes acusado de liderar movimentos conspiratórios, mesmo no seio do Congresso Nacional, onde algumas vezes se

---

<sup>485</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>486</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. *Op. cit.*, p. 306.

<sup>487</sup> Idem.

levantaram contra ele, o que o levou, a 12 de outubro de 1908, a deixar o cargo para o seu Vice-Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa e a exilar-se no Paraguai, juntamente com outros ilustres correligionários, não deixando, no entanto, de lutar contra o despotismo que proliferava em Cuiabá e cidades limítrofes, onde Prefeitos Municipais continuavam a ser depostos e Câmaras Municipais eram desmanteladas, apelando ao sentimento cívico e à coragem de amigos e concidadãos, através dos artigos que difundia em “A Reação”, periódico que fundou e dirigiu em Assunção, de onde emanaram grandes críticas a Antônio Paes de Barros. Regressado a Cuiabá, foi ainda redator do jornal *O Mato Grosso* e fundador de *O Republicano*.<sup>488</sup>

Ascendeu, em 15 de agosto de 1907, ao cargo de Governador do Estado, em que permaneceu por 14 meses apenas, lapso de tempo que, apesar de curto, lhe permitiu resolver importantes problemas da sua administração, nomeadamente: reduzir drasticamente a evasão de rendas públicas que então grassava, dando, dessa forma, um precioso contributo para o equilíbrio das finanças do Estado; resolver o problema que desde há muito se arrastava da ligação das bacias amazônica e platina, através da construção de uma Estrada de Ferro ligando o rio Jaurú ao Guaporé; ordenar e regulamentar os serviços de colonização do Estado; estatuir contra a orientação das administrações que o precederam, em todo o processo de legitimação de terras, sem descurar os legítimos interesses do Estado; reformar a Instrução Pública fazendo sobre ela incidir a atenção da Assembleia Legislativa; sensibilizar o então Presidente Afonso Pena e o seu Ministro de Viação, para a prossecução da construção da Estrada de Ferro Itapura-Corumbá e promover, na Exposição Nacional de 1909, a representação do Estado de Mato Grosso.<sup>489</sup>

---

<sup>488</sup> PÓVOAS, Nilo. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>489</sup> *Ibidem*, p.76.

## JOSÉ MARIA METELLO



José Maria Metello esteve ligado a um dos mais longos e promissores períodos da história de Mato Grosso, marcado por inúmeras e importantes lutas em prol das conquistas democráticas em que participou. Filho do Major José Caetano Metello, abastado fazendeiro e de Maria da Conceição Metello, nasceu em Cuiabá em 10 de julho de 1853, vindo a falecer em Barbacena, cidade do Estado de Minas Gerais, em 16 de abril de 1920.

Concluiu os estudos das primeiras letras e iniciou os preparatórios no Seminário da Conceição. Conscientes da necessidade de lhe proporcionarem mais amplas perspectivas, os seus progenitores logo o enviaram para o Rio de Janeiro, passando posteriormente por São Paulo e pelo Recife, onde teve oportunidade de ver reconhecidas as suas capacidades, comprovadas pelas aprovações com que, com distinção e de forma sistemática, concluía todos os anos do seu percurso escolar, o que lhe valeu a fama de estudante de elite, primeiro no preparatório e mais tarde como acadêmico de Direito. Concluiu o seu curso de bacharelado em 1878, defendendo com êxito a sua tese na Congregação da Faculdade de Direito do Recife, sendo laureado *Doutor de Borla e Capelo*.<sup>490</sup>

Regressado a Cuiabá, ingressou na magistratura, ocupando o cargo de Primeiro Suplente do Juiz Municipal do Termo de Santa Cruz de Corumbá, sendo mais tarde empossado nas funções de Juiz de Direito daquela Comarca, onde se distinguiu pela sabedoria, independência e sentido de justiça com que desempenhou ambos os cargos, vindo a ser nomeado Juiz Substituto na Capital do Império onde a integridade e retidão das suas decisões lhe mereceram a maior consideração e respeito dos cidadãos. Abandonou a magistratura em 1886 a fim de ocupar um lugar no parlamento, para que fora eleito pelos seus conterrâneos, porém, foi muito curta a sua permanência nesse cargo, mercê do golpe militar que, em 15 de novembro de 1889, dissolveu o parlamento e implantou no Brasil o regime republicano.<sup>491</sup>

---

<sup>490</sup> PÓVOAS, Nilo (1978, Vol. 2). *Op. cit.*, p. 89 - 90.

<sup>491</sup> *Ibidem*, p. 90.

Tal ocorrência levou o Dr. Metello a recolher-se na sua fazenda, em Mato Grosso, onde decidiu aguardar o decorrer dos acontecimentos, sendo aí que os seus concidadãos o buscaram, por considerarem a sua colaboração indispensável à reorganização administrativa e política do novo Estado. Detentor de grande sentido patriótico, José Maria Metello, atendeu prontamente ao apelo que lhe foi dirigido, disponibilizando-se para regressar à atividade política e, com redobrado esforço, tentar prover o seu Estado de uma organização política harmoniosa e tão perfeita quanto possível, em conformidade com os princípios adotados pelo novo regime, mas também com a cultura dos homens públicos da sua região.

Valendo-se de todas as suas faculdades enquanto jurista, jornalista e orador convincente, procurou desenvolver um trabalho produtivo, gerando consensos e superando rivalidades políticas, preconceitos e mesmo refreando ambições pessoais, no sentido de garantir um ambiente propício à difícil e delicada tarefa de adaptar o Estado ao regime recém-instalado. Os seus discursos e os artigos que publicava eram imbuídos da firmeza das suas convicções e dos princípios que o norteavam e constituíam-se como modelos de civismo e de um elevado sentido de apaziguamento, tornando-o o fulcro de todas as atividades conducentes à construção do novo Estado e um potente suporte da ação administrativa e política do Governo Provisório.<sup>492</sup>

À frente do governo municipal da Capital, que lhe atribuíra a liderança do Governo Provisório, o Dr. José Metello, prestou ao Município de Cuiabá apreciáveis serviços que lhe valeram dos seus conterrâneos a mais profunda admiração, destacando-se, de entre outros, o seu contributo na elaboração do projeto da Constituição Estadual e de diversas leis, com particular destaque para a que regulamentou no Estado a nova organização da justiça. Na qualidade de Deputado à Assembleia Constituinte, foi, por votação unânime, nomeado seu Presidente, numa clara demonstração de respeito pela sua competência, tendo-se imposto como um dos mais talentosos e eficazes colaboradores do governo do Dr. Manuel José Murtinho, cuja administração marcou, de forma indelével, as bases da autonomia política do Estado.

---

<sup>492</sup> Ibidem, p. 91.

Pelos seus biógrafos, foi considerado *primus inter pares* enquanto Desembargador do Tribunal da Relação do Estado para que foi nomeado, tendo exercido o cargo de Presidente, durante todo o tempo que aí permaneceu, vindo mais tarde a exercer funções de Juiz Federal na Seção do Estado de Mato Grosso, onde reforçou a confiança antes adquirida, pela neutralidade dos seus julgamentos. Convidado pelo Marechal Floriano Peixoto a exercer outras posições de destaque, sempre declinou tais convites, alegando ser a magistratura a sua carreira de eleição. Demitiu-se do cargo de Juiz Federal em 1899, na sequência do lançamento da sua candidatura à Presidência do Estado, que não veio a concretizar-se, porém, enquanto representante do Estado de Mato Grosso no Senado da República, marcou, indelevelmente, a defesa da democracia e da causa pública, pelas quais sempre se debateu.<sup>493</sup>

---

<sup>493</sup> Ibidem, p. 91 - 92.

## JOÃO BATISTA DAS NEVES



Nascido na Vila de Diamantino, em Mato Grosso, em 28 de junho de 1856, João Batista das Neves veio a falecer no Rio de Janeiro em 22 de novembro de 1910. Apesar da relevante importância que teve para a Marinha Brasileira, são exíguos os registros que sobre ele é possível encontrar na bibliografia mato-grossense.

A Carta Pastoral escrita em 1958 pelo Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, por ocasião do centenário do Seminário Episcopal da Conceição, alude à sua passagem por aquela instituição, confirmada pela inclusão do seu nome entre os alunos matriculados no ano de 1866, conforme se observa no quadro dos exames trimestrais daquele mesmo ano. Salientamos a importância do seu desempenho enquanto Almirante da Marinha Brasileira, ao serviço da qual veio a falecer a bordo do “Couraçado Minas Gerais” de que era comandante, vítima de uma revolta dos seus marinheiros, movimento esse que ficou conhecido na história do Brasil como a “Revolta da Chibata”.<sup>494</sup>

O cadáver do Comandante Batista das Neves ficou, durante várias horas, exposto no convés do navio, sendo objeto de escárnio por parte dos marujos, como forma de vingança pelo tratamento cruel a que diariamente se viam obrigados.

Na praça central de Diamantino, sua terra natal, a Marinha do Brasil mandou erigir e instalar um busto feito em bronze, em sua homenagem.<sup>495</sup>

---

<sup>494</sup> A “Revolta da Chibata” foi um movimento de marinheiros da Marinha do Brasil, liderado por João Cândido Felisberto. Tal movimento visava, entre outras causas, pôr fim a uma punição prevista na lei, que consistia na aplicação de 25 chibatadas nas costas de qualquer marujo que infringisse as regras estipuladas. O Almirante João Batista das Neves esteve na origem desta revolta, porquanto, por sua livre vontade, puniu um infrator com 250 chibatadas, atitude considerada abusiva e que culminou com a revolta dos marinheiros que se apoderaram da embarcação, expulsaram os oficiais e, na Baía de Guanabara, apontaram os canhões à cidade do Rio de Janeiro com intenção de bombardeá-la. O Almirante João Batista das Neves foi assassinado ao reagir contra este movimento.

<sup>495</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. *Op. cit.*, p. 261.

## ANTÔNIO CORRÊA DA COSTA (FILHO)



Antônio Corrêa da Costa, terceiro elemento da dinastia “Corrêa da Costa”, nasceu em 5 de fevereiro de 1857, em Cuiabá, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 30 de julho de 1920. Irmão de Pedro Celestino Corrêa da Costa e, consequentemente, filho de Antônio Corrêa da Costa e de D. Inês Maria Luisa da Silva Prado, ambos de nobre ascendência, concluiu os seus estudos preparatórios no Seminário da Conceição. Seguiu depois para o Rio de Janeiro onde ingressou na Escola Central de Engenharia, mais tarde designada Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde completou a sua formação acadêmica, sendo, no ano de 1879, laureado Bacharel em Ciências Físicas e Naturais. Aí conheceu e teve como mestre o seu ilustre conterrâneo Dr. Joaquim Duarte Murtinho, com quem estabeleceu sólidos laços de amizade e ainda Paulo de Frontin e Teixeira Mendes, seus condiscípulos e que mais tarde vieram a revelar-se ilustres individualidades no país.<sup>496</sup>

Regressado a Cuiabá, iniciou a sua vida pública em 1881, ocupando a cátedra de Matemáticas Elementares no Liceu Cuiabano, onde seu pai lecionava Geografia e História, para a qual foi nomeado em 23 de março daquele ano. Dirigiu ainda, conjuntamente com os companheiros Manuel Esperidião da Costa Marques e João Carlos Muniz, o Externato Mato-Grossense por eles fundado e instalado a 15 de junho de 1882.<sup>497</sup>

Encontrava-se, à data da Proclamação da República (1889), no seio do sertão, onde dirigia os trabalhos de exploração da região compreendida entre os rios Juruena e Arinos, estudando a mineralogia, geologia, flora e as estradas e transportes da região, missão que perdurou até ao início da era republicana e que lhe havia sido atribuída pelo então Presidente Cunha Matos. Assumiu em 1889, o cargo de Secretário do Governador Antônio Maria Coelho, protagonista da reconquista de Corumbá, cargo que lhe mereceu elogios da opinião pública

<sup>496</sup> PÓVOAS, Nilo (1978, Vol. 2). *Op. cit.*, p. 29.

<sup>497</sup> MESQUITA, José Barnabé de. *Elogio Histórico do Dr. Antônio Corrêa da Costa* (Proferido em 15 de dezembro de 1920). Cuiabá: Typographia Official, 1921, p. 4.



mato-grossense e a sua indigitação por Joaquim Murtinho para o cargo de Governador do Estado, sendo, por conveniências políticas, sido preterido por Manuel Murtinho.

Em 1891, na qualidade de Deputado à Assembleia Constituinte, participou ativamente na Carta Constitucional, juntamente com Murtinho, Metello, Pedro Celestino e outras ilustres figuras daquela Assembleia. Nesse mesmo ano, foi superintendente da maior organização industrial da época em Mato Grosso, a Companhia Matte Laranjeira, na qual se distinguiu enquanto administrador e executor de inúmeros projetos, nomeadamente, a fundação do povoado por ele designado de Porto Murtinho, importante entreposto comercial da erva-mate, produto de extrema importância para a economia mato-grossense.<sup>498</sup>

Em 1895 assumiu o mandato de Presidente do Estado, para o qual foi eleito. A sua administração, circunscrita a pouco mais de dois anos, foi das mais frutíferas para Mato Grosso, tendo-se destacado, entre outros melhoramentos, pela construção dos edifícios do Tesouro e da Imprensa Oficial do Estado, da ponte metálica sobre o rio Coxipó, pelas profundas alterações introduzidas no processo de mediação e legitimação de terras e pela sua ação pioneira na abertura de estradas e pontes no território. Apoiou a *Sociedade Teatral Amor à Arte*, dotando-a de verbas no sentido de facilitar as suas iniciativas, visando a implementação e o desenvolvimento da arte teatral na sociedade cuiabana de então.<sup>499</sup>

Proporcionou ainda a concessão de lotes coloniais aos imigrantes e reformulou a Instrução Pública, determinando a obrigatoriedade do ensino elementar, pelo método intuitivo, inclusive para os indigentes a quem o Estado deveria, em sua opinião, facultar todos os meios para aceder às escolas, das quais determinou a abolição dos castigos corporais e a aprendizagem através de monitores ou decuriões.<sup>500</sup>

---

<sup>498</sup> PÓVOAS, Nilo. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>499</sup> MESQUITA, José Barnabé de. *Op. cit.*, p. 6 - 7.

<sup>500</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969, p. 591.

O conhecido “Caso dos Bondes”,<sup>501</sup> incidente provocado pelo seu amigo Generoso Ponce, então chefe do partido dominante, o Republicano de que também fazia parte, ditou, porém, o seu afastamento voluntário do governo, remetendo-se à sua vida privada, meio que entendeu mais adequado para salvaguardar a sua imagem, a sua dignidade enquanto político e a sua autoridade de governante. Porém, logo supera esta nefasta divergência e, perante situações que considerava verdadeiros atentados à autonomia do Estado e que profundamente o sensibilizaram, logo Antônio Corrêa da Costa reatou os laços de amizade com o seu velho amigo de outrora, Generoso Ponce, com ele voltando à atividade partidária. Faltou-lhes, no entanto, no Estado, a segurança necessária à prossecução dos seus objetivos e à livre manifestação das suas ideias através da imprensa, pelo que ambos buscaram, voluntariamente, asilo na capital paraguaia, onde editaram o jornal *A Reacção*, assumindo a polêmica posição de panfletários, por muitos temida.<sup>502</sup>

De regresso a Cuiabá e de novo na administração de Generoso Ponce, seu ex-companheiro de exílio, foi, em 1907, convidado por este a prestar serviço no Estado, sendo-lhe então atribuída a administração da Delegacia Fiscal do Norte, posto fulcral da administração pública estadual a que se dedicou e lhe permitiu tomar algumas medidas que lhe valeram a gratidão da população mato-grossense, nomeadamente, explorando todo o vale do rio Roosevelt, que permanecia desconhecido, dinamizando o seu desenvolvimento e estimulando a economia do Estado, definindo os limites de Mato Grosso com o vizinho Estado do Amazonas e anexando ao território todo o vale do rio Madeira que, até então, permanecia sob a alçada do Estado vizinho.<sup>503</sup>

Foi com base na sua experiência de vida e na obra que realizou em prol do seu Estado natal que, já no Rio de Janeiro onde fixou residência, se dedicou ao estudo da História de Mato Grosso e produziu em 1918 a obra *Os predecessores dos Pires de Campos e*

---

<sup>501</sup> O “Caso dos Bondes” esteve relacionado com o desrespeito por uma proibição policial emanada da presidência que, à época (1898), impedindo a circulação de veículos (bondes de tração animal) que não garantissem a segurança dos passageiros e que o Coronel Generoso Ponce, fazendo-se no momento transportar num deles, irrefletidamente e movido pelo seu conhecido gênio autoritário, permitiu a circulação dos mesmos até à conclusão dos seus respectivos percursos, desautorizando, dessa forma, o seu amigo e correligionário Dr. Antônio Corrêa da Costa, então Presidente do Estado.

<sup>502</sup> PÓVOAS, Nilo (1978, Vol. 2). *Op. cit.*, p. 30 - 31.

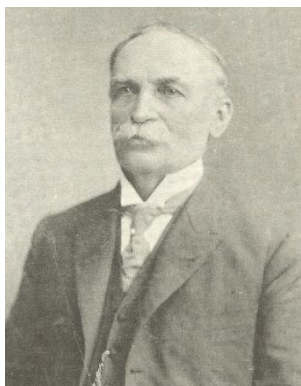
<sup>503</sup> Ibidem, p. 31.

*Anhangueras*, interessante e minuciosa monografia, em que recupera, através dos cronistas de outrora, quase dois séculos anteriores à ocupação paulista. Acresce ainda a colaboração que sempre disponibilizou à Imprensa e os vastos relatórios, memórias e publicações avulsas, bem como muitos outros documentos que atestam o seu elevado nível cultural e o carinho que sempre dedicou à sua terra natal.<sup>504</sup> É Patrono da Cadeira nº 29 da Academia Mato-Grossense de Letras, atualmente ocupada pela historiadora, Elizabeth Madureira Siqueira.

---

<sup>504</sup> Ibidem, p. 31 - 32.

## LUIZ DA COSTA RIBEIRO (FILHO)



Filho do Comendador Luiz da Costa Ribeiro e de Ana Joaquina de Arruda Ribeiro, ambos de origem nobre, Luiz da Costa Ribeiro, nasceu a 16 de dezembro 1858, em Poconé (Mato Grosso), antiga Vila de São Pedro D'EL Rei, vindo a falecer em Cuiabá a 11 de maio de 1931. Iniciou o estudo das primeiras letras no seio da família e o curso secundário no Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá, vindo a prosseguir-lo no Colégio Kopke em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Segundo Póvoas, quando se preparava para a realização de exames preparatórios de acesso à Faculdade de Direito de São Paulo, já em 1876, foi acometido de febre amarela, incidente que o impediu de concretizar o seu antigo sonho, estimulado pelo pai, entretanto falecido precocemente. No ano seguinte, em 1877, auxiliado por conceituados comerciantes do Rio de Janeiro, conseguiu frequentar, gratuitamente, as aulas do Colégio de São Bento, uma conceituada instituição de ensino daquela cidade, transferindo-se posteriormente para São Paulo onde concluiu os preparatórios e se matriculou na Faculdade de Direito.<sup>505</sup>

Apesar da falta de recursos com que se defrontou após a morte de seu pai e das inúmeras dificuldades que enfrentou ao longo de todo o seu Curso Jurídico, Luiz da Costa Ribeiro não se furtou a esforços para conseguir a tão almejada formação. Entre outras tarefas, lecionou no Ateneu Paulistano, então dirigido por um antigo professor do Colégio Kopke, procedeu à revisão de provas da *Tribuna Liberal*, realizou trabalhos de estenografia para os seus mestres da Faculdade de Direito. Encontrava-se no 5º ano do Curso Jurídico, quando foi agraciado pelo Governo Imperial com uma comissão na Província de Pernambuco, acontecimento que, não apenas o honrava, mas lhe facultou também condições para concluir o seu curso, a 3 de novembro de 1882, na Faculdade de Direito de Olinda, onde adquiriu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.<sup>506</sup>

---

<sup>505</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>506</sup> Idem.

Terminada a sua missão em Pernambuco e após uma breve permanência no Rio de Janeiro, regressou a Cuiabá, aí aportando a 4 de janeiro de 1883, tendo, de imediato, solicitado a sua nomeação para o cargo de Promotor de Justiça da Comarca da Capital que se encontrava por preencher, todavia o pedido foi-lhe negado, alegadamente, pelo fato de seu pai ter sido adversário político do partido que à data era detentor do poder. Impedido de aceder ao cargo que pretendia, ainda que modesto, o Dr. Luiz da Costa Ribeiro abriu o seu próprio escritório de advocacia, onde, em parceria com Francisco Agostinho Ribeiro, exerceu aquela atividade até ao ano de 1884, data em que recebeu do General de Batovi, o Decreto da sua nomeação para exercer o cargo de Auditor de Guerra. Exerceu posteriormente os cargos de Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Santa Cruz de Corumbá, de Juiz Substituto da Comarca da Capital, de Juiz de Direito da Comarca de Livramento, instalada a 19 de março de 1890 e o de Desembargador do Tribunal da Relação do Estado<sup>507</sup> organizado em 1891, sendo um dos constituintes da Colenda Corte, a que presidiu por um período de oito anos ininterruptos, funções de que foi inesperadamente destituído, por se ter manifestado contra alguma prepotência governamental.<sup>508</sup>

Afastado do cargo de Desembargador, passou a exercer atividades políticas que lhe proporcionaram a oportunidade de prestar relevantes serviços ao Estado, como membro da Constituinte Estadual. Após a reorganização do Tribunal da Relação de Mato Grosso, foi novamente readmitido na magistratura estadual, onde permaneceu até 1905, data em que requereu a sua aposentadoria. A atividade de Costa Ribeiro não se limitou apenas ao exercício da magistratura, dado que se dedicou também à política e ao jornalismo. Enquanto político, integrou a Assembleia Constituinte, sendo aí um dos mais representativos elementos. Colaborou na elaboração da primeira Carta Magna de Mato Grosso e na produção de outras importantes leis, como a da Organização Judiciária do Estado e do Regimento de Custas Judiciárias, em que trabalhou em parceria com os ilustres juristas José Maria Metello e Manuel José Murtinho.<sup>509</sup>

---

<sup>507</sup> Luiz da Costa Ribeiro foi o primeiro mato-grossense a ocupar tal cargo no Tribunal da Relação de Mato Grosso, visto que antes, todos os seus elementos eram oriundos de outros Estados.

<sup>508</sup> PÓVOAS, Nilo (1978, Vol. 2). *Op. cit.*, p.109.

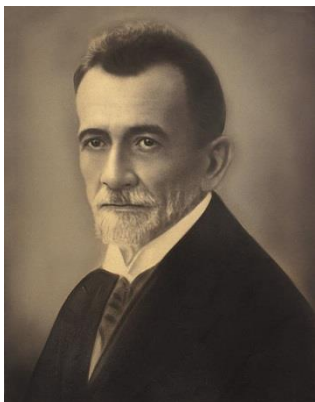
<sup>509</sup> *Ibidem*, p. 110.

A vocação para o jornalismo manifestou-se também muito precocemente. Estudava ainda quando escreveu os panfletos *O General Osório* e *Um grito nas Trevas* e, já formado, *A Imigração perante a Assembleia Provincial de Mato-Grosso*. Foi também colaborador de vários jornais, nomeadamente em São Paulo, onde escreveu para o *Onze de Agosto*, *A Nova Aurora*, *Fraternidade Literária*, *A República* e *A Nova Geração*. Em Corumbá foi fundador do jornal *O Oásis* e colaborador de *O Corumbaense* e em Cuiabá colaborou com *A Gazeta*, *O Mato-Grosso*, *A Revista Mato-Grosso*, *A Situação*, *A Matraca*, *O Estado de Mato-Grosso*, *A Coligação* e *O Debate*, onde utilizava, com relativa frequência, os pseudônimos Mário Santerre e Saint Just.<sup>510</sup>

---

<sup>510</sup> Ibidem, p. 111.

## PEDRO CELESTINO CORRÊA DA COSTA



Filho do Capitão Antônio Corrêa da Costa Júnior e de D. Inês Maria Luisa da Silva Prado, nasceu no sítio do Bom Jardim, no Distrito da Chapada dos Guimarães, a 5 de julho de 1860, tendo falecido a 22 de janeiro de 1932 no Rio de Janeiro, para onde se retirou nos últimos anos da sua vida.

Cursou as primeiras letras em Cuiabá, onde mais tarde iniciou os estudos preparatórios no Seminário da Conceição, vindo a concluí-los no Rio de Janeiro para onde se transferiu em 1875, quando perfazia quinze anos de idade.

Seguindo a tradição legada pelos progenitores, que sempre se preocuparam com a instrução dos seus filhos, foi um dos três varões, num total de quatro, que concluíram os seus estudos em escolas superiores. Entre eles, Pedro Celestino que, em 1881, se formou em Farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo-se especializado depois em Química, atividade em que viria a destacar-se no decurso da sua função laboratorial.<sup>511</sup>

Regressado a Cuiabá abriu uma farmácia, encetando dessa forma o seu percurso profissional, apoiado pelo crédito que, com facilidade obteve dos seus conterrâneos, vindo a contrair matrimônio em 1885, com D. Constança Novis, filha do médico da Armada, Dr. Augusto Novis, que então servia no Corpo de Imperiais Marinheiros com sede naquela cidade, com quem teve seis filhos. Enviuvou em 1899, casando em segundas núpcias com a sua cunhada D. Corina Novis, de quem teve cinco filhos que se distinguiram nos mais distintos setores da sociedade.

Destacou-se pelo zelo com que apoiava os mais necessitados, o que lhe mereceu uma notável popularidade por parte dos seus concidadãos, porém, foi como cientista que o seu nome começou a impor-se, porquanto, viu reconhecidos e aprovados inúmeros produtos de sua

---

<sup>511</sup> PÓVOAS, Nilo (1977, Vol. 1). *Op. cit.*, p. 113 - 114.

autoria pelo Departamento de Saúde Pública que, viriam a ser comercializados por reputados laboratórios do Rio de Janeiro e de São Paulo. A popularidade até então granjeada logo atraiu sobre ele as atenções dos agentes políticos mato-grossenses, ávidos daí retirarem dividendos, a que Pedro Celestino ainda resistiu por algum tempo, mas acabaria por ceder, vindo a vincular o seu nome, de forma indelével, a um dos mais interessantes períodos da história de Mato Grosso.<sup>512</sup>

Valendo-se unicamente das suas capacidades, Pedro Celestino elevou-se aos mais representativos postos da administração do Estado, desde a Câmara Municipal a que presidiu, até à Constituição Estadual, tomando posição entre as figuras de maior projeção política e alternando a presidência com Generoso Ponce. Converteu a Constituinte em Assembleia Legislativa, assumindo a sua presidência ao longo de vários mandatos e acedeu posteriormente ao Senado da República onde enalteceu e dignificou as gloriosas tradições dos grandes Senadores do Império. Assumiu por duas vezes a presidência do Estado, a primeira como 1º Vice-Presidente, em 1908, na sequência da renúncia do Presidente Generoso Ponce e a segunda em 1922, como Presidente, por acordo celebrado entre os dois maiores partidos opositores na luta pelos destinos do Estado. Foi nesta qualidade, exercendo a superior magistratura do Estado que, Pedro Celestino logrou revelar as suas qualidades de estadista que marcaram a época nos anais da história de Mato Grosso.<sup>513</sup>

Os seus méritos enquanto administrador ficaram por demais evidentes também no domínio das obras públicas, dinamizando a construção de várias obras históricas, priorizando os estabelecimentos de ensino entre os quais se destacaram o imponente edifício do Palácio da Instrução, abrigo da Escola Normal e da Escola Modelo, o Grupo Escolar Senador Azeredo, o Grupo Escolar de Corumbá e muitos outros a que os de São Paulo serviram de modelo e resistem, até aos dias de hoje, à ação destruidora do tempo.

À semelhança de outras Escolas Normais brasileiras, foi no seu governo implementada, no ano de 1910, uma das mais significativas reformas educacionais, à semelhança das alterações introduzidas no sistema paulista, responsável pela introdução dos

---

<sup>512</sup> Ibidem, p. 115 - 116.

<sup>513</sup> Ibidem, p. 116.



princípios pedagógicos nascidos no interior do movimento da Escola Nova. No sentido de implantar também em Mato Grosso esse moderno modelo educacional, adaptando-o ao contexto local, trouxe de São Paulo alguns professores que se responsabilizaram pela reforma pedagógica da Escola Normal. No sentido de imprimir à instrução pública de Mato Grosso as diretrizes nacionais no treinamento das práticas pedagógicas das futuras candidatas ao magistério, fundou em Cuiabá os primeiros grupos escolares baseados naquele modelo. Foi no seu segundo mandato que iniciou a edificação de um dos mais imponentes edifícios históricos de Cuiabá, o Palácio da Instrução, abrigo da Escola Normal, da Escola Modelo, do Liceu Cuiabano e da Diretoria da Instrução Pública.<sup>514</sup>

Implementou ainda, no Estado, a política rodoviária, permitindo a construção da estrada que liga Cuiabá ao planalto da Chapada dos Guimarães, outrora um dos mais abundantes celeiros da capital e quase votado ao abandono dada a ausência de vias de comunicação. Dinamizou a navegação no rio Cuiabá em completo estado de degradação, contributo essencial para reduzir o isolamento a que a capital estava votada e para a melhoria das suas condições sanitárias.

Ao retirar-se da senda governamental, foi confrontado com a inoportuna renovação do arrendamento dos ervais, então uma das maiores fontes de renda do Estado, a conhecida “Questão do Mate”, cuja extensão envolvia destacadas figuras da política mato-grossense e que esteve na origem de grandes discussões no cenário político, altamente repercutidas na imprensa do Rio de Janeiro.

Na presidência de Joaquim Augusto da Costa Marques, assumida em 1911, aumentaram significativamente as pressões da empresa Matte Laranjeira com vista à renovação do contrato de arrendamento dos extensos ervais no sul do Estado, pretensão que esteve na origem de novas divergências entre Manuel Murtinho e Generoso Ponce. Enquanto o primeiro defendia a prorrogação do contrato até 1930 com a opção de compra de 1.000.000 até 2.000.000 hectares, Ponce defendia a divisão da área em lotes de 450 hectares, que seriam oferecidos para arrendamento em hasta pública. Com a morte de Generoso Ponce, a empresa, apoiada pelo conservador Antônio Azeredo, ganhou novo impulso, no entanto, o antigo

---

<sup>514</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. *Op. cit.*, p. 115.

Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, assumiu posição oposta e, apoiado pelos deputados estaduais, hostis à prorrogação do contrato, obstruíram-no impedindo a aprovação da proposta. A empresa Matte Laranjeira viu finalmente frustradas as suas pretensões, com a aprovação da Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915.<sup>515</sup>

Quando finalmente consegue ultrapassar esse e outros problemas com que o Estado se debatia, Pedro Celestino consegue, mais serenamente, dedicar-se ao saneamento das finanças públicas, sendo depois sucedido no governo pelo Dr. Estevão Alves Corrêa, primeiro Vice-Presidente do Estado, em virtude de ter sido eleito Senador da República, encerrando assim, a sua ilustre carreira política.

---

<sup>515</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 603 - 605.

## MANUEL ESCOLÁSTICO VIRGÍNIO



Nascido a 18 de novembro de 1860, na cidade de Cuiabá, Manuel Escolástico Virgínio, era filho do Tenente Manuel Escolástico Virgínio e de Teodolinda Ferreira da Silva. Iniciou os seus estudos primários numa conceituada escola, então dirigida pelo experiente Mestre Manuel Ribeiro dos Santos Tocantins, vindo a concluí-los numa outra escola para onde foi transferido, esta orientada pelo Cônego José Joaquim dos Santos Ferreira. Contava apenas dez anos de idade quando, em 1870, entrou para o Seminário Episcopal da Conceição, onde adquiriu as primeiras noções de Português, Latim, Geografia e Francês, ingressando 4 anos mais tarde, na Escola Normal, então criada em Cuiabá, onde em 1877 concluiu o seu curso de Professor Normalista.<sup>516</sup>

Não foi, porém, o magistério a sua opção imediata, naturalmente por considerá-lo uma carreira mal remunerada comparativamente com o elevado desgaste que exigia, preferindo optar pelo funcionalismo público onde veio a desempenhar diversos cargos, todos eles, com grande prestígio. Foi em 1878 um dos fundadores do jornal *O Porvir*, criado em parceria com Celestino Corrêa da Costa Filho e João Alves da Cunha, onde, apesar do curto período de existência daquele jornal, teve oportunidade de desenvolver e demonstrar grande aptidão jornalística. Embora o magistério não tenha sido a sua primeira escolha em termos de opção profissional desde que foi diplomado pela Escola Normal, essa carreira, no entanto, sempre exerceu sobre ele, um grande fascínio. Fundou escolas, nomeadamente, o Colégio Virgínio, em São João do Rio Claro, São Paulo, onde, em 1878 veio a exercer o professorado, o Externato de Cuiabá, que dirigiu por um período de cinco anos e onde foi também professor, tal como em Taubaté, no Estado de São Paulo e posteriormente, de novo em Cuiabá.<sup>517</sup>

Tendo como propósito o seu ingresso no Curso Jurídico, fez primeiro em São Paulo e depois no Externato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, alguns dos seus estudos preparatórios, não lhe sendo possível prosseguir-los devido a grave doença que forçou o seu

<sup>516</sup> PÓVOAS, Nilo (1978, Vol. 2), *Op. cit.*, p. 115.

<sup>517</sup> Ibidem, p. 116.

regresso a Cuiabá, onde em 1886, foi nomeado Escrivão de Órfãos, cargo que exerceu por pouco tempo. A habilitação para exercício da advocacia continuava a ser um dos objetivos de Manuel Virgínio. Nesse sentido, propôs-se em maio de 1892, a exame perante o Tribunal da Relação, onde obteve provimento, iniciando desde então a atividade judicial na Comarca de Cuiabá. Paralelamente com a agitada vida forense exerceu funções como Diretor Geral do Ensino Primário, por nomeação do então Presidente Dr. Manuel José Murinho, cargo que exerceu desde julho de 1889, até à data em que foi extinto, em abril de 1890.<sup>518</sup>

Exercia as funções de Promotor Público de Cuiabá, quando foi proclamada a República, cargo que a seu pedido abandonou, para assumir o de Deputado à Assembleia Constituinte Estadual para que foi nomeado. Após a conversão da Assembleia Constituinte em Legislativa, o Advogado Dr. Manuel Virgínio foi sucessivamente reeleito em 1894 e 1896, aí exercendo as funções de 1º e 2º Secretário da Mesa, onde participou das mais importantes Comissões Permanentes daquela Instituição Legislativa.

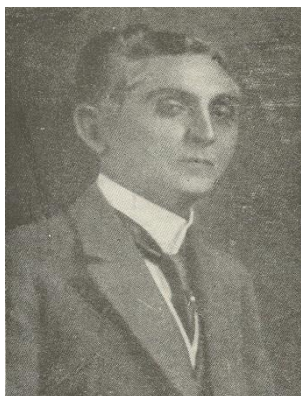
Exerceu ao longo da sua carreira, ora por eleição popular, ora por nomeação do Governo, diversos e importantes cargos no âmbito da administração pública. Foi Prefeito Municipal da Capital, Chefe de Polícia em diversas administrações e Inspetor do Tesouro do Estado em 1901. No sentido de dar resposta aos supremos interesses da Fazenda Estadual, foi designado pelo Presidente Coronel Antônio Pedro Alves de Barros, Representante do Estado na Delegacia Fiscal do Norte, missão que exigiu dele grande sensibilidade, porquanto envolvia interesses de Mato Grosso mas também dos vizinhos Estados do Amazonas e do Pará.

No governo do General Caetano Manuel Faria de Albuquerque, foi Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda Pública e mais tarde Vice-Presidente do Estado, cargos que contribuíram para aumentar o seu prestígio enquanto homem público, por se ter pautado, em todos eles, pelos superiores interesses do Estado de Mato Grosso, em cuja Capital, veio a falecer em 21 de março de 1923.

---

<sup>518</sup> Idem.

## JOAQUIM AUGUSTO DA COSTA MARQUES



O Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, considerado por muitos, um eminente devoto do Direito, um industrial de grande gabarito e um sagaz condutor de homens, foi também um parlamentar de elite e uma das mais emblemáticas figuras da cena política e social de Mato-Grosso.

Tendo como progenitores o Tenente Coronel da Guarda Nacional, Salvador da Costa Marques, chefe político de grande prestígio no anterior regime e fazendeiro de grandes recursos e D. Augusta Nunes Rondon Marques, também ela proveniente de uma abastada família de fazendeiros, nasceu Na vila de Poconé, em 7 de junho de 1861.

Foi ainda em Poconé que concluiu, os seus estudos primários, vindo em 1872 e já com a idade de 12 anos, para a cidade de Cuiabá a fim de frequentar o ensino secundário, no Seminário da Conceição onde foi matriculado e passou, desde então, a frequentar o Curso de Humanidades que interrompeu em 1875, por um período de três anos, tempo que passou ao serviço da fazenda de seus pais, na sua cidade natal. Desejoso de prosseguir os seus estudos, voltou de novo a Cuiabá onde frequentou o recém-criado Externato Mato-Grossense, então dirigido pelos Drs. Antônio Corrêa da Costa, João Carlos Muniz e Manoel Esperidião da Costa Marques, seu irmão mais velho. Em finais de 1882, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se destacou na conclusão dos seus estudos preparatórios, seguindo depois para São Paulo, onde ingressou na conceituada Faculdade de Direito, sendo em 1891, laureado Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.<sup>519</sup>

Sem nunca perder de vista as suas origens, regressou à sua terra natal logo que concluiu o seu curso, domiciliando-se na cidade de São Luís de Cáceres, comarca onde montou o seu escritório de advogado e se destacou como grande impulsionador do seu desenvolvimento, pelos importantes serviços aí prestados, fazendo-se respeitar pela sua grande capacidade de trabalho e estrutura moral, dotes que lhe valeram o prestígio que foi adquirindo

---

<sup>519</sup> Ibidem, p. 95 - 96.

e consolidando ao longo dos tempos e a liderança política no seio da sociedade de Mato Grosso.

Filiado no Partido Nacional, mais tarde designado de Democrata, o Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, sempre colocou os seus préstimos ao serviço do Governo de então, porém, em 1899, já na liderança do seu partido e com a cisão do Partido Republicano, apoiou, com outras proeminentes figuras, o Coronel Generoso Ponce, líder revolucionário, passando, desde então, a integrar a facção política por este chefiada.

Os reconhecidos serviços à sua comunidade partidária, aliados à sempre reiterada lealdade política, mereceram-lhe a confiança dos seus correligionários e contribuíram para que fosse proclamado líder do Partido Republicano, no município de São Luís de Cáceres, onde militava, posto que ocupou e em que foi reconduzido graças à perspicácia e visão política com que sempre conduziu os interesses dos seus munícipes. Consciente da solidariedade que o seu povo lhe merecia, não hesitou em participar ativamente no movimento revolucionário de 1906, ao comando de uma das brigadas do Exército Libertador que cercou a Capital do Mato Grosso pondo cobro à tirania do Coronel Antônio Paes de Barros, destituindo-o do seu posto.

Enquanto notável membro do Congresso Nacional onde foi Deputado, em representação do Estado de Mato Grosso, soube, segundo Póvoas, impor-se e fazer-se respeitar pelo equilíbrio das suas atitudes e sensatez das suas intervenções, contribuindo, sempre de forma meritória, para a defesa não apenas do seu Estado, mas também do seu país, desempenho que levou os seus conterrâneos a apoiá-lo na candidatura ao cargo de Presidente do Estado, que ocupou desde 1911 até 1915, sucedendo ao Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa.<sup>520</sup>

Na qualidade de parlamentar e de Presidente, o Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques não desiludiu os seus eleitores, tendo marcado indelevelmente a sua passagem pela suprema administração do Estado, através do trabalho que, com brilhantismo concretizou e, do conhecimento demonstrado no âmbito da resolução dos maiores problemas dos seus concidadãos. Destacou-se por uma vasta obra, realizada em prol do desenvolvimento social,

---

<sup>520</sup> Ibidem, p. 97 - 98.

material e cultural de Mato Grosso e das suas gentes, merecendo particular destaque a sua intervenção no domínio da Instrução Pública através da criação de novos grupos escolares, nomeadamente o de Cáceres, o de Rosário Oeste, o de Corumbá e o de Poconé, para os quais fez contratar em São Paulo, professores de reconhecido mérito, no sentido de melhorar o sistema de ensino em Mato Grosso, complementando-o com a instalação da Biblioteca Pública do Estado, precioso e relevante contributo para o desenvolvimento social, cultural e político da população.<sup>521</sup>

O Sistema Judiciário foi também uma das áreas que mereceram a sua intervenção, modernizando-o e tornando-o mais eficiente e consonante com o desenvolvimento global do Estado. Detentor de vastos conhecimentos no âmbito da indústria agropecuária, empenhou-se com entusiasmo na implementação do ensino agrícola e no desenvolvimento da mecanização da agricultura, contribuindo para o seu desenvolvimento, paralelamente com a indústria pastoril, combatendo, dessa forma, o notório abandono a que as terras, por natureza férteis, estavam votadas e a falta de apoio dos Poderes Públicos à iniciativa privada, visando, sobretudo, a racionalização da economia agrária e a modernização e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho que considerava obsoletos. Nesse sentido, criou o Posto Zootécnico de Cuiabá, em área hoje pertencente ao Município de Várzea Grande e foi co-fundador da Sociedade Nacional de Agricultura. A sua intervenção foi também notória nos setores de Obras Públicas e Viação, sendo que, durante o seu Governo foram construídas inúmeras ligações rodoviárias que vieram facilitar a ligação entre os núcleos populacionais mais distantes e o escoamento dos escassos produtos provenientes da atividade rural. Foi proprietário da Usina da Ressaca, no Município de Cáceres, um dos mais emblemáticos estabelecimentos industriais de Mato Grosso, onde se produzia açúcar, álcool e aguardente.<sup>522</sup>

No final do seu Governo, o Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques contribuiu ainda para a recuperação das instalações da Santa Casa da Misericórdia de Cuiabá, que se encontravam em avançado estado de degradação sendo de novo nomeado para a Câmara Federal, regressando no final deste seu último mandato, a São Luís de Cáceres, onde à data se encontrava domiciliado, aí vindo a falecer em 2 de dezembro de 1939.

---

<sup>521</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>522</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. *Op. cit.*, p. 231.

## FRANCISCO TOMÁS DE AQUINO CORRÊA



Apesar de se tratar de uma personalidade que somente ingressou no Seminário num período posterior à delimitação cronológica da presente tese, entendemos por bem, ainda que sinteticamente, retratar uma das mais notáveis figuras da história religiosa, cultural, política e social da história de Mato Grosso.

Dom Francisco de Aquino Corrêa, nome que adotou para toda a sua vida, nasceu em Cuiabá, em 2 de abril de 1885. Filho do casal Antônio Tomás de Aquino Corrêa e de Maria de Aleluia Gaudie Ley Corrêa, desde muito cedo revelou inteligência, amor aos estudos e vocação religiosa. Iniciou as primeiras letras no Colégio São Sebastião e fez o curso secundário no Seminário da Conceição, então dirigido por Monsenhor Bento Severiano da Luz, Secretário particular do Bispo Dom Carlos Luiz D'Amour, seu padrinho de batismo, ingressando depois no Liceu Salesiano São Gonçalo, onde recebeu o grau de Bacharel em Humanidades.

No ano de 1902, aos 17 anos, ingressou no Noviciado dos Padres Salesianos de D. Bosco em Cuiabá e iniciou o curso de Filosofia, ordenando-se sacerdote em 1903. Em junho de 1904, submeteu-se a uma banca examinadora do Liceu Cuiabano, para revalidar os seus estudos anteriormente feitos no Liceu Salesiano São Gonçalo, ainda não reconhecido oficialmente, fazendo o chamado Exame de Madureza, no qual obteve grande sucesso, sendo saudado publicamente pelos professores integrantes da banca examinadora, Desembargador Luiz da Costa Ribeiro e Carlos Salaberry. Auxiliado pelos padres Salesianos, seguiu nesse mesmo ano para Roma, onde se matriculou, simultaneamente, na Universidade Gregoriana e na Academia São Tomás de Aquino, por onde viria a doutorar-se em Teologia, em 1908, sendo a seguir, ordenado Subdiácono. Em 17 de janeiro de 1909, ainda na Itália, tendo já recebido todas as Ordens Menores e Maiores, foi ordenado Presbítero, regressando no mesmo ano ao Brasil e, a 2 de junho de 1910 à sua terra natal, Cuiabá.<sup>523</sup>

---

<sup>523</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *D. Francisco de Aquino Corrêa*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – Comemorativa aos 80 anos de Fundação. Cuiabá: IHGMT, 1999, p. 244.



Regressado ao Brasil, ainda em 1909 e a Cuiabá a 2 de junho de 1910, lecionou no Liceu Salesiano São Gonçalo, as disciplinas de Língua Portuguesa, Latim e História e, como Delegado Mato-grossense, participou, no Primeiro Congresso Internacional de ex-Alunos Salesianos ocorrido em Buenos Aires. No ano seguinte, em 1911, foi nomeado Diretor do referido Liceu Salesiano, tendo ocupado tal cargo de 1912 a 1914, ano em que foi indigitado para titular do Bispado de Prusíade e Auxiliar do Arcebispo da Diocese de Cuiabá, por Sua Santidade o Papa Pio V, cargo de que tomou posse a 1 de janeiro de 1915, com a idade de 29 anos apenas, o que fez dele o primeiro Bispo Salesiano da América e o mais jovem do mundo. Recebeu do Papa Bento XV, em 1919, os títulos de Assistente do Sólido Pontifício e Conde Palatino.<sup>524</sup>

Com o falecimento em 1921, do Arcebispo de Cuiabá, Dom Carlos Luiz D'Amour, foi elevado àquele Arcebispado, tendo recebido de Dom Duarte Leopoldo e Silva, então Arcebispo de São Paulo, o Pálio Arcepiscopal. Considerado elemento pacificador, pelo Governo de Venceslau Brás, foi em 1917, nomeado Governador do Estado de Mato Grosso no período de 1918-1922, cargo que procurou desempenhar com elevado sentido construtivo e democrático. Deu suporte ao desenvolvimento da cultura regional, sendo de sua iniciativa a fundação da Academia Mato-grossense de Letras, onde, foi posteriormente proclamado por unanimidade Presidente Honorário e, fundou ainda, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no qual foi eleito Presidente Perpétuo.<sup>525</sup>

Notabilizou-se na produção de muitos e diversos trabalhos históricos, discursos, Cartas Pastorais e livros de poesia, publicando em 1917, “Odes”, o seu primeiro trabalho poético, seguido de perto por “Terra Natal”, obra de exaltação à Província de Mato Grosso e ao país em cujos versos manifestou o grande fascínio e sentimentalismo que a sua terra nele despertava.

Revelando grande capacidade e profundo rigor na escrita, produziu ainda algumas obras em prosa, através das quais sempre manifestava o seu interesse pelas causas nacionais. Dominava o púlpito como ninguém, não apenas como respeitável pregador, mas também

---

<sup>524</sup> Ibidem, p. 245 - 246.

<sup>525</sup> Ibidem, p. 248 - 249.

como conferencista, tendo-se destacado, entre muitas outras intervenções, na excelente palestra que proferiu em 1926, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aquando do Centenário do Bispado de Cuiabá. Sacerdote, Prelado, Arcebispo de Cuiabá, poeta e orador sacro, foi eleito em 9 de dezembro de 1926 para ocupar a cadeira nº 34 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Lauro Müller, tendo sido recebido pelo acadêmico Ataulfo de Paiva a 30 de novembro de 1927, sendo o primeiro e único mato-grossense a tornar-se membro daquela Academia.

A “Mensagem aos homens de letras”, por ele proferida na Academia Brasileira de Letras e “A verdade da Eucaristia”, oração com que inaugurou, em 28 de outubro de 1948, o V Congresso Eucarístico de Porto Alegre, foram também momentos em que Dom Aquino Corrêa revelou a sua grande capacidade e vocação oratória.

Faleceu em São Paulo, a 22 de março de 1956, deixando uma obra vastíssima, com inúmeras publicações nos principais centros da cultura mato-grossense, nomeadamente, no Instituto Histórico e Geográfico de mato Grosso e na Academia Mato-Grossense de Letras.

Para além dos já referidos egressos, estudaram no Seminário Episcopal da Conceição, muitas outras ilustres personalidades, entre estas, o Pe. João Leocádio da Rocha que mais tarde se tornou Vigário da Sé e Inspetor Geral dos Estudos, o Pe. José Maria Viegas e o Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro, que se tornaram Lentes daquele estabelecimento e muito outros cidadãos distinguidos nos mais diversos setores da vida intelectual mato-grossense e nacional, como Luiz Filipe de Araújo, professor da Vila de Diamantino, José Estêvão Corrêa e o dedicado aluno Antônio Catilina Pereira da Silva, ambos integrantes do primeiro corpo docente do Liceu Cuiabano. Catilina foi nomeado em 1874 para lecionar a cadeira de Gramática Portuguesa na Escola Normal e de Latim no Liceu Cuiabano, vindo, posteriormente a ocupar o cargo de Diretor do Externato Feminino de Mato Grosso, onde, cumulativamente, lecionou também a cadeira de Gramática Portuguesa.

Ao analisarmos os acervos de jornais da época, constatamos que, para além dos cargos acima referidos, Catilina trabalhava ainda no Tribunal da Relação como Secretário do Exmo. Senhor Desembargador Ângelo Ramos, Presidente daquele Tribunal.<sup>526</sup>

Ficou evidente, no decurso da nossa pesquisa, que muitos dos alunos que passaram pelo Seminário, mesmo os que nele não concluíram os seus estudos em virtude de os terem prosseguido noutros colégios do Império, se tornaram personalidades de grande prestígio nos cenários regional e nacional, dando um imensurável contributo para o engrandecimento, modernização e transformação da própria sociedade.

---

<sup>526</sup> Jornal *O Liberal*. “Parte Judiciária – Tribunal da Relação”, nº 179, p. 3. Cuiabá 25 de fevereiro de 1875. APMT – Acervo de Jornais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente investigação, tudo fizemos no sentido de responder a questões relacionadas com as circunstâncias da criação do Seminário Episcopal da Conceição, na Província de Mato Grosso, e com o seu processo evolutivo até 1880, momento em que foi inaugurado, em Cuiabá, o Liceu Cuiabano, estabelecimento público de ensino secundário. A busca de respostas levou, obviamente, ao surgimento de outras questões, sendo que a natureza histórica da investigação instiga, a que o conhecimento das fontes, por si só, nos permita diferentes leituras que, fruto da catalogação de novos acervos, poderá levar ainda à reformulação dos questionamentos que estiveram na base deste trabalho.

Durante todo o Período Imperial, o ensino secundário brasileiro, destinado a formar e enriquecer o espírito da juventude com os necessários e indispensáveis conhecimentos humanísticos, transformou-se, em grande parte, em mero canal de acesso dos jovens aos cursos superiores do país. Em tal cenário, mesmo com o surgimento de inúmeros liceus públicos e colégios particulares, os Seminários Episcopais, apesar de terem como princípio fundamental a formação clerical, foram frequentados por candidatos aos cursos superiores, objetivando assim conseguir, em menor tempo possível, os fragmentados conhecimentos humanísticos de que necessitavam para vencer a barreira dos exames preparatórios.

Até meados da segunda metade do século XIX, a Província de Mato Grosso possuía um ensino secundário disperso, com algumas aulas avulsas espalhadas pela Capital, Cuiabá, e algumas cidades do interior, grande parte delas desativadas, ora por falta de professores, ora por falta de alunos. A materialização de um estabelecimento de ensino único e aglutinador das aulas secundárias na Província, aconteceu com a implantação do Seminário Episcopal da Conceição, em Cuiabá. Constituindo-se como uma instituição de ensino religioso, voltado para a preparação de clérigos, porém, oferecia também o ensino secundário propedêutico aos jovens pertencentes à elite regional.

Ainda que a ideia inicial de se construir um Seminário em Cuiabá tivesse surgido em 1829, pela mão do então prelado e administrador eclesiástico, Frei José Maria de Macerata, foi somente na gestão de Dom José Antônio dos Reis, primeiro Bispo Mato-Grossense, que foi lançada a pedra fundamental da construção do edifício do Seminário Episcopal, a 7 de dezembro de 1858, véspera do dia de Nossa Senhora da Conceição, daí resultando o nome atribuído àquele Estabelecimento.

Tal evento foi de grandiosa importância para a sociedade cuiabana de então. O Padre Ernesto Camillo Barreto, que a pedido do Bispo Diocesano, viera da Bahia especialmente para ministrar as aulas de Teologia Dogmática e Moral, além de auxiliar nos trabalhos de implantação do Seminário, considerou aquela data como indispensável e necessária para a elevação dos pensamentos, prenúncio de uma nova era para a formação intelectual, moral e religiosa na Província.

Valendo-se do direito do Padroado, o Governo Imperial foi responsável pelo repasse da maior parte dos recursos financeiros necessários para a edificação de tão significativa obra, tendo em vista os poucos recursos dos Cofres Provinciais. Não obstante os incalculáveis benefícios com que marcou, de forma indelével, o seu nome na História, instruindo inúmeros jovens da Província, o Seminário Episcopal da Conceição passou por momentos difíceis enquanto persistiu, muitos deles nefastos para a sua própria sobrevivência, destacando-se, particularmente, o episódio da Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai (dez/1864 - mar/1870), a grande enchente do Rio Cuiabá, em 1865, que devastou parte da região do Bairro do Porto e a epidemia de varíola, ocorrida na região em 1867, que provocou a morte de metade da população (incluindo alguns professores e alunos do Seminário). A constante falta de verbas e o falecimento do Bispo Dom José, em 1876, foram também fatores que contribuíram para a significativa demora (mais de duas décadas) da conclusão daquele imponente edifício, cuja responsabilidade ficou a cargo do Capitão Antônio de Cerqueira Caldas, Barão de Diamantino, à época, uma das mais conceituadas personalidades da elite mato-grossense.

A edificação do Seminário era tão urgente para Mato Grosso que, mesmo em processo de construção, o Estabelecimento iniciou as suas atividades, de modo que, em 1859,

um ano após o lançamento da sua pedra fundamental, o Seminário da Conceição já contava, oficialmente, com o maior número de alunos de Segundas Letras na Província. Entretanto, importa enfatizar que, o período de maior prestígio educacional da Instituição, no século XIX, ocorreu durante o período da sua construção, ao longo de mais de vinte anos. O Seminário ofereceu à Província a oportunidade de estruturar o sistema de ensino secundário, assumindo-se como modelo para a criação de novas escolas e para a prática de novos métodos a serem aplicados.

A construção do Seminário constituiu um avanço no sistema educacional mato-grossense que, até então, vinha sendo confiado a cada professor que ministrava as aulas na sua própria residência ou em casas alugadas pela administração local para a prática do magistério, ainda que de modo improvisado. Tais práticas de ensino estavam sujeitas à fiscalização dos Inspectores da Instrução Pública, que tinham a incumbência de se deslocarem a cada região em que uma escola estivesse instituída, independentemente da quantidade de alunos aí matriculados. Assim sendo, o Seminário conjugou no seu edifício um corpo docente que estava, naquele período, estruturalmente melhor preparado para lecionar nos seus espaços, devidamente concebidos para a prática educacional.

Enquanto Estabelecimento de ensino particular, de índole religiosa, o Seminário Episcopal da Conceição constituiu-se como a Instituição de mais elevado nível da Província, sendo frequentado pelos filhos das famílias mais abastadas. Destes, alguns seguiram a carreira eclesiástica, sendo que a maioria se destinava apenas ao estudo das matérias secundárias preparatórias aos cursos superiores, como o Latim, o Francês e a Filosofia.

Se comparado ao grande Seminário de Olinda, fundado em 1880 pelo Bispo Azeredo Coutinho, o Seminário mato-grossense erigido meio século depois, possuía um plano de estudos “acanhado” em relação àquele Seminário Pernambucano. A inovação de Azeredo Coutinho propunha que a educação do clero, voltada até então para a preparação espiritual, fosse substituída por uma formação baseada nos conhecimentos advindos das Ciências Naturais. Possuía uma proposta historicamente avançada, onde incluía, de um lado as matérias “clássicas” e de outro as “modernas”, o que fazia com que o tradicional e o moderno convivessem ao mesmo tempo num mesmo currículo. O Seminário da Conceição, fundado

oficialmente em 1858, com a sua proposta pedagógica essencialmente humanista, jamais poderia equiparar-se ao Seminário Olindense.

As condições específicas da Província de Mato Grosso, na segunda metade do século XIX, eram bastante precárias: uma região distante dos centros mais desenvolvidos do Império, com uma população esparsa, constituída na sua maioria por homens livres pobres e escravos, analfabetos, carecendo de professores e sacerdotes para reger as aulas. A própria Igreja no Brasil estava parca de recursos, cabendo ao Estado Imperial custear os seminários existentes.

Quando foi instalado o Liceu Cuiabano, a partir de 1880, ocorreu uma redefinição do papel do Seminário da Conceição, dado que, nesse mesmo ano, foi inaugurado o seu internato. Assim, os filhos das elites residentes no interior da Província de Mato Grosso, passaram a dispor de um lugar para estudar e residir. Por outro lado, os cuiabanos passaram a ter duas opções: o ensino secundário religioso e aquele, público, de caráter laico. A Igreja, responsável pela administração e ensino do Seminário, deteve, até então, o monopólio desse nível de instrução, recebendo dos cofres gerais as subvenções que lhe permitiam manter a Instituição. Essa ligação com o Governo Central proporcionou-lhe uma certa independência em relação às autoridades provinciais ligadas à instrução pública e esteve na origem de alguns conflitos entre essas esferas de poder, intensificados após a criação do Liceu Cuiabano.

O Regulamento da Instrução Primária e Secundária de Mato Grosso, datado de 4 de março de 1880, com base no qual o Governo Provincial se considerava isento de qualquer obrigatoriedade, no que concerne ao seu contributo para o pagamento de despesas efetuadas pelos estabelecimentos privados, ou seja, as despesas com o ensino secundário deveriam ser destinadas exclusivamente às necessidades do Liceu. Assim sendo, o Seminário teve que, a partir de então, passar a gerar lucros para cobrir todas as suas despesas. Apesar da Assembleia Provincial ter assegurado ao Seminário um subsídio anual de 5:000\$000, tal verba era manifestamente insuficiente para suprir as despesas efetuadas, pelo que se viu na contingência de aumentar as taxas escolares, bem como de recorrer aos cofres da Diocese, no sentido de garantir a manutenção do pagamento dos Lentes e os gastos com materiais pedagógicos, entre muitos outros, ainda que o fluxo de estudantes fosse diminuindo consideravelmente.

Em virtude de serem ainda muito fortes as bases religiosas das famílias tradicionais de Cuiabá e, dado que o Seminário mantinha ainda a sua proposta pedagógica, estas continuaram a encaminhar para ele os seus filhos, no sentido de aí prosseguirem os seus estudos. Dessa forma, o Liceu, laico e cientificista e o Seminário, religioso e humanista, ainda disputavam a fraca clientela desejosa de cursar os estudos secundários, porém, a importância do Seminário Episcopal para a educação mato-grossense, nunca mais fora a mesma.

Podemos concluir, com base na análise documental, principalmente a partir dos quadros de matrículas apresentados, que as elites mato-grossenses que almejavam a carreira eclesiástica para os seus filhos, bem como os que visavam para estes, outros percursos académicos, não usufruíram de forma significativa de todos os recursos que o Seminário lhes oferecia, dado que grande parte dos alunos que nele se matriculavam, não concluíam os seus cursos com o necessário aproveitamento. O Padre Ernesto Camillo Barreto sempre procurou justificar a falta de resultados, alegando ser esta uma situação generalizada aos demais seminários de outras províncias. Tornava-se óbvia, porém, para além da falta de professores em algumas cadeiras, a carência de vocações, à qual acrescia ainda a falta de assiduidade dos alunos e o desinteresse de alguns pais pelo prosseguimento dos seus estudos.

Como antes enfatizamos, grande parte daqueles jovens que frequentavam o Seminário pertencia à elite, sendo que os de menor poder aquisitivo se dedicavam ao magistério ou ao comércio, enquanto outros ingressavam no serviço público. Dado que vigorava ainda, na sociedade brasileira de meados do século XIX, a prática de se ter em cada família um padre e um doutor, muitos daqueles que se ordenavam sacerdotes, por vocação ou por imposição familiar, por falta de recursos financeiros para prosseguirem os estudos maiores nas províncias mais desenvolvidas, acabavam por dedicar-se ao ensino no próprio Estabelecimento, optavam por administrar alguma paróquia ou por atuar junto das missões indígenas.

A observação dos diferentes relatórios dirigidos ao Bispo, Dom José Antônio dos Reis, pelo Padre Ernesto Camillo Barreto, permitiu-nos verificar, no contexto do Seminário Episcopal da Conceição que, aquele Padre atribuía o exíguo movimento do mesmo, ao reduzido número de alunos interessados nas matérias teológicas e, ainda, ao fato de que até



início da década de 80 do século XIX, o Seminário não possuía ainda internato. A falta de alojamento prejudicava também, em sua opinião, a permanência dos jovens de outras cidades da Província, vocacionados para o sacerdócio.

Mesmo por parte dos alunos residentes em Cuiabá, matriculados regularmente nas matérias secundárias, havia um elevado índice de evasão, dado que o sistema de matrículas arbitrárias, que vigorou até 1862, não permitia o normal acompanhamento dos conteúdos por parte dos alunos. Outro importante fator foi a vacância, por muitos anos, da cadeira de Filosofia, ocasionada pelo falecimento do Lente Schulze, em 1866, pois o estudo dessa ciência era considerado um dos pré-requisitos fundamentais para o Curso Teológico.

Ainda que não tenha formado tantos sacerdotes como seria suposto, pois o número de alunos matriculados nas matérias teológicas sempre foi pouco expressivo, o Seminário Episcopal da Conceição legou uma inegável contribuição social através das obras teológicas e latinas, escritas e publicadas pelos seus ilustres Lentes – merecendo particular destaque a figura do Padre Ernesto Camillo Barreto – pelos notáveis varões por ele formados, que se distinguiram nos mais diversos setores da vida intelectual da Província de Mato Grosso, sendo considerado um marco da história da educação regional.

Às aulas do Seminário Episcopal da Conceição assistiram estudantes que se tornaram figuras de grande projeção no cenário social e político. Para se ter uma ideia da importância dessa Instituição de Ensino, importa referir que, pelas suas salas passaram Presidentes do Estado (Manoel José Murtinho, Antônio Corrêa da Costa Filho, Joaquim Augusto da Costa Marques, Generoso Paes Leme de Souza Ponce e Pedro Celestino Corrêa da Costa), Senadores da República (Generoso Paes Leme de Souza Ponce, José Antônio Murtinho Filho, José Maria Metello e Pedro Celestino Corrêa da Costa), um Ministro da Fazenda do Governo Campos Sales (Joaquim Duarte Murtinho), um Mestre da Escola Militar do Brasil (Almirante João Batista das Neves), juristas (Manuel Escolástico Virgínio, Manuel Corsino Peixoto do Amarante e José Estêvão Corrêa), médicos (Joaquim Duarte Murtinho e Pedro Celestino Corrêa da Costa), engenheiros (Antônio Corrêa da Costa Filho e Joaquim Duarte Murtinho), além de muitas outras relevantes figuras que se destacaram não apenas em Mato Grosso, mas também no âmbito nacional.

Tendo como partida a década de 1850, a nossa análise alargou-se até à década de 1880, porém, o Seminário continuou o seu percurso por muitos e longos anos. Em termos de conclusão, optamos por facultar ainda algumas pistas sobre a sua posterior trajetória. Assim, após a morte de Dom José Antônio dos Reis, ocorrida em 1876, a direção do Seminário ficou a cargo de Dom Carlos Luiz D'Amour, a quem coube a responsabilidade de garantir o término das obras físicas daquele estabelecimento, o que só veio a ocorrer apenas no ano de 1882.

No ano de 1890, Dom Carlos, com base nas inúmeras atividades do Bispo, entregou a direção do Estabelecimento aos Padres Lazaristas, sacerdotes Vicentinos convidados por aquele Bispo e que o dirigiram até 1893, data em que se retiraram de Mato Grosso, para o Rio de Janeiro. Desde então, o primeiro Reitor foi o Padre Geraldo Luiz Teissandier, ao qual se seguiram, com pequenos intervalos, os Padres Aristides Ornellas de Lima e Henrique Lacoste. O corpo docente era constituído pelos padres Theófilo Bento Salgado, João Marques, José de Francheschi, Gustavo Leite de Souza e Afonso Gerne.

Após a retirada dos Lazaristas, o Seminário voltou a ser administrado pelo Bispo Dom Carlos Luiz D'Amour que nomeou como Reitor o Padre Bento Severiano da Luz, ex-aluno seminarista, sendo o corpo docente maioritariamente leigo. No ano de 1895, com a idade de apenas 10 anos, entrou no Seminário da Conceição, como aluno, o jovem Francisco de Aquino Corrêa, mais tarde Arcebispo de Cuiabá, o qual, devido à avançada decadência do estabelecimento, completou os seus estudos no Liceu Salesiano São Gonçalo, colégio particular, orientado desde 1894, pelos Padres Salesianos.

A chegada a Cuiabá, em 1904, dos missionários Franciscanos da Ordem Terceira, imprimiu ao Seminário um novo estímulo, ocasião em que sofreu uma nova reorganização, com novo Regulamento, datado de 1 de novembro de 1904. O programa de ensino dividia as atividades nos cursos elementares, médio e superior, admitindo-se alunos externos e internos, além de compreender, nesta última categoria, os alunos do curso superior vocacionados ao sacerdócio. A escassez de pessoal habilitado, aliada a outras circunstâncias, não permitiu, porém, a concretização do projeto aventado pelo novo Regulamento de “tomar pela mão a

juventude destinada ao sacerdócio, a fim de impregná-la do verdadeiro espírito evangélico e dos sãos princípios da moral cristã”.<sup>527</sup>

O edifício do Seminário acumulou ainda outras funções sociais no século XX. Em 1906 chegou a servir de Quartel General das Forças Defensoras da Situação, na luta deflagrada entre partidos políticos chefiados pelos Presidentes Antônio Paes de Barros e Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce. Serviu também de abrigo ao Jornal *A Cruz*, fundado em 1910 e responsável pela divulgação dos eventos católicos, que tinham como público cativo e divulgador, as senhoras casadas e católicas da elite cuiabana.

No ano de 1907, os missionários Franciscanos deixaram a direção do Seminário. Dom Carlos Luiz D’Amour, que residia na Rua 13 de junho, no centro de Cuiabá, passou a ocupá-lo, contribuindo, dessa forma, para que aquele se tornasse, desde então, em Palácio Episcopal. Mais tarde, o Arcebispo Dom Aquino Corrêa, quando em 1922 deixou o Governo do Estado, também fez dele a sua Residência, aí permanecendo durante cerca de 30 anos, até à data do seu falecimento. Nesse período e apesar de Dom Aquino aí residir, o edifício abrigou o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-Grossense de Letras, principais agremiações da elite intelectual cuiabana da época, não obstante continuasse a ser considerado um estabelecimento de ensino.

Foi durante os anos de 1931 a 1941 que Dom Aquino implantou o noviciado no Seminário, revivendo os seus dias de glória, ocasião em que 43 alunos se consagraram sacerdotes, dentre eles o ilustre Padre Pedro Cometti, já falecido e que, além de Secretário do Arcebispo, dedicou longos anos da sua vida aos trabalhos da Cúria Metropolitana, tendo deixado no seu último livro, uma memória sobre a Igreja em Mato Grosso.

Com a posse de Dom Orlando Chaves na Arquidiocese, em 1957, o Seminário manteve ainda um curso ginásial que chegou a ocupar todo o edifício. O Palácio Arquiepiscopal foi, entretanto, construído ao lado do Seminário, tendo recebido o carinhoso nome de *Torre de Marfim*, devido à altura dos seus sinos.

---

<sup>527</sup> Jornal *A Cruz*. “O Seminário da Conceição”, n.º 1042, p. 2. Cuiabá, 21 de agosto de 1932. ACBM – Acervo de Jornais.

Atualmente, a Rádio Difusora “Bom Jesus de Cuiabá” ocupa parte do edifício, tendo sido estimulada, no seu início, graças aos trabalhos do Padre Wanir Delfino César, também já falecido. Hoje, essa Rádio mantém uma extensa programação voltada, quase que exclusivamente, para a veiculação das ações e pregações da Igreja Católica.

No ano de 1964, a ação religiosa do Seminário foi transferida para o Seminário do Bairro Cristo Rei, no município de Várzea Grande. Desde então, o antigo edifício deixou definitivamente de ser um estabelecimento de ensino.

Apesar de atualmente ter uma utilização diversa, visto que um dos seus lados se constitui como Museu de Arte Sacra do Estado de Mato Grosso, o edifício, construído ao longo de mais de 20 anos, representa uma das mais importantes obras arquitetônicas da Capital mato-grossense, tendo sido tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado, através da Portaria nº 47/1977 e considerado, desde então, Patrimônio Cultural Estadual, como monumento à memória cuiabana, ficando assim, a sua estrutura física, protegida contra demolição ou qualquer outro tipo de alteração arquitetônica.

O edifício do Seminário manteve-se por vários anos, sem que nele se fizesse uma adequada reforma. Somente no ano de 1982 houve uma iniciativa no sentido da recuperação do edifício, processo que perdurou por mais dois anos, sendo que nesta ocasião foram retiradas as escadas internas que ligavam o andar térreo ao superior, na parte frontal.

Concluída a sua reforma, em 1984, aquele edifício voltou novamente a abrigar o Museu de Arte Sacra, porém, sem um plano museológico devidamente estruturado e sem segurança, tornando-o alvo fácil para ações marginais e, conseqüentemente, para o furto de peças únicas e de valor histórico inestimável.

Em 1992, foi encaminhado o projeto de revitalização do prédio ao Ministério da Cultura, daí resultando a sua aprovação, iniciando-se desde então, a conscientização e sensibilização do poder público e da iniciativa privada, no sentido de que aquele projeto captasse recursos financeiros visando a sua manutenção.

Por falta de iniciativa do poder público, o projeto de revitalização foi, em dezembro de 2004, assumido pela empresa privada “John Deere Produtos Agrícolas” que, assumiu a captação de recursos para a viabilização do projeto, sendo, em princípios de 2005, iniciada a primeira etapa da obra. Após a conclusão desta primeira etapa do processo de restauro, todas as peças do Museu que haviam sido enviadas para a Fundação Cultural do Estado foram devolvidas, sendo que, desde 2008 o Museu de Arte Sacra de Mato Grosso se encontra aberto, podendo ser visitado em horário normal de expediente.

É possível concluir ainda que, o presente trabalho de investigação, nos proporcionou o conhecimento mais aprofundado da Instituição, através de documentos muito pouco explorados, que nos permitiram dar um maior destaque àquela Instituição Educativa cuja importância histórica é inquestionável pela relevância do papel que desempenhou na preparação de toda uma elite regional.

Importa enfatizar que, conforme foi evidenciado ao longo de todo o nosso percurso, o Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá, através das individualidades que nele encetaram o seu trajeto acadêmico e que mais tarde desempenharam relevantes funções sociais e políticas, tanto no Estado como no país, contribuiu nas últimas décadas do século XIX, para o ressurgimento de um novo paradigma de progresso que conduziu à implementação de projetos modernizadores que transformaram, indelevelmente, a sociedade mato-grossense e brasileira, nas suas diferentes dimensões: econômicas, políticas, sociais e, fundamentalmente, educacionais.

Objetivamos também, contribuir para a localização e recuperação de fontes de inestimável valor, muitas das quais deterioradas pela ação do tempo, o que dificultou seriamente a sua leitura, permitindo com a nossa intervenção, facilitar o conhecimento do seu aporte documental por parte dos futuros pesquisadores e do público em geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio Figueira de. *História do ensino secundário no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. Trad. Chizzotti, Antônio. São Paulo/Brasília: EDUC/INEP-MEC. 1989.

ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. 2ª Ed., Campo Grande: UFMS, 1984.

\_\_\_\_\_. *Mato Grosso e a História: 1870-1929* (ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 61, p. 5-81, 2º Sem., 1984.

\_\_\_\_\_. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. São Paulo: Humanidades, 1993.

AMARAL, Leopoldino Marques do. *D. José Antônio dos Reis*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 3ª Ed., São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Oficinas da História, 6), 1987.

AVEVEDO Moreira de. *A instrução pública nos tempos coloniais do Brasil*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, V. 55, 2ª Parte, 1892.

BARBOSA, Pe. Manoel. *A Igreja no Brasil (notas para a sua história)*. Rio de Janeiro: A Noite, 1945.

BARBOSA, Ruy. *Parecer e projeto de reforma do ensino secundário e superior*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1882.

BARRETO, Pe. Ernesto Camillo. *Compêndio Elementar de Theologia Dogmática para uso do Seminário Episcopal da Conceição da Diocese de Cuiabá*. 1ª Ed., Cuiabá: Typographia de Sousa Neves e &., 1864.

BIENNÉS, Dom Máximo. *Uma Igreja na Fronteira*. São Paulo: Ed. Loyola, 1987.

BOSSI, Bartolomé. *Viaje pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyabá y el Arino tributário Del grande Amazonas, com la description de la Província de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralógico y sus producciones naturales*. Paris: Libreria Parisiense – Dupray de la Mahérie, 1863.

BRASIL, Coleção de Leis e Decretos do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1853-1863.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. Pinto, Olivério M. de Oliveira. São Paulo: Brasiliense (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª, Vol. 266 e 266), 1949.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHERVEL, André. *História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Revista Teoria & Educação, Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.

COMETTI, Pe. Pedro. *Apontamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso: paróquia e prelazia*. Cuiabá: Cúria Metropolitana, Vol. 1, 1996.

CORRÊA, Dom Francisco de Aquino. *D. José Antônio dos Reis: primeiro Bispo de Cuiabá*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1954.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969.

\_\_\_\_\_. *Baianos em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, (Publicações Avulsas, 7), 1998.

CORRIGAN, S. J. Raymond. *A Igreja e o século XIX*. Trad. Nabuco, M. A. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas gerais no século XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

ENCICLOPÉDIA Brasileira Mérito. São Paulo: Ed: Mérito, Vol. 7, 8 e 17, 1964.

FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino Pereira de (Org). *Para a história do ensino liceal em Portugal*. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Universidade do Minho, 1999.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso*. Cuiabá: Buriti, 2004.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez/Brasília: INEP-MEC (Bibliotecade Educação, Série 3 – Mulher Tempo, 1), 1989.

FOUCAUT, Michel. *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*. 9ª Ed., Pretópolis: Vozes, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, Vol. 1, 1951.

FREITAS, Moacyr; COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Gravuras Cuiabanas*. Cuiabá: ME Cardoso, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*: Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987.

GUÉRIOS, Rosário Farini Mansur. *Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1979.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo/EdUSP, 1972.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, 1, p. 9-44, 2001.

LACOMBE, Américo Jacobina. *A Igreja no Brasil Colonial*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: EDIPE, Tomo I, Vol. 2, 1975.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARIA, Júlio. *A Igreja e a República*. Brasília: UNB (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 9), 1981.

MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: SEC, 1963.

MARTINS, Arilson A. *O Seminário Episcopal da Conceição (MT): da materialidade física à proposta pedagógica 1858-1880*. Cuiabá: Instituto de Educação/UFMT (Dissertação de Mestrado), 2000.



MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec/Brasília: INL, 1987.

MELLO, Clóvis de. *Dom José Antônio dos Reis - 1º Bispo de Cuiabá*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – Comemorativa aos 80 anos de Fundação (1919-1999). Cuiabá: IHGMT, p. 115-128, 1999.

MENDONÇA, Estêvão de. *Datas Matogrossenses*. 2ª Ed., Cuiabá: Governo Estadual, Vol. 1 e 2, 1973.

MENDONÇA, Rubens de. *Evolução do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: S/Ed., 1977.

MESQUITA, José Barnabé de. *Elogio Histórico do Dr. Antônio Corrêa da Costa* (Proferido em 15 de dezembro de 1920). Cuiabá: Typographia Official, 1921.

\_\_\_\_\_. *O Taumaturgo do Sertão: Frei José Maria de Macerata*. Cuiabá: Typographia Official, 1928.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil: 1823-1853)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Vol. 1, 1936.

\_\_\_\_\_. *A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil: 1854-1887)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Vol. 3, 1938.

\_\_\_\_\_. *A Instrução e as Províncias (Subsídios para a História da Educação no Brasil: 1834-1889)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Vol. 1, 1939.

MORAES, Edmilson Marques de. *O Teatro em Cuiabá: 1826-1894*. Cuiabá: ICHS/UFMT (Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História), 1997.

MORAES, Sibeles. *O Episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)*. Cuiabá: UFMT/ICHS/PPGH / Dissertação de Mestrado, 2003.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoreder, 1869.

NUNES, Maria Thetis. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.; GATTI JÚNIOR, Décio. *História das Instituições educativas: um novo olhar historiográfico*. Cadernos de História da Educação, Vol. 1, nº 1, p. 73-76, jan/dez. 2002.

PERARO, Maria Adenir. *Farda, Saias e Batina: A Ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-1890*. Curitiba: UFPR, Departamento de História (Tese de Doutorado), 1997.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *História da Cultura Matogrossense*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1982.

PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso* (obra póstuma). Vol I, Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

\_\_\_\_\_. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso* (obra póstuma). Vol II, Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

RELATÓRIO GONÇALVES DIAS (1852). In: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. Trad. Antônio Chizzotti. São Paulo/Brasília: EDUC/INEP-MEC, 1989.

RODRIGUES, Firmo. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. Cuiabá: Escola Técnica Federal de Mato Grosso, 1959.

ROSA, Carlos. *O processo de independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: SEC, 1976.

ROSA, Carlos; ROSA, Neuza. *Do indivíduo ao Grupo: para uma história do livro em Cuiabá*. Cuiabá: S/Ed., 1975.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*. Campinas: Autores Associados, SBHE, 2000.

SAVIANI, Dermeval et al. (Org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG (Coleção memória da Educação), 2007.

SGNZERLA, Alfredo. *A História de Frei Mariano de Baganaia: o missionário do pantanal*. Campo Grande: FUCMT, 1992.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 4ª Ed., São Paulo: Nacional, 1953.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *O processo histórico de Mato Grosso*, 2ª Ed., Cuiabá: Guaicurus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC-MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. *D. Francisco de Aquino Corrêa*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – Comemorativa aos 80 anos de Fundação (1919-1999). Cuiabá, p. 242-254, 1999.

\_\_\_\_\_. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

\_\_\_\_\_. et al. (Org.). *Memória da Igreja em Mato Grosso: O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (Catálogo de documentos Históricos)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pe. Ernesto Camilo Barreto e sua contribuição na modernização do cenário educacional de Mato grosso (séc. XIX)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 70. Cuiabá: IHGMT, p. 143-154, 2012.

SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

STEINEN, Karl von den. *O Brasil Central*. Trad. Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Nacional (Brasiliana – Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série Extra, Vol. 3), 1942.

TAVARES, Avelino. *Pe. Ernesto Camillo Barreto (Lampejos biográficos de um igrégio sacerdote)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – Comemorativa aos 80 anos de Fundação (1919-1999). Cuiabá: IHGMT, p. 176-179, 1999.

VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. *A Maquinaria Escolar, Teoria & Educação*. Porto Alegre, 6, 1992.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo Brasileiro*. 4ª Ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)*. Cuiabá: UFMT/ICHS/PPGH (Dissertação de Mestrado), 2001.

VILLALTA, Luiz Carlos. *A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos*. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Org). *À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: EdUSP, p. 171-184, 2002.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, 0, p. 63-82, 1995.

\_\_\_\_\_. *El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico*. Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro, 7, 2000.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero / Cuiabá: EdUFMT, 1993.

## DOCUMENTAÇÃO

### ACBM – ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO

#### Acervo: Instituto de Pesquisa Dom Aquino Corrêa (IPDAC)

ACBM - Acervo IPDAC - Pasta 151, Doc. 976E.

Ofício dos Ministérios dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Mato Grosso pelo Sr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, comunicando em resposta ao ofício de 26/03 último, que já solicitou ao Ministério da Fazenda a expedição de ordens a fim de que, na Tesouraria da Província de Mato Grosso seja posta a quantia de cinco contos de réis para as obras do seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1850.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 152, Doc. 1.209.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Sr. Bispo Eleito do Maranhão, pelo Sr. Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso, comunicando sobre sua nomeação.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1851.

ACBM – Acervo do IPDAC - Pasta 150, Doc. 939E.

Ofício dos Negócios do Ministério da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. José Ildefonso de Souza Ramos, comunicando que o Governo Imperial, a quem foi presente o ofício de 1/10 do ano findo em resposta ao Aviso de 23/06, manda declarar que no próximo mês de julho se criará uma cadeira de Teologia Dogmática e Moral na Diocese de Cuiabá, percebendo o respectivo professor o ordenado anual de hum conto e duzentos mil réis.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1953.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 939F.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá, comunicando que o Imperador, atendendo ao que representou o Sr. Bispo, houve por bem e pelo seu Decreto nº 1.149 de 13 deste mês, criar nesta Diocese uma cadeira de Teologia Dogmática ed Moral com o ordenado anual de hum conto e duzentos mil réis; e nomear na data de 22/4/53 o Pe. Ernesto Camilo Barreto para Lente da mesma cadeira.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1853.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 972 A.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. José Tomás Nabuco, pedindo todas as informações possíveis sobre o Seminário Episcopal da Conceição: Fundação, Patrimônio, Cadeiras, Lentes, etc.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1854.

ACBM - Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 264.

Correspondência redigida pelo Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, enviada ao Sr. Augusto Leverger, Presidente da Província de Mato Grosso, comunicando em resposta ao ofício de 11 do corrente, que já está providenciando a posse do novo Professor de Teologia Dogmática e Moral, conforme o pedido feito.

Cuiabá, 11 de agosto de 1854.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 164.

Correspondência redigida pelo Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, enviada ao SR. Augusto Leverger, Presidente da Província de Mato Grosso, pedindo-lhe com urgência o provimento da cadeira de Filosofia, nomeando um Lente para ensinar a ciência de sua profissão. O Sr. Bispo aproveita a ocasião para remeter-lhe um exemplar dos estatutos, pelos quais interinamente se rege o Seminário Episcopal, pedindo-lhe ao mesmo tempo que se encontrar algum erro por falta neles deve por bem esclarecer antes de ser remetido ao Governo Imperial.

Cuiabá, 29 de setembro de 1854.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 972B.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá, pelo Sr. José Tomás Nabuco, onde novamente pede informações sobre o Seminário Episcopal, que foram requisitados por aviso de 15/7/1854.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1854.

ACBM – Acervo do IPDAC - Pasta 150, Doc. 939G.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça enviado ao Bispo de Cuiabá, pelo Sr. José Tomás Nabuco, comunicando em resposta ao ofício de 28/11/1854, que o Sr. Imperador, de conformidade com sua Resolução de 5 do mês passado, tomada sobre consulta da Seção de Justiça do Conselho de Estado: Há por bem aprovar os Estatutos do Seminário Episcopal de Cuiabá, com a cláusula porém de que o Sr. Bispo deve propor os Compêndios de que tratar o parágrafo 23, a fim de serem aprovados pelo Governo Imperial.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1856.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 976C.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá, comunicando que tendo a Lei do Orçamento, ultimamente votada, consignado fundos para a Fundação do edifício do Seminário Episcopal, o Governo Imperial tomará em consideração o pedido feito pelo Bispo a tal respeito, em seu ofício de 13/02 último.

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1857.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 976E.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá, pelo Sr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, comunicando em resposta ao ofício de 26 de março último, que já solicitou ao Ministério da Fazenda a expedição de ordens a fim de que, na Tesouraria da Província de Mato Grosso seja posta a quantia de cinco contos de réis para as obras do Seminário Episcopal da Conceição.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1858.

ACMB – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 976 A.

Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. Jânio do Nascimento Silva, no qual remete o requerimento em que Antônio Honório Ferreira pede para ser nomeado Professor de Francês do Seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1858.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 984.

Livro contendo a relação de todos os móveis e objetos pertencentes ao Seminário Episcopal da Conceição.

Cuiabá, 15 de setembro de 1858.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 976B.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Sr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Sr. Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada, onde remete para seu conhecimento a cópia do Decreto nº 2.245 de 15 do corrente mês, criando cadeiras de ensino no Seminário Episcopal da Conceição, e marcando o ordenado anual dos respectivos Lentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1858.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 219.

Correspondência redigida pelo Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, enviada ao Presidente da Província de Mato Grosso, General Joaquim Raimundo De Lamare, acusando o recebimento do ofício de 20 do corrente, contendo cópia autêntica do Aviso do Ministério da Justiça de 22/09 último, acompanhado do Decreto nº 2.245 de 15 do mesmo mês, criando diferentes cadeiras de ensino no Seminário Episcopal.

Cuiabá, 21 de dezembro de 1858.

ACBM – Acervo do IPDAC - Pasta 151, Doc. 983.

Ofício do Palácio da Presidência de Mato Grosso, enviado ao Bispo de Cuiabá, comunicando em resposta, que aprova a nomeação de um professor de Retórica e Eloquência Sagrada para o Seminário Episcopal.

Cuiabá, 18 de fevereiro de 1859.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 978.

Carta do Sacerdote Luiz Pereira Gonçalves de Araújo, enviada ao Bispo de Cuiabá, oferecendo-se para trabalhar nesta Diocese.

Cuiabá, 20 de março de 1859.

ACBM – Acervo do IPDAC - pasta 151, Doc. 976D.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá, comunicando que solicitou nesta data ao Ministério da Fazenda a expedição de ordem a fim de que seja posta na Tesouraria da Província de Mato grosso, à disposição do Sr. Bispo, a quantia de seis contos de réis para a construção do Seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1859.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 973.

Carta redigida pelo Professor de Filosofia do Seminário Episcopal da Conceição, Caetano da Silva Pereira Filho, enviada ao Bispo da Diocese de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, pedindo afastamento da cadeira que ocupava, pois os alunos matriculados na disciplina não estavam habilitados para o estudo.

Cuiabá, 18 de março de 1861.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 971E.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. José Antônio Parani, comunicando em resposta aos ofícios de 27/12 e 12/03 últimos, sobre o pedido de algum auxílio pecuniário para a continuação das obras do Seminário Episcopal que, já solicitou ao Ministério da Fazenda a expedição das necessárias ordens, e que o Governo Imperial espera que no exercício futuro possa atender com soma mais elevada.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1861.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 971D.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. José Antônio Parani, comunicando em resposta ao ofício de 10/04 último, sobre a demissão que pedida pelo Lente de Filosofia do Seminário Episcopal, o Dr. Caetano Xavier da Silva Pereira e que foi aceita pelo Bispo, diz o Governo Imperial que dificilmente será preenchida a cadeira por outro professor e que aprovará a sua nomeação caso queira continuar a servir.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1861.

ACBM – Acervo do IPDAC - Pasta 151, Doc. 971 C.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. José Ildefonso de Souza Ramos, comunicando que o Sr. João Carlos Schulze está seguindo para Cuiabá para ser empregado em uma das cadeiras que fazem objeto do ensino no Seminário Episcopal, isso se o Bispo o Julgar com as habilitações precisas.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1861.

ACBM – Acervo do IPDAC - Pasta 151, Doc. 975 D.

Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá, pelo Sr. Joaquim H. Garcia D’Almeida comunicando que, por portarias desta data foram nomeados Lentes do Seminário Episcopal o Pe. Bernardino José Soares para a cadeira de Retórica e Eloquência Sagrada e o Dr. João Carlos Schulze para a de Filosofia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1862.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 971 B.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá, acusando o recebimento do ofício de 12/02 último, em que o Bispo pede alguma quantia para as obras do Seminário Episcopal que estão paradas, ficando o mesmo impedido de receber alunos pensionários.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1862.

ACBM – Acervo do IPDAC - Pasta 151, Doc. 971 A.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. José Ildefonso de Souza Ramos, declarando em resposta ao ofício de 29/03 último, em que o Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro se ofereceu para lecionar gratuitamente as matérias de Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos no Seminário Episcopal, fica o Governo Imperial satisfeito com o zelo com que o Bispo promove a educação do clero, mas o conhecimento de um ramo do curso Teológico, que por motivos especiais não se acha ainda compreendido no plano de estudos decretados para o Seminário, não podendo por isso o dito Padre pretender uma retribuição enquanto não for alterado este plano.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 1862.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 975 C.

Ofício da Secretaria do Estado dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. José Bonifácio, comunicando que por aviso desta data se solicita do Ministério da Fazenda a expedição de ordens para que na Tesouraria da Província de Mato Grosso, seja posta à disposição do respectivo Presidente a quantia de oito contos de réis para ser aplicada às obras do Seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1862.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150 A, Doc. 1 B.

Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição. Cuiabá, 26 de janeiro de 1863.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150 A, Doc. 4 B.

Livro das Matrículas dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição em Cuiabá. Cuiabá, 4 de janeiro de 1865.

ACBM – Acervo do IPDAC - Pasta 150, Doc. 937.

Livro para o Expediente da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, redigido pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto desde 1863 a 1865 (Contém ofícios, quadros e informações diversas sobre as disciplinas e funcionamento do Seminário).

Cuiabá, 26 de janeiro de 1863 a 8 de novembro de 1865.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 436.

Correspondência redigida pelo Bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, enviada ao Sr. Conselheiro Herculanô Ferreira Pena, Presidente da Província, comunicando que nomeou o Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro para ser Lente da cadeira de Liturgia Sagrada do Seminário Episcopal.

Cuiabá, 27 de janeiro de 1863.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 980.

Ofício do Bispo de Cuiabá enviado ao Pe. Ernesto Camilo Barreto, comunicando que, segundo Resolução do Governo Imperial, não poderá ser Lente efetivo das duas cadeiras de Teologia do Seminário da Conceição, devendo devolver o ordenado que recebeu de uma delas.

Cuiabá, 09 de março de 1863.



ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970H.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, onde passa para a devida execução cópia do Decreto nº 3.073 de 22 do corrente, que uniformiza o estudo das cadeiras dos Seminários Episcopais que são subsidiados pelo Estado. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1863.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970I.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, comunicando que em resposta ao ofício de 30/03/1863, no qual foi transmitido o requerimento em que o Pe. Ernesto Camilo Barreto pede que lhe passe o respectivo título como Lente efetivo da cadeira de Teologia do Seminário Episcopal, fica estabelecido que as nomeações dos Lentes do Seminário sejam feitas pelos Bispos, conforme o Decreto nº 3.073 de 22/04/1863.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970E.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá, pelo Marquês de Olinda, comunicando em resposta ao ofício de 28/03/1865, que o Governo Imperial aceita e agradece o oferecimento que o Sr. Bispo e a Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal, fizeram de 3% dos seus ordenados para auxílio das urgências do Estado. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1863.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970J.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, comunicando que pelo ofício recebido de 08/08/1863, ficou o Governo Imperial inteirado de que se acha em execução no Seminário Episcopal, o Decreto nº 3.073 de 22 de abril deste ano, que uniformiza os estudos das cadeiras dos Seminários Episcopais. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1863.

ACBM – Pasta do Acervo do IPDAC. Pasta 151, Doc. 970.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, comunicando que o Governo Imperial ficou inteirado, pelo ofício recebido de 28/09/1863, da exoneração que pediu o Cônego Joaquim Antônio da Silva Rondon, Lente da cadeira de Latim do Seminário Episcopal e terem sido postas a concurso a dita cadeira e as de História Sagrada e Eclesiástica e de Canto Gregoriano. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1863.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970L.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, declarando em resposta ao ofício de 30/09 último, que além dos oito contos de réis (8:000\$000) já concedidos, expediu aviso ao Ministério da Fazenda para que se aplique à construção do Seminário Episcopal, a quantia de quatro contos e duzentos mil réis (4:200\$000) por prestações mensais de 700\$000 réis, a contar do dia 1º de janeiro de 1864 em diante; não sendo possível atender com a soma mensal de 1:000\$000, requisitada pelo Bispo de Cuiabá, por ter o Governo de ocorrer no atual exercício a outras despesas indispensáveis de igual natureza.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1863.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 473.

Ofício do Bispo de Cuiabá enviado ao Cel. Alexandre Manuel Albino de Carvalho, Presidente da Província, comunicando o indeferimento da Representação que os Lentes do Seminário Episcopal dirigiram ao Governo Imperial contra as disposições dos artigos 7º, 8º, 9º e 11º do Decreto nº 3.073, de 22/04/1863.

Cuiabá, 3 de dezembro de 1863.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 946E.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá por José Bonifácio de Andrada e Silva, dizendo estar inteirado da nomeação do Professor da Cadeira de Latim do Seminário Episcopal, o Pe. João Leocádio da Rocha, que fora plenamente aprovado no exame. Declara também que nesta data expediu aviso ao Ministério da Fazenda para que sejam pagos ao referido Professor, os respectivos vencimentos na Tesouraria dessa Província.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1864.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 946B.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá por José Bonifácio de Andrada e Silva, dando ciência sobre a abertura das aulas do Seminário em 01/02/1864.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1864.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 946B.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá, por José Bonifácio de Andrada e Silva, pedindo informações se as quantias ultimamente concedidas para as obras do Seminário Episcopal são suficientes para a sua conclusão, e se durante o corrente ano pode o mesmo Seminário admitir alunos internos.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1864.

ACBM- Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 946 A.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá por José Bonifácio de Andrada e Silva, informando que já requisitou ao Ministério da Fazenda, a expedição de ordens para o pagamento dos vencimentos dos Padres Antônio Henriques de Carvalho Ferro e José Maria Viegas, ambos Lentes do Seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1864.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 946C.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá por José Bonifácio de Andrada e Silva, dando ciência da demissão pedida pelo Professor da cadeira de Retórica e Eloquência Sagrada do Seminário Episcopal, Pe. Bernardino José Soares, e de terem sido postas a concurso a dita cadeira e outras que se acham vagas.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1864.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 975 A.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. José Liberato, declarando em resposta ao ofício de 11/11 último, que, por aviso de 10/10/1864 se

mandou continuar até ao fim do atual exercício, a prestação de 700\$000 réis mensais para as obras do Seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1865.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970D.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, comunicando que deu ordem para ser enviada a quantia de 8:400 réis por prestações mensais de 700\$000 réis, a fim de ser empregada, conforme foi requisitado, nas obras do edifício que se está construindo para o Seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1865.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 975B.

Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Sr. Fausto Augusto D'Aguiar, comunicando que por aviso de 14/07 último já foi autorizada a continuação da prestação mensal de 700\$000 réis no exercício atual, para as obras do Seminário Episcopal, achando-se assim satisfeito o pedido do Sr. Bispo feito em ofício de 15/05 último.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1865.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970C.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, acusando pelo recebimento do ofício de 10/10/1865 acompanhado de dois exemplares das Teses Filosóficas sustentadas publicamente pelo aluno do Seminário Episcopal, Antônio Pereira Catilina da Silva, que foi plenamente aprovado, e um impresso em que se descreve aquele ato.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1865.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970B.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, pedindo para que lhe seja remetido com urgência, um exemplar do Manual de Língua Latina, organizado pelo Pe. Ernesto Camilo Barreto, Lente do Seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1866.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970 A.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, sobre o auxílio pecuniário de 700\$000 réis mensais para o término da construção do edifício que tem de servir para o Seminário Episcopal.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1866.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 970G.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império, enviado ao Bispo de Cuiabá pelo Marquês de Olinda, comunicando que com o ofício recebido de 24/04/1866, recebeu as seguintes obras do Pe. Ernesto Camilo Barreto: Manual de Língua Latina, Compêndios de Teologia Dogmática, de Teologia Exegética e Lugares Teológicos e Filosofia Racional e Moral. O Sr. Marquês agradece a remessa e louva os trabalhos do autor.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1866.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 981.

Ofício do Barão de Aguapehy, enviado ao Bispo de Cuiabá, comunicando sobre a criação e união ao Seminário Episcopal, das cadeiras de Geografia, Aritmética, Álgebra (até equações de 2º grau), Geometria e Trigonometria Plana.

Cuiabá, 3 de julho de 1868.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 152, Doc. 1.207.

Carta de Dom José Antônio dos Reis, convidando a população cuiabana para a celebração da missa em favor de todos os que morreram no Flagelo de Bexigas (varíola).

Cuiabá, 22 de setembro de 1868.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 979.

Ofício da Diretoria do Seminário da Conceição, enviado ao Bispo Diocesano de Cuiabá, solicitando os examinadores para os Exames de Teologia Moral.

Seminário, 14 de outubro de 1868.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 359.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império enviado ao Bispo de Cuiabá, sobre as obras do Seminário Episcopal da Conceição.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1860.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 151, Doc. 985.

Ofício do Palácio do Governo de Mato Grosso, enviado ao Bispo de Cuiabá, comunicando em resposta de outro ofício que apresentará à Assembleia Legislativa Provincial, o pedido de desanexação da aula de Instrução Primária do 2º grau, anexa ao Seminário Episcopal da Conceição.

Cuiabá, 26 de agosto de 1869.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 106.

Ofício do Bispo de Cuiabá Dom José Antônio dos Reis, enviado ao Sr. General Hermes da Fonseca, Presidente da Província, referente às obras do Seminário Episcopal.

Cuiabá, 9 de dezembro de 1875.

ACBM – Acervo do IPDAC – Pasta 150, Doc. 3086.

Carta Pastoral escrita pelo Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, Dom Orlando Chaves, por ocasião do Centenário do Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá – Mato Grosso (1858-1958).

## **ACBM – Acervo de Jornais**

### **(Exemplares originais consultados)**

*A Cruz*. “O Archivo Ecclesiastico”. Nº 990. Cuiabá, 23 de agosto de 1931.

*A Cruz*. “O Seminário da Conceição”. Nº 1.039. Cuiabá, 31 de julho de 1932.

*A Cruz*. “O Seminário da Conceição”. Nº 1.040. Cuiabá, 7 de agosto de 1932.

*A Cruz*. “O Seminário da Conceição”. Nº 1.041. Cuiabá, 14 de agosto de 1932.

*A Cruz*. “O Seminário da Conceição”. Nº 1.042. Cuiabá, 21 de agosto de 1932.

*A Tribuna*. “Espectaculo da União Militar”. Nº 148. Cuiabá, 14 de setembro de 1888.

*O Porvir*. “Vicio do Jogo”. Nº 25. Cuiabá, 15 de dezembro de 1877.

*O Noticiador Cuiabano*. “O Seminário da Conceição”. Nº [ilegível]. Cuiabá, 12 de dezembro de 1858.

*Diário Oficial do Estado de Mato Grosso* (Suplemento). “As instituições de ensino”. Nº 4. Cuiabá, 29 de janeiro de 1991.

## **IMPL – INSTITUTO MEMÓRIA DO PODER LEGISLATIVO**

### **(Livros de Resoluções, Leis e Decretos Imperiais e Provinciais)**

**Lei Imperial de 15/10/1827** – Manda criar escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

**Lei Provincial nº 2, de 5/7/1848** – Aprova a criação de um Liceu onde seriam reunidas todas as aulas de ensino secundário dispersas pela Capital.

**Resolução Provincial nº 5, de 14/06/1850** – Autoriza a Assembleia Provincial a prover interinamente, enquanto não se põe em execução a Lei nº 2 de 05/06/1848, as cadeiras de Gramática Latina e de Filosofia Racional e Moral, criando também uma cadeira de Teologia Dogmática e Moral.

**Decreto Imperial nº 1.149, de 13/04/1853** – Cria na Diocese de Cuiabá uma cadeira de Teologia Dogmática e Moral.

**Decreto Imperial nº 2.245, de 15/09/1858** – Cria no Seminário Episcopal da Conceição as cadeiras de Gramática e Língua Latina, Francês, Retórica e Eloquência Sagrada, Filosofia Racional e Moral, Teologia Moral, Teologia Dogmática, História Eclesiástica e Instituições Canônicas, Liturgia e Canto Gregoriano.

**Resolução Provincial nº 6, de 20/06/1861** – Suprime as cadeiras de Latim, Francês, Filosofia Racional e Moral de Cuiabá.

**Decreto Imperial nº 3.073, de 22/04/1863** – Uniformiza os estudos das cadeiras dos Seminários Episcopais que são subsidiados pelo Estado.

**Lei Provincial nº 4, de 16/06/1868** – Cria e une às cadeiras já existentes no Seminário Episcopal da Conceição, as cadeiras de Geografia, Aritmética, Álgebra (até às equações do 2º grau), Geometria e Trigonometria Plana.

**Lei Provincial nº 11, de 14/10/1871** – Divide a Instrução Pública Primária da Província de Mato Grosso em duas partes ou graus.

**Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Mato Grosso (1872). Cuiabá, 17/09/1872** - Reestrutura a instrução pública em toda a Província de Mato Grosso.

**Decreto Provincial nº 13, de 09/07/1874** – Cria um Curso Normal em Cuiabá.

**Lei Provincial nº 523, de 03/07/1877** – Autoriza a dar novo regulamento à Instrução Primária, criando na Escola Normal uma Cadeira de Francês.

**Decreto Provincial nº 536, de 03/12/1879** – Cria em Cuiabá um Liceu de Línguas e Ciências Preparatórias, com o fim, não só de habilitar professores para o magistério público primário, como os aspirantes às matrículas dos cursos superiores do Império.

**Lei Provincial nº 548, de 25/10/1880** – Fixa que a verba destinada ao Seminário Episcopal da Conceição somente deveria ser repassada quando, no seu internato, estiverem internos, pelo menos 8 meninos pobres.

**Decreto Provincial nº 577, de 30/11/1880** – Regulamenta os Códigos de Posturas Municipais de Cuiabá.

## **ACMC – ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE CUIABÁ**

**(CAIXA Nº 139)**

ACMC – Ofício do Ministro Tomás Antônio de Vilamar Portugal enviado ao Presidente da Província de Mato Grosso.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1818.

ACMC - Decreto Imperial (nº ilegível), nomeando Frei José Maria de Macerata, Prelado de Cuiabá e de Mato Grosso.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1823.

ACMC - Carta de Frei José Maria de Macerata, enviada ao Imperador D. Pedro I, comunicando a sua posse na Prelazia de Cuiabá e Mato Grosso.

Cuiabá, 27 de maio de 1824.

ACMC - Ofício do Monsenhor Secretário da Congregação Consistorial, ao Cardeal Secretário de Estado.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1826.

ACMC - Ofício do Ministério da Justiça do Brasil junto à Santa Sé.

Roma, 14 de junho de 1826.

ACMC - Parecer da Comissão Eclesiástica a respeito das Bulas Pontifícias com as quais o Papa Leão XII erigiu em Bispado as Prelazias de Cuiabá e Goiás.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1827.

ACMC - Carta de Lei do Imperador do Brasil, confirmando a criação dos Bispados de Mato Grosso e Goiás.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1827.

ACMC - Ordem Imperial, limitando as decisões da Igreja e a competência do Estado Imperial brasileiro.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1827.

ACMC - Carta de Dom Luiz de Castro Pereira, dirigida a Frei José Maria de Macerata. Cuiabá, 6 de dezembro de 1829.

ACMC - Representação do povo de Diamantino, ao Governo Imperial, solicitando a revogação do Decreto de 27 de agosto de 1831, que exonerou o Pe. José Maria de Macerata.

Diamantino, 20 de dezembro de 1831.

ACMC - Ofício do Cônego Antônio Tavares Corrêa da Silva, Vigário Capitular, ao Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Corrêa da Costa.  
Cuiabá, 9 de janeiro de 1832.

ACMC - Representação feita à Regência, pela Câmara Municipal de Diamantino, solicitando a volta de Frei Macerata à Administração da Diocese de Cuiabá e Mato Grosso. Diamantino, 23 de dezembro de 1832.

ACMC - Ofício do Juiz de Paz de Diamantino, José Antônio de Magalhães, ao Presidente da Província de Mato Grosso, respondendo às suspeitas de ideias subversivas divulgadas pelo Frei Macerata.  
Diamantino, 20 de fevereiro de 1833.

ACMC – Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição.  
Cuiabá, 15 de setembro de 1854.

ACMC – Livro de Registro dos Discursos.  
Discurso proferido pelo Pe. Ernesto Camillo Barreto, Lente de Teologia Dogmática e Moral, na solene bênção e colocação da primeira pedra do edifício do Seminário Episcopal da Conceição em Cuiabá (Fls. 4-6).  
Cuiabá, 7 de dezembro de 1858.

ACMC – Livro de Registro dos Discursos.  
Oração de sapiência proferida pelo Pe. Mestre Joaquim Antônio da Silva Rondon, Lente de Gramática e Língua Latina do Seminário Episcopal da Conceição em Cuiabá, na abertura das aulas do Curso de Preparatórios (Fls. 6v – 10).  
Cuiabá, 3 de fevereiro de 1859.

ACMC – Livro de Registro dos Discursos.  
Oração de sapiência proferida pelo Pe. Mestre Manuel Pereira Mendes, Lente de História Eclesiástica e Instituições Canônicas do Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá, na abertura do Curso Teológico (Fls. 10-12v).  
Cuiabá 3 de março de 1859.

ACMC – Livro de Registro dos Discursos  
Discurso proferido pelo Bacharel João Carlos Schulze, Lente de Filosofia Racional e Moral do Seminário Episcopal da Conceição (Fls. 12v – 14).  
Cuiabá, 6 de março de 1862.

ACMC – Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição, apresentado ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, pelo Presidente da Congregação dos Lentes e Reitor do Seminário, Pe. Ernesto Camillo Barreto.  
Cuiabá, 27 de dezembro de 1862.

ACMC – Novos Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição.  
Cuiabá, 15 de janeiro de 1863.



ACMC – Livro para Registro das Deliberações, Nomeações e Diplomas de Sua Ex<sup>a</sup>. Revma., o Bispo Dom José Antônio dos Reis, relativos à Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição.  
Cuiabá, 26 de janeiro de 1863.

ACMC – Livro de Atas das Sessões da Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição.  
Cuiabá, 27 de janeiro de 1863 a 17 de outubro de 1866.

ACMC – Livro de Registro dos Discursos.  
Oração de sapiência do Protonotário Apostólico Ernesto Camillo Barreto na abertura das Aulas Preparatórias e Teológicas do Seminário Episcopal da Conceição da Diocese de Cuiabá (Fls. 14-22).  
Cuiabá, 3 de fevereiro de 1863.

ACMC – Livro de Registros dos Discursos.  
Discurso proferido por ocasião do encerramento das aulas do Seminário Episcopal da Conceição em Cuiabá, por Joaquim José Rodrigues Calháo, Lente de Gramática e Língua Francesa e substituto da de Latim (Fls. 22-24).  
Cuiabá, 14 de novembro de 1863.

ACMC - Livro de Registro das Provisões do Seminário Episcopal da Conceição, datado de 1863 a 1880.

ACMC – Livro de Registro dos Discursos.  
Oração de sapiência proferida pelo Cônego Manuel Pereira Mendes, Lente de Instituições Canônicas e substituto de História Eclesiástica e Sagrada do Seminário Episcopal da Conceição em Cuiabá, na abertura das aulas de Latim (Fls. 24-26).  
Cuiabá, 1 de fevereiro de 1864.

ACMC – Livro de Registro dos Discursos.  
Discurso proferido pelo Bacharel João Carlos Schulze, Lente de Filosofia Racional e Moral, no encerramento das aulas daquela disciplina (Fls. 26v-32).  
Cuiabá, 15 de novembro de 1864.

ACMC – Novos Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição.  
Cuiabá, 2 de janeiro de 1865.

ACMC – Portaria de D. José Antônio dos Reis, Bispo de Cuiabá, aprovando algumas modificações introduzidas nos Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição.  
Cuiabá, 3 de janeiro de 1865.

ACMC – Livro de Registro dos Discursos.

Oração de sapiência proferida pelo Pe. Antônio Henriques de Carvalho Ferro, Lente de Teologia Moral e substituto de Liturgia Sagrada no Seminário Episcopal da Conceição, no dia de abertura das aulas (Fls. 32v-38).

Cuiabá, 1 de fevereiro de 1865.

ACMC – Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição.

Cuiabá, 19 de dezembro de 1866.

ACMC – Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição.

Cuiabá, 27 de janeiro de 1870.

ACMC – Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição.

Cuiabá, 20 de março de 1872.

ACMC – Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição.

Cuiabá, 27 de dezembro de 1873.

ACMC – Relatório anual do movimento do Seminário Episcopal da Conceição.

Cuiabá, 21 de dezembro de 1874.

ACMC - Livro de Registros dos Exames e Discursos do Seminário em seu início (Doc. s/data).

ACMC - Histórico do Seminário Episcopal da Conceição, escrito pelo Bispo D. Carlos Luiz D'Amour (Doc. s/data).

ACMC - Lições de Teologia Moral e Liturgia (Doc. s/data).

## **APMT – ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO**

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.

Cuiabá, 3 de maio de 1853. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.

Cuiabá, 3 de maio de 1854. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão Augusto Leverger, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 4 de dezembro 1856. APMT - Relatórios.

Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, o Tenente Coronel, Albano de Sousa Osório, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1857. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão, Joaquim Raimundo De Lamare, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1858. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão, Joaquim Raimundo De Lamare, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1859. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Inspetor Geral dos Estudos, Joaquim Gaudie Ley ao Presidente da Província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 27 de fevereiro de 1860. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Coronel, Antônio Pedro de Alencastro, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1860. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Coronel do Corpo de Engenheiros, Antônio Pedro de Alencastro, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1861. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Exmo. Conselheiro Herculano Ferreira Pena, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1862. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Exmo. Conselheiro Herculano Ferreira Pena, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1863. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1864. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, Chefe da Esquadra, Augusto Leverger, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 17 de outubro de 1865. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, Tenente Coronel Albano de Souza Osório, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 4 de julho de 1866. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Barão de Aguapehy, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1868. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Esquadra Barão de Melgaço, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 20 de setembro de 1869. APMT – Relatórios.

Ofício reservado do Presidente da Província de Mato Grosso, José de Miranda da Silva Reis ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, indicando quatro nomes de personalidades que poderiam ser indicadas como Delegado do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Cuiabá, 12 de agosto de 1871. APMT – Livro nº 252.

Relatório apresentado pelo presidente da Província de Mato Grosso, pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel, Francisco José Cardoso Júnior, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 20 de agosto de 1871. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel, Francisco José Cardoso Júnior, à Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 4 de outubro de 1872. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1873. APMT – Relatórios.

Regimento Interno das Escolas Públicas de Instrução Primária da Província de Mato Grosso. Cuiabá, 15 de dezembro de 1873. APMT – Lata 1873 B.

Relatório apresentado ao Presidente da Província, Bacharel José de Miranda da Silva Reis, pelo Inspetor Geral dos Estudos, Pe. Ernesto Camilo Barreto. Cuiabá, 14 de abril de 1874. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1874. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. Coronel Barão de Diamantino, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1875. APMT – Relatórios.

Fala com que o Excelentíssimo Sr. General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 1ª Sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Provincial de Mato Grosso.  
Cuiabá, 3 de maio de 1876. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Inspetor Geral dos Estudos da Província de Mato Grosso, Pe. Ernesto Camilo Barreto, ao Presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca.  
Cuiabá, 13 de abril de 1877. APMT - Relatórios.

Fala com que o Excelentíssimo Sr. General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª Sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Provincial de Mato Grosso.  
Cuiabá, 3 de maio de 1877. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.  
Cuiabá, 1 de novembro de 1878. APMT – Relatórios.

Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembleia.  
Cuiabá, 1 de novembro de 1878. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.  
Cuiabá, 1 outubro de 1879. APMT – Relatórios.

Ofício do Bispo de Cuiabá, D. Carlos Luiz D'Amour ao Diretor Geral da Instrução Pública, Dormevil José dos Santos Malhado. In: Relatório apresentado ao Presidente da Província, Barão de Maracaju, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dormevil José dos Santos Malhado.  
Cuiabá, 17 de agosto de 1880. APMT – Relatórios.

Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública (Anexo C do Relatório do Barão de Maracaju), escrito pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado.  
Cuiabá, 17 de agosto de 1880. APMT - Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. General Barão de Maracaju, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.  
Cuiabá, 1 de outubro de 1880. APMT – Relatórios.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. Coronel José Maria de Alencastro, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.  
Cuiabá, 15 de junho de 1882. APMT – Relatórios.

## APMT – Acervo de Jornais

### (Microfilmes Consultados – Rolos 33 e 34)

*A Imprensa de Cuyabá*. “Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição”. Nº 92. Cuiabá, 24 de fevereiro de 1861.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Ao Publico”. Nº 94. Cuiabá, 10 de março de 1861.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Noticiario”. Nº 220. Cuiabá, 31 de março de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Seminario Episcopal”. Nº 237. Cuiabá, 30 de julho de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Seminario Episcopal”. Nº 240. Cuiabá, 20 de agosto de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Seminario Episcopal”. Nº 243. Cuiabá, 10 de setembro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Seminario Episcopal”. Nº 245. Cuiabá, 21 de setembro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Seminario Episcopal”. Nº 246. Cuiabá, 1 de outubro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Seminario Episcopal”. Nº 247. Cuiabá, 8 de outubro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “A PEDIDO - A Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal ao Público”. Nº 248. Cuiabá, 15 de outubro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “A PEDIDO - A Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal ao Público”. Nº 249. Cuiabá, 22 de outubro 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “Seminario Episcopal”. Nº 250. Cuiabá, 29 de outubro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “A PEDIDO - A Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal ao Público”. Nº 251. Cuiabá, 5 de novembro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “A PEDIDO - A Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal ao Público”. Nº 252. Cuiabá, 12 de novembro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “A PEDIDO”. Nº 253. Cuiabá, 19 de novembro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá*. “NOTICIARIO – Seminário Episcopal. Nº 254. Cuiabá, 26 de novembro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Concurso para cadeiras no Seminário. Nº 255. Cuiabá, 3 de dezembro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO - Concurso para cadeiras no Seminário”. Nº 256. Cuiabá, 10 de dezembro de 1863.

*A Imprensa de Cuyabá.* “EDITAIS”. Nº 260. Cuiabá, 7 de janeiro de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Seminario Episcopal”. Nº 264. Cuiabá, 4 de fevereiro de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Primeira Reparação de Philosophia no anno de 1864”. Nº 273. Cuiabá, 7 de abril de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Seminario Episcopal”. Nº 278. Cuiabá, 12 de maio de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Seminario Episcopal”. Nº 282. Cuiabá, 9 de junho de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Seminario Episcopal”. Nº 290. Cuiabá, 4 de agosto de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Seminario Episcopal”. Nº 293. Cuiabá, 25 de agosto de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Seminario Episcopal”. Nº 297. Cuiabá, 22 de setembro de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “Seminario Episcopal”. Nº 305. Cuiabá, 17 de novembro de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “Seminario Episcopal”. Nº 306. Cuiabá, 24 de novembro de 1864.

*A Imprensa de Cuyabá.* “NOTICIARIO – Seminário Episcopal”. Nº 307. Cuiabá, 1 de dezembro de 1864.

*A Situação.* “NOTICIARIO – Seminário Episcopal”. Nº 57. Cuiabá, 31 de outubro de 1869.

*A Situação.* “Movimento das Aulas do Seminario Episcopal de 13 a 18 do corrente (lições sabidas que derão os alunos em 5 dias uteis)”. Nº 129. Cuiabá, 26 de março de 1871.

*A Situação.* “Movimento das Aulas do Seminario Episcopal da Conceição de 27 de fevereiro a 8 de março (lições sabidas que derão os alunos em oito dias uteis)”. Nº 305. Cuiabá, 13 de março de 1873.

*A Situação.* “Movimento das Aulas do Seminario Episcopal da Conceição de 10 de fevereiro a 15 de março (lições sabidas que derão os alunos em 5 dias uteis)”. Nº 309. Cuiabá, 28 de março de 1873.

*A Situação.* “Regimento Interno das Escolas Publicas D’Instrucção Primaria da Provincia de Mato Grosso”. Nº 373. Cuiabá, 1 de janeiro de 1874.

*A Situação.* “Regimento Interno das Escolas Publicas d’Instrucção Primaria da Provincia de Mato Grosso”. Nº 376. Cuiabá, 11 de janeiro de 1874.

*A Situação.* “Regimento Interno das Escolas Publicas d’Instrucção Primaria da Provincia de Mato Grosso”. Nº 377. Cuiabá, 15 de janeiro de 1874.

*O Liberal.* “Pergunta Inocennte”. Nº 122. Cuiabá, 8 de janeiro de 1874.

*O Liberal.* “Ao Publico”. Nº 126. Cuiabá, 5 de fevereiro de 1874.

*O Liberal.* “A PEDIDO – A demissão do Sr. Padre Camillo Barreto”. Nº 136. Cuiabá, 16 de abril de 1874.

*O Liberal.* “A PEDIDO – A demissão do Sr. Padre Camillo Barreto”. Nº 137. Cuiabá, 23 de abril de 1874.

*O Liberal.* “CONVITE”. Nº 171. Cuiabá, 31 de dezembro de 1874.

*O Liberal.* “Escrupulo”. Nº 175. Cuiabá, 29 de janeiro de 1875.

*O Liberal.* “Sr. Redactor do Liberal”. Nº 176. Cuiabá, 5 de fevereiro de 1875.

*O Liberal.* “Parte Judiciaria – Tribunal da Relação”. Nº 179. Cuiabá, 25 de fevereiro de 1875.

*O Liberal.* “A PEDIDO – Autor do artigo sob a epigraphe – Bobage da Dissidencia – publicado na SITUAÇÃO de 28 de fevereiro ultimo”. Nº 180. Cuiabá, 4 de março de 1875.

## **Páginas WEB Consultadas**

Disponível e acedido a 22/1/2013, em:

[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1882&li=31&lcab=1918-1920&lf=31](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1882&li=31&lcab=1918-1920&lf=31)